

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Diretor:	Reitor MURILO GUIMARÃES
Diretor-Assistente:	Prof. NEWTON SUCUPIRA
Secretário:	Prof. CÉSAR LEAL

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. *Aluizio Bezerra Coutinho*
Prof. *Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio*
Prof. *Evaldo Bezerra Coutinho*
Prof. *Francisco de Albuquerque Barbosa*
Prof. *Guilherme de Albuquerque Martins*
Prof. *José Cavalcanti de Sá Barreto*
Prof. *Gilberto Osório de Andrade*
Prof. *Luiz Ferreyra dos Santos*
Prof. *Lourival Vilanova*
Prof. *Luiz Osório de Siqueira Neto*
Prof. *Maria do Carmo Tavares de Miranda*
Prof. *José Lourenço de Lima*

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. *Luiz Delgado*
Prof. *Gláucio Veiga*
Prof. *Nilo Pereira*

Estudos universitários; revista de cultura [da] Universidade Federal de Pernambuco | v. -1- jul./set.— , 1962— Recife, Universidade Federal de Pernambuco | Imprensa Universitária | 1962—

v. em trimestral

De jul. 1962 até agô. 1964 foi publicada sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade [do] Recife.

Diretor: 1962-agô. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set.

Murilo Humberto de Barros Guimarães e Newton Sucupira.

1. Educação superior — periódicos. I. Título.

378.5 (CDD 16. ed.)

378.4 (813.41) (05) CDU

U.F.Pe.

SD-BC 62-1278/rev.

Composta e impressa nas oficinas gráficas da Imprensa Universitária — Universidade Federal de Pernambuco — Rua do Hospício, 619, Recife — em julho de 1967.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

ENSAIOS

- A Evolução do Conceito de Causalidade na Ciência Moderna — *Carlo Borghi* 5
- A Propósito do Cearense: Sugestões em torno de sua Etnia e do seu "Ethos" — *Gilberto Freyre* 23
- O Problema do Crescimento Econômico e dos Diversos Níveis de Desenvolvimento das Regiões Brasileiras — *Manuel Correia de Andrade* 39
- Problemas de Linguagem e de Estilo — *Leônidas Câmara* 53
- Antero de Quental — *Renato Carneiro Campos* 89
- Reflexões Sobre a Poesia Lírica e Dramática de Gil Vicente — *César Leal* 103
- Temática, Nomenclatura e Semântica da Universidade — *Carlos Frederico Maciel* 123
- Círculo Cósmico — *Alberto Cunha Melo* 173

ESTUDOS

- Pobreza, Proliferação e Desenvolvimento — *Pessoa de Moraes* 187
- Resenhas 207

COLABORADORES

CARLO BORGHI

Físico teórico, sacerdote, antigo professor de Física na Universidade de Milão, contratado pela UFPe. para lecionar Mecânica Quântica, chefia atualmente a Seção de Física do Instituto de Física e Matemática.

GILBERTO FREYRE

Sociólogo-Antropólogo, escritor, Doutor *Honoris Causa* pelas Universidades de Columbia, Sussex, Coimbra, e da Sorbonne. Professor Honorário da UFPe.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Professor catedrático de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPe. Cursos de especialização nas Universidades do Rio de Janeiro e de Paris (Sorbonne). Autor de numerosos livros sobre história social e econômica.

LEÔNIDAS CÂMARA

Crítico literário, professor de Teoria da Literatura na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica; professor de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia do Recife.

RENATO CARNEIRO CAMPOS

Professor de Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, autor do livro *Arte, Sociedade e Região*, editado pela Universidade Federal da Bahia.

CÉSAR LEAL

Poeta e crítico de poesia. Professor de Teoria da Literatura da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Diretor do suplemento literário do "Diário de Pernambuco".

CARLOS FREDERICO MACIEL

Professor de Filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Conselho Estadual de Educação. Diretor da Divisão de Pesquisas do Centro de Pesquisas Educacionais.

ALBERTO CUNHA MELO

Poeta da novíssima geração, cujos poemas começaram a aparecer no Suplemento Literário do "Diário de Pernambuco" no início deste ano. Sua poesia se caracteriza por uma contensão de linguagem que muito o aproxima de João Cabral de Melo Neto.

PESSOA DE MORAIS

Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Membro titular da Associação Latino Americana de Sociologia. Autor do livro — *Sociologia da Revolução Brasileira*.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CAUSALIDADE NA CIÊNCIA MODERNA

CARLO BORGHI

I. — O que distingue uma interpretação mágica da Natureza, de uma interpretação racionalizada da mesma Natureza, não é a introdução do que genericamente chamaremos de correlações causais, mas somente certas limitações a serem impostas àquelas correlações. A busca das correlações causais foi, para o homem, a busca dos meios para sobreviver, antes de ser a busca da explicação dos fenômenos naturais. Foi por êle de importância vital saber em quais circunstâncias e com quais meios certos fenômenos acontecem, ou se pode impedir que aconteçam, ou se pode fazer com que aconteçam. A verificação de que tais circunstâncias existem, espontânea ou artificialmente, é o primeiro passo na descoberta da causalidade, isto é o fato de que há acontecimentos que só ocorrem se outros eventos acontecem antes daqueles: êsses são chamados causas e aqueles efeitos. O segundo passo consiste na descoberta de que não é suficiente que as "causas" aconteçam antes dos "efeitos", pois é necessário que as causas sejam proporcionadas aos efeitos. A noite vem sempre depois do dia, ou vice-versa, mas, nem por isso se pode dizer que o dia é causa da noite. Aí temos correlações de acontecimentos que podem ser observadas em dois sentidos contrários (dia gera noite, ou noite gera dia), e portanto não é uma correlação causal, pois essa deve ter sempre um sentido único, da causa para o efeito, e não vice-versa.

Uma correlação que não seja de sentido único não é "proporcionada", e portanto não é causal. Todavia, a unicidade do sentido da evolução dos acontecimentos é uma condição neces-

sária mas não suficiente para definir as correlações causais. É justamente o que se acha necessário acrescentar, além da unicidade do sentido das sequências causais, o elemento que separa as concepções mágicas da Natureza, das concepções mais ou menos racionalizadas dela. Para dar um exemplo paradoxal, é a diferença que existe entre o apontar o dedo indicador gritando "bang", e apontar um Colt 32 apertando o gatilho: o primeiro gesto é evidentemente desproporcionado para obter um efeito comparável com o do segundo, a menos que funcione algo de "mágico".

É claro que, assim como a temos expressada até aqui, a diferença entre *mágico* e *racionalizado* é muito vaga. E foi mais ou menos vaga ao longo do desenvolver-se do pensamento científico. As tentativas para sair deste sentido vago foram duas: a classificação das causas, e a representação quantitativa das correlações causais.

2. — A classificação das causas é o primeiro esforço para atender o que realmente acontece, quando uma causa gera um efeito, analisando as diferentes contribuições ou componentes que se podem observar na sequência de acontecimentos de sentido único e entre si "proporcionados". Tomando o mesmo exemplo paradoxal, que foi dado acima, e excluindo o caso "mágico", é claro que a contribuição da pólvora para dar velocidade à bala é diferente da contribuição do cano do revólver, como também da contribuição do gatilho que faz o pino bater na espoleta e a contribuição do dedo que aperta o gatilho, e enfim a contribuição da intenção do tal que move o dedo por algum entendimento dêle próprio. É evidente que todas essas diferentes contribuições podem ser distinguidas como pertencentes a três classes, que chamaremos sempre de causas com apropriados adjetivos, embora que assim a palavra "causa" tome significado obviamente diferentes. As três classes foram chamadas: causa eficiente, causa instrumental, causa final ou intencional. Para obter um determinado efeito será necessária uma causa eficiente "proporcionada" (por ex. não substituirei a pólvora com farinha), aplicada por meio de um instrumento "proporcionado" (por ex. não colocarei a bala dentro de um violão, mas sim dentro de um revolver com gatilho que se pode

apertar), para obter um resultado "proporcionado" à minha intenção (por ex. não atirarei uma bala para subir num ônibus).

Essa classificação (com alguns pormenores secundários, como o das condições "sine quibus non"), é pouco mais do que intuitiva. Para ter uma interpretação mais profunda do processo da causação, foram introduzidas oportunas hipóteses, muitas das quais ainda sobrevivem mesmo na linguagem científica mais sofisticada de hoje em dia, embora que talvez um pouco escondidas em baixo de formulações menos ingênuas do que as antigas. As interpretações clássicas das correlações causais podem ser reunidas em três classes.

(1) *A hipótese da concordância*, como a que foi emitida por Leibniz, consiste em admitir que as sequências de acontecimentos que se supõem sequências causais são na realidade "predeterminadas", muito embora elas apareçam "como se" aí existisse realmente uma correlação causal. É evidente nesta hipótese a admissão de uma única causa, que é a predeterminação, que substitue todas as outras. E é também evidente a extraordinária arbitrariedade desta hipótese. Todavia, o método para descrever as sequências causais por meio de um certo número de "como se" ainda subsiste na nomenclatura e nos costumes científicos, começando com Newton que descreve as interações gravitacionais dizendo que é "amquam si" ou "como se", as massas se atraem com uma força proporcional etc., etc. Não pretendemos, porém, dizer que a introdução dos "como se" nas descrições causais da natureza, seja ligada à aceitação de uma teoria de concordância mas somente que há uma ligação histórica entre os "como se" e as teorias de concordância.

(II) *A hipótese categórica transcendental*, como a que foi emitida por Kant e pelo sem fim de filosofias que desceram dêle, consiste em admitir que as correlações causais pertencem ao oceano fenomênico, isto é das coisas que a razão gera em si mesma, sem nenhuma ligação necessária para com o ainda mais hipotético oceano noumênico. Como bem é conhecido, esta posição extremamente subjetivista, na sua forma pura ou nas derivações idealísticas e fenomenologistas, não teve praticamente impacto nenhum sobre as que usamos chamar de ciências, tanto mais porque os homens de ciência têm o velho vício de entender somente as coisas claras. Portanto achamos que estas

correntes filosóficas não interferiram na evolução do conceito científico das correlações causais.

(III) *A hipótese metafísica*, que é substancialmente a aristotélica com tôdas as inúmeras derivações dela, interpreta a causação como o fluxo de alguma coisa que passa da causa para o efeito, eventualmente subindo uma transformação ou readaptação ao efeito a ser obtido. A hipótese consiste em interpretar a estrutura de cada coisa como sendo a mistura de tudo o que a coisa pode ser com tudo o que a mesma coisa é de fato, e êsses dois elementos “metafísicos” que constituem a substância de cada coisa tomam o nome de “potência” e de “ato”. A causação é a transição de uma potência para um ato no sistema causa-efeito, que se opera quando oportunas circunstâncias tiram todos os impedimentos que constroem como uma barreira entre a potência e o ato, impedindo que uma certa coisa seja logo tudo o que a potência dela importaria. Os conceitos contidos nesta hipótese, e que de uma ou de outra forma permaneceram em outras teorias comumente aceitas nas ciências até hoje, são os seguintes: (a) o que constitui o efeito era já contido de alguma forma na causa antes da causação; (b) a causação consiste numa troca e numa transformação desta em alguma coisa, enquanto ela passa da causa para o efeito. Nas filosofias onde tem sentido uma interpretação metafísica, esta “alguma coisa” que passa transformando-se da causa para o efeito é interpretada como sendo “estados diferentes do ser”, ou mais grosseiramente como um refluxo de ser da causa para o efeito. Mas, pelo que concerne às ciências, acontece que mesmo a palavra “metafísica” é cuidadosamente excluída da linguagem ou dos pensamentos (fenômeno que acontece também em outros casos, como a famosa “prudery” que impede a um físico respeitável pronunciar a palavra “étere cósmico”). Todavia, substituindo outros conceitos ao conceito de “ser”, as duas proposições acima sintetizadas são bastante facilmente reconhecíveis em famosos e importantes métodos usados pelas ciências, como o teorema da energia total, e as ambivalentes transformações das energias cinéticas e potenciais. (Note-se que no caso da energia potencial foi conservado mesmo o nome de “potência” que com aquela forma de energia tem uma estreita ligação).

3. — Desde que, ainda no tempo de Galileu, as ciências começaram aquêlê desenvolvimento ainda não concluído e o começaram de maneira sempre mais independente (e às vêzes em conflito) em relação ao que pròpriamente é filosofia, essas ciências herdaram daqueles filósofos a necessidade de descrever casualmente a natureza e também (pelo menos até um certo ponto) a linguagem já estabelecida em tôrno dêsse problema, assim como as diferentes tentativas de classificar e interpretar os diferentes tipos de causalidade. É necessário dizer que, no âmbito das ciências, se achou desnecessário considerar outros tipos de causalidade, a não ser a das causas eficientes, sendo que os outros tipos foram julgados simplesmente como não sendo causas pròpriamente ditas.

A razão desta drástica limitação do espectro das causas está na descoberta dos princípios conservativos que definem, parcialmente, a causalidade eficiente, e que podem, fàcilmente, ser expressados com métodos matemáticos de grande e inesgotável poder heurístico, enquanto as outras “causas” não são atingidas pelos princípios conservativos, e portanto não podem ser teorizadas pelo instrumento matemático, e termina ficando no domínio, sempre mais desmoralizado, das “expressões” literárias sem nenhum poder heurístico, isto é sem poder prever fenômenos e planejar experimentos, e em definitiva sem “valor científico”. Tudo isso será melhor entendido quando no próximo parágrafo explicarmos o que são os princípios conservativos. Todavia, pelo menos algumas vêzes, seria necessário voltar a tomar em consideração não sòmente as causas eficientes, mas também as causas instrumentais, para evitar algumas confusões e conclusões apressadas, por exemplo a que tende a fazer coincidir o fenômeno “vida” com a complexidade das moléculas que são o instrumento da vida, o que seria como dizer que o tempo é um produto dos relógios suíços.

4. — A estruturação causal das ciências coincide com a formação da Mecânica e da Termodinâmica, com todos os ramos de ciências conexas com elas, inclusive a Eletrodinâmica, a ótica física, a Física atômica e a nuclear, e a Química Física, essa estruturação fixou-se com a descoberta dos invariantes físicos, que històricamente e conceptualmente são conexas com

uma variante não metafísica da hipótese do ato e da potência, isto é com uma teoria onde, em lugar do “ser” inobservável, são substituídas quantidades que podem ser medidas, não somente observadas, e cujas transformações descrevem as sequências causais. Com efeito, depois de umas incertezas iniciais (veja-se por exemplo a famosa controvérsia entre Leibniz e Newton sobre os conceitos de energia e de quantidade de movimento) foi observado que, definindo como *sistema isolado* um conjunto de objetos que têm ligação entre si mas não com o restante do Universo, existem algumas quantidades rigorosamente definidas em termos tecnicamente exatos e reconhecíveis, cujo valor total dentro do sistema isolado permanece constante, quaisquer que sejam as transformações às quais o sistema está submetido.

Estas quantidades, cujo valor total não muda dentro dum sistema isolado, são chamadas *invariantes* (dinâmicos) do sistema. Êsses invariantes, como a experiência ensina, são cinco:

(I) *A massa*, isto é o coeficiente de proporcionalidade entre uma força e a aceleração que essa força imprime a um determinado objeto. Com uma certa reminiscência metafísica, a massa foi entendida como sendo uma hipotética “quantidade de matéria”. Mas esta definição não é aceitável porque não é experimentalmente observável. Uma justa compreensão da massa houve com a Relatividade, ao ser a massa identificada com uma forma de energia, (naturalmente, a menos de uma constante multiplicadora, que é o quadrado da velocidade da luz).

II) *A energia total contida* no sistema isolado, definindo a energia total como a *soma de todas as energias* cinéticas (ou de movimento) e as energias potenciais (ou de posição) contidas no sistema isolado. Cada objeto de massa tem uma energia cinética $\frac{1}{2}mv^2$ quando tem uma velocidade v . O calor é uma forma de energia que é devida às energias cinéticas de todas as moléculas de um corpo. Por sua vez, um corpo pode ter uma energia potencial, somente porque ocupa uma certa posição relativamente a outros corpos (como uma pedra no cume de um morro de onde ela “pode” cair) ou porque tem uma certa estrutura em se mesma (como uma mola comprimida,

que “pode” se expandir, ou um gás comprimido que “pode” se dilatar). A energia hidroelétrica, a energia química da hulha, a energia nuclear, são formas de energia potencial. Observe-se que a energia cinética sozinha não é um invariante, assim como não o é a energia potencial sozinha: o invariante é somente as somas das duas energias em relação ao mesmo sistema isolado.

(III) *A quantidade de movimento total* do sistema isolado, sendo que a quantidade de movimento de um corpo de massa m e de velocidade v é o produto mv , mas tomado em consideração o fato de que a velocidade é um vetor, isto é implica também uma direção além do seu próprio valor. A variação da quantidade de movimento é a definição e a medida das forças que operam sobre um corpo. A quantidade total de movimento é a soma vetorial de todas as quantidades de movimento do sistema isolado.

(IV) *O momento da quantidade de movimento* de um corpo sujeito a forças centrais é também um invariante, e isso representa a famosa *lei da áreas* das órbitas keplereanas, pois este momento é medido (a menos de um fator $1/2$) pela área varrida na unidade de tempo pelo raio vetor do corpo em movimento.

(V) *A carga elétrica* contida no sistema isolado é também um invariante, que de certa maneira pode ser comparado com o da energia, pois a carga elétrica é coligada à chamada self-energia das partículas com carga elétrica.

5. Utilizando a introdução dos invariantes, as correlações causais que acontecem dentro de um sistema isolado, isto é, entre as parcelas de que o sistema isolado, é constituído, podem ser definidas da maneira seguinte: as correlações causais são re-distribuições dos invariantes do sistema isolado que acontecem de maneira que o valor total dos invariantes permanece constante, e que a entropia do sistema isolado cresça (ou pelo menos não diminua). Essa definição, ou descrição, da causalidade num sistema isolado merece algumas elucidaciones, que aqui damos.

(I) Chamaremos de *físico* um sistema onde é possível

definir e observar os invariantes acima mencionados. Então a causação descrita aqui refere-se somente ao que acontece num sistema físico, e não diz nada para os casos hipotéticos onde não seja possível definir êsses invariantes, ou os invariantes sejam diferentes.

(II) As redistribuições dos invariantes acontecem por meio de *deslocamentos* das quantidades (cujo valor total é invariante) dentro da geometria e nas dimensões onde o sistema físico isolado é definido. Por exemplo as massas serão deslocadas de lugar; as energias potenciais serão transformadas em cinéticas ou vice-versa, etc. Todos os deslocamentos necessários e suficientes para determinar exatamente as transformações do sistema isolado constituem os chamados "*graus de liberdade*" do sistema em questão (onde a palavra "liberdade" nada tem a ver com a Liberdade, obviamente!)

(III) A condição que a soma total dos invariantes é constante corresponde à definição dos invariantes, e nada acresce ao que já foi dito. Com uma fórmula famosa, de Lavoisier, essa condição, chamada também 1.º princípio de termodinâmica, se expressa dizendo que "nada se cria, nada se destroe, tudo se transforma", num sistema físico, ou também, de outra maneira, "cada forma de energia tende a transformar-se em calor".

(IV) A conservação dos invariantes massa, energia e carga elétrica, é uma constatação experimental, não é fruto de nenhuma "demonstração" puramente lógica. Ao invés, a conservação da quantidade de movimento e do momento da sua quantidade, é consequência lógica da definição de força como variação no tempo da quantidade de movimento. Não há nenhum experimento que, entre os limites dos erros experimentais, ponha em dúvida a conservação de massa, energia e carga elétrica, mesmo quando somente uma única partícula elementar está envolvida (pois com os modernos métodos se pode observar e medir o que acontece, mesmo a uma só partícula elementar).

(V) Nem tôdas as redistribuições dos invariantes são possíveis, mas somente as que obedecem a certas limitações, que no conjunto formam o chamado 2.º princípio de termodinâmica, ou princípio da entropia: Também essas limitações, nas suas formas mais simples e gerais, são de origem puramente experi-

mental, e não fruto de "demonstração" puramente lógica. Essas constatações experimentais são por exemplo as seguintes: o calor não passa "espontaneamente" (ou sem trabalho) de um corpo frio para um corpo quente; as energias tendem a se distribuir com uniformidade em todo o sistema isolado; e assim por diante. Isso é o que se pretende dizer quando se afirma que a termodinâmica é baseada sobre certos axiomas (veja por ex. Luiz Barros Freire, Bases para uma Axiomática da Termodinâmica, Série Textos de Física do Inst. Fis. e Matem. da Univ. de Recife 1961). Essas "tendências" dos sistemas para a nívelação ou degradação das energias são codificadas nas definições das forças conservativas (como devidas às distribuições das energias na geometria do sistema, isto é como "menos o gradiente da energia potencial", com as duas possíveis formulações, no formalismo da equação de Lagrange e no das equações canônicas de Hamilton; veja por ex. C. Borghi, Formalismo Lagrangeano-hamiltoneano, Textos de Física do Inst. Fís. e Mat. da U.R., 1962).

(VI) As limitações que devem ser impostas às redistribuições dos invariantes podem ser descritas de maneira concentrada por duas vias, as duas sendo diferentes mas equivalentes definições de uma mesma quantidade física, chamada *entropia*. A primeira via, devida a Clausius, introduz a entropia como sendo o produto de $1/T$, isto é do inverso da temperatura "absoluta" multiplicado pelas variações da quantidade de calor que acompanham as transformações do sistema isolado ou de uma parcela dêle. O fator $1/T$ na realidade é um "fator integrador", pois a variação do calor não é diferencial exata. Mas o que importa é que, por via analítica, Clausius demonstrou que as transformações compatíveis com os axiomas da termodinâmica são aquelas para as quais a soma de todos os valores da entropia, que acompanham as transformações mesmas, ou é nula ou é positiva. É costuma se dizer que a entropia do sistema isolado só pode crescer. Embora que, analiticamente, esta descrição dê um instrumento importante. Por exemplo, através do que se chama o "rendimento" das transformações termodinâmicas. Todavia esta maneira de representar as redistribuições dos invariantes não diz quase nada à imaginação.

(VII) A entropia pode ser representada de outra maneira, indicada por Boltzmann, tomando em conta justamente o fato de que a causação física é uma redistribuição de invariantes. Com efeito, cada distribuição dêesses invariantes define o que chamaremos um "estado" do sistema isolado. É possível pensar que cada estado possa ser realizado em diferentes maneiras que não são distinguíveis, isto é são *equivalentes*. Se pensarmos que os sistemas físicos são a soma de muitíssimas pequenas partículas (átomos ou moléculas ou grupos de moléculas, etc.), ver-se-á que podemos tomar o exemplo de uma companhia de soldados que podem realizar a mesma "formação" em muitas maneiras diferentes, trocando de lugar entre si um certo número de soldados (ou a todos êles). Se conseguimos enumerar o número W de maneira com que uma certa distribuição de invariantes pode ser realizada de maneira equivalente, então com Boltzmann pode-se demonstrar que a entropia S é função dêste número W , isto é $S = K \log W$, onde K é uma constante, chamada justamente constante de Boltzmann. A condição de que a entropia deve crescer, nas transformações dos sistemas físicos, significa que elas se desenvolvem de maneira a atingir estados que podem ser realizados em um número crescente de maneiras, permanecendo constante o valor total dos invariantes. Isto se torna possível por duas vias: ou o número de partículas contidas no sistema aumenta, ou as energias contidas no sistema ficam se nivelando. A primeira via é a que se chama dissociação exotérmica das moléculas do sistema, e a segunda é a degradação das energias. Pela primeira via o sistema físico tende a ser composto de moléculas sempre menos complexas, até que isso seja possível exotérmicamente, ou em caso contrário se formam tôdas as possíveis moléculas complexas cuja formação é exotérmica. Pela segunda via o sistema tende à "morte entrópica" onde não seja mais possível nenhum trabalho, por falta de níveis de energia. Todavia, também depois da morte entrópica, um sistema físico isolado pode ter reviviscências "locais" por causa de flutuações estatísticas que podem casualmente provocar sempre mais improváveis desníveis de energia.

6. — Uma observação importante deve ser feita neste

ponto, e será feita usando a linguagem de Boltzmann para descrever os desenvolvimentos dos estados físicos. Assim como é sòmente pela experiência que se estabelece o esquema do desenvolvimento entrópico visto acima, com as duas tendências de que temos falado, de dissociação exotérmica e degradação das energias, da mesma maneira a experiência nos diz que se observa também uma *outra* termodinâmica, que podemos caracterizar pela tendência a uma associação de moléculas em moléculas sempre mais complexas, associação que é endotérmica (isto consome calor, não o produz) e que se realiza às despesas de calor obtido nivelando energias, isto é dissociando ou associando exotérmicamente *outras* moléculas. Quanto maior, e quanto mais "especializada", é a complexidade das moléculas, tanto menor é o número de maneira com que as mesmas moléculas constituintes podem ser agrupadas. Isso significa que neste conjunto observável de desenvolvimentos, a entropia no sentido de Boltzmann tende a diminuir, ou, como foi sugerido por L. Fantappiè e por E. Schrodinger: para êsses objetos de observação a entropia não é $S = k \log W$, mas sim $S = -k \log W$, o que faz um abismo de diferenças. É bem conhecido que os objetos aos quais nos referimos são os corpos vivos. Não queremos aqui tratar dêste problema fundamental, mas sòmente queremos lembrar o que dissemos antes, ou seja, que a complexidade das moléculas aparece como causa instrumental, e não como definição de vida, porque uma molécula complexa não é necessariamente vivente. Além disso, é preciso acrescentar que o mundo dos seres vivos apresenta a possibilidade de nele serem definidos os mesmos invariantes físicos, porquanto concerne à produção do calor e das outras energias de que êles necessitam, mas até agora não se encontrou a possibilidade de definir algum invariante ligado ao que propriamente é vivente ou que difere do não vivente (por ex. não se vê nenhuma maneira de definir um princípio de conservação da vida).

7. — Chamaremos de *determinismo* a causalidade do tipo físico acima definida. A causalidade "diferente" corpos vivos, embora que física, não é determinística, porque a lei de entropia não é a mesma. Para distingui-la do determinismo

chama-la-emos de *finalismo* (biológico), sem insistir sobre os aspectos antropomórficos desta palavra. Uma propriedade importante do determinismo é a pela qual as leis determinísticas pertencem a um grupo, isto é somando ou juntando ou compondo ou arrumando em conjuntos químicos ou mecânicos diferentes objetos, em número qualquer, que obedecem ao determinismo, o resultado é ainda um objeto que obedece ao mesmo determinismo físico. Isso não acontece necessariamente para um conjunto de objetos "vivos", pois para sobreviver muitas vezes os objetos vivos exigem ser "isolados" em relação aos outros seres vivos, e, assim, nem tem sentido, muitas vezes, "compor seres vivos", embora isso muitas outras vezes aconteça, como no caso das células que compõem os corpos dos metazoos e metáfitos. Portanto, as leis físicas fazem necessariamente grupo, mas as leis biológicas não o fazem necessariamente. Também essa é uma característica que separa profundamente as duas físicas diferentes, definidas pelos *duos* diferentes segundos princípios de termodinâmica. Por isso aparece como estranha a idéia de uma transição "espontânea" de uma física determinística para uma física finalística, que seria obtida justamente por meio de moléculas sempre mais complicadas assim como seria esperança vã a de obter um número negativo somando um sem número de números positivos. Em lugar de uma contraditória "reductio ad unum", parece que, do ponto de vista da metodologia científica, a única coisa a fazer neste problema é aceitar a *coexistência de facto de duas físicas independentes no mesmo Universo*, sendo que, se pensarmos um pouco, nenhuma das duas tem uma existência menos misteriosa ou "arbitrária" do que a outra, pois a existência de ambas as duas é por nós conhecida somente por meio da experiência.

8. — Quanto ao *número dos invariantes* físicos que são necessários para a descrição do mundo físico, parece que ele não será maior do que cinco. Pierre Curie encontrou um princípio de conservação das simetrias nas interações físicas, limitadamente as simetrias comuns seja a causa seja ao efeito, mas ele não aparece como necessário para a descrição causal do mundo físico. Por outro lado, existem outras maneiras para representar os mesmos princípios conservativos dos invariantes,

como o teorema de Liouville sobre a invariância da densidade no espaço das fases, (veja C. Borghi, Formalismo, § 35). Mas essas maneiras não acrescentam nada de conceitualmente novo. Outro problema, que é ainda bastante discutido, é o que concerne à *paridade*, que é uma simetria espacial e cuja conservação parece não ser constantemente respeitada, segundo Lee e Yang. Mas trata-se de assunto que deixa intacto o grupo de invariantes já conhecido, e não será mais tratado aqui.

9. — *O princípio de conservação da massa e da energia* foi, por um lado, simplificado pela Teoria da Relatividade, mas de outro lado foi sujeito a algumas críticas, que vale a pena examinar brevemente. Na Relatividade, de A. Einstein, encontra-se que, em consequência dos postulados fundamentais que distinguem a cinemática relativística da cinemática galileiana, a massa não é uma constante, a não ser aproximadamente para as baixas velocidades, mas depende da velocidade (relativa) do corpo, e também encontra-se que para fazer a massa variar é necessário atuar sobre o corpo um trabalho, de modo que a massa mesma pode-se considerar como energia armazenada no corpo, ou como podemos dizer a massa (com o fator c^2) é uma forma de energia potencial, pois o trabalho armazenado nela pode ser restituído sob a forma de outras energias com oportunos processos (como se realiza por ex. na energia atômica). Desta maneira vê-se que não é mais necessário distinguir os princípios conservativos de massa e energia, embora que talvez isso seja útil do ponto de vista da comodidade dos cálculos. Quanto às críticas a propósito destes princípios de conservação, elas saíram de dois lados, completamente diferentes entre si, como agora veremos.

(I) *O problema do neutrino* nasceu para dar uma maneira destinada a "salvar" o princípio de conservação da massa e da energia. Com efeito, (veja por ex. C. Borghi, Introdução à Física Atômica e Nuclear, Textos de Física do Inst. Fis. Mate. da Univ. do Recife, 1964, parágrafo 11, seção 3) em todas as transformações radioativas "beta" observa-se que aqueles princípios conservativos são notados somente quando os eletrões saem com a energia máxima, do espectro deles, mas para todas as energias menores de que a máxima, tem-se uma parcela de

energia que “desaparece”. Essa energia que desaparece, como foi sugerido por Pauli e Fermi, é absorvida por uma enigmática radiação de corpúsculos chamados neutrinos, cuja existência foi depois confirmada como necessária para explicar um bocado de fenômenos. Portanto o negócio do neutrino não é uma crise dos ditos princípios de conservação, mas seria melhor dizer que é uma confirmação dos mesmos.

(II) A chamada teoria cosmológica de F. Hoyle e outros, ou *teoria da criação contínua*, implica uma negação do princípio da conservação da massa (veja por ex. F. Hoyle, *Frontiers of Astronomy*, Signet Science-Library, N.Y. 1955, especialmente o cap. 18-19-20 e também F. Hoyle, *The Nature of the Universe*, Oxford, Bladell, 1960). Para chegar a eliminar o “incômodo” resultado segundo o qual o Universo teve um início cuja data pode ser experimentalmente determinada, F. Hoyle e outros propuseram uma teoria que teria explicado algumas das constatações experimentais (astrofísicas) sem portanto ter a necessidade de admitir um “início do Universo”. Esta teoria consiste em admitir (a) que a velocidade de recessão da matéria no Universo (a célebre velocidade de fuga das Galáxias observada por Hubble, depois de ter sido prevista pela Relatividade Geral) pode crescer linearmente até a velocidades maiores do que a da luz; (b) que há uma pequena violação do princípio da conservação da massa, no sentido de admitir que existe na matéria um hipotético “campo de criação” pelo qual algo como um átomo de hidrogênio é criado cada ano em cada ano luz cúbico de espaço Universo. É claro que esta segunda hipótese nem se pode provar nem se pode confutar diretamente enquanto é muito além da exatidão que se pode alcançar nas medidas. Pelo contrário, a primeira hipótese (que o mesmo Hoyle reconhece indispensável) é teoricamente absurda pela Relatividade, e experimentalmente é contrária a todos os experimentos com que se mostra que, a velocidade da luz é inviolável. Poderíamos dizer que uma teoria que exige como preço a eliminação da Relatividade e do princípio de conservação de massa, exige um preço alto demais, mas temos o argumento muito mais válido, que a teoria contrária à de Hoyle, a chamada teoria da “grande explosão inicial do Universo”, ou do “big bang”,

encontrou, mesmo recentemente, duas provas experimentais decisivas que acabam com a teoria de Hoyle. As provas são da descoberta do grupo experimental da Bell, que detectou o “barulho de fundo de comprimento de onda 10 cm” que chega de todo o Universo, e que fôra previsto há poucos anos por Dick, como sendo a remanescência muito fria (pelo fato da expansão do Universo) do gigantesco relâmpago inicial do “big bang”; e também a descoberta dos “quasars” que são explosões que envolvem inteiros grupos de galáxias, e que estão a distâncias da ordem de grandeza exigido pela “Metade do Universo”, e portanto são eco do “big bang” ou das explosões sucessivas a êle. Acrescentando que esta teoria não implica o alto preço exigido pela teoria de Hoyle, podemos concluir que o fracasso da teoria do “campo de criação” é o fim de um episódio de fanatismo.

10. — Aquela profunda e extendida revolução científica que foi a Mecânica quântica nas suas diferentes formulações, acarretou também algumas inovações na maneira científica de entender a causação física, que são as seguintes:

(I) *Crítica do conceito de “presente”*. Quando se diz que os invariantes têm valores que, num dado sistema isolado, são constantes em cada instante de tempo, se pressupõe que o “instante” seja um tempo bem determinado. Pois bem, na mecânica quântica isso é impossível, pela que se chama quarta relação de incerteza de Heisenberg, quando temos uma troca de energia, isto é quando há uma causação física. Como foi dito elegantemente por E. Fermi, um sistema pode dispôr não somente da energia presente, mas também pode tomar emprestada uma energia do futuro, a condição de restituí-la logo. Isso, aparentemente, importaria numa incerteza da energia, devida à quarta relação de Heisenberg. Todavia, analisando bem o problema, vê-se que não é assim. Com efeito, se vê que as relações de incertezas de Heisenberg (transformadas numa mecânica quântica onde os observáveis são representados por operadores) tornam-se certas equações entre operadores (chamadas “regras de comutações”), e que essas equações têm como consequência a quantização das quantidades que são causalmente trocadas entre as partes de um sistema que está causal-

mente se desenvolvendo. Portanto a crítica ao conceito de presente é na realidade o fato que as redistribuições de invariantes acontecem de maneira quantizada, e não de maneira contínua.

(II) *Crítica do conceito de "futuro"*. As mesmas equações simbólicas de Heisenberg das quais temos falado têm uma outra interpretação, isto é: quando há uma troca de invariantes entre as partes de um sistema, significa que essas partes, enquanto observáveis, não são contemporâneas ou simultâneas. Isso acarreta a consequência que a distribuição dos acontecimentos causalmente ligados entre si, sobre aquela dimensão que chamamos de "tempo", é possível porque as trocas de energia etc. são quantizadas. A quantização é consequência da "incerteza" de Heisenberg, e a dimensão temporal das sequências causais é consequência da quantização, portanto o nosso Universo tem a correnteza do tempo porque é um Universo quantizado. Em relação ao tempo, o efeito é, no futuro, relativamente à causa. Portanto as condições limitativas que impõem a direção das transferências de invariantes no sentido da entropia crescendo são as causas do fato que o tempo viaja, e por sinal corre, numa direção só, que é futuro. Mas logo encontramos duas dificuldades. Uma desce da existência de partículas estranhas, entre as chamadas partículas elementares, que parecem permitir uma descrição coerente só quando se admitir que o "futuro" delas é o "passado" de todo o restante do Universo. Trata-se das "antipartículas". Não discutiremos aqui este problema, que é o da antimatéria. Uma outra dificuldade desce do fato de que a entropia negativa dos corpos físicos vivos acarretaria um tempo de sentido contrário ao da matéria não vivente. Na realidade, o que se observa é que o tempo para a vida tem uma significação diferente do que para a matéria não vivente, sendo esta diferença coligada a experiência da duração, do ritmo biológico, do tempo subjetivo. Também esses problemas não serão discutidos mais extensivamente aqui, pois achamos suficiente mostrar quantas zonas de sombra ainda subsistem na nossa "ciência". A essas zonas de sombra acrescentaremos o até agora insolúvel problema da "unidirecionalidade do tempo", cuja direção foge a qualquer controle.

(III) *Estrutura espectral das correlações causais*. Uma

afirmação aparentemente óbvia é que a uma determinada causa, em determinadas circunstâncias, deve corresponder um só determinado efeito. Esta presumida unicidade do efeito foi já uma vez submetida à crítica pela interpretação estatística da segunda lei de termodinâmica. Se a lei de entropia é uma lei estatística, é claro que o efeito do estado presente de um sistema bastante grande ou do Universo inteiro (porque as estatísticas perdem sentido sem a presença de grandes números de acontecimentos elementares), poderá ser escolhido entre todos os estados "não absurdos porém possíveis embora que talvez muito improváveis" em que os invariantes podem ser redistribuídos. A lei de entropia diz então que o desenvolvimento do sistema se realizará na direção do estado mais provável, sem eliminar a possibilidade dos outros (que, voltamos a dizer, não são estados absurdos). Não obstante a natureza um pouco impressionante desta afirmação, é claro que nunca teremos a possibilidade de controlá-la, porque o futuro do Universo é na realidade sempre único, e nele nós vivemos sem poder simultaneamente ou independentemente viver num outro possível Universo que não se realizou. A direção na qual se encontram todos os "únicos" Universos que se realizam é o "futuro". Esta descrição pode ser aceita sem modificar a definição de causalidade como redistribuição dos invariantes.

Mas uma outra crítica ao presumido princípio de unicidade de efeito foi dada pela mecânica quântica, com o que chamaremos de *estrutura espectral da causalidade*. Em consequência da quantização das trocas de invariantes, encontra-se que um certo estado físico em determinadas circunstâncias pode evoluir para um certo número de outros estados físicos, cada qual deles conservando os invariantes mas entre si sendo distinguíveis, porque correspondem a observáveis diferentes e ainda porque cada qual deles tem uma sua própria probabilidade, determinada por motivos lógicos. Todos eles são possíveis efeitos da mesma causa, e todos eles acontecem com uma frequência proporcional à probabilidade deles. O caso mais conhecido é o dos espectros atômicos e moleculares, onde a mesma energia pode excitar inteiras seções do espectro, cada raia sendo um dos efeitos possíveis, cuja probabilidade é medida pela intensidade das raias. O efeito global é a média ponderada de

todos os efeitos possíveis. Todavia, não é possível dizer que o efeito é "escolhido" entre os que pertencem ao espectro dos efeitos: pois todos êsses acontecem, e a probabilidade dêles não é o resultado de uma "escolha" mas é determinado por motivos lógicos, isto é matematicamente definíveis e necessários. Isso elimina a possibilidade de interpretar a liberdade do homem como se fôsse uma causação de estrutura espectral, como parece sugerir D. Bohm (Quantum Theory, Prentice-Hall, 1960, pág. 170, que aliás é um livro excelente). Com efeito, a liberdade corresponde sim a uma causalidade com um espectro ilimitado de efeitos, mas onde cada qual efeito teria uma probabilidade arbitrária, o que representa uma dimensão de causalidade totalmente fora de cada possível esquema, seja físico seja biológico, a dimensão das causas intencionais ou livros.

A PROPÓSITO DO CEARENSE: SUGESTÕES EM TÔRNO DA SUA ETNIA E DO SEU "ETHOS"

GILBERTO FREYRE

Há vinte e três anos, no Teatro José de Alencar, de Fortaleza, proferi uma conferência intitulada *Precisa-se do Ceará*. Publicou-a o jornal *Unitário*, daquela cidade, de 28 de agosto de 1944.

Eu me detivera na capital do Ceará apenas uma noite, prosseguindo viagem para Nova York. Perdi de vista, desde então, aquêlê trabalho. Nem sequer o vi publicado.

Dele me enviou recentemente cópia o antigo Governador do Estado do Ceará e ilustre homem público e, ao mesmo tempo, de estudo, Parsifal Barroso, sugerindo nova publicação de *Precisa-se do Ceará*. O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais publicará êsse mais ensaio que conferência. O texto será mantido quase sem alteração: omitidas apenas palavras inteiramente circunstanciais e feito um ou outro pequeno acréscimo, simplesmente esclarecedor.

Permanecerá, assim, em *Precisa-se do Ceará*, um tom apologético com relação aos traços que considere então, e considero hoje, positivos, do caráter cearense, sem desconhecimento, é claro, de traços antes negativos que positivos do mesmo *ethos*. No momento e nas circunstâncias em que foi proferida a conferência, cercado o conferencista de jovens cearenses ávidos, como êle próprio, do mundo ou do Brasil que supunham ir resultar e, até certo ponto, resultaria, da IIª Grande Guerra, pareceu-lhe que era do seu dever destacar aquêles traços positivos, dada a conveniência de serem êles avigorados, avivados e adaptados a novas situações brasileiras. O Brasil a reorganizar-se precisava de inspirar-se em sugestões de ânimo cooperativo ou de espírito de atividade solidária que as tradições cearenses de "mutirão" ou "adjunto" traziam até nós, brasileiros dos meados do século XX: brasileiros já demasiadamen-

te inclinados, em vários setores de atividade nacional, a formas exageradamente cruas de competição, quer interpessoal, quer intergruppal. Principalmente em atividades econômicas de um desordenado comêço, ostensivo em São Paulo e já visível noutras áreas, de industrialização, de urbanização e de secularização.

Seria mesmo, então, e será hoje, o Ceará — a gente mais castiçamente cearense — exemplo, para o Brasil, de tradição de ânimo cooperativo apontado em *Precisa-se do Ceará?* Ou terá havido, na sugestão, um tal excesso apologético que a invalide como sugestão sociológica?

Reconhecido o tom apologético da conferência de 1944, não me parece que êle invalide o que na sugestão, para o Brasil, daquele exemplo cearense, pretendeu o conferencista destacar em 1944. A sugestão continua, penso eu, em sua essência, válida: vinda de uma inegável tradição, porventura mais viva entre a gente cearense do que entre outras, do Brasil.

O que, entretanto, me sinto obrigado atualmente a observar — e daí nova conferência minha sôbre o assunto, esta intitulada *O Ceará de que se precisa* e proferida no referido Instituto Joaquim Nabuco, que também a publicará — é que, de 1944 para cá, iniciada em 1945 nova fase na vida brasileira, em particular, e na internacional, em geral, a gente cearense, em vez de ter desenvolvido aquela tradição de ânimo cooperativo, vem, ela própria, se exagerando, tanto quanto outras, do país, e tanto em sua economia como em sua política, numa evidente predominância de ânimo competitivo sôbre o cooperativo.

Terá, então, desaparecido, no Ceará, aquela reserva de tradição de ânimo cooperativo, que o “mutirão” ou o “adjunto” vinha mantendo porventura mais viva entre cearenses do que entre outros brasileiros? Não se poderá concluir simplesmente que sim. Recentes observações pessoais da situação cearense por um psicólogo social da argúcia e do saber do Professor Sylvio Rabello indicam não ser o assunto dos que se prestam a explicações simples e imediatas. Parece haver, ainda hoje, como havia há vinte anos, um cearense castiço em quem o ânimo cooperativo é traço potencialmente positivo, prestando-se a ser atualizado ou modernizado, em proveito do

Ceará e do Brasil, se novas oportunidades de expressão, de sentido antes cooperativo do que competitivo, lhe forem oferecidas.

Teríamos, assim, de admitir que, nesse setor, se o Brasil continua a precisar do Ceará — ou do cearense castiço — o Ceará de agora precisa pungentemente do Brasil: de um Brasil que lhe aproveite, lhe atualize e lhe reoriente o que há de construtivo em seu, atualmente, quase encoberto mas, de modo algum, extinto, ânimo cooperativo. Inclusive com relação aos demais Estados do Nordeste, evidente como é que o mesmo Nordeste, para superar sua condição de inferioridade com relação ao Centro-Sul, do país, precisa de ser, não uma região dentro da qual os Estados se extremem em competições políticas e econômicas, uns com os outros, mas uma região que desenvolva e afirme a fôrça do seu conjunto, através da maior cooperação interregional de que fôr capaz. Através de um como “mutirão” ou “adjunto” interregional.

O Ceará é, no momento que o Brasil atravessa, o Estado do Nordeste de mais saliente atuação e de mais larga participação na vida nacional. Cearense, o Presidente da República consagrado pelo movimento de 31 de março de 1964. Cearense, o seu segundo Ministro das Relações Exteriores. Cearense, o seu Ministro da Viação. Cearense, por algum tempo o Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste, depois Ministro do Planejamento do Governo Castello Branco. Cearense o diretor do Banco do Desenvolvimento do Nordeste, cuja sede é Fortaleza. Cearense, o Arcebispo do Recife e Olinda: espécie de arcebispo primaz de toda uma região. E o primado cearense, pelo menos com relação ao Nordeste, continua: cearense é o Ministro de Minas e Energias do Governo Costa e Silva. Cearense é o Secretário de Segurança de Pernambuco. Dois cearenses foram convocados para o Conselho Federal de Cultura, enquanto Pernambuco, o Maranhão, Alagoas, Paraíba, o Rio Grande do Norte têm um representante, cada Estado, no mesmo Conselho, do qual se acha de todo ausente o Estado do Piauí.

Estará o Ceará, correspondendo a todo êsse apêlo dos atuais dirigentes da nação brasileira à sua competência, à sua

energia, ao seu vigor, e desempenhando com ânimo cooperativo as suas funções de importância nacional, em vez de estar se utilizando delas, ou de algumas delas, com espírito mais competitivo do que cooperativo? Ou com aquêle afã de, nessas funções, pensar e agir apenas cearensemente, estadualmente, seccionalmente, com sacrifício da região e, por vêzes, do próprio país? Nêsse caso seria justo dizer-se, agora, do Ceará que precisaria de regionalizar-se nas suas perspectivas, de abraçar-se nos seus programas de ação, de extremar-se no seu ânimo cooperativo, para ser o Ceará de que o Brasil precisa.

Pois o Ceará de que o Brasil precisa, como o São Paulo ou o Rio Grande do Sul, a Minas ou a Bahia, o Amazonas ou o Pernambuco, de que o Brasil também precisa, é um Ceará que seja especificamente provinciano no seu caráter sem tornar-se nunca um Estado que se desenvolva em competição balcânica com os demais Estados; ou procurando avantajarse aos demais Estados em termos de Estado imperial com relação a Estados coloniais; ou de Estado privilegiado com relação a Estados desvalidos. Foi o excesso — êste último — a que se inclinaram, por algum tempo, uns tantos líderes paulistas, antes de adquirirem o sentido exato, hoje dominante, de ser São Paulo um Estado não só de que o Brasil precisa para seu desenvolvimento nacional como um Estado que precisa do Brasil para a plena realização do que nêle é potencialidade econômica.

O Brasil continua a precisar do Ceará ou do cearense: do que nêle subsiste como tradição de ânimo cooperativo susceptível de ser atualizado, modernizado, dinamizado. A época de capitalismo industrial, descontroladamente competitivo, passou. Indústrias, economias, nações e até grupos de nações afins se estão agora organizando com um espírito crescentemente cooperativo ou associativo. Através de vastos “mutirões” e de grandiosos “adjuntos” dos quais os cearenses não devem, de modo algum, perder a tradição ou o brio, para se extremarem, como indivíduos e como Estado, num arcaico individualismo furiosamente competitivo.

Ao cearense, talvez mais do que a qualquer outro subtipo, local regional, brasileiro, se atribuem característicos somáticos que corresponderiam a outros tantos, psicológicos. Caracterizações antes folclóricas do que científicas em torno do brasileiro

por excelência “cabeça chata”: assunto ainda por ser estudado com rigor científico. É o que pretende fazer na Divisão de Antropologia Tropical do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco o antropólogo Froes da Fonseca, com a cooperação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Outro mestre da mesma Universidade, o neurologista Manoel Caetano, estudou já o “cabeça chata” do Nordeste — inclusive do Ceará — de ponto de vista restrito: aquêle em que êsse característico se apresenta sob aspecto patológico de interesse médico. Não é o caso do problema na sua amplitude antropológica: a que o estudo do Professor Froes da Fonseca deverá alcançar através da pesquisa sistemática por êle já esboçada.

O “cabeça chata” nordestino — particularmente cearense — parece corresponder à definição antropológica de subtipo local, segundo o qual essa individualização de subtipos resultaria, como relativa estabilização, de endogamia por isolamento, elementos de dois ou três tipos, assim isolados, cruzando-se durante o tempo necessário para produzir um subtipo mais ou menos específico. Na Europa, segundo Franz Boas, seria o caso do alemão oriental, diferenciado por êsse meio dos demais alemães, do mesmo modo que o alemão do Reno se assemelharia ao francês, como subtipo local.

Mas não só a endogamia, em condição de isolamento, terá produzido, ou produziria, êsses subtipos locais. Também a adaptação de tipos a ambientes físicos e culturais concorreria para estabilizá-los como que ecológicamente. O subtipo cearense, como subtipo local dentro da população brasileira, corresponderia também a uma ecologia específica de trópico antes árido do que úmido: a ecologia cearense.

Como salienta um dos mais lúcidos discípulos de Boas, o aliás marxista Bernard J. Stern, em seu ensaio sobre Boas que consta de livro póstumo — o publicado com o título *Historical Sociology* (N. Y. 1959) — “the characteristics of the environment have exerted significant influence upon bodily form and functions of man”. Stern pormenoriza: “This recognition of environmental influences does not assume the inheritance of acquired characteristics for the modification of the bodily form

of the individual can take place without any modification of the germ plasm".

Aqui nos defrontamos com a obra antropológica de Franz Boas no seu aspecto mais revolucionário: aquêle que teve seu ponto de partida no seu *Changes of Bodily Form of Descendants of Immigrants* (N. Y. 1912) e sua continuação em "The Head forms of Italians as Influenced by Heredity and Environment" (em colaboração com Helene M. Boas), *American Anthropologist*, XV, 1913 e "New Evidence in Regard to the Instability of Human Types", *Proceedings of the National Academy of Sciences*, II, 1916. Estudos aos quais devem ser acrescentados os de outros antropólogos, voltados desde então para o assunto — constância e instabilidade de formas de cabeça e de corpo, conforme influências de ambiente e não apenas de hereditariedade, como, dentre outros, o de H. L. Shapiro, *Migraton and Environment: a Study of the Physical Characteristics of the Japanese Immigrants to Hawaii and the Effects of Environment on their Descendants* (Londres 1939) e o de David Efron, *Gesture and Environment* (N. Y. 1941). Pois os característicos de gesto, que definem um subtipo antropológico, são significativos pelo que exprimem das interrelações de influências de herança e de ambiente; e no caso do cearense, o gesto se junta à "cabeça chata" para dar a êsse subtipo local de brasileiro uma repercussão folclórica que não encontrou ainda estudioso científico que se aprofundasse na análise sistemática e minuciosa dêsses característicos ligando-as a possíveis predominâncias de hereditariedade ou de herança, tanto quanto a admissíveis e talvez evidentes influências de ambiente. Sobre as primeiras, dessas predominâncias, o historiador J. A. Gonsalves de Mello vem recolhendo informações que decerto permitirão ao antropólogo orientar-se com maior segurança sobre as origens étnicas extra-ameríndias da gente cearense.

Talvez, das pesquisas realizadas por Boas sobre relativas estabilizações de alterações nas formas de cabeça, as que mais se relacionem com o caso cearense sejam as realizadas entre habitantes de Pôrto Rico. Será interessantíssimo que se associem, no caso do cearense, a formas de cabeça e gestos tidos como mais característicos dêsse subtipo local de brasileiro, diferentes

predominâncias de diferentes *stocks* étnicos, sobre grupos da população cearense diversamente situados no território do Estado. Com relação aos extremos patológicos, no Nordeste, da chamada "cabeça chata", parece constatada ser sua incidência maior entre brancos e mestiços de brancos e ameríndios e menos entre negros e mestiços em que predomine a etnia negro-africana.

Será que ocorrem as mesmas correlações étnicas ao subtipo antropológico normal? É ponto a ser estudado com o maior cuidado científico.

Como é preciso que se procure verificar, por meio de pesquisas cientificamente orientadas, até que ponto os descendentes, já em segunda e terceira geração, de cearenses, fixados na Amazônia, com tendência, em alguns casos, a constituírem ali sub-grupos endogâmicos, e, noutros, a reforçarem seu cruzamento com ameríndios amazônicos e com outras etnias, vêm se diferenciando, em formas de cabeça e em gesto, dos seus ancestrais. Teríamos confirmação, ou não, para a tese da variabilidade do tipo humano, isto é, das suas formas de cabeça e de corpo e dos seus gestos, conforme a superação da pura hereditariedade ou da herança — ou de formas e gestos adequados em ambiente anteriormente experimentado — por novo ambiente, de ecologia física e social bastante vigorosa para causar tal superação ou concorrer para ela.

Tem se falado na "face triangular" do cearense, que se relacionaria com o chamado chato de cabeça, característica, segundo alguns, dêsse tipo local de brasileiro. Talvez êsse triangular de face possa ser interpretado como expressão daquela morfologia facial em que, segundo Sigaud e Mac-Auliff, em trabalho que fez época, um polígono facial reproduziria mais ou menos a forma geral do tronco e dos membros do indivíduo. Haveria, segundo essa teoria, aparentes relações das disposições do tipo facial em harmonia com a disposição geral do tipo morfológico constitucional do indivíduo.

Há, entretanto, dúvidas, entre os antropólogos, quanto a essa relação ou a essa harmonia, que importaria até em correspondência entre o desenvolvimento do crânio em largura e o desenvolvimento do tronco também em largura. Problema

muito debatido, quando suscitado por cientistas de prestígio, não se pode dizer que a teoria tenha entrado já para o rol das teorias antropológicas mortas. Mendes Correia recordou, num dos seus últimos trabalhos sobre antropologia ultramarina — incluído em recente livro, publicado em Lisboa em 1962, a que foi dado o título de *Antropologia Tropical*, e que, aos trabalhos daquele sábio, juntou outros, de A. Athayde e de M. E. de Castro e Almeida — terem antropólogos portugueses participado daquela discussão. Para êle, Mendes Correia, haveria, em numerosos casos — numa “grande maioria”, mesmo — ligação entre a disposição do polígono facial e o conjunto; mas sem que a essa ligação se devesse atribuir “regularidade absoluta”. Conclusão a que chegou após estudos e pesquisas, em Portugal, para uma classificação de tipos morfológicos segundo êsse método de morfologia antes médica do que antropológica. Pesquisa semelhante é pena não ter sido realizada no Brasil, em geral, e em particular, no Ceará, com um objetivo, senão antropológico geral, médico-antropológico, visando identificar predisposições mórbidas reguladas por desenvolvimento transversal maior ou menor da face em correspondência com o tronco.

O problema liga-se ao da distribuição de tipos constitucionais entre diferentes grupos, quer étnicos, quer simplesmente, de populações. E essa distribuição não se verificaria independentemente de ecologias em que a maior ou a menor exposição humana ao sol resultasse em diferentes atividades das várias glândulas de secreção interna, os habitantes de espaços predominantemente abertos — o caso da gente cearense — sofrendo uma incidência de raios violetas, transformadores, segundo os nutrólogos, de certas vitaminas, daí resultando fixações de cálcio essenciais ao desenvolvimento esquelético ósseo. O tipo constitucional do cearense parece representar, neste particular, a consequência de uma situação de vantagem, da sua parte, com relação a brasileiros habitantes de espaços menos abertos ao sol (matas, florestas). Mas não se veja nesta sugestão senão mera e precária sugestão. Sabem os antropólogos que, nesse setor, as contradições são muitas; e ainda poucas as pesquisas que nos permitam superá-las.

Pesquisas antropométricas, que se fizessem em torno do assunto, não seriam senão auxiliares das mais sutilmente antropológicas — na verdade, já psicológicas — que nos viessem esclarecer traços da personalidade do cearense, através de constantes do seu comportamento susceptíveis de ser captadas através de pesquisas dêsse tipo. Pesquisas que, aliás, seria desejável que fôsem realizadas no Brasil, tendo por sujeitos-objetos os vários subtipos locais de um tipo nacional que, se existe, como tipo psicológico ou sociológico ou antropológico, é constituído por êsses vários subtipos. Nenhum, entretanto, dêsses subtipos, mais merecedor de estudo sistemático do que o cearense, cuja repercussão folclórica — repita-se — é considerável; e cuja projeção sobre a própria literatura já é significativa.

Aliás, são pesquisas, as aqui sugeridas, que devem ser empreendidas, pensando-se na complementação de umas por outras: das antropológicas pelas psicológicas e das psicológicas, pelas sociológicas. Só através dessa interrelação de estudos será possível chegar-se a visões de conjunto que nos apresentem êsses vários subtipos na totalidade dos traços de cada um — traços característicos ligados às funções que mais vêm desempenhando dentro do complexo nacional brasileiro; ou que possam ser consideradas mais úteis e necessárias ao desenvolvimento nacional.

“Representa o cearense uma exceção no país, isto é, tem característicos diferentes dos demais filhos do norte e do sul”, escreveu em 1900, na *Revista Acadêmica Cearense*, Antônio Bezerra de Menezes, suas palavras vindo transcritas pelo Professor Abelardo Montenegro à página 116 do seu *O Romance Cearense* (Fortaleza 1953). O Professor Abelardo Montenegro baseia-se na suposição da singularidade cearense, dentro do complexo nacional brasileiro, para desenvolver a tese de que o romance da “terra dos cabeças chatas não pode, portanto, deixar de apresentar caráter regionalista”, sua expressão “regionalista” devendo ser tomada como significando “cearense”. Pois êle próprio caracteriza o romance que exprima a personalidade ou o drama do “cabeça chata” como romance que fixa “os atributos naturais do Ceará: a vivacidade do temperamento

do seu homem, o tropicalismo do seu clima e o sabor sertanejo dos seus costumes”.

O “binômio personagem-cenário” estaria sempre presente nesse romance, também assinalado pela “paisagem nativa”, pelo “homem cearense”, pela linguagem regional e pelo tema também regional cearense, mesmo quando o personagem cearense se movimenta em cenários não-cearenses como o Amazonas ou São Paulo, centros de emigração cearense. Haveria um pan-cearenismo, portanto, concordando o historiador Abelardo Montenegro com sugestão por mim feita há anos, no livro *Sociologia*, de, através do estudo de personalidades fixadas em romances, ser possível ao psicólogo ou ao sociólogo completar o estudo de relações de certos tipos de personalidade com seus meios, até se identificarem, nessas relações, as mais harmônicas em contraste com as mais desarmonicas. Chegar-se-ia, assim, ao conhecimento de personalidades mais representativas dos meios em que vivem.

No caso dos cearenses, os mais cearenses em contraste com os menos cearenses; ou mesmo, os cearenses, em contraste com os anti-cearenses ou os não-cearenses desgarrados entre cearenses como talvez tenham sido Adolfo Caminha, autor de *A Normalista*, e mesmo Antônio Sales e o próprio Farias Brito. Pois nesses intelectuais parece ter havido um intelectualismo analítico e até crítico, além de uma falta de entusiasmo pelas exterioridades pitorescas, pelos coloridos folclóricos e pelos acontecimentos ostensivamente dramáticos, pouco ou quase nada cearenses. O cearense típico parece ser antes rasgadamente extrovertido do que introvertido, ao mesmo tempo que sensível às exterioridades, aos aspectos dramáticos da vida e das paisagens e à confraternização com os vizinhos: sobretudo em períodos críticos.

Donde não haver inteiro despropósito, da parte dos que o têm comparado com o mujique — note-se bem: com o mujique — russo. Sabe-se, com efeito, ter Vicente Licínio Cardoso, em seu *Vultos e Idéias*, notado semelhança entre o mujique russo, sob a ação de invernos rigorosíssimos, e o sertanejo nordestino, vítima do extremo oposto: terríveis verões por vezes aguçados em secas devastadoras. Ao referir-se ao sertanejo nordestino, Cardoso deve ter pensado principalmente no cearense: de todos

esses sertanejos, o mais associado aos rigores das secas. Aquêles sobre cujo *ethos* e sobre cuja socialidade, as secas têm exercido maior influência. Inclusive, levando-o à solidariedade rural, quando esta se tem mostrado possível, em períodos menos agudamente críticos; e de modo semelhante — semelhança assinada por Fernando de Azevedo — ao regimen do *mir*, do qual o sociólogo de *A Cultura Brasileira* aproxima o mutirão. Como quem diz mutirão ou adjunto, diz instituição brasileira desenvolvida principalmente entre cearenses — embora, há anos, em declínio entre eles — também neste ponto seria possível comparar-se o sertanejo cearense com o mujique russo. O *mir* era, com efeito, um como mutirão: um como mutirão tradicionalmente russo.

Interpretando, ou procurando interpretar, o *ethos* cearense através de romances cearenses, o Professor Abelardo Montenegro admite tais semelhanças — de cearenses com russos — para destacar que tanto no romance que possa ser considerado tipicamente cearense como no caracteristicamente russo aparecem sempre personagens marcados por cicatrizes de “lutas cearensíssimas ou russíssimas com o clima — a sêca ou o inverno”, havendo, num como noutro romance, no cearense e no russo — é claro que susceptíveis de confronto, tão somente sociológico — a frequente presença do misticismo. A propósito do que recorda ter o jornalista Xavier de Carvalho, em correspondência para o *Diário Popular*, de São Paulo, reproduzido em *A República* (Ceará) de 15 de outubro de 1897, referido haver outro jornalista visitado, naqueles dias, Tolstoi — o grande — e perguntado ao autor de *Guerra e Paz* o que sabia do Brasil. O escritor russo, em resposta, teria se mostrado conhecedor da figura — que de fato chegara a ter repercussão européia — de Antônio Conselheiro; e observado dela que tinha pontos de contacto com os chamados “santos varões” então, de modo algum, incomuns entre russos.

Como incomuns entre os russos não eram, então, os nativistas antieuropeus: outro ponto em que é possível aproximar-se o *ethos* tradicional cearense — há anos em dissolução — do *ethos* russo que a ditadura dita socialista vem, ora contrariando, ora tolerando e até estimulando, na gente das Rússias. O cearense

tem sido, talvez, no Brasil, o brasileiro mais antieuropeu: traço, nêle, que se vem apagando nos últimos decênios. Nenhum foi mais sistematicamente antiportuguês, ao seu antilusismo tendo correspondido seu cabocismo quase místico que, se teve excessos até ridículos, contribuiu, entretanto, através, principalmente de José de Alencar, para dar à língua portuguesa escrita por brasileiros, independência das regras e das convenções estabelecidas pelos portugueses para Portugal. Quando Alencar escreveu que “o filho dos trópicos deve escrever numa linguagem sua própria, deve ser indianista por índole e mesmo por birra”, comunicou ao Brasil um cabocismo de sabor agrestemente cearense de que a literatura brasileira precisava — e precisa — para afirmar-se através de uma forma também brasileira, tropicalizada, do escritor — principalmente o romancista, o contista, o cronista — escrever, no Brasil, a língua comum ao nosso país e a Portugal.

É claro — pode-se hoje dizer — que tal afã não necessitaria de extremar-se num movimento sectariamente nativista a favor de uma língua brasileira, de todo diferenciada da portuguesa. Sabemos hoje que uma das características de vigor atual da cultura brasileira está no fato de poder sua literatura, quase tanto quanto sua música, comunicar-se a Portugal, às Áfricas portuguesas, ao Oriente português, através de uma língua comum, crescentemente tropicalizada. Daí escritores cearenses como o próprio José de Alencar, como Domingos Olímpio, como Gustavo Barroso, como Rachel de Queiroz, terem leitores e admiradores entre portugueses da Europa e entre lusotropicalistas do Oriente e da África. Isto a despeito de ilustre cearense de hoje gabar-se de ter passado vinte e cinco vezes por Lisboa, sem ter deixado o aeroporto para um contacto, mesmo rápido, com a cidade.

Algumas interrogações se impõem em torno de um cearense do qual o Brasil evidentemente continua a precisar, à base do que tem sido a sua ação dinamizante e abasileirante em outros Estados que não o seu. Melhoradas, porém, as condições de vida e aumentadas as oportunidades de êxito, no próprio Ceará, continuará o cearense a emigrar e a difundir seus traços por êsses outros Estados? Continuará a haver um cearense nômade, “cigano”, “judeu”, ou tais característicos, tidos por alguns observa-

dores como fixos, vêm sendo condicionados, nêsse brasileiro notavelmente andejo, pelas precárias condições de vida e pelas dificuldades de êxito que se vêm levantando periódicamente e até permanentemente contra êle — contra número considerável de cearenses — no seu Estado ou na sua Província? Virão essas condições e essas dificuldades condicionando a presença de cearenses nas Forças Armadas do país ou haverá uma vocação militar da parte do cearense, mais permanentemente psicológica que circunstancial?

Dos cearenses, figuras históricas de quem o Brasil inteiro, e não apenas o Ceará, se tem beneficiado, quais os que devem ser considerados não só mais caracteristicamente cearenses e como do tipo de que o Brasil continua a precisar mais? Ibiapina? Dona Bárbara de Alencar? O Brigadeiro Antônio de Sampaio? José de Alencar? Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”? Rodolfo Teófilo? Gustavo Barroso?

Conclua-se: certo, como é, que o Ceará vem sendo o Estado do Nordeste mais favorecido pelo governo central, nos últimos anos, inclusive através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, não estará se modificando o comportamento do cearense e com essas modificações de comportamento, não estará — repita-se — se alterando o seu *ethos* ou a sua personalidade e, com essa alteração, acentuando-se nêle, cearense, a tendência para empolgar cargos políticos e lideranças econômicas de importância nacional, com proveito particular mais para o seu Estado que para a região Nordeste? Não estará, mais do que noutros nordestinos, se avivando no cearense um ânimo estadualista que não se concilia de todo com o desenvolvimento nacional brasileiro, como um desenvolvimento interregional?

Não se imaginam mais migrações de cearenses para a Amazônia como as que se sucederam às secas de 1877, de 1888 e de 1900: migrações tão fortes que se justifica a generalização de ter sido “o braço cearense que povoou o Amazonas e cearense o movimento de que resultou o Acre”. Com o que vem ganhando ultimamente para si, com melhoramentos favorecidos, dentro do Ceará, pelo Governo Central, o Ceará, verifica-se êste paradoxo: perde o Brasil que, vasto como é, continua a precisar de

pioneiros com a fibra cearense para o povoamento e a autocolonização de áreas importantes do território nacional.

É possível que, por tradição mais do que por constante psicológica, o cearense, embora não mais em grande número, se faça presente nesses empreendimentos de importância nacional: sem proveito direto para o Ceará. A força psicológica da tradição é, neste particular, considerável, por ela em parte se explicando que o irlandês Católico, mesmo como novas e melhores condições de vida na Irlanda, desde a independência, continui animado do espírito de aventura americana; do desejo de emigrar para a América. É possível que, dos cearenses, vários continuem a ser atraídos por outros espaços brasileiros que não o cearense para, nesses espaços virgens ou quase virgens de moderna ação brasileira, afirmarem a capacidade cearense para esforços pioneiros. Esforços pioneiros de que o Brasil precisa nesses espaços. E precisando desses esforços precisa de cearenses com o ânimo pioneiro. Dêles ou de substitutos dêles que podem vir a ser brasileiros de Estado relativamente populoso, agora menos favorecidos nas suas necessidades de desenvolvimento que o Ceará.

A sugestão sociológica em torno do assunto coincide com a antropológica: não nos sentimos autorizados, sociólogos e antropólogos, a sustentar haver tipos ou subtipos antropológicos que possam ser considerados absolutamente fixos em seus característicos físicos ou psicológicos. Esses característicos são susceptíveis de ser alterados pela ação, sobre a hereditariedade ou sobre a herança, quer de ambientes, quer de circunstâncias modificadoras desses ambientes.

O subtipo cearense não parece ser a exceção fixa, imaginada por alguns observadores do que consideram, em termos absolutos, uma relativa singularidade — vá o paradoxo. Idéia que seria válida, também, para o gaúcho como para o baiano ou o pernambucano ou o mineiro.

A presença do cearense vem sendo decerto notável na vida, na cultura, na economia brasileiras; e o Brasil vem se beneficiando grandemente desse subtipo de brasileiro, sem dúvida alguma valioso para a definição ou a consolidação de um tipo

nacional. O Brasil vem precisando dêle e continuará a precisar dêle enquanto durar no país um processo de autocolonização.

Sucedem porém que o subtipo conhecido como cearense vem se alterando e tende a alterar-se a medida que se modificam condições de vida e de êxito no Ceará: dentro do Ceará. Tende assim a alterar-se a relação desse subtipo com o todo nacional. É possível, assim, que o Brasil, necessitado ainda, em dimensão nacional, da ação desse subtipo, tenha de agora em diante que suprir-se dela, não tanto no Ceará histórico, em rápida transformação, como noutros Ceará sociológicos que venham a substituir o histórico. Isto sem se excluir a possibilidade — repita-se — de, por tradição como que dinâmica, cearenses da melhor fibra pioneira continuarem a serviço não só do Ceará como do Brasil: da autocolonização do Brasil que é um processo inacabado.

O PROBLEMA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DOS DIVERSOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES BRASILEIRAS

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

1 — *Geografia e desenvolvimento*

O problema do crescimento econômico e do estabelecimento de critérios para aferição dos vários níveis de desenvolvimento econômico no mundo, vem preocupando aos mais diversos e variados especialistas das ciências sociais — sociólogos, economistas, antropólogos, estatísticos, demógrafos e geógrafos. Isto porque, mesmo sem sermos deterministas, temos de reconhecer que há uma influência das condições geográficas — posição, relêvo, clima, sistemas de povoamento, sistemas de exploração da terra, localização do complexo industrial, arcabouço urbano, rede de transportes, etc. — sobre o desenvolvimento econômico. Necessário se faz, assim, a participação dos geógrafos nos estudos preliminares de diagnóstico, nos estudos de prospecção para o futuro próximo e até mesmo nos trabalhos de planificação e de execução dos planos de desenvolvimento regional.

Mas como distinguirmos o desenvolvimento do sub-desenvolvimento? Como caracterizarmos um país como sub-desenvolvido em um mundo em que, sabemos, dois terços de sua população se encontram em estágios considerados como de sub-desenvolvimento e apenas um terço nos de desenvolvimento? E como estabelecermos critérios para distinguir os vários estágios em que se acham os países sub-desenvolvidos?

Vários são os conceitos de sub-desenvolvimento. Assim, para o economista americano Eugene Staley (1) “os países sub-

desenvolvidos são aquêles que se caracterizam: 1) por pobreza crônica da massa do povo e não por pobreza conseqüente de algum infortúnio passageiro; e 2) por métodos obsoletos de produção e organização social, significando isto que a pobreza do país não se deve inteiramente a recursos naturais e que suas dificuldades poderiam ser presumivelmente reduzidas se fôsem usados métodos já experimentados em outros países". Para o geógrafo francês Y. Lacoste (2): "Fundamentalmente, o sub-desenvolvimento pode se definir, em um país determinado, como um estado devido à distorsão durável entre um crescimento demográfico mais ou menos forte e um relativamente fraco crescimento de recursos. A situação do sub-desenvolvimento pode então ser objetivamente constatada em um determinado país, sem recorrer à comparação, com outros países, às vezes distantes, que não têm correlações concretas com o caso estudado". Ainda, de acôrdo com "definição proposta pela Comissão das Nações Unidas para um país desenvolvido, pode dizer-se que o sub-desenvolvimento econômico implica na utilização insuficiente dos recursos, relativamente ao nível de conhecimentos atingidos com respeito àquela utilização. Em outros termos o maior ou menor aproveitamento das potencialidades do país marcará o seu grau de subdesenvolvimento" (3).

Assim, o sub-desenvolvimento, embora se apresente em estágios bem diversos na superfície da terra, com características próprias em várias áreas, possui uma série de características comuns que equacionadas fornecem aos cientistas sociais os índices necessários a sua caracterização. O Brasil apesar de sua extensão territorial, de sua elevada população absoluta, de suas numerosas grandes cidades, dos recursos de que dispõe e do estágio de desenvolvimento de sua indústria, é considerado por todos os cientistas que o estudaram sob êste prisma como país sub-desenvolvido. Não quer isto dizer que êle se coloque ao lado dos países menos desenvolvidos do mundo, de vez que se acha neste grupo em um dos estágios que já obtiveram um certo desenvolvimento, possuindo uma produção agrícola ponderável e uma indústria em ascensão. Entretanto ainda não tem condições para oferecer aos seus filhos uma quantidade de empregos a altura da demanda, donde a baixa renda "per capita",

o desemprego e a mendicância. Também é insuficiente a alimentação necessária aos seus filhos, donde a sub-nutrição, o baixo nível sanitário e educacional assim como a pequena esperança de vida de sua população.

São vários os índices usados pelos cientistas sociais para avaliar os níveis de desenvolvimento. Entre êstes podemos salientar:

a) — a "renda per capita", de vez que há uma muito desigual distribuição de "renda per capita" entre os vários países. Podemos em linhas gerais considerar como baixas as rendas "per capita" inferiores a 500 dólares por habitante-ano. Dentro dêste critério, veremos, então, que a "renda per capita" brasileira está em crescimento — de 46 dólares em 1938 elevou-se para 152 em 1954 (4) para ultrapassar os 250 dólares em 1957 (5). Êste crescimento, porém, não é dos mais promissores, pois em 16 anos, de 1938 a 1954 — foi multiplicada três vezes, enquanto a dos Estados Unidos no mesmo período foi multiplicada por mais de três e meio — de 512 dólares para 1847 — apesar de ser já, em 1938, mais de dez vezes maior que a nossa. O Canadá e a Venezuela multiplicaram quatro vezes essa renda no mesmo período. Uma análise ligeira do problema nos indica ainda que muitos países sub-desenvolvidos têm renda superior à nossa como a Costa Rica, a Malásia, a Colômbia, a Indonésia, a Bulgária, a Rumânia, a Hungria, a República Sul Africana, a Argentina, Cuba e até o Panamá e Surinam (6.) Alguns países monoprodutores, em larga escala, de um produto altamente valorizado como o petróleo — Venezuela e Koweit — e que têm pequena população, apresentam em geral uma elevada "renda per capita", embora sejam sub-desenvolvidos se a êles aplicarmos outros índices de aferição. Nestes países, geralmente, o dinheiro oriundo do produto de exportação é malbaratado em obras suntuosas, obras de fachada, não contribuindo para a solução dos problemas da população. Assim, além de nossa "renda per capita" ser baixa o seu ritmo de crescimento é inferior ao dos países desenvolvidos e de alguns sub-desenvolvidos, fazendo com que as distâncias aumentem cada vez mais. Aliás, isto é consequência lógica do fato de estarmos sempre a exportar alimentos e matérias primas,

produtos cujos preços estão se deteriorando cada vez mais no mercado internacional.

Como nos demais países sub-desenvolvidos, a população brasileira cresce de forma assustadoramente rápida, numa proporção de quase 3% ao ano, proporção que é suplantada apenas por países de muito baixo desenvolvimento industrial como o Sudão, na África, o Irã, Formosa, a Síria, a Malásia, na Ásia e alguns países latino-americanos como Honduras, Guatemala, República Dominicana, Salvador e Nicaragua, assim como Jamaica e Surinam (7). Tão alto crescimento demográfico é o resultado, naturalmente, de uma mais eficiente política sanitária que aumenta a média de vida da população, como também da existência de uma alta percentagem de população rural, de baixo nível cultural que não conhece e não aplica os processos anti-conceptivos, ou melhor, o controle de natalidade.

Excessivamente alta é ainda a taxa de analfabetos existentes no país, ultrapassando os 50% da população adulta, isto apesar das campanhas de alfabetização de adultos e das mais variadas tentativas de combate ao analfabetismo. Até países como o Paraguai, o Sião, o Ceilão, o Equador, e a República Dominicana possuem neste setor posição melhor que a nossa. Inferior ao Brasil só mesmo alguns países como a Bolívia, a Síria, a Turquia, a Malásia, o Haiti, o Egito, a Indonésia, os jovens países da África ou este continente de problemas para-insolúveis que é a Índia (8).

Quanto ao regime alimentar médio — pouco mais de 2.500 calorias por habitante — o Brasil está em condições pouco lisongeiros, em situação equivalente a Portugal, Gana e Honduras, inferior à Grécia, à Espanha, ao Peru e até à Etiópia (9). Apesar destas inferiores condições alimentares e das deficiências de abastecimento, possui o Brasil cerca de 60% de sua população ativa dedicada às atividades agrícolas. Aliás, uma das características do mundo sub-desenvolvido é que embora tendo uma alta percentagem de população ativa dedicada às atividades agrícolas, estas, devido às condições inferiores de produção e à baixa produtividade, apresentam uma produção inexpressiva face aos países industrializados que fazendo agricultura moderna, produzem com apenas vinte ou vinte e cinco

por cento de sua população ativa, alimento suficiente para a população urbana e para a exportação. Os Estados Unidos, por exemplo, têm tão alta produção agrícola que um dos seus grandes problemas é colocar no mercado internacional, às vezes por preços inferiores, os excedentes que, estocados, iriam acarretar grandes despesas e problemas de espaço para armazenamento.

Ainda é baixo o índice de utilização de energia por habitante-ano (10), sendo inferior na América Latina a do Chile e a do México, países que têm "renda per capita" inferior à nossa. Isto apesar de nos últimos vinte anos se vir intensificando o aproveitamento dos nossos recursos hidro-elétricos — construção das usinas de Paulo Afonso, Furnas, Peixoto, Três Marias, etc. —, organizando-se a produção e a refinação do petróleo e se ampliando a produção de carvão. Ainda temos muito que caminhar para obtermos um razoável consumo de energia elétrica e, conseqüentemente, condições de vida mais elevadas.

Se fizermos uma comparação em dólares entre o volume do comércio exterior e o número de habitantes, em um ano, vemos que, devido à deterioração do preço dos nossos produtos básicos de exportação — café, cacau, algodão, minérios de ferro e manganês, etc. —, o nosso índice é baixíssimo, inferior a cinco dólares, sendo suplantado por países bem menos importantes que o nosso como a Bolívia, o Peru, o Chile, a Guatemala, o Salvador e a Costa Rica na América Latina, Gana, Marrocos, Tunísia e Argélia na África, Portugal e Grécia na Europa e Ceilão, Síria, Líbano e Iraque na Ásia (11).

Vemos assim, da combinação destes índices de mensuração, que o nosso país apesar de sua alta produção agrícola, de possuir um relativo desenvolvimento industrial e uma das dez maiores populações do mundo, tem condições econômicas débeis que às vezes os iguala a países de pequena expressão territorial e populacional. Formamos com a Índia e a China os três grandes países sub-desenvolvidos do mundo, países de dimensões e de problemas quase continentais. Realidade que indica ser difícil nos tornarmos uma grande potência dos fins do século XX, como afirma Pimentel Gomes (12) se a nossa economia e, em consequência, a nossa organização social não sofrerem nos próximos anos um processo de acelerada dinamização. Dinamiza-

ção que quebrando velhas estruturas, gere estruturas novas mais consentâneas com o desenvolvimento do mundo.

Como se vê, o conceito do sub-desenvolvimento não é um conceito abstrato, que possa ser aplicado a qualquer país através de um critério único ou mesmo de um jogo de critérios. Ele tem fortes implicações geográficas embora não possamos concluir pela existência de um determinismo geográfico em relação ao desenvolvimento econômico. Podemos, porém, afirmar ser necessário um profundo conhecimento geográfico de um país ou de uma região, um sério estudo de síntese que diagnostique em seus múltiplos setores a realidade existente para daí se poder fazer prospecções para o futuro (13) e baseado nestas prospecções, nas perspectivas e tendências de crescimento, organizar os planos de curto prazo. Estudo básico que diagnostique as possibilidades de exploração dos recursos naturais; a população com sua estrutura e suas tendências de crescimento, assim como sua distribuição geográfica; os estágios e a capacidade de evolução das atividades agrícolas e pecuárias; as condições e possibilidades de desenvolvimento da industrialização; a racionalização da comercialização dos produtos, tanto face ao mercado interno como ao externo; a organização, dentro de um plano de integração nacional, da rede de transportes marítimos, fluviais, terrestres e aéreos; a interligação entre as cidades a fim de que se forme um autêntico arcabouço urbano. Com estudos deste tipo, globais, contariam os planejadores com um documento básico que os aproximariam da realidade existente e o libertariam na medida do possível dos preconceitos profissionais e das teorizações doutrinárias. Teorizações doutrinárias que têm grande importância, que são necessárias, mas que devem deixar ao técnico a maleabilidade necessária à aproximação entre a teoria e os fatos, entre o ser e o dever ser, entre o possível e o desejável.

Baseado nestas considerações e idéias é que escrevemos este artigo no qual procuraremos retratar o Brasil em suas facetas, em seus aspectos variados em suas regiões bem diversificadas pelas condições naturais e pelos estágios de desenvolvimento que estão a necessitar de um plano geral de desenvolvimento que seja o resultado de uma série de planos regionais específicos e

bem entrosados. Que procure solucionar os problemas imediatos, sem esquecer as implicações destas soluções sobre o futuro. Em linhas gerais, vemos que o país possui uma região desenvolvida — o Sudeste —, uma região em desenvolvimento — o Sul —, uma região de povoamento antigo mas esclerosada — o Nordeste — e três regiões novas que só recentemente se encontram em fase de verdadeira ocupação, apresentando ainda uma densidade demográfica muito baixa — o Norte, o Meio-Norte e o Centro-Oeste. É necessário portanto manter o ritmo de desenvolvimento do Sudeste, acelerar o do Sul, quebrar os fatores que esclerosam o Nordeste a fim de que ele se desenvolva e incentivar, dirigindo racionalmente as conquistas das terras novas, disciplinando o povoamento e o crescimento econômico do Norte, do Meio Norte e do Centro-Oeste.

Este problema das diversificações regionais é encontrado tanto nos países grandes como nos médios e até nos pequenos; tanto nos sub-desenvolvidos como nos desenvolvidos. Assim, há nos próprios Estados Unidos, regiões altamente desenvolvidas como o Nordeste e a Califórnia ao lado de regiões de economia esclerosada como o chamado “Velho Sul” e novas como certas áreas do Centro e do Oeste. O mesmo ocorre em velhos países como a França em que as regiões agrícolas como a Bretanha, o Sudoeste e o Causses se despovoam em benefício de Paris, do Norte e do Leste altamente industrializados. O mesmo ocorre na União Soviética em que há grande contraste entre as regiões bem povoadas e industrializadas da Ucrânia, da bacia do Donetz e da região de Moscou, e as terras novas dos Urais, da Ásia Central e da Sibéria. Até em países pequenos estes desníveis são bem sentidos como em Israel em que o Norte — a Galiléia — que possui condições naturais favoráveis foi rejuvenescido após a imigração judia e a formação do Estado Judeu e apresenta níveis econômicos elevados e o Sul — o Neguev — onde se abre uma nova fronteira econômica graças à planificação e à utilização de técnicas necessárias à conquista do deserto, à sua integração no todo nacional. Daí o surgimento e o desenvolvimento nas universidades européias de uma nova disciplina, o “Aménagement du Territoire”, — termo de difícil tradução, — que procura estudar os desníveis de desenvolvimento regional e

apontar os processos capazes de dinamizar as regiões atrasadas a fim de conciliar o desenvolvimento regional com o nacional — evitando as grandes diferenças de níveis de desenvolvimento em um mesmo país — e possibilitando uma coordenação entre as medidas a curto prazo com as necessidades a longo prazo. Em conjunto, racionalizar o desenvolvimento em suas relações com o espaço e o tempo (14).

2 — *O Brasil e a possibilidade de uma política de "aménagement du territoire"*

No Brasil as diferenças de desenvolvimento regional são bem patentes, constituindo, faz muitos anos, uma preocupação dos seus estudiosos e administradores. Daí a criação de vários órgãos dedicados à planificação do desenvolvimento regional como a Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Comissão do Vale do São Francisco, a Comissão Inter-Estadual da Bacia Paraná-Uruguaí, etc. Comissões e autarquias que têm as vezes competência em uma mesma área e que são ora mais e ora menos dinâmicas; que trabalham isoladas umas das outras sem pensar em uma coordenação que vise o desenvolvimento harmônico do todo nacional. As experiências de planejamento global, como o Plano Trienal (15), não tiveram aplicação, não havendo assim uma coordenação entre os vários planos regionais e a integração dos mesmos face ao todo nacional.

Ora, como demonstramos em páginas anteriores o Brasil é, do ponto de vista econômico e cultural, levando-se em conta as grandes regiões e as sub-regiões, um conjunto de manchas que se distanciam umas das outras não só no espaço como no tempo; não apenas léguas, mas também dezenas de anos ou até séculos separam estas várias áreas. Assim, quanta distância há no tempo e no espaço entre São Paulo e Guanabara, de um lado, e o interior do Piauí, do Maranhão, de Goiás e da Amazônia do outro? Em uma menor escala entre o Recife e Salvador e o Sertão baiano ou pernambucano? E quais as implicações destas divergências nos dias de hoje em que o rádio e o caminhão ligam

os lugares mais distantes? Quais as consequências sobre os grandes problemas nacionais?

Quanto à industrialização, um grande problema é o do pequeno desenvolvimento de nossa indústria para atender a uma população de mais de 80 milhões de habitantes. Mas a este problema se liga um outro, o de se concentrar esta indústria no Sudeste, dando a esta região poderes e condições econômicas que garantiriam a colonização do resto do país por ela. Distorsão econômica que pode acarretar sérios problemas políticos e que necessita ser corrigida, numa política bem orientada a curto e médio prazos. Assim, pode-se corrigir as migrações internas que dificultam as áreas sub-desenvolvidas em benefício das desenvolvidas, oferecendo trabalho e elevando as condições de vida na área de repulsão de emigrantes.

A diversificação entre métodos utilizados na agricultura e na pecuária, a área ocupada pelos mesmos e o número de pessoas que nelas trabalham é outro aspecto a merecer consideração, sobretudo sabendo-se as suas implicações sobre a produção e a produtividade. Para se ter idéia da diferença de níveis técnicos na agricultura, basta salientar que 44,2% dos tratores e 27,7% dos arados existentes no Brasil — respectivamente 28,101 em 63.493 e 286.580 em 1.031.930 — estão em São Paulo, sendo este Estado, conseqüentemente, o que possui maior e mais equilibrada produção agrícola — primeiro produtor nacional de algodão, amendoim, banana, batata inglesa, cana-de-açúcar, laranja, milho, tomate, etc. —. O Rio Grande do Sul, nosso segundo Estado em produção agrícola, possuía em 1963 16.675 tratores — 26,4% dos tratores do país — e 440.467 arados, ou seja 42,7% do total nacional. Em consequência, ele é o maior produtor nacional de arroz, aveia, batata-doce, cebola, cevada, fumo, mandioca, soja, trigo e uva. Além disto, a produtividade média obtida no país, em geral, é baixa, tanto no que diz respeito às culturas comerciais, de exportação, como àquelas destinadas ao abastecimento interno. Na Tabela n.º I colocamos, para ilustrar esta afirmativa, a área cultivada e a produção de algumas das principais culturas do país.

TABELA N.º I

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PRODUTIVIDADE
NO BRASIL, 1963

Cultura	Área cultivada (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg por ha)
Algodão	3.553.746	1.956.895	550
Arroz	3.721.800	5.740.065	1.542
Cacau	469.644	143.945	306
Café	4.286.129	3.301.054	770
Cana-de-açúcar ..	1.509.011	63.722.895	42.220
Feijão	2.982.436	1.942.364	651
Fumo	250.402	206.806	825
Mamona	307.187	239.860	780
Mandioca	1.617.810	22.248.267	13.752
Milho	7.920.365	10.418.267	1.315
Trigo	793.494	392.363	494

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — 1964

A Tabela mostra que as culturas que ocupam maiores espaços são o milho, o café, o arroz, o algodão, o feijão, a mandioca e a cana-de-açúcar. Assim, salientam-se pela extensão da área ocupada — mais de um milhão de hectares —, algumas culturas alimentícias e outras industriais, bem como espécies destinadas ao consumo do país e outras destinadas à exportação. De um modo geral, a produtividade é baixa, podendo ser ampliada se a agricultura passar a ser feita de forma intensiva, por processos mais racionais. Apenas para exemplificar, vemos como é baixa a produtividade do arroz, em que o Brasil produz 1.542 kg por hectare, enquanto o Japão produz 4.130 e a China 2.530. A nossa produtividade equipara-se à de países como a Birmânia — 1540 kg por ha. — e a Indonésia — 1580 kg. por ha. —, superando a Índia — 1.180 kg por ha — e a Tailândia — 1.290 kg por ha.

Quanto ao milho, a nossa produção de 1.315 kg por ha é bastante razoável frente à dos grandes produtores latino-ameri-

canos como o México — 760 kg. por ha. — Colômbia — 1.200 — e Argentina — 1.510 — sendo porém pequena frente aos Estados Unidos que obtêm 2.540 kg por ha. ou mesmo o Egito com 2.080 (16).

Quanto à pecuária, apesar de possuímos rebanhos que correspondem aos mais numerosos do mundo, vimos que os sistemas de criação são extensivos, não apresentando por conseguinte alta produtividade senão em certas áreas das regiões Sudeste e Sul.

Se há, assim, uma desorganização da vida rural, há também da vida urbana. As duas principais cidades do país — Rio de Janeiro e São Paulo situadas a pouco mais de quinhentos quilômetros uma da outra e nas proximidades do litoral, concentram em suas aglomerações cerca de 10% da população do país. As cidades de mais de quatrocentos mil habitantes — Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre — localizam-se, com exceção da capital mineira, no litoral ou próximo a êle. Quanto à localização regional destas oito grandes cidades, vemos que o Norte possui uma, o Nordeste três, o Sudeste três e o Sul uma, enquanto o Meio-Norte e o Centro-Oeste não possuem nenhuma.

Exceto no Sudeste, onde São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte se comunicam largamente entre si e com outras cidades médias e grandes da própria região, do Sul e do Centro-Oeste por rodovias asfaltadas, por estradas de ferro e por dezenas de aviões diários, formando uma moderna rede urbana, as outras, que são metrópoles regionais, estão mais ou menos isoladas em suas regiões.

Belém comanda a vida da Região Norte através de sua imensa rede fluvial e por estradas na chamada região bragantina. No Nordeste, o Recife, auxiliado por centros menores, irradia a sua influência por Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sul do Ceará e do Piauí, disputando com Fortaleza que domina quase todo o Ceará, o Piauí e parte do Maranhão. Salvador exerce influência no território baiano e grande parte de Sergipe disputando áreas à influência do Recife no Norte de Sergipe e no alto sertão de Pernambuco — Petrolina —. No Sul, Porto Alegre é a verdadeira metrópole do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, levando a sua influên-

cia até o Paraná onde Curitiba tenta conquistar economicamente o território do Estado de que é Capital, à Capital gaúcha e à punjante metrópole paulista.

Necessário se faz a modificação dos nossos sistemas de transporte, o aparelhamento dos portos e a reorganização da marinha mercante, a fim de que o país deixe de ser um arquipélago econômico-social e cultural e se integre numa unidade econômica. Unidade econômica que complementa a política, conquistada no século passado com a Guerra da Independência e com a vitória do Governo Regencial sobre os vários movimentos regionais de orientação separatista — Cabanagem, Balaiada, Sabinada, etc.

As nossas estradas de ferro na maioria das regiões continuam sendo meras estradas de penetração, construídas com o fito de exportar as riquezas do país e não de integrá-lo, como ocorre com a São Luís-Teresina, com a Central do Piauí, com a Rede Ferroviária do Nordeste, com a Leste do Brasil, etc. Novas ferrovias deveriam ser construídas facilitando não só o escoamento da produção para os portos como também interligando as várias áreas do país a fim de que se impeça o isolamento de vastos setores do território nacional.

Nada pode ser feito também sem a elevação do nível sanitário e técnico-profissional da população do país, vez que o problema humano é o principal problema a ser resolvido. Sem a sua solução não se pode obter a solução de qualquer outro problema (17).

Para equacionar todos estes fatores a fim de conhecer as tendências de crescimento da nossa economia e os pontos críticos que ela deve apresentar, necessário se faz a organização de um plano de "aménagement du territoire" que sendo prioritariamente humano, sem esquecer o lado econômico, apresente um diagnóstico da situação nacional no espaço e no tempo. Indique as áreas a desenvolver e os meios capazes de promover o crescimento harmonioso e ordenado, entre os vários setores, e regiões a fim de que o Brasil se realize como país. É necessário porém salientar que não consideramos o "aménagement du territoire" como uma panacéia capaz de solucionar os problemas do país mas como um método, como uma técnica a ser empregada na

solução dos nossos problemas, a fim de que o país expanda as suas fronteiras econômicas até onde os bandeirantes, entradistas, missionários e droguistas levaram no passado a nossa fronteira política. A fim de que o país conquiste o seu espaço territorial e se integre no tempo, vencendo a dura batalha contra o subdesenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — O Futuro dos Países Sub-desenvolvidos. Implicações Políticas do Desenvolvimento Econômico, pág. 33. Editora Fundo de Cultura SA, Recife, 1961.
- 2 — Perspectives de la Géographie Active en Pays Sous-Développés, em La Géographie Active, pág. 53. Presses Universitaires de France, Paris, 1964.
- 3 — CAMARGO, JOSÉ FRANCISCO DE — Níveis de Desenvolvimento de uma Economia e sua Abordagem Política. Considerações Sobre Alguns Elementos Relevantes para a Formulação de uma Política de Desenvolvimento Econômico, pág. 133. Tese de concurso. São Paulo, 1962.
- 4 — BRAND, W. — Desenvolvimento e Padrão de Vida. O Problema das Regiões Sub-desenvolvidas, pág. 31. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, s/d.
- 5 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 82/3.
- 6 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 82/3.
- 7 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 82/3.
- 8 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 82/87. Sobre a Índia é interessante ver Bettelheim, Charles — L'Inde Independente, Armand Colin, Paris, 1962.
- 9 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 90.
- 10 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 92.
- 11 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 94.
- 12 — Por que não Somos uma Grande Potência. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1965 e O Brasil entre as Cinco Maiores Potências no Fim deste Século. Leitura, Rio de Janeiro, 1965.
- 13 — É interessante ver o trabalho "Réflexions pour 1985", La Documentation Française. Paris, 1964 para se avaliar a importância deste tipo de estudo.
- 14 — Sobre a teoria do "aménagement du territoire" é interessante ler Guichard, Olivier — Aménager la France. Inventaire de l'avenir. Laffond Gouthier. Paris, 1965; Trintignac, André — Aménager l'Hexagone. Éditions du Centurion. Paris, 1964; Lamour, Philippe — L'Aménagement du Territoire.

Les Editions d l'Épargne. Paris, s/d; Massé, Pierre — L'Aménagement du Territoire, projection géographique de la Société de l'Avenir. Revue d'Economie Politique, SIREY (número especial) Paris, 1964.

- 15 — Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 (síntese) Presidência da República. 1962.
- 16 — BRANDT, W. — Obra citada, págs. 40/1.
- 17 — PRADO JÚNIOR, CAIO — O Problema "Humano" no Brasil, em Rumo. Ano I, n.º 3. Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1943.

PROBLEMAS DE LINGUAGEM E DE ESTILO

LEÔNIDAS CÂMARA

Antes de iniciarmos o estudo do entendimento do estilo e da delimitação do campo da estilística, trataremos de discutir alguns problemas de linguagem expressiva.

Modernamente, a tendência mais acentuada dos teóricos se desenvolve no sentido de relacionar o estilo como a marca individual de oposição do escritor à língua, em termos de choque do pessoal com o coletivo. A velha sentença de Buffon, de que o estilo é o homem, tem sido glosada de diversas formas, até com a ênfase de Max Jacob ao pregar que "un écrivain doit écrire avec son sang" ((Le cornet à Des-citação de Bruneau).

No entanto, temos seguramente em conta que antes que se efetive na linguagem a impressão do estilo, tal como se fôsse êle um elemento exterior da criação literária, um revestimento peculiar da forma elaborada e manifesta do pensamento, há de se haver o artista com a própria matéria do seu trabalho. A percepção mais vulgar e primária do fato, não destituída de certa dose de certeza, aponta a linguagem literária como superposta à comunicação, porque aquela utiliza num manejo hábil artifícios verbais dotados de originalidade e requinte. Não é sem razão que Cressot, em "Le style et ses techniques", assinala que a comunicação, quase sempre, tem por fim "le désir d'impressionner le destinataire".

A linguagem escrita, mesmo sem o cunho artístico intencional, requer uma elaboração mais refletida e lenta, detendo o influxo automático do falar. Escrever exige sempre uma disciplina mais severa do pensamento, uma imposição ou critério seletivo da franja ondulante, vaga e fluída do pensamento até que êle se detenha na teia emaranhada das idéias pelo esforço da reflexão. Escrever é sobretudo uma atividade mental e mecânica que

obriga o indivíduo a “concentrar o pensamento”, como se diz comumente. Portanto, numa tarefa como a do orador, quando entre o ato de refletir e falar, expressivamente, a pausa é muito mais exígua que a do mecanismo de escrever, o êxito será tanto maior quanto com mais rapidez se consiga “censurar” ou policiar a onda do pensamento e selecionar dentre o curso intenso das idéias as imagens mais apropriadas ou sugestivas. O orador ruim, ou o homem que fala em público sem o dom oratório, é aquele que utiliza um “clichê” amoldável a diversas ocasiões e circunstâncias. Seu discurso é resultado de um treino inveterado e por mais eloquência que ponha no tom das palavras, sempre se deixa apanhar na sua fraqueza. Em suma, como lhe falte o estilo oratório, para usar uma velha expressão de gosto retórico, cai no maneirismo. Ora, o maneirismo não é outra coisa que o estilo tomado de empréstimo.

Há ainda a considerar que muitos estudiosos acreditam no chamado automatismo de linguagem, à maneira do “comptendu” dos sonhos dos surrealistas. Isto em que pese o fato arguido, desde o “Précis de Stylistique”, de Bally, de que não existe, na realidade, o pensamento puro ou o pensamento que se realize sem auxílio das palavras. De qualquer forma o pensamento recorre a símbolos que materializem as variadíssimas percepções mentais. É possível que Bally (*Le langage et la vie*) tenha partido da refutação da idéia de ser a linguagem uma criação lógica e pela defesa de ser a base da língua a vida afetiva: “Si le langage n'est pas une création logique, c'est que la vie dont il est l'expression n'a que faire des idées pures”. No entanto, lícito é concluir pela inadmissibilidade de uma forma de linguagem manifesta sem a intervenção reflexiva da elaboração do pensamento. Acreditamos que o artista literário não prescinde da atividade consciente toda vez que transforma idéias em expressões, o que não impede que a sua obra esteja sobrecarregada de um fôra afetiva e psíquica. Mas escrever é ato consciente, mesmo se levando em conta que o pensamento livre não é a mesma coisa que a reflexão, contudo partindo da idéia de que não se concebe uma expressão literária emanada, diretamente, de uma zona além da consciência. Um poema será na sua idéia geral, talvez e para exemplificar, uma transposição de um mundo do sub-consciente, mas sua for-

ma só foi possível pelo desmonte daquilo que se chama “montanha mental”. Escrever é ato consciente destinado a pôr o indivíduo em face da realidade; é uma atitude de reconhecimento, suscitada por impulsos psíquicos de diversa ordem, mas realizada, no plano artístico, pelas etapas da elaboração do pensamento, da reflexão e da manifestação das idéias através de um instrumento próprio, peculiarmente manejado e dirigido à impressão de uma personalidade.

É natural que a conceituação da linguagem literária preceda um estudo específico sobre o estilo, mesmo que queiram alguns vêr no estilo toda a intensidade da linguagem literária ou expressiva. Para nós o estilo será um meio, embora fatal e necessário, para que se alcance a realização artística por intermédio da palavra. O estilo, embora encampe motivações de essência dentro da compreensão da obra literária, servirá ao estudioso como um elemento da forma. Contudo, é uma ironia amarga que não se possa conceituar com segurança a linguagem expressiva. Talvez haja uma desmedida preocupação de analisar, de esquadriñar, de decompor a palavra como matéria-prima, capaz de elidir o caminho para uma definição clara. O exclusivismo com que alguns autores de estilística enfrentam o problema, criando uma área de atritos com a crítica literária, e mesmo em decorrência da divisão entre estilística pura e crítica estilística, a primeira científica, a segunda subjetiva, fez com que o problema encontrasse outras áreas de estudo e conquistasse a observação filosófica de um Sartre em “Qu'est-ce que la littérature?”. Colocaremos o assunto do ponto de vista de Sartre, Dámaso Alonso e Henry Mavit, apenas para fins de uma exposição comparativa, fazendo ressaltar como tais estudos tendem a cair na superfície da matéria formal.

Jean Paul Sartre, partindo da distinção da linguagem da poesia e a da prosa, arremata seu pensamento pela demonstração de que a poesia não se engaja, a prosa sim. Para êle, “encore faut-il distinguer: l'empire des signes, c'est la prose; la poésie, est du côté de la peinture, de la sculpture, de la musique”. Com singular originalidade, demarcando a posição do poeta, diz Sartre: “Les poètes sont des hommes qui refusent ‘d'utiliser’ le langage”.

Na realidade, toda vez que se quer definir o instrumento da arte literária, fatalmente havemos de nos aproximar da poesia, que desliga, arbitrária que é, a palavra de sua predestinação convencional de símbolo das coisas de meras representações. Para Jean Paul Sartre, na prosa as palavras são armas, na poesia são coisas.

Assim como Sartre insiste no desligamento do poeta, que se "recusa" a utilizar a linguagem, como instrumento comum e de curso forçado, Paul Valéry refugindo no seu universo poético, refere ser a poesia "un langage dans le langage". Assume o poeta, em ambas as concepções, um compromisso consigo de não se deixar trair pela expressão discursiva; de reinventar a palavra na medida do seu arbítrio e das emoções, com tanta liberdade quanto essa seja necessária para afastá-lo do "parleur" e do prosador, que dominam a linguagem de forma utilitária.

Entendemos que o instrumento comum de comunicação, as formas convencionais, intuitivas e sedimentadas da linguagem, como um corpo vivo, móbil, flexível parece se obstinar a essa manipulação dos poetas, resistindo, a todo o custo, a uma deformação de sua fisionomia plasmada anônimamente. É essa resistência, como num desafio, que pode levar o criador medíocre à tortura da falta de expressão ou suscitar nos legítimos artistas um verdadeiro prazer estético. O primeiro jogo (tomando-se a arte como lúdica, para exemplificar) é com a matéria da linguagem, que nada tem de estática e inerte, que é alguma coisa dinâmica, nunca o bloco frio de mármore do escultor, um instrumento já amoldado e oferecido à mágica das metáforas, à redescoberta de sentidos ocultos e de forças latentes e secretas. Razão tinha Sapir ao assinalar na "Introdução ao estudo da fala" que a linguagem, ao lado dos seus inesgotáveis recursos, oferece bastante corda para enforçar os escritores sem valor.

Inclinamo-nos a afirmar que os poetas fazem mágica com as palavras, tanto quanto o ilusionista "transforma" a água em vinho, o lenço de crepe em cândida avêzinha... É que o mágico, partindo de uma matéria palpável, corriqueira, visualizada quotidianamente, de chôfre nos revela a transfiguração das

coisas que despojávamos do seu conteúdo secreto, miraculoso, emocional.

Henry Mavit, na sua "L'intelligence créatrice" (cap. V) chega a asseverar: "Certaines pratiques de la magie reposent sur un principe juste". O pensador francês, que escreveu sua obra em 1939, de certa maneira, descontado o seu idealismo sonhador, vai se aproximar da idéia sartreana em torno da palavra em poesia. Para Mavit a palavra é um substituto das "emotions et d'expériences analogues ou semblables. Un objet est une chose qui a participé à notre vie en des circonstances qu'une mémoire proustienne pourrait retrouver".

Ora, esta concepção da palavra poética, logo nos lembra aquilo que Sartre diz em "Qu'est-ce que la littérature?" a respeito do vocábulo "Florença", de múltiplas significações, e que para êle recorda uma artista americana dos seus tempos de infância... O termo ressurgue quase como se provocado por uma memória proustiana e não um símbolo das coisas, mas uma verdadeira coisa. Diria Mavit que a palavra Florença, para Sartre, é um substituto de uma emoção, de uma experiência evocada sempre pela memória afetiva das coisas. cremos que ambas as inferências são corretas.

Vamos agora delinear, em traços largos e ligeiros, alguns aspectos das idéias de Dámaso Alonso, que preconiza para a estilística o campo de estudo interpretativo da forma interior da expressão literária. Diz êle que a sua teoria equivale, com relação à de Saussure, a uma "terceira dimensão" da realidade idiomática. Note-se que Alonso (Poesia Espanhola) toma o estudo das formas da palavra (interna e externa) como base para a interpretação extensa da obra literária.

Para Saussure a palavra (signo) reúne um elemento chamado significante (imagem acústica) e outro denominado significado (conceito). Como explica Dámaso Alonso, o linguista de Genebra definia o significado (conceito) como arbitrário, resultante de um assentimento. O exemplo está em que "pérola" poderia significar "árvore" se esta designação houvesse recebido o consenso geral.

Quer Alonso que o significante seja formado de complexos significantes parciais. Diverge de Saussure em pontos vitais, sobretudo quando pretende, numa nova verificação da realidade lin-

guística, que o significado não é um mero conceito, mas uma representação do real. Conforme a carga psíquica impressa no signo, há de se restringir a idéia de conceito. Tanto é assim, que Alonso exemplifica o fato de se um indivíduo que não conhecer uma língua ouvir determinada expressão, gravará, apenas, um som físico, mas não terá uma "imagem acústica psíquica". Uma gama intensa de "querenças" imprégna no signo a representação da realidade.

Não discutimos o grande avanço linguístico da teoria de Alonso, nem queremos deslustrar a riqueza das suas interpretações da poesia espanhola. Na verdade, Dámaso Alonso e Amado Alonso penetram, fundamente, na análise da feição da palavra expressiva. No entanto, não conseguimos afastar a idéia de que Alonso postula, para a percepção da linguagem poética, que êle quer com razão seja tomada na sua intensidade afetiva, nos seus movimentos de ordem psíquica, uma atitude forçadamente analítica. Assim, diante de uma obra de arte, um quadro, é de acreditar que Alonso, para entender o trabalho, tivesse de separar todos os seus elementos plásticos. Uma meticulosa tarefa de decompor, de partir, de fragmentar em muitas partes aquilo que foi feito para permanecer íntegro. Uma atividade crítica que há de se coser ao formal e por maior que seja a intenção do estilista, é de se duvidar que chegue à essência do fato literário sob exame. É o próprio autor de "Poesia Espanhola" quem, ao preconizar o vasto campo da estilística do futuro, afirma que o aprofundamento da forma interior da palavra é o objetivo máximo e fundamental, embora, nas circunstâncias atuais da disciplina, provisoriamente, prevaleça o estudo formal da palavra na sua exterioridade...

Não se resiste à idéia de confrontar a posição dos três teóricos: Sartre, Alonso e Henry Mavit. Enquanto o primeiro, com uma extraordinária lucidez, apóia o seu estudo numa distinção da linguagem da poesia e a da prosa, partindo para o engajamento do escritor e alienação do poeta; enquanto o segundo decompõe a palavra como se tivesse diante de si um objeto a ser desentranhado na procura da alma oculta e espelhada veladamente, no signo (pelo menos assim depreendemos da sua teoria, embora Alonso não afirme tal coisa), Mavit vê na palavra poética o substituto de uma emoção visgada à memória.

Ao acaso, realmente ao acaso e por absurdo, tomemos um pequeno exemplo no verso singular de Augusto dos Anjos: "MEU CORAÇÃO TEM CATEDRAIS IMENSAS". Alonso buscaria de pronto e de plano as motivações psíquicas, as "querenças" responsáveis pela ousadia da metáfora. Não evitaria reduzir a compreensão intuitiva do verso ao entendimento, em primeiro lugar, do recurso retórico. Estaria diante de uma expressão — desafio, com sua desconexão, sua imagem líricamente insólita... Desdobrado o signo, colocada à vista sua pujança afetiva, estaria pronto o trabalho estilístico. Sartre (é de se supor, apenas) diria que "catedrais imensas" não é uma representação, que não é coração como catedral ou com catedrais, mas coração-catedral. Rompe-se, assim, livremente, o vínculo entre linguagem e mera comunicação, numa retomada do valor semântico dos termos, tal como se, no dizer de Sartre, o poeta manipulasse palavras-tinta, palavras-tom, palavras-coisa. O jôgo metafórico não é um truque hábil de transfiguração do significado comum dos vocábulos, mas uma constante necessidade poética, embora a função mágica das imagens funcione com relação à intensidade afetiva do autor. Para nós, o alcance expressivo do verso do poeta paraibano repercute como o de Homero: "Aquiles, aquele leão, atirou-se sobre o inimigo". E nunca: Aquiles, como um leão, atirou-se sobre o inimigo.

Diante do exemplo resta situar Henry Mavit. A exclamação do poeta, fugindo ao comum, representa uma emoção que a imagem substitui e que se prende à memória afetiva das coisas. Ainda aí a palavra conserva a sua autonomia e não representa somente; vale pela retomada de uma emoção, de uma experiência que a memória recolheu e porisso escapa ao senso lógico, passa a pertencer ao mundo poético do autor, capaz, também, de despertar em outrem uma recordação proustiana.

Parece-nos, a propósito da conceituação da expressão em poesia, que a crítica, mesmo quando se intitula científica, projeta o estudioso na periferia de um círculo, onde êle deslizará sem esperanças de ir ao centro. A apreciação formal da obra literária, quando não se une a um aprofundamento de outros elementos básicos do fato literário, quando por força quer encerrar numa esfera limitada de análises de "meios" uma compreensão "global" do fenômeno artístico, sofre um constrangi-

mento semelhante àquêle porque passou o personagem de Kafka, posto diante de uma porta, guardada por uma sentinela, e só à morte descobrindo que a entrada fôra feita para o seu acesso. A luz é vislumbrada, apenas, no comprido corredor da edificação, uma réstea por baixo da frincha da porta... Assim são alguns teóricos da estilística moderna ou da ciência da literatura. Não têm coragem de penetrar por trás dos traços formais da obra literária e descobrir a essência artística. Forçam a entrada, argumentam, sofismam, debatem e receiam que lançando mão de recursos não estritamente linguísticos, ou para-linguísticos, sejam acusados de ato lesivo ao código de leis de sua ciência, ainda não estruturada, ainda indecisa na escolha de métodos, dúbia até quanto aos fins a que se destina.

Chega-se a uma situação muito curiosa, desta feita no âmbito mesmo da crítica literária, que já o padre Brémond experimentara ao conceber a poesia como coisa pura e ao dizer que essa só pode ser absorvida pela intuição. Espécie de néctar que embriaga os sentidos... É de se acreditar, então, que onde chega a inteligência não alcança a intuição, e vice-versa... Afirma o padre Brémond que a poesia não reside no sentido acessível do poema, mas numa realidade misteriosa e estranha à razão, que a inteligência desconhece. Ora, assim teríamos que a intuição é uma faculdade de percepção sensorial das coisas, que faz com que nos comovamos diante de uma paisagem sem a razão da sua existência.

Quer nos encontremos em face da palavra poética numa atitude racional ou intuitiva, quer nos inclinemos a explicá-la por meio da análise científica, mobilizando diversos recursos da linguística, da psicologia, da estética, da filosofia, etc., há o insidioso perigo de pregarmos rótulos nas pessoas e nas coisas. A análise, tanto quanto a síntese intuitiva, podem conduzir às generalizações. Um estudo aprofundado, mas formal, do barroco literário, por exemplo, servirá para a classificação exaustiva dos recursos estilísticos, da opulência léxica, da variedade semântica, dos torneios sintáticos, das côres e tons das imagens, mas é de se duvidar que aponte, com precisão, os impulsos ou o substratum ideológico responsáveis pelo nível artístico. Daí o erro ao se dizer que existe estilo barrôco, con-

fundindo-se um padrão literário com sua projeção formal, e, o que é pior, estendendo-se a compreensão dêste "estilo" para a explicação da motivação ideológica. Tal assunto será desenvolvido mais adiante.

Estima-se que a linguagem poética seja tomada funcionalmente, não esquecendo o teorizador o enlace entre o fenômeno linguístico e seus diversos suportes. Sômente uma discussão realmente dialética pode trazer luz ao problema. Um trabalho que sintetize as ligações entre forma e fundo, e entre obra e meio, obra e autor, autor e ambiente com suas implicações ideológicas. O exclusivismo de certa camada de estudiosos da estilística projeta o entendimento da obra literária na periferia de um círculo.

Linguagem e Expressão Literária

O problema envolvendo linguagem e expressão literária em termos de um quase conflito entre o artista da palavra e o seu instrumento, talvez não deva mais ser colocado à luz de "uma luta pela expressão", ou "martírio do escritor", nem tampouco poderá o assunto caber apenas dentro dos limites de um capítulo da estilística. Não acreditamos que a questão possa, confundindo-se com o insolúvel tema da criação literária, ser resolvido, por exemplo, pela estética. Cremos que a investigação das causas do impulso criador fica tanto no âmbito da mesma estética, quanto no quadro da psicologia, mas ao se tratar da manifestação literária do pensamento é, sem dúvida, à linguística, no seu desdobramento no campo da estilística, a que devemos nos transportar.

Pretendemos, agora, dentro da discussão das relações do escritor com a língua, firmar uma convicção segura que abra caminho ao estudo do estilo.

Afirmamos que antes de se encarar a posição do escritor em face da matéria-prima do seu trabalho na idéia de que êle sofre uma verdadeira tortura para o encontro da expressão perfeita, seria melhor falar, em contra-partida, da volúpia do artista ao empreender a realização literária. Ora, modernamente já se admite que o escritor está para o seu idioma, assim como

o individual está para o coletivo. Há uma atitude de escôlha de meios expressivos e uma conformação ao caráter convencional da comunicação. No entanto, querer que isso implique numa verdadeira angústia para o escritor é inferir um estado de impotência criadora, de base, logo diante da primeira matéria do trabalho literário. Dizer-se que a língua não é suficientemente expressiva para reproduzir tôda a complexidade de idéias; que ela não oferece os meios adequados de expressão; que o seu formalismo e suas normas gramaticais são fatôres capazes de tolher a largueza do pensamento constitui raciocínios superficiais. Não nos parece que seja a linguagem, considerada no seu caráter expressivo e marcada pelo estilo, responsável pelo martírio do escritor. Na verdade, mesmo que o artista possua em alto grau capacidade criadora, sua tortura de comunicação decorre da própria largueza do pensar. Sua angústia não será, precisamente, a procura de têrmos globais, de meios fiéis e adequados para a transmissão das idéias, mas a própria ordenação reflexiva do curso do pensamento amplo o levará a um estado de descontentamento ou a uma consciência, melhor, sentimento, de impotência expressiva. Seria admitir que existisse um pensamento puro, que dispensasse o auxílio das palavras como representações ou signos para, em última análise, referir o problema da angústia pela deficiência da linguagem. A palavra, como um símbolo convencional, não se desliga do pensamento, apenas reveste-lhe uma forma comunicativa exterior. As limitações não decorrem das palavras mas da própria vida, como observa Thomas Mann na sua obra "Desengano": "A mim me parece que a língua é rica, exageradamente rica, perto da penúria e limitação da vida. A dor tem limites: a do corpo, no desmaio; a da alma, na demência... A desgraça também. Mas a necessidade humana de comunicar-se inventou sons mentirosos que vão muito mais longe dêsses limites. Será que só a mim o efeito de certas palavras me percorre a medula de alto a baixo, fazendo-me imaginar estados de ânimo que em realidade não existem?"

Com efeito, entre o escritor e a sua língua, seu idioma, há, como observa Sapir (A linguagem) uma espécie de "rendição intuitiva". Rendição, conforme ressalva o autor, que nada tem de comum com a subserviência ao "convencionalismo artístico".

A isso acrescentamos, de modo próprio, que o problema em torno de ser a verdadeira arte uma manifestação personalíssima do autor, mas quando se trata de literatura a liberdade do escritor, se bem que não fique tolhida, pelo menos há de sofrer uma subordinação a um instrumento peculiar e fatal, uma matéria "feita". Através do estilo o autor vai empreender o trabalho de amoldar o barro da palavra à sua maneira: mas não esquecerá que luta com uma matéria-prima elaborada pela e para a coletividade e que serve a essa coletividade dentro de um meio.

Não poderá haver para o escritor autêntico, isto é, no meu entender, para aquêlê homem que deixa na sua obra a marca de sua liberdade de pensar originalmente manifesta, um sofrimento pela sujeição à forma. A fôrça latente da linguagem, que Saussure atesta e estuda, não é um mito encerrado num labirinto. O que nos induz a pensar que o escritor se martiriza por causa da precariedade da palavra, pode ser melhor entendido se atinarmos com o seu exercício de aprofundar as riquezas e virtualidades do idioma. Tanto êsse esforço é válido, e considerando-o de modo ideal significará o "prazer" do escritor no manejar o idioma, que os padrões linguísticos sofrem uma profunda modificação, um sulco, tôda vez que se transforma, por oposição dialética, o pensamento literário de uma coletividade. Não seria êrro concluir que essa alteração doutrinária no campo da literatura, na sua dinâmica, nasceu do prazer individual de conceber a obra de arte com uma liberdade nova. E, na variabilidade da linguagem, tanto quanto das doutrinas literárias, com seus suportes ideológicos, vamos registrar sempre um caminho aberto aos novos ideais estéticos.

Estamos, assim, aptos para demonstrar que o pensamento, comunicação e expressão formam um triângulo com duas faces voltadas para o artista, dêle íntimas e indissolúveis, enquanto a outra face se dirige ao coletivo, que é a comunicação. Pela expressão, e através do estilo, o escritor fica sujeito a si mesmo, tanto quanto pelo ondular do pensamento. Mas a comunicação coloca-o de frente ao meio social, embora pouco importe ao artista da palavra o tempo. Pode ocorrer que uma geração, ou um povo, não estejam amadurecidos para o entendimento da obra, mas logo e em breve o estarão. Mas, faltando à arte li-

terária intrínsecas qualidades de forma (expressão, estilo) e de conteúdo (idéias, pensamento) é duvidoso aplicar-lhe aquela denominação.

Podemos desenvolver o assunto afirmando que cada escritor deseja através do estilo alcançar uma expressão literária do seu pensamento, original. Seria pouco o seu objetivo. Mesquinho. O que êle quer, na verdade, se realmente é um escritor, é que a sua expressão represente a liberdade de pensar e de sentir com intensidade. E quando êle consegue, ainda, renovar pela obra o instrumento de comunicação, essa mesma obra será válida para caracterizar um sentimento nacional ou o espírito de uma geração no que se refere à síntese das lutas, ânsias e aspirações do povo. Ora, não se trata de uma observação falaz. Veja-se, aqui no Brasil, as idealizações poéticas em torno do índio, com Gonçalves Dias, e se repare na funcionalidade vocabular, que o poeta emprega, intencionalmente, num desejo de sublimar o elemento étnico nativo. Tenha-se em conta o pluri-regionalismo de Mário de Andrade e seu grupo, com uma mobilização léxica dialetal de cunho marcadamente nacionalista. Refiro-me a modificações sensíveis de padrões linguísticos, presos a um novo rumo estético de suporte ideológico, e não a traços de estilo ou maneirismos de imitadores, insuficientes para exprimir sentimentos de nacionalidade ou inclinações do povo. Quando muito, tais maneirismos ou tais estilos comprometidos com a "moda", atestariam a filiação de grupos a uma elite, de literatura fechada, nos moldes do falso classicismo francês na sua fase de estagnação, no preciosismo ridicularizado por Molière em "Precieuses Ridicules".

Não se julgue, todavia, que é a coletividade o elemento dinâmico na formação da linguagem expressiva, que ela absorve ou apreende. Pode isso ocorrer com referência à comunicação comum. Trazemos, aqui, a opinião de Oscar Weize, em "Les caractères de la langue latine", obra de fins do século passado "a l'usage des classes": "Le mouvement part de l'individu, puis s'étend peu à peu aux groupes, aux familles et enfin au peuple tout entier". E formula Weize uma lei da linguística: "Tous les changements qui surviennent dans les langues proviennent de l'action individuelle".

Problemas do Entendimento do Estilo

Paul Valéry, em "Réflexions sur l'art", destaca que o leitor pode assumir a posição de um autor ideal. Verdade que para o poeta francês o autor tem alguma coisa de espectador, mas é plasmado, assim, de certo modo, por ato consciente, enquanto o leitor é obrigado a recriar no plano ideal. Criador é o artista que desperta a recriação de um sentimento, de um estado emocional, de um impulso estético.

O autor literário, diante da língua, e para conseguir provocar a recriação no leitor, desenvolverá um esforço pessoal. O poema, por exemplo, é uma condensação da sentimentalidade, das impressões ou emoções do poeta, trabalhado pelo "écart", elemento êste que nos possibilita fugir ao ordinário. Neste passo nos conduzimos segundo os comentários de Charles Bruneau (*Le langage et la pensée*) às idéias de Valéry.

Não há mais razão, nos nossos dias, de confundir técnica de um determinado gênero literário com estilo. Dizer-se de um escritor que escreve com estilo teatral, porque o contexto da sua obra sugere a nosso espírito a idéia da técnica dramática, é querer tomar as características de um gênero pelo procedimento individual do artista em face da língua. Verdade que como já se concebeu a respeito do classicismo, sobretudo de França, a tendência dos escritores, reiterada, para a expressão literária através de determinados gêneros, termina por qualificar-lhe o estilo. Assim, segundo Voltaire, no "Dictionnaire Philosophique", o estilo reúne dois elementos básicos, desde que se relaciona com o uso da língua em função do assunto tratado e ainda determina para o escritor uma atitude de escolha.

A compreensão do que seja estilo, se levarmos em conta que a noção de escrever, expressivamente, não é apenas ordenar o pensamento com clareza, supõe desde logo um comportamento individual da sensibilidade. Não se volta o escritor para a língua, como para um instrumento amoldável pela habilidade dos processos formais, pela manipulação de recursos existentes ou em potencial, mas é a própria emoção estética, responsável pela criação da obra artística, que implica numa atitude de escolha, num procedimento particular, e sobretudo sensível,

com respeito à matéria primeira ou básica do trabalho. Certo que se queira distinguir como essencial, contudo nem porisso única, a função de ser o estilo subordinado ao encadeamento lógico do pensamento. No entanto, cabe ressaltar que êsse esforço racional está na base de qualquer manifestação do pensamento, mesmo da simples comunicação das idéias sem fins artísticos. Não teria nenhuma finalidade um poema que servisse apenas, pela maneira como foi elaborado, para demonstrar que o seu autor conseguiu expressar o seu pensamento com clareza. E se o poema tem algum fim fora de si mesmo, será, sem dúvida, o de provocar no leitor uma reação da sensibilidade, mesmo que êsse poema não obedeça a uma ordenação lógica, e sobretudo, às vezes, porisso mesmo.

Assim, cremos que o argumento de alguns lógicos, como Serrus, ao afirmarem que na arte de escrever a função primordial é bem exprimir o pensamento, sendo acessórias ou secundárias tôdas as outras finalidades, e ao mesmo tempo decorrentes daquela função primeira, aniquila a idéia de ser o estilo uma marca pessoal da sensibilidade, de vez que o sensível não engloba sempre o racional na sua manifestação. Nestas condições, o estilo não passaria de uma utilização de processos lógicos no domínio da língua e na disciplina do pensamento.

Não se deixa de reconhecer, no entanto, como se observa tão claramente nas relações do escritor com a língua, que o simples ato de escrever exige um policiamento do pensar, das ondas do pensamento contidas e selecionadas pela reflexão. Mas essa etapa da elaboração literária não implica em que a reflexão ou o ordenamento das idéias afaste a presença das impressões, das emoções, enfim das diversas causas afetivas determinantes do próprio ato de escrever. Longe de ser a emoção estética, que nós entendemos responsável pela escolha da maneira de escrever, pelo estilo, uma função secundária da arte literária, devendo ser tida, no processo de manifestação artística, num papel concorrente e até essencial para a lógica e clara exteriorização do pensamento.

O estilo não será, neste entendimento, uma adaptação do artista às padronizações de gênero e à experiência do seu idioma. Verdade que, dificilmente, pode o escritor escapar ao modelo idiomático, pois uma língua é uma criação coletiva e

anônima. O material do artista literário tem sido trabalhado pelo povo e por inumeráveis artistas, ao ponto de ser desanimadora a criação original, quando alguém se depara com esta verdade. Mas o estilo não vem a ser, como vulgarmente se imagina, a capacidade de renovação pessoal do idioma, pois, se assim fôsse, toda forma de arte literária resultaria num arbitrário artificialismo linguístico, porém deve ser entendido como a capacidade maior ou menor de dar às palavras uma sensibilidade nova ou uma significação emocional que desperte no leitor uma correspondência, uma identidade, uma impressão ainda não experimentada ou renovada sob um impacto diferente. Partindo de concepções dêsse gênero é que Charles Bally conceitua a estilística como a ciência dos fatos afetivos da linguagem, para refutar que a mesma linguagem seja uma criação lógica.

Problemas do entendimento do estilo: conceituações

A partir da sentença de Buffon, de que o estilo é o homem, sentença que passou a ser assimilada na sua noção mais sintética e lapidar, absorvida pelas camadas cultas e incultas, tantas foram as propostas para a definição do estilo, quantos os sistemas ou idéias criadas pela moderna estilística.

Croce na sua "Estetica come scienza dell' espressione" diz que o "estilo é tudo o que define um ente literário". Para êle não há uma verdadeira distinção entre língua e estilo, pois ambos são dotados de uma forma psicológica íntima, interior, exteriorizada, basicamente, como um fato estético.

Como tôdas as definições correm o risco da parcialidade, da particularização de alguns aspectos do problema, as que se referem ao estilo são definições incompletas, embora possam parecer globais, sintéticas e tão lapidares como a velha fórmula de Buffon, cuja exata extensão, segundo Kaiser (Análise e Interpretação da Obra Literária) vem sendo adulterada.

Alinhemos alguns conceitos extraídos da "Bibliografia Crítica da Nova Estilística", de Helmut Hatzfeld: — "O estilo

é a relação secreta da palavra com a idéia". (Jean Paulhan: "Clef de la poésie"). Segundo Billeskov Jansen, em "Esthétique de l'oeuvre d'art littéraire" — "l'intention poétique réalisée dans le langage". Já Jean Paul Sartre, a propósito da linguagem do poeta, diz-nos o seguinte: — "Au lieu que les mots lui soient des indicateurs qui le jettent hors de lui... le langage tout entier est pour lui le miroir du monde... Sa sonorité, ses désinences masculines ou féminines, son aspect visuel lui composent un visage de chair qui "répresente" la signification plutôt qu'il ne l'exprime" (Situations II).

Assinala Helmut Hatzfeld que "entre os estetas franceses, o primeiro a escrever, convincentemente, e de uma maneira mais moderna sobre o estilo foi Remy de Gourmont", em "Du style ou de l'écriture". O seu conceito é o seguinte: — "C'est user d'une faculté nécessairement commune à tous les hommes, d'une faculté primordiale et inconsciente... Le style est aussi personnel que la couleur des yeux". (La Culture des idées).

Para nós, de todos êsses exemplos definidores do estilo, somente o de Sartre não tem a marca de uma conceituação, de uma fórmula pretensamente sintética e global. Escolhendo a atitude de descrever o uso que da linguagem faz o poeta, Sartre aprofundou o problema no sentido mesmo de uma compreensão ampla. Estará o estilo, assim pensamos, diante da matéria ambivalente da linguagem e ao mesmo tempo numa disposição íntima do indivíduo em face do mundo. Assim é que a linguagem assume o papel de "espelho do mundo". De qualquer modo os teorizadores apontam no estilo a marca da personalidade fixada na língua.

De fato, não se há de admitir, aceito o liame pregado por Croce entre estilo e linguagem, como elementos unos e de suporte afetivo, uma dissociação entre forma e conteúdo da obra literária, mesmo que se distinga o estilo como elemento de expressividade formal. Ao dizer que o estilo é a relação secreta da palavra com a idéia, Paulhan queria tornar claro que entre a forma e a essência da obra literária se introduz uma ligação sutil. Por outro lado, não é só o elemento afetivo, substratum da língua e do estilo, segundo Croce, que constitui a base da manifestação formal do pensamento com caráter expressivo. Bem verdade que, a rigor, pelo estilo não se pode determinar

com segurança nem a carga afetiva, nem a intimidade ideológica de um autor. Uma frase, por exemplo, de valor exclamativo, há de se dizer que espelha um movimento psíquico de quem a pronuncia. É quase um gesto impresso no tom das palavras ou de uma simples interjeição. Mas êsse caráter funcional da frase instintiva não é, de nenhuma forma, estilístico, vincula-se ao plano emotivo e comum de toda comunicação. Equivale a sinais sistemáticos, pré-fabricados, instintivos do falar. Já se o indivíduo recorre à exclamação com uma intencionalidade artística, por mais espontânea que repercuta a sua frase, somos forçados a reconhecer que êle ultrapassou o limite do "natural", do puro e instintivamente emotivo, porque ao "exclamar" êle refletiu, também, sobre a sua dor ou a sua alegria. Queremos exprimir, com isso, que mesmo partindo de um impulso afetivo, êste só adquiriu uma expressão formal através de um processo lógico. Na intencionalidade, por si mesma, de conferir à sua exclamação um valor artístico, pelo estilo, e portanto por um ato de reflexão, de controle lógico, antecedente, já o afetivo se "formaliza" de tal modo que uma análise dos recursos expressivos não mais conduzirá à apreensão do psiquismo, sendo necessário que outros meios de identificação venham concorrer com o exame estilístico para a total apreensão do fato literário, inclusive pela remoção dos artifícios. Suponha-se um pintor construindo sobre a tela uma visão onírica. Todo o seu trabalho, por mais puro (no sentido de mental) que seja a "representação" do sonho, por mais, ainda, que o artista se esforce para evitar uma consequência consciente vinculada ao exterior, esta estará atuando sobre o seu mundo mental, suas concepções da vida, em paralelo com as impressões vindas de um "sub-consciente". De modo que é preciso remover, desmontar muita coisa, muito traço de estilo para que se alcance o motivo ideológico da obra de arte, o seu grande momento mental, a sua carga psicológica. Evidentemente houve uma "formalização" do afetivo.

Seria, assim, o estilo uma forma da liberdade da manifestação expressiva do pensamento, enfatizada pela intenção de fugir às formas "naturais" ou convencionais da linguagem, ou formas correntes, sem nenhum vínculo com a personalidade. Apenas quando essa liberdade se projeta num nível artístico, pode ser sentida numa mais viva consciência.

Restrições ao conceito generalizado de estilo

Pretendemos rebater uma generalização em torno do conceito de estilo. Dizer-se “estilo romântico”, “estilo barroco”, “estilo do romance policial” não significa, apenas, repetir uma frase feita, mas adotar uma compreensão enganosa do que seja realmente estilo.

Wellek e Austin, na sua “Teoria Literária”, salientam que “se podemos descrever o estilo de uma obra ou de um autor, não há dúvida de que também podemos descrever o estilo de um grupo de obras ou de um gênero; a novela de terror, o teatro isabelino, a poesia metafísica; de que também podemos analisar tipos estilísticos, por exemplo, o estilo barroco da prosa do século XVII. Pode-se generalizar ainda mais e descrever o estilo de uma época ou de um movimento”.

Ora, quando se preconiza, ansiosamente, elevar a estilística à categoria de ciência da literatura, num esforço, sem dúvida válido, de construir uma linguística literária, resvala-se na dificuldade básica do método adequado de investigação. Nem todo juízo emitido sobre o fato literário, tanto pela Teoria da Literatura, quanto pela mesma Estilística, vincula-se a um rigoroso critério científico. Tecem-se aproximações, delineam-se conceitos sobre os diversos problemas afetos à criação artística, e, ainda, vulgarizam-se, pela generalização, definições defeituosas. A instabilidade, por exemplo, de fixar uma norma de entendimento da manifestação literária, tomando como ponto de partida a palavra, revela-se, ainda, pelos objetivos da estilística, vagos e imprecisos. Deveria ela aplicar-se à análise formal da manifestação artística, literária? Incidiria, pois, no plano da decomposição formal da mesma expressão? Ou aprofundaria a essência do literário?

Por outro lado, a mesma dubiedade que se observa para a delimitação dos elementos constitutivos da obra, desde a própria noção de palavra, será tanto maior no que se refere ao estilo. Na verdade, os espíritos menos aplicados à disciplina estilística teimam em observar no exame do estilo qualidades circunstanciais: estilo sóbrio; estilo nobre; estilo oratório... Ora, essas categorias de valores foram catalogadas sob a vigência da velha “arte de escrever”, como síntese ou esquemas es-

boçados pela retórica. Uma corrente forte de estilistas, ainda hoje, nos seus trabalhos mais objetivos, desenvolve uma classificação normativa e gramatical das chamadas figuras de retórica em voga em determinados momentos da história literária (como no barroco do sec. XVII ou romantismo do sec. XIX ou como o simbolismo decadente), quando não passa ao confronto de autor para autor de uma mesma “escola” ou de gênero a gênero. Tal método de trabalho conduziu à idéia falsa de elevar o estilo à categoria de “moda”, destituindo-o de suas qualidades de refletir uma atitude livre da manifestação do pensamento, intencionalmente expressiva e pessoal. Chega-se até a tomar “maneirismo” por estilo e, o que é pior, confundir estilo com padrões estéticos e níveis artísticos.

Ora, se tal procedimento vem sendo quase uma regra por parte de alguns estudiosos menos avisados, que acreditam no estilo de uma época e de uma escola e de um gênero, lógico é admitir que tais teóricos assumem a posição pretensiosa de vislumbrar por trás da marca do estilo-denominador-comum não só o conteúdo da obra literária, quanto, também, o suporte ideológico do autor, de um povo e de uma época. Cremos ser sumatolice dizer-se, com base apenas nos rasgos estilísticos do barroco, na catalogação exaustiva das imagens e figuras por êle empregadas, que êsse movimento artístico reflete problemas de inquietação religiosa e social. Seria a mesma coisa que o indivíduo colocar-se por trás de um espelho, a vêr se a imagem está ali também refletida... Ora, tais recursos estilísticos, comuns a vários escritores do século XVII espanhol, não são empregados porque exista entre os autores um “estilo-denominador-comum”. Tampouco, por si mesmos, tais recursos não explicam causas sociais, psicológicas de um povo ou de uma camada do povo, desde que se constituem, não se pode negar, meramente fenômenos de forma. A obra literária é um todo e fragmentá-la e submeter seus pedaços à análise significa colher uma visão parcial da sua essência, quando muito isto possa ser alcançado.

Acreditamos que não exista um estilo comum de uma época e de um gênero, como querem Wellek e Austin e com êles muitíssimos teorizadores. Tôda motivação ideológica erige, sem dúvida, até de maneira consequente, um padrão literário que a

reflita, de modo que lícito é concluir que aquilo que parece ser o estilo de uma época nada mais é que uma obediência a um nível estético. Dentro desse padrão artístico comum cada escritor imprime o seu estilo, a sua forma original de criar, ideologicamente vinculada à dos contemporâneos que seguem o mesmo padrão de arte. Não importa que recorram todos a uma mesma fonte de recursos dos chamados retóricos, porque tais meios expressivos, até normativos, não constituem "estilo", embora estejam em voga ou na "moda". Daí pode, naturalmente, surgir para os autores inautênticos, que não sabem exercitar sua livre escolha diante do amplo material idiomático, uma aparência de estilo-comum, que melhor seria se o chamássemos de "maneirismo".

Demonstramos que o estilo é um traço formal que reveste a comunicação do pensamento num indivíduo, impulsionado por ato livre e intencionalmente artístico, idéia essa já desenvolvida quando tratamos de alguns conceitos de estilo. Assim, a ilusão de um "estilo comum" decorre de se querer ligar esse elemento ao suporte ideológico de uma época ou de um gênero.

Poderia se argumentar que tal distinção é ociosa ou falaz, mas de logo advertimos que todo trabalho de análise da forma e do estilo de uma época, ou de um grupo de autores, ou de um bloco de obras de um mesmo gênero estaria perdido (ou teria sido de nenhuma valia) quando o padrão estético cedesse, dialeticamente substituído por outro sob o impulso de novas forças ideológicas. Seria mais proveitoso e de maior critério investigar, primeiro, as causas ideológicas de um determinado nível estético e verificar, em seguida, se a manifestação literária formal realizada pelo estilo une os escritores no curso das mesmas causas, ligando-se a tal análise o exame de profundidade do conteúdo das obras produzidas no mesmo nívelamento. Neste ponto propomos um problema acerca do regionalismo brasileiro: Enquanto, por exemplo, em nosso país houve uma febre regionalista, que se comprazia, muitas vezes, na imitação de autores modelos como Mário de Andrade, cujas aventuras verbais nem sempre foram válidas, temos de admitir que se queria edificar um padrão literário sob o suporte do nacionalismo consciente (?). Ora, esse padrão literário

(que favoreceu o maneirismo em larga escala) seria mesmo o reflexo de causas ideológicas? Ora o estilo de um grupo de autores, "estilo" tão comum, modelado ou imitativo, resultava dos anseios de um ardente, mas ainda sem lúcida consciência ou substratum ideológico, nacionalismo? Por que razão, quando o regionalismo amadureceu entre nós, passada a fase de inconsequências verbais (não deslustro o valor estético do Modernismo de 22, apenas ressalvo os exagêros da eclosão de uma escola) e cristalizando-se a semente nacionalista, firmaram-se romancistas tão singularmente díspares, quanto ao estilo, como Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo e Jorge Amado? Somos inclinados a reconhecer que esses escritores da terra e da gente estavam muito próximos pela matéria do trabalho e distantes quanto à manifestação formal do pensamento, sublinhada por estilos vigorosamente originais. Seria, pois, o estilo entre eles uma mera distinção de forma ou não teriam os romancistas um mesmo padrão estético a seguir? Pelo estilo poderíamos assegurar que eles obedeciam a uma mesma fundamentação ideológica? Ou pela essência das suas obras cíclicas?

Na verdade, a mesma dialética que se impõe entre doutrinas estéticas, ocorre, de princípio, entre o escritor e a língua pela opção de uma maneira peculiar de revelar o pensamento em face de uma matéria feita, como é o idioma. Funda-se, assim, o estilo como traço pessoal e livre, que por sua vez pode incidir na esfera de um domínio estético amplo; mistura-se, nesse meio, pela força de coesão, pela unidade e fidelidade a uma idéia comum e básica, que interliga escritores, num só padrão. Contudo, a tão decantada intuição artística seria responsável, somente ela, pela quebra do padrão estético? Ou este cederia ao impulso mais forte e vasto de um impulso ideológico? Se respondermos, afirmativamente, a esta última indagação, teremos que repelir a idéia de um estilo generalizado, predominante, como se diz do barroco, do isabelino, do romântico para se acreditar num nível estético e não nível estilístico, o que não é a mesma coisa.

Há de se dizer que a distinção aqui tratada não é válida para um gênero, isto é, para refutar a idéia de estilo-denominador-comum de um gênero, embora, digamos, seja aceita com re-

lação a uma época ou uma escola. Um gênero como o da novela de terror, como é citado por Wellek e Austin. Um gênero como o épico. E por extensão a todos os gêneros literários... porque a se generalizar o estilo, generalizados poderão ser todos os estilos de todos os gêneros...

Tomemos por exemplo o épico nas suas expressões do classicismo, modeladas nos padrões ou "estilos" da antiguidade clássica, calcadas em Virgílio e em Homero. Há de se inquirir se tais expressões da épica (ou da epopéia com Camões) revelam uma identidade de estilos, um plano estilístico comum, ou, em última análise, essa identificação de recursos literários reflete condições ideológicas iguais tanto para o grego Homero, tanto para o romano Virgílio, quanto para Camões? Não seriam tais meios estilísticos apenas formais? Não imprimiriam nêles, os épicos como Camões, a marca da sua personalidade, de sua liberdade? Não atenderia o autor de "Os Lusíadas" a causas ideológicas peculiares à sua gente e à sua época? Aqui é clara a explicação de que a identidade de "estilos" ou o uso comum de recursos formais não implicam numa adoção dos mesmos suportes de idéias que edificam os padrões estéticos. Se assim não fôsse, as aspirações ou o ponto de partida ideológico de um Camões seriam iguais às de Homero e de Virgílio, no plano da realidade nacional de cada um. Antes diríamos que o poeta português recorreu a uma tradição épica por necessidade de um artifício formal, toda vez que utilizou processos estilísticos de "empréstimo" (inclusive nas figurações mitológicas), mas isso não implica numa adoção de princípios ideológicos ou amplamente filosóficos e até mesmo afetivos dos seus antecessores e modelos. A mim aborrece a constância das invocações às musas e divindades pagãs que o poeta cristão emprega, desde que não passam de artifícios verbais sem maior autenticidade e desligados da realidade nacional do seu tempo, em termos, entenda-se, de vida e não de abstrações puramente intelectuais ao gosto da moda ou figurino literário clássico.

Agora é fácil compreender que não haja um "estilo" de uma escola e de um gênero. Dirá alguém, no entanto, como querem Wellek e Austin, que existe um "estilo" da novela de terror. Ou da novela policial. Para nós esse gêne-

ro se desenvolve dentro de um nível estético, um padrão, tanto quanto um tratado de Química, escrito em inglês, apresente semelhanças com um tratado de Química em português por autor brasileiro. Domina-se um plano universal de linguagem (segundo Sapir — Introdução ao Estado da Fala), uma espécie de comunicação algébrica, uma língua, afinal, padronizada. Ora, quando um escritor de novela policial procura escapar à padronização do gênero, ao nível costumeiramente adotado, quase como formas pré-estabelecidas, fazendo obra intencionalmente artística, oportunidade em que "trabalha" o estilo, fatalmente se dilui o traço comum que marca o mesmo gênero e a linguagem algébrica cede. Ninguém dirá que um trabalho científico de Claude Bernard, de forte inclinação para as letras, tenha um "estilo" semelhante aos demais livros, do mesmo caráter, da sua época. Duvido, também, que se coloque, pelo estilo e pela temática, no mesmo plano dos novelistas do gênero policial, novelistas apenas mercenários na maioria, um Edgar Allan Poe, um Chesterton ou mesmo George Simenon. Vê-se que o "estilo" predominante nas histórias de terror e de mistério é menos o resultado de uma manifestação literária que a utilização de recursos encadeados num jogo de peças verbais; um revestimento uniforme, não de estilo, rigorosamente, mas de uma comunicação convencional, bitolada, bem arranjada segundo um modelo ou fórmula correntes. Quando o gênero é exercido no plano literário, difícil é dizer que o escritor recorreu a um estilo comum.

A generalização pretendida para o estilo, um estilo denominador-comum, surgiu, como tentamos demonstrar, da vulgarização de um entendimento superficial, de um assentimento suscitado pela analogia com a idéia do "moda". Numa determinada época, por exemplo, do romantismo, estiveram em voga na poesia motivações em torno de temas sombrios, girando pelas veredas dos cemitérios, procurando fantasmas. Um romantismo soturno, até macabro, negro. Um pequeno grupo de poetas maneja as mesmas imagens lúgubres, bate nos mesmos temas escuros. Nasce uma poesia que passa a ser cantada, decantada, recitada, festejada. Aceita, numa palavra, como a poesia da "moda". Aparecem os imitadores com sua

técnica falha e sua inspiração fraquinha. Procuram os mesmos motivos, as mesmas imagens, vagueiam pelas sombras dos mesmos cemitérios... São os maneiristas que querem se enfiar no padrão ou nível estético dos românticos "negros". Não têm estilo, naquilo que estilo representa expressão livre e individual. Tomam de empréstimo um "estilo", elegem os seus modelos e ídolos. Ao seu lado, verdadeiros poetas fazem um trabalho de renovação temática e idiomática. Orientam-se pelas mesmas idéias e partem de princípios idênticos para os mesmos fins. Criam, de fato, um padrão. Igualam-se por um semelhante torneio de frase; pela maneira de exercitar o gênero; pelo valor rítmico do verso; pelo vocabulário; pela projeção do pensamento nas formas adequadas ao nível. No entanto, isso não implica num "estilo comum". Há, como já citamos, segundo Cressot, alguma coisa além do estilo.

Para nós é o maneirismo, portanto a falta de um estilo próprio dos imitadores, que cria a idéia vulgar de estilo comum. Entre os românticos de porte elevado, não é difícil demarcar a linha de separação entre um e outro grande poeta e pelo estilo. Em contra-partida conseguimos aproximá-los pela fidelidade ao padrão estético, àquilo que se convencionou chamar "escola". Porisso não damos muito valor aos exaustivos trabalhos estilísticos que se propõem a, pelo traço formal da expressão literária, pela sua constância e incidência, interpretar ou conhecer o suporte ideológico de um autor ou de uma época. São as motivações e a própria temática que com muito mais clareza evidenciam as condições do substratum ideológico de um escritor e do seu tempo. Não acredito que as cores, o jogo de tintas de uma tela apontem com maior lucidez as motivações ideais ou convicções filosóficas do artista que a "figura" ou temática do seu quadro. Assim ocorre com o estilo, funcionando, como atributo, adjetivamente, em relação à matéria substantiva do trabalho.

Enlace Crítica e Estilística

Seria intenso trabalho de todo um longo ensaio a análise estilística, no seu enlace com a crítica literária, da obra "Casa

Grande & Senzala", de Gilberto Freyre. Assim preferimos, apenas para completar com pequenos exemplos ao vivo as idéias por nós expostas no decurso deste estudo sobre o estilo, recorrer a alguns textos breves daquela obra-tipo.

O conselho que Helmut Hatzfeld oferece na sua *Bibliografia Crítica da Nova Estilística*, quando preconiza como método de trabalho especializado a seleção da obra de um autor que haja alcançado maior raio de influência, dentre outros livros do mesmo autor, aqui será singelamente aproveitado para uma rápida incursão através do campo expressivo de "Casa Grande & Senzala". Ainda uma vez tornamos a afirmar que há de se ter presente ser o estilo a capacidade maior ou menor de um escritor para renovar a sensibilidade das palavras, despertando novas impressões e emoções.

Sem necessidade de um plano, tomemos como exemplos iniciais modelos descritivos impressos da aludida obra, quando ressalta com grande clareza a marca da personalidade gravada na matéria idiomática. O trecho escolhido é de uma descrição de vestido de primeira comunhão no Brasil Colonial: (2.^o tomo - págs. 479-480).

"Desde o dia da primeira comunhão que deixavam as meninas de ser crianças: tornavam-se sinhá-moças. Era um grande dia. Maior só o do casamento. Vestido comprido todo de cassa guarnecido de folhos e pregas. O corpete franzido. A faixa de fita azul caindo para trás, em pontas largas, sobre o vestido branco. A bolsa esmoleira de tafetá. O véu de filó. A capela de flor de laranja. Os sapatinhos de cetim. As luvas de pelica. O livro de missa encadernado em madre-pérola. O têço, de cordãozinho de ouro".

O quadro é exato, delicado e poético sem que o autor tivesse necessidade de recorrer às chamadas figuras de pensamento ou tropos. Não há poesia fixada na palavra pela palavra, contudo as sugestões poéticas jorram, tranquilamente, de toda a composição. Aqui nada nos faz lembrar expressividade como retórica. O exame atento do texto descritivo de logo revela os seguintes elementos: a) Pequena estrutura da frase, reduzida aos termos logicamente correlacionados como se todo o período se desdobrasse por ondulação, numa

super-posição de diminutos blocos expressivos; emprêgo do ponto com dupla funcionalidade: a meramente gramatical, de pausa, e a estilística ou artística. Fôsse o trecho desenvolvido com uma maior amplitude, através de conectivos ou vírgulas e estaria ameaçada a plasticidade do quadro. b) Jôgo lógico dos substantivos e atributos de qualidade. Veja-se como cada palavra tem o seu lugar certo e a sua utilidade praticamente exclusiva: VESTIDO: comprido — de cassa — de folhos e pregas-branco. Logo: feitio, qualidade, côr. CORPETE: franzido. FAIXA: azul — em pontas largas. BÔLSA: esmoleira de tafetá. VÉU: de filó. CAPELA: de flôr de laranja. SAPATINHOS: de cetim. LUVAS: pelica. LIVRINHO: de missa de madre-pérola. TÊRÇO: de cordãozinho de ouro. CRUZ: de ouro.

Afirmamos acima que o autor dispensa as metáforas e que a sua descrição, conforme veremos, atinge dois objetivos: o de ser apreendida, racionalmente, no seu valor de informação sociológica, contentando ao estudioso mais aferrado ao rigor científico de linguagem, sem que para isso a linguagem seja chavão; o de ser também e intensamente absorvida pela imaginação, pela afetividade, pela sensibilidade artística do leitor. Alguns detalhes parecem querer impressionar o leitor, chamá-lo à sentimentalização, mas são, na verdade, termos naturais, isto é, de uma poesia intrínseca, nada artificial ou retórica. Um exemplo lúcido (querem alguns que o Sr. Gilberto Freyre, à espanhola, abuse dos diminutivos e aumentativos) são os diminutivos “sapatinhos”, “livrinho” e “cordãozinho”. Formam um agrupamento expressivo, quase como o último movimento de uma frase musical e porisso foram colocados numa proximidade eufônica. No entanto, são rigorosamente insubstituíveis. Note o leitor a impropriedade gritante do grau positivo: Sapatos de cetim. Livro de missa. Têrço de cordão de ouro... Não se deve esquecer que Gilberto Freyre descreve um vestido de primeira comunhão. Nunca o hábito de um frade que vai para a sua primeira missa...

Ora, se ainda tem validade o velho conceito de que descrever é pintar com palavras, o trecho em estudo é um exemplo bastante seguro dessa afirmação. E não se pense que a

descrição é tolamente fotográfica, acadêmica, retratista. Nada é ali estático, pois ao lado da visualização objetiva há muito lugar e ensêjo para o subjetivismo do leitor. A realidade é apanhada de vários ângulos.

Cabe estudar ainda um detalhe importante da descrição, que vivamente nos lembra aquilo que Mavit nos diz a respeito da palavra mágica da poesia, já citado noutra parte dêste ensaio. É que o pensador francês diz que o termo poético tem um forte poder evocativo e que só é possível efetivar-se através de uma memória proustiana das coisas. No quadro do vestido da primeira comunhão, no seu impulso inicial, o autor nos incita, numa frase poderosamente, mágica carregada de reminiscências a um tempo passado, que se não foi vivido, é “experimentado” pela afetividade e emoção, reconstruído na medida das lembranças de cada um. A frase inicial é assim disposta: “Era um grande dia. Maior só o do casamento”. Daí por diante, mergulhando na descrição, não precisaremos mais de um trabalho consciente para racionalizar o texto, cabendo ao domínio da memória afetiva a tarefa de nos integrar no passado.

Incontáveis são os exemplos, em “Casa Grande & Senzalas”, em que a descrição obedece ao mesmo torneio de frase, numa idêntica estruturação, e remete o leitor à fantasia, não o distanciando da informação verdadeira, científica. Eu diria que são casos de visualização de dois ângulos: o da objetividade e o da sugestão poética. Trazemos ao nosso estudo mais um breve texto descritivo, sempre com o propósito de enlaçar num só plano a estilística e a crítica, fornecendo matéria e subsídios à análise global, literária ou não, de outros estudiosos.

Ainda aqui a descrição é de trajo, trajo africano, de influência maometana, de pretas doceiras e vendedoras de aluá, “algumas delas, amantes de ricos negociantes portugueses e por êles vestidas de seda e cetim”. (pags. 436-437 — 2.º tomo).

“Cobertas de quimbembèques. De jóias e cordões de ouro. Figas de Guiné contra mau-olhado. Objetos de culto fállica. Fieiras de miçangas. Colares de búzio. Argolões de ouro atravessados nas orelhas. Ainda hoje se encontram pelas

ruas da Bahia negras de doces com os seus compridos xales de pano-da-costa. Por cima das muitas saias de baixo, de linho alvo, a saia nobre, adamascada, de côres vivas. Os peitos gordos, em pé, parecendo querer pular das rendas do cabeção. Tetéias. Figas. Pulseiras. Rodilha ou turbante muçulmano. Chinelinha na ponta do pé. Estrêlas marinhas de prata. Braçeteletes de ouro”.

O cotejo entre o presente quadro e o do vestido de primeira comunhão revela idêntica contextura e iguais objetivos artísticos. Ainda a pontuação tem a mesma rica função expressiva, quase um cortar e recortar de tecido dos períodos. Também nenhuma intencional manipulação de metáforas e tropos em geral. Nada de poemático, mas naturalidade poética. Pela adjetivação também não se queira dizer que ela é manejada de modo a diminuir o rigor do chamado jargão de linguagem, porque a linguagem não é jargão. Neste caso e em muitos outros, quase como numa regra, o ensaísta de “Sobrados e Mocambos” realiza aquilo que Sapir distinguia: linguagem de renovação idiomática, particularizada, artística pelo próprio fim, e linguagem universalista, científica, algébrica, adequada à tradução.

Um crítico de sociologia, mais caturra, poderia querer acusar a descrição em estudo de “embromatória”, beletrista, pseudo-científica, fundamentando seu libelo num reparo da linguagem. Vejamos se é possível reduzir à descrição à “sobriedade”, sem mutilar todo o texto, tanto no que se refere ao estilo, quanto até no que respeita à informação sociológica. Um exercício, pois, estilístico às avessas e pela retirada dos termos cromáticos e de qualidade. Evidente que resultará num absurdo, mas temos que oferecer uma contra-prova, partindo das premissas de acusação. Assim, escrevo:

— Cobertas de quimbembiques. De jóias e cordões. Figas da Guiné contra o mau-olhado. Objetos de culto. Fieiras. Colares. Argolas atravessadas nas orelhas. Ainda hoje se encontram pelas ruas da Bahia negras de doces com os seus xales. Por cima das muitas saias, (outra) saia. Os peitos parecendo querer pular das rendas do cabeção. Tetéias. Figas. Pulseiras. Rodilha ou turbante. Chinela na ponta do pé. Estrêlas. Braçeteletes.”

Note-se que retiramos, também, casos de aumentativo e diminutivo e os adjetivos de qualidade. O corte absurdo que fizemos na configuração colorida do quadro vivo, equivale à tentativa de desmanchar as tintas de uma tela, de uma obra de arte, borrando-a. No entanto, tal exercício estilístico às avessas, se aqui não cabe, poderia ser aplicado a muito escritor moderno (e até nem tão modernos) soltos por aí...

Uma outra conclusão é possível tirar: Que por ser aqui o estilo uma marca da personalidade sobre a matéria viva e sensível do idioma, toda e qualquer tentativa de imitação será grosseiro maneirismo. Só os autores fáceis se deixam imitar sem que se perceba a olho nu o arremêdo. Não pode ser possível decalcar o estilo de um Euclides da Cunha, por exemplo, e a falta permanecer oculta, mas é provável que tal não aconteça com o maneirismo sobre um Rui Barbosa, caso o imitador tenha verbosidade aliada a um intenso conhecimento de português. Isto porque Rui Barbosa não era, a rigor, um artista (imaginativo) da palavra, mas um versátil e prodigioso dono do verbo, numa extensão formalista. Se Rui Barbosa tocasse violino, executaria todas as sonatas e opus como um músico exímio, mas duvido que tivesse composto alguma peça de gênio. Outros violinistas poderiam imitá-lo com perfeição, mas não imitariam Euclides da Cunha, se ele se metesse a tocar o mesmo instrumento...

Ainda em torno da análise estilística do trecho sobre as vendedoras de doce, e para rebater (porque assim se compreende melhor o estilo) qualquer acusação de superfluidade, verifique o leitor se a pontuação pode ser alterada; se os substantivos cederiam lugar a sinônimos. Por exemplo: Argolões, por brincos; Colares, por volta; saias de baixo, por combinações; negras de doce, por doceiras ou negras doceiras... Releia o texto após a execução do exercício e note-se que a mutilação envileceu o quadro. Assim será bastante fácil verificar que os possíveis cortes, mesmo que fôssem feitos com o fito de abolir uma pretensa prolixidade e tom poemático (falso), provam a inexistência de uma linguagem rebuscada ou artificiosa ou queridamente poética, quando a poesia decorre da própria naturalidade das palavras.

Quero, ainda, trazer um exemplo descritivo, quando se tem

uma prova de habilidade estilística rara, ainda habilidade estilística não retórica, frise-se. No caso que transcreverei adiante, após a descrição de um figura, como a de um retrato, estático, passa o autor a animar o tipo, dar-lhe relêvo psicológico, corpo, forma e movimento, tudo isso com singular parcimônia das palavras. A estrutura do trecho é idêntica às anteriores, ressaltada a pontuação (ponto e vírgula) necessária à mobilização da figura, num compasso intermediário. Leia-se:

“Os viajantes que aqui estiveram no sec. XIX são unânimes em destacar êste ridículo da vida brasileira: os meninos, uns homenzinhos à fôrça, desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande; o cabelo bem penteado; às vezes frisado à menino Jesus; o colarinho duro; calça comprida; roupa preta; botinas pretas; o andar grave; os gestos sisudos; um ar tristonho de quem acompanha entêrro” (pág. 573 - 2.^o tomo).

Anote-se: cabelo — bem penteado — frisado à Menino Jesus; colarinho-duro; roupa-preta, etc, etc. Para cada termo concreto a sua qualidade exata numa relação de forma e corpo, e côr, como queria Dámaso Alonso em “Poesia Espanhola”. A mesma precisão a respeito das relações de modo ou maneira: menino comportado como gente grande, ar de quem acompanha entêrro. Nada faltando, nada sobrando no quadro. Primeiro a pintura do tipo, em seguida seu movimento, seu relêvo peculiar. Não é ao acaso que a descrição se compõe como ressaltamos. Proceda-se de modo contrário: Obrigados a se comportarem como gente grande; um ar tristonho de quem acompanha entêrro; os gestos sisudos; o andar grave; botinas pretas; roupa preta, etc, etc. Logo tudo parece decorrer e se ligar não à causa, mas à consequência; como se tivéssemos uma pessoa em movimento e de súbito se plasmasse, imóvel, num quadro. Movimento às avessas, como um filme ao contrário. Releia o leitor todo o texto, iniciando pelo fim... Dir-se-á, mais uma vez, que tal maneira de analisar um texto é absurda. Mas eu repito que o absurdo só ocorre diante de um trabalho estilístico perfeito. Alguns autores poderiam sofrer cortes ou acréscimos, ou ainda, terem o seu período sintático subvertido

para fins de um melhor aproveitamento expressivo. Qualquer mestre-escola pode fazer essa prática (de resultado) com seus alunos adolescentes, se, por acaso, o texto fôr de um Coelho Neto (quanto à prolixidade) e de um Jorge Amado (quanto ao excesso descritivo e poemático de alguns poucos romances).

Ora, “Casa Grande & Senzala” pode me oferecer múltiplas vezes a feição e o destino de um romance: crio com o autor e com êle recrio ou me dou por contente se nada quiser recriar e tudo achar feito e bem feito, construído e reconstruído. Aqui posso selecionar uma evocação humorística, justo porque não recai numa singularidade individual, mas de um grupo, de uma legião de “professôres de colégio do tempo do império”. Professôres “todos êles fedendo a rapé, assoando-se de vez em quando em grandes lenços encarnados; todos de palmatória e de vara de marmelo na mão; no polegar ou no indicador da mão direita, uma unha enorme, de mandarim chinês” (pág. 586 - 2.^o tomo).

Do ponto de vista da análise estilística cabe dizer, de início, que o risível, o burlêso é suscitado, um e outro, pelo comando do termo que introduz a descrição: *todos*. Um “todos” adiante reiterado, convincente, aglutinador de ação, responsável pela fixação da idéia de uma coletividade de vara de marmelo na mão, palmatória, rapé, lenços encarnados, e uma enorme unha de mandarim chinês...

Ainda uma vez convido o leitor a fazer a remoção de um termo da frase, como melhor prova da sua funcionalidade, da sua utilidade exclusiva, capital. A retirada da palavra “todos” equivale à saída brusca dos tambores de uma banda marcial...

AINDA O ENLACE CRÍTICA E ESTILÍSTICA

Aplicações práticas apoiadas em “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre

Na segunda edição de “Casa Grande & Senzala”, Gilberto Freyre confessa no prefácio o seguinte: “Seria impossível responder, num prefácio tão curto, aos que criticaram a linguagem dêste ensaio-linguagem de reação, é possível que

exagerada, aos pedantismos de erudição científica, de terminologia técnica, de correção gramatical à portuguesa e de estilo. Por um crítico mais ortodoxo nas suas noções de propriedade, foi acusada de “anedótica”, sem “dignidade” — tratando-se de “livro tão sério” — e até de “chula” e pouco técnica”. Adiante, no mesmo prefácio, o autor explica: “O ensaio de Sociologia, de Antropologia, de História Social, tem a sua própria linguagem; não está obrigado a limitar-se à noção de terminologia exata de outras ciências, despreocupadas dos valores humanos”.

O prefácio data de 1934. De lá para cá não creio que escassearam os acusadores da linguagem de “Casa Grande & Senzala”, mas a verdade é que muitos livros têm sido publicados, no terreno do ensaio amplamente científico, deslembados da humanização de linguagem tão necessária à vinculação com o fato social. São obras muitas vezes pesadamente herméticas, com uma larga utilização de símbolos inteligíveis apenas a uma meia dúzia de iniciados e participantes do mesmo culto; obras de uma linguagem esotérica ou feiticeira, sem nenhuma carga expressiva, projetadas num nível linguístico tão algébrico que muitas parecem pertencer a um só autor pela padronização linear. Raros os que como Gilberto Freyre, Gastão Cruls de “A Hiléia Amazônica”, Euclides da Cunha se aperceberam do fato de que escrever requer um aprimoramento artístico para maior validade mesmo da transmissão de idéias. Não se pode escrever um ensaio quer de direito, quer de economia, por exemplo, manejando as palavras como sinais de um código. Certo que há uma forte e ótima tendência para evitar o beletismo (tão ao gosto ainda do brasileiro não só de cultura média, quanto também de maior nível intelectual) na redação de trabalhos científicos. E na literatura de ficção narrativa procura-se, a todo o vapor, uma expressividade nova pela renovação semântica, pela nova roupagem dos símbolos, das imagens, das impressões. Procura-se até uma expressão tão ousada que se não lhe pode negar o cunho de aventura verbal, mais audaciosa, e às vezes sem o proveito daquela busca estilística pluri-regional do grupo de Mário de Andrade. Verifica-se na ficção o gosto exacerbado pelo introspec-

tivo e pela palavra-invenção sob o impulso de uma psicologia saudosa do surrealismo, e, infelizmente, ôca, artificial, inócua em alguns romances mais representativos dessa corrente; por outro lado, na ficção regionalista dois modelos se impõem: o de Graciliano Ramos, não imitado ainda ou objeto de maneirismo, de linguagem correta nas suas conotações, despida, no entanto, do imitativo dialetal; e a de Guimarães Rosa, a impressionar uma legião de jovens escritores pelo seu caráter de invenção idiomática.

Ora, dizíamos que o prefácio da segunda edição de “Casa Grande & Senzala” data de 1934 e não se contesta que a linguagem dessa obra inspirou, poderosamente, o grupo do tradicional-regionalismo. Ali, no entanto, não se fazia obra de ficção, mas se trabalhava o idioma dentro de novas escalas e métodos. Métodos naturais, espontâneos, característicos de uma mobilização léxica funcional, viva e bem nossa; escalas idiomáticas pelas quais era possível medir a matéria sensível da língua sem nenhum decalque retórico da arte de escrever bem ou beletismo. Dizer-se dessa linguagem, por exemplo, que é barroca, é esquecer que tal corrente do século XVII espanhol exauria determinados recursos retóricos, como a hipérbole, o hipérbato; poderá ser barroca quanto à tortura da idéia e até da frase? Linguagem dionisiaca, quando não depara o leitor com nenhum luxo ou orgia verbal?

Somos de parecer que a classificação da linguagem de “Casa Grande & Senzala”, segundo tais critérios — barroca, dionisiaca, clássica (no sentido doutrinário), conforme lemos algures, funda-se numa idéia puramente esteticista, quando o nível idiomático da aludida obra é sobretudo funcional e artístico. Não se confunda, todavia, funcionalidade com rigor científico de linguagem-jargão, nem expressão artística com esteticismo. Ora, nos preocupamos no estudo anterior com a demonstração de que o ensaio do Sr. Gilberto Freyre concilia e supera qualquer incompatibilidade entre o escrever artisticamente e o escrever com exata observação científica, na obediência (não servil) a certas regras da ciência sociológica, regras que se codificam numa linguagem privada, particularizada, de qualquer disciplina.

Agora trazemos mais dois exemplos a exame. O primeiro de um realismo (digamos assim, literário) forte, mas adequado à prova do fato social; o segundo exemplo dotado de uma lírica impressão poética, sem prejuízo, ainda, da verdade científica.

Assim, no primeiro caso:

“Ociosa, mas alagada de preocupações sexuais, a vida do senhor de engenho tornou-se uma vida de *rêde*. *Rêde* parada, com o senhor *descansando, dormindo, cochilando*. *Rêde* andando, com o senhor em viagem ou a passeio debaixo de tapetes ou cortinas. *Rêde rangendo*, com o senhor *copulando* dentro dela. Da *rêde* não precisava de afastar-se o escravocrata, para dar suas ordens aos negros; mandar escrever suas cartas pelo caixeiro ou pelo capelão; jogar gamão com algum parente ou compadre. De *rêde* viajavam quase todos — sem ânimo para montar a cavalo: deixando-se tirar de dentro de casa como geléia por uma colher. Depois do almoço, ou do jantar, era na *rêde*, que eles faziam *longamente* o quilo — *palitando* os dentes, *fumando* charuto, *cusbindo* no chão, *arro-tando* alto, *peidando*, *deixando-se* abanar, *agradar* e *catar* piolho pelas mulequinhas, coçando os pés ou a genitália; uns coçando-se por vício; outros por doença venérea ou da pele” (pág. 599 — 9a. ed. — grifamos).

A construção das diversas frases em que a palavra “*rêde*” é repetida numa gradação, numa sequência embaldadora e ao mesmo tempo irritante como o balanço da *rêde*, destina-se a formar no leitor a convicção da indolência do senhor de escravos; uma convicção que se insinua como uma imagem acústica, pelos sentidos, não meramente mentalizada. Não é por imperativo gramatical, apenas, mas sobretudo por exigência expressiva bem cuidada e urdida, que formando paralelo com a reiteração do vocábulo “*rêde*”, o autor joga com uma sequência de formas reduzidas do verbo, de gerúndio, de infinito, em “endo”, “indo”, “ando” e “ar”. Tais impressões acústicas dos verbos acompanham o movimento da “*rêde*”, descrevem a forma de ser e de estar do senhor e da própria *rêde*, conjugando-os, unindo-os num só envoltório. Assim, o leitor ficará preso à teia da descrição como numa peça inteiriça e

dali não sairá sem que esteja dominado ou “convencido” daquilo que se afirma a respeito do escravocrata.

Na sequência do período em que se diz “palitando os dentes, fumando charuto, cusbindo no chão, arrotando alto”, etc. poderá um sujeito mais acima da terra ou menos terra-a-terra melindrar-se inútilmente... Logo procurará um sinônimo mais fino, menos carregado de tom plebeu. Achará, sendo, no entanto pior a emenda que o soneto. Terminará em benefício da sua delicadeza verbal, prejudicando a prosa, ou pela omissão do termo “pesado”, ou pela sua retirada, sendo esta última atitude uma covardia intelectual. Antes, acusará o autor da frase de propósito de escândalo, de intencionalidade plebéia só pelo gosto do insólito. De toda forma, seu eufemismo sairá ridículo.

Finalmente, cumpre observar o emprêgo do advérbio de modo, típico no estilo do Sr. Gilberto Freyre de uma utilização expressiva e não apenas como elemento modificador no corpo da frase. O “longamente” já de si exprime a indolência do senhor branco estirado na *rêde*. Promove uma reação psicológica do leitor, antes de estabelecer uma conotação de circunstância.

Trazemos, agora, o segundo exemplo e fazemos notar que um trabalho estilístico (no sentido não gramatical, nunca normativo, de catálogo) com base em “Casa Grande & Senzala” garante ao estudioso a alegria de não se defrontar com os enigmas de uma complicada peça retórica. À velha maneira de analisar “estilo”, tal tipo renovado de linguagem deslaria o autor do estudo.

O pequeno texto adiante transcrito é docemente evocativo, capaz de sugerir um poeta, um adolescente sensível, um romancista:

— Histórias de casamento, de namoros, ou outras, menos românticas, mas igualmente sedutoras, eram as mucamas que contavam às sinhazinhas nos doces vagares dos dias de calor, a menina sentada, à mourisca, na esteira de pipiri, cozendo ou fazendo renda; ou então deitada na *rêde*, os cabelos soltos, a negra catando-lhe piolho, dando-lhe cafuné; ou enxotando-lhe

as môscas do rosto com um abano", (págs. 475 — 2.º tomo — 9a. edição).

"Nos doces vagares dos dias de calor". "Deitada na rêde, os cabelos soltos"... São frases que, tomadas isoladamente, extraídas da prosa parecem mais movimentos ondulantes de um poema. São orações acentuadamente líricas, que jogam o leitor em face de um mundo que a sua imaginação redescobre, passo a passo, por imagem, no impulso vívido das impressões fortes. Há um sentido de apropriação da poesia que não se pode dizer que o texto encerra (porque as palavras têm também um lado objetivo, uma propriedade absoluta) no espírito do leitor; leitor que destaca palavra por palavra e as utiliza numa "ideação", numa percorrida intuitiva em busca da "menina sentada, à mourisca, na esteira de pipiri". Cabelos soltos, nos doces vagares dos dias de calor...

A variedade léxica, num texto tão curto, é digna de nota. Vocábulo regionais do índio, do negro, ao lado de formas cultas ou elegantes do vernáculo: pipiri, cafuné, catando piolho, abano, sinhâzinhas, mucamas, sedutoras, vagares, à mourisca, etc., etc. No esforço da conjugação vocabular de tôdas as côres vai se harmonizar a própria mistura das raças, ainda aí estabelecendo-se nôvo vínculo e nova funcionalidade idiomática.

ANTERO DE QUENTAL

RENATO CARNEIRO CAMPOS

Antero de Quental, em sua conferência *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, apercebe-se do atraso de Portugal em relação ao progresso científico europeu, a partir do século XVI. Sente-se, no que êle escreve, um esforço para ligar o seu país com os países mais desenvolvidos da Europa. As suas palavras apaixonadas foram escritas com o sentido de despertar as novas gerações, de chamar a atenção dos companheiros para velhas chagas não cicatrizadas, para obstáculos que permaneciam insuperáveis. Ao fazer uma análise quase cruel do passado português, era como organizasse um rol dos erros públicos e particulares de uma nação. Tinha alguma coisa de profeta, do profeta que antevê mas também do que condena os pecados antigos. Profeta a quem não faltava a marca de uma vida de sacrifício, de ascetismo, de martírio e agonia. "Era um gênio e era um santo", na homenagem comovida de Eça de Queiroz.

Consideram os historiadores sociais o século XVII como uma das grandes épocas do pensamento humano, quando se fez sentir um vigoroso progresso das ciências chamadas exatas. Foi o século de Leibnitz, Pascal e Descartes, impregnado da grande sombra de Bacon. Século em que Halley prevê o aparecimento do seu cometa. As bruxarias e o milagroso se afastam para dar lugar à previsão científica. Athanasius Kircher intenta uma teoria microbiana das doenças, ao examinar, através do microscópio, o sangue das vítimas da peste. O Protestantismo, sobretudo o Calvinismo, em diversos países da Europa, criava uma necessidade de espírito científico. A autoridade moral se deslocava da esfera da Igreja, pois o privilégio do saber já fugia dos claustros para os laboratórios. O monge calabrés Campanella, naquele tempo, já acreditava que os autômatos viriam a substituir o trabalho humano. Mas infelizmente — se é que

pudemos empregar o termo em relação à História —, em Portugal, no tempo do Pe. Antônio Vieira e D. Francisco Manuel de Mello, o choque entre ciência e reação não aparentava ser coisa ligeira. A liberdade era machucada e esfarrapada, usada plenamente para os vícios e erros de alguns privilegiados, como ainda acontece hoje nos países mais infelizes, sob o jugo de dirigentes medíocres, mergulhados mais no passado do que no presente, com almas mais de censores do que de estadistas, simples arrumadores de casas miseráveis. Pois bem, os governantes, por essa época, eram quase sempre mesquinhos, e se existiam homens de negócios, políticos lidos e corridos nos clássicos, bispos conhecedores de poetas gregos, todos pareciam estar de olhos fechados e ouvidos moucos para o chamado da ciência, do que poderia ser considerado bruxaria e escândalo. O conhecimento científico não recomendava ninguém, mas a crença religiosa era obrigatória. Enérgumenos inquisitoriais não pouparam nem a grande figura do Padre Antônio Vieira. D. Francisco Manuel de Mello penou no exílio durante algum tempo. Tradicionalismo se misturava com estupidez, superstição com religião. Os jesuítas se esforçavam para empolgar o poder terreno, multiplicando os pecados capitais, olhando-os como se estivessem de binóculos em seus confessionários, aumentando e exagerando as quedas humanas. Atemorizar para dominar. Atingiu-se o apogeu do fanatismo religioso, apenas superado na vizinha Espanha, e se fortaleceu ainda a lealdade feudal. Oliveira Martins resume em poucas palavras as causas da decadência: o Individualismo, o Jesuitismo e as Conquistas.

Antero de Quental ao lançar o seu lúcido e patriótico olhar para o passado português, abarcou a sua triste realidade durante os períodos que marcaram a decadência, após a fase admirável da epopéia marítima, do espírito científico disseminado pelo exemplo do Infante D. Henrique. O Romantismo, por sua vez, trazido no bôjo da Revolução liberal de 1820, no dizer de Jacinto Prado Coelho, encontrava “um pequeno país decaído, humilhado, saudosos da grandeza perdida”. Apesar das figuras de Garrett, Herculano e Camilo Castelo Branco — bem superiores aos árcades que então dominavam o ambiente literário, velhos sanguessugas do classissismo —, houve nesse

movimento, digno de elogios em algumas de suas passagens, um saldo de adocicado sentimentalismo, pudor de abordagem de problemas contemporâneos, transformando-se em ultraromantismo, até encontrar um chefe mumificado na pessoa de Feliciano de Castilho, o iniciador da polêmica que acendeu a famosa *Questão Coimbrã*.

Dizer *Questão Coimbrã* equivale dizer palavras chaves para a compreensão do Portugal moderno e contemporâneo, pois as idéias esboçadas por jovens acadêmicos de Coimbra, num debate com já velhos e emperdenidos românticos, espicharam-se e transbordaram, saindo do terreno puramente artístico para o domínio da filosofia, da política, da história, da economia. A *Questão Coimbrã* tem as suas raízes nos movimentos estudantis de uma geração que começava a despertar, guardando ainda bem viva na memória a narração dos feitos heróicos de 89, para uma fase da humanidade carregada de utopias revolucionárias. O fracasso do industrialismo, no século XIX, fracasso no sentido de não apresentar boas condições de vida para o operário, incapaz de cumprir as grandes promessas, proporciona o aparecimento de uma filosofia do proletariado, da criação da *Internacional Operária*, englobando tendências, idéias que, às vezes, sendo parecidas nas intenções, estavam em oposição nas suas aplicações, como no caso das idéias de Proudhon e Marx.

A mocidade que estudava em Coimbra, por volta de 1863, antes mesmo da deflagração da *Questão Coimbrã*, estava impregnada do sentimento de liberdade. Um sentimento de liberdade alimentado pela França, por seus escritores, pensadores e políticos. A figura trágica de Victor Hugo no exílio tinha alturas, para os jovens daquela época, de um verdadeiro deus. As lutas nacionalistas da Itália, Alemanha e Polônia legaram um alento de heroísmo, ao ponto de alguns estudantes enviarem desafios ao Czar das Rússias, solidários com o sofrido povo polonês. Eles se sentiam um tanto conspiradores e verdadeiramente revolucionários, trazendo para as doces margens do Mondego, na airosa e romântica Coimbra, em proporções menores, as inquietações de liberdade de outros povos, de outros países.

A Universidade foi o palco menor da representação da liberdade. Os estudantes de Coimbra, sob o pulso de ferro do Reitor Basílio Alberto de Souza Pinto, procuravam reagir con-

tra o ambiente de mumificação em que viviam. Dessa geração e dessa Universidade fala-nos Eça de Queiroz, em seu célebre ensaio sobre Antero de Quental: "Em tórno dela, negra e dura como uma muralha, pesando, dando sobre as almas, estava a Universidade. Por toda essa Coimbra de tão lavados e doces ares, do Salgueiral até Chelas, se erguia ela, com as suas formas diferentes de comprimir, escurecer as almas: — o seu autoritarismo anulando toda a liberdade e resistência moral; o seu favoritismo, deprimindo, acostumando o homem a temer, a disfarçar, a vergar a espinha; o seu literatismo, representado na horrenda "sebenta", na exigência do "ipsis verbis", para quem toda a criação intelectual é daninha; o seu foro, tão anacrônico como as velhas alabardas dos verdeais que o mantinham; a sua negra torre, donde partiam, ressuscitando o "precetto" da Roma jesuítica do século XVIII, as badaladas da "cabra" por entre o vôo dos morcegos; a sua "chamada", espalhando nos espíritos o terror disciplinar de quartel; os seus lentes crassos e crúzios, os seus Britos e os seus Neivas, o praxismo poeirento dos seus Pais Novos, e a rija penedia dos seus Penedos! A Universidade, que em todas as nações é para o estudante uma *Alma Mater*, a mãe criadora, por quem sempre se conserva através da vida um amor filial, era para nós uma madrasta amarga, carrancuda, rabugenta, de quem todo espírito digno se desejava libertar rapidamente, desde que lhe tivesse arrancado pela astúcia, pela empenhoca, pela sujeição à "sebenta", êsse *gráu* que o Estado, seu cúmplice, tornava a chave das carreiras. Verdadeira *chave dos campos*, no dizer francês, abrindo para independência, para a vida, e para beleza das coisas naturais. No meio de tal Universidade, geração como a nossa só podia ter uma atitude — a de permanente rebelião. Com efeito, em quatro anos, fizemos, se bem me recordo, três revoluções, com todos os seus lances clássicos, manifestos ao país, pedradas e vozearias, uma pistola ferrugenta debaixo de cada capa, e as imagens dos reitores queimadas entre danças selváticas. A Universidade era, com efeito, uma grande escola de revolução: — e pela experiência de sua tirania aprendíamos a detestar todos os tiranos, a irmanar com todos os escravos. O nosso entusiasmo pela Polônia nascia de nos sentirmos oprimidos como ela por Czar de borla e capelo, que se chamava Basílio. Aquêles de nós que hoje leiam uma

História da Vida e da Sociedade em Roma, nos fins do século XVIII, quando toda cultura livre era vedada, e a banalidade tinha a estima do govêrno por ser uma condição da docilidade, e os melhores bens se obtinham pela intriga e o favoritismo, e se educava o homem para a baixeza, e a independência se arrancava como erva venenosa, e a polícia intervinha até na maneira de atar a gravata, e não se permitia aos cidadãos andar fora de casa depois das *ave-marias* — julga ver a escura imagem da vida universitária há trinta anos, quando se impunha ao estudante, com a batina de padre, a regra canônica do Gesu. E era por nos sentirmos envolvidos numa opressão teocrática, que, além de pendermos para o jacobinismo, tendíamos, por puro acinte de rebeldia para o ateísmo. De sorte que a Universidade, ultraconservadora e ultracatólica, era não só uma escola de revolução política, mas uma escola de impiedade moral".

Aí está na pena nervosa e irônica de Eça de Queiroz o que era a Universidade de Coimbra daqueles tempos. Tão expressivo retrato justifica a extensa citação. Os estudantes procuravam cemitérios para o diálogo com a morte, invocavam divindades em noites tempestuosas, dissolviam procissões, depredavam monumentos. Por essa época, segundo os historiadores literários, foi fundada a *Sociedade do Raio*, tendo como objetivo principal a deposição do Reitor Basílio, que encarnava, para os estudantes, a expressão da tirania mundial. Possuía os seus ares românticos, com dirigentes encapuzados e compromissos celebrados nas horas êrmas da noite. Antero foi escolhido, por seus colegas, para fazer a saudação ao Príncipe Humberto da Itália, que estava em visita à velha Universidade, seguido de ilustre comitiva. O discurso que Antero deveria pronunciar seria uma das importantes etapas do plano para deposição do Reitor. O líder estudantil, de aparência nórdica, descendente com certeza de velhas raças que invadiram a Península Ibérica, proferiu, então, um discurso que deixou constrangido o Príncipe italiano e estarrecidos os graves e casmurros mestres. Insinuou que o sr. Basílio Alberto era um fantasma do passado, falou em mocidade liberal, em popularidade de rei, em Garibaldi, numa Europa popular.

Essa geração que cultuava a França sentia uma espécie de indiferença pela História Nacional. Explica-se: vivia absorvida

pelos acontecimentos de outros países. Aliás, diga-se de passagem, que o espírito patriótico se enfraquecia por imposição do aparecimento da questão social, em consequência da rápida industrialização dos países ocidentais. Muitos eram os que pensavam em soluções internacionais. Estava presente nos espíritos o liberalismo da Revolução Francêsa, um exemplo sempre lembrado no combate às tiranias. Escrevia Antero: "... quem pensa e sabe hoje na Europa, não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim". Mas, a verdade é que Berlim e Londres chegavam à Lisboa via Paris. O caminho de ferro cortando a Península, o telégrafo, o desenvolvimento da navegação a vapor, enchiam Portugal de idéias novas vindas de outros países. Reconhecem os estudiosos, historiadores, sociólogos, psicólogos sociais, que o século XIX significou o despertar, para o homem comum, do sentimento de sua própria personalidade, de um maior respeito por sua condição de homem. E o respeito por si mesmo, vindo do espírito revolucionário, fazia-o combater os velhos costumes nacionais e os grandes privilégios, derrubar a barreira entre as classes, dando ao mais pobre dos jovens a esperança de obter, dentro da sociedade, um lugar digno, de acôrdo com a sua capacidade.

A *Questão Coimbrã* surge, em Portugal, depois da prolongada crise da implantação do liberalismo. Garrett já estava morto. Desaparecia um grande escritor, inovador e renovador, ligado, porém, à tradição portuguesa, conhecedor do seu povo, e que sem desprezar os valores dos outros povos da Europa, sentia-se português até à raiz dos cabelos. Herculano, glorioso e reverenciado, estava recolhido em Val-de-Lobos. O espírito criador dos românticos, a rebeldia, dava lugar a uma literatura semi-oficializada, exageradamente ultra-romântica, comandada por Feliciano de Castilho, mestre do vernáculo, excelente tradutor, mas desprovido de intuição criadora, podendo ser considerado menos um romântico do que um pseudo-clássico, um "arcade póstumo", ligado ainda às lições dos mestres que influenciaram a sua formação de escritor. Ele e seus adeptos procuravam ligar as formas extremas do romantismo ao gosto antigo, à rigidez dos temas clássicos. A *Questão Coimbrã*, então, foi o choque entre o novo espírito que dominava a Europa, robustecido pelas idéias científicas, e o sentimentalismo mofado, con-

finado, sob a ditadura do vernáculo. O comêço dessa polêmica é já bem sabido. No ano de 1865, Pinheiro Chagas, discípulo amado do cego patriarca literário, publica o seu *Poema da Mocidade*, uma inocente biografia lírica em quatro cantos, repleta de baboseiras ultra-românticas, acompanhada de um posfácio do seu mestre, no qual, entre as palavras de incenso ao discípulo, êle ironizava os jovens poetas Antero de Quental e Teófilo Braga. Antero replicou de maneira violenta e sarcástica com o opúsculo: *Bom-Senso e Bom-Gôsto*, as virtudes, aliás, que lhe eram negadas pelo guardião do purismo da língua portuguesa. Mais tarde, volta à carga com: *A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais*. Teófilo Braga, por sua vez, escreve *Teocracias Literárias*, em 1866. Os ânimos se exaltaram. A polêmica pegou fogo. Ramalho Ortigão que, tempos depois, formaria ao lado dessa geração Coimbrã, em seu ensaio *Literatura de Hoje*, defende Castilho de alguns pesados ataques de Antero, sem deixar, todavia, de lembrar ao venerando escritor a sua fuga do debate no terreno das idéias. Essa defesa fez com que Antero e Ramalho saíssem da luta puramente literária para o campo da honra: bateram-se em duelo, resultando num braço ferido e abraços de reconciliação. Camilo Castelo Branco, também, comparece ao debate em favor de Castilho com: *Vaidades Irritadas e Irritantes*. O indócil polemista não poderia ficar fora do barulho. A essa altura, vale um esclarecimento: os estudantes usaram o posfácio de Castilho como um pretexto para uma batalha que fatalmente teria que ser travada. Não era uma luta apenas contra Castilho, seus discípulos e admiradores, pois possuía um espectro bem maior: ia de encontro aos conceitos políticos, históricos e filosóficos de uma época, encarnados no tradutor de Cervantes e seus satélites.

A chefia do movimento coube a duas personalidades bem diversas. Ambos já possuíam livros publicados. Apesar de terem permanecido juntos no mesmo grupo que, posteriormente, acrescido de outras figuras, em 1871, organizou as chamadas *Conferências do Casino*, criticando os aspectos desfavoráveis da vida nacional portuguesa, as formas alienadas de adaptação liberal às velhas estruturas políticas e administrativas, com o desejo de colocar Portugal de acôrdo com a atualidade européia, estudando a fundo as condições que motivaram as transformações

sociais, eram personalidades bem diferentes. Teófilo Braga era desprovido de senso poético e de grandes dotes de escritor. Próximo de Antero ele estava apenas pelo amor à terra portuguesa, pelo culto da ciência e da filosofia, pela crença na libertação social e mental do homem pela educação, mas se afastava pelo espírito de subordinação a sistemas de pensamento que não lhe pertenciam. Filiou-se ao positivismo de Comte por inteiro, de olhos fechados, numa aceitação total. Procurava para os seus estudos os elementos tradicionais, colhia a poesia e os contos de tradição oral, estudava as velhas instituições portuguesas. Foi um erudito e não um espírito criador. Tinha muitas leituras, grande capacidade de trabalho, pouco espírito e nenhuma alma. Vivia com os olhos na terra enquanto Antero procurava nos céus as explicações para as suas angústias e para o destino do Homem:

“Só Deus pode acudir em tanto dano:
Esperemos as leis d’uma outra vida,
Seja a terra degrêdo, o céu destino”.

Figura trágica essa de Antero de Quental. Um poeta que rendo se fazer de filósofo; um místico forçando para ser materialista; um aristocrata se fazendo de operário; um cristão por formação pretendendo trocar o céu católico pelo Nirvana oriental e budista. O “Príncipe da Mocidade”, o adepto de Proudhon, o admirador das idéias de Marx, o conhecedor profundo do pensamento hegeliano, o aplastrado pelo pessimismo de Schopenhauer, o desiludido que desejava mergulhar no Não-ser nirvanesco, o português que pretendia traçar um programa cultural para seu país, o fundador, em Lisboa, juntamente com o seu companheiro José Fontana, da secção portuguesa da Internacional Socialista, o candidato a deputado pelas hostes socialistas, o crítico literário agudo e culto, o grande poeta, dos maiores da língua portuguesa, entre crises de animação e abatimento, deixou-se vencer por uma doença da vontade, que o fez, num último ato de desespero, aniquilar-se para sempre no mundo mágico da infância, na ilha de S. Miguel. O amigo fala do seu fim: “Foi para S. Miguel, para o seu mundo mais doce, mais fácil... Depois, uma tarde, como aquêle filósofo Demonax,

de quem fala Luciano, “concluindo que a vida não lhe convinha, saiu dela voluntariamente, e por isso deixou que pensar e murmurar aos homens de toda Grécia”. O que dele pensam os homens de nossa Grécia, não o sei — pois que de há muito na nossa Grécia, uma apagada tristeza traz os homens desatentos e mudos. É morta, é morta a abelha que fazia o mel e a cera! Quem se nutre ainda do gostoso mel? Quem se alumia com a pura cêra? Por mim penso, e com gratidão, que em Antero de Quental, me foi dado conhecer, neste mundo de pecado e de escuridade, alguém, filho querido de Deus, que muito padeceu porque muito pensou, que muito amou porque muito compreendeu, e que, simples entre os simples, pondo a sua vasta alma em curtos versos — era um gênio e era um santo”.

Foi ele quem entre tantas palavras suspirosas dos poetas ultra-românticos, contaminados pelo chamado “mal du siècle”, representante de uma geração concebida entre guerras civis, ao lado de companheiros que investiam contra as instituições monárquicas, escritores oficiais, parlamentos, costumes, tradições, mas sem apresentarem soluções nem saídas, farpeando a torto e a direito, chibateando com palavras, rasgando reputações nas colunas dos jornais, pretendeu ser filósofo, pensar, construir em meio ao caos decadentista de um Portugal que se preparava para abandonar a monarquia, humilhado pelo *Ultimatum* inglês, abandonando as velhas idéias românticas para ingressar no realismo literário, ser envolvido pelas gargalhadas provocadas pelas farpas de Ramalho e de Eça e pelo riso ácido de Fialho de Almeida, com as unhas afiadas dos seus *Gatos*.

Antero era uma sensibilidade e quiz ser uma razão. Era um sentimento e pretendia ser um sistema. Era um proprietário que ainda guardava a sua “consciência de proprietário” e pretendia ser um operário. Era um místico e pretendia ser um materialista. Era um cristão e pretendia ser um budista. Queria ser um trabalhador manual e terminou por viver de rendas de suas propriedades. Queria ser um homem universal, cidadão do mundo, mas não conseguia desvencilhar-se dos velhos fantasmas portugueses, do orgulho das conquistas dos mares, da pena de D. Sebastião perdido para sempre nas areias da África, da mágoa da morte de D. Inês, às margens do Mondego, do arrôjo de Pedro IV em sua luta pela liberdade, dum pedaço de

alma árabe entranhado em canções, lendas e costumes portugueses. A aparência era atlética, o soco triunfal, a coragem nunca negada, mas, no íntimo, se deixava consumir pela doença diagnosticada, em Paris, pelo grande Charcot. Vivia sonhando em dominar a arte e possuir a ciência. Cultivava por demais o espírito e se esquecia da alma e do sangue. Não sei porque ao falar desse dramático poeta português, recordo o nosso Augusto dos Anjos. Um latino, um homem dos trópicos, católico por tradição, envolvido com teoria dos evolucionistas, pensadores alemães e Nirvana.

O poeta paraibano igualmente a Antero, que pretendeu, em soneto célebre, repousar o coração atormentado à mão de Deus, também gritou a sua liberdade de tantas idéias que o separavam do Cristo:

“Não! Jesus não morreu! Vive na serra
Da Borborema, no ar de minha terra,
Na molécula e no átomo... Resume
A espiritualidade da matéria
É ele que embala o corpo da miséria
E faz da cloaca uma urna de perfume”.

A verdade é que Antero não foi totalmente dominado pelo que ele chamava da “náusea da realidade”. Não foi um inerte contemplativo nem um dominado inteiramente pelas inquietações do espírito. Procurou sempre reagir contra as suas crises de desolação. Esforçou-se para participar da vida portuguesa em sentido amplo, não apenas como escritor mas como político militante. Mesmo as suas crises foram inteiramente fecundas, pois delas é que saíam os seus versos. Reabilitador da velha forma poética do soneto, disciplinava a sua inspiração em dois quartetos e dois tercetos, contrariando o impulso dos jovens poetas do seu tempo, preferidores dos largos alexandrinos a Victor Hugo. Pretendia comunicar idéias e não apenas extravasar emoções estéticas, revelar um sentido próprio do universo. A inquietação subjetiva, o ligamento da emoção com a idéia, a dramatização dos problemas de sua consciência, são as principais características de sua personalidade poética. Daí surgiram os seus incomparáveis versos. Versos que fizeram o grande

Miguel de Unamuno proclamar: “Na Espanha não temos nada que se pareça... Há sonetos seus que viverão enquanto viva a memória das gentes, porque haverão de ser traduzidos mais tarde ou mais cedo, em tôdas as línguas de homens atormentados pela miragem da Esfinge”. O entusiasmo humanitário, a defesa da justiça e dos humildes, tudo o que revelava a sua condição de lutador social já estava nas *Odes Modernas*. Em seu ensaio *A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais*, fala da liberdade de espírito. Diz êle: “Sem espírito não há liberdade: sem liberdade não há espírito”. Nas páginas seguintes volta mais detalhadamente ao tema: “Mas essas opressões do espírito, ainda que nos dessem, como falsa compensação, casas, riquezas, servos, luxo e brilho, deixavam-nos tão escravos e miseráveis como antes, sem liberdade interior, sem capacidade para pensar, julgar por nós mesmos, moralmente paralíticos. Quem, ainda no meio das maiores grandezas, não pode senão amar, admirar cousas pequenas, que é senão mesquinho e pequeno? Quem, ainda no país mais livre, obedecer sem reflexão ao aceno de alguém, o que é senão escravo? Os tiranos da matéria deixam-nos pobres e desabrigados: êstes do espírito fazem-nos baixos e estúpidos — qual é preferível? E não me digam que uso de grandes palavras numa pequena questão; que invoco os maiores santos numa ocasião de tão pouco perigo. Tanto se sofre duma pedrada atirando-se-nos com um seixo como uma pedra preciosa. Que importa que a violência que se faz à alma seja dum ou doutro modo, numa grande ou numa pequena cousa? Tôdas as liberdades são solidárias: e o que as faz boas e estimáveis não é o darem-se num caso e não noutro, mas no fato mesmo da liberdade. Também são solidárias tôdas as opressões; e o que as faz péssimas e detestáveis não é virem duma ou outra mão, pesarem num lado ou no outro, mas somente o fato da tirania. Não há pequenas opressões, pequenas injustiças, pequenas misérias. Há só misérias, injustiças e opressões”.

Falando da influência de Antero de Quental em sua geração, escreve o Professor Fidelino de Figueirêdo: “Não se gastou ainda o seu magnetismo. Quando a propaganda política abastardou em demagogia o seu testamento de idéias e juízos, não descremos dêle, nós, seus filhos e netos em espírito — tão orgulhosos dessa ascendência como êle da dos bravos de D. Pedro

IV — nós, os que nos detivemos na vertiginosa descida da reação humorada. Voltamos a êle diretamente, sem intermediários. Essa a origem da renovação dos estudos antereanos em Portugal, da atualidade de sua vida e da sua obra. Hoje não vemos nele só o poeta e o pensador, vemos um paradigma de vida altamente vivida, com incontentável sede metafísica, um homem que em si sofria as dores do mundo, um homem que se debateu com as ligações da razão humana, e pôs em cada palavra, em cada afeto e em cada ato uma infinita aspiração alada. Pode haver atualidade maior nestes dias negros?" Ainda da herança cultural legada por Antero, desejamos transcrever as comovidas e compreensivas palavras do Professor Hernani Cidade: "Atendemos nesses versos e nessas páginas, porque são do que de mais nobre e mais belo tem produzido a nossa raça. Neles abre a sua dolorosa experiência outra dimensão na vida, outras perspectivas à meditação, complementares das de seus pares. Enquanto êstes, olhando em extensão, detinham olhos críticos e ensaiavam ação reformadora sobre o mundo do Imanente, era para as alturas do Transcendente e para as profundidades da alma em que êste se remove a velha angústia porque denuncia sua permanência, que Antero dirigia seu pensamento, de lá que lhe vinha a sua trágica inquietação. E quem não sente que é êste novo anseio que se transmite à mais profunda e alta poesia do nosso tempo — ao que de melhor na poesia de Pessoa, Régio ou Torga?"

A república portuguesa tem as suas raízes na chamada geração de 70. O movimento republicano surgiu atizado pelo combate dos escritores à monarquia, fruto da campanha de descrédito movida ao antigo regime. E é bem possível, ainda, que êsses mesmos escritores tenham sido responsáveis, se bem que de maneira não tão direta, pelo atual governo português, ao deixar o povo desiludido, descrente de administradores, parlamentares e sistemas de governo, anestesiado pelo constante combate às instituições e aos seus dirigentes, acostumado a rir dos seus representantes, humilhado diante de outros povos da Europa por constantes comparações. Tudo isso pode ter ocasionado que, anos depois, êle aceitasse uma forma de administração que lhe restringisse a liberdade, trocasse a liberdade pela

disciplina, por não mais pretender ouvir gargalhadas que ferissem o brio nacional. Gargalhadas destroem governos mas não fortalecem nem constroem a liberdade. O próprio Eça de Queiroz, antes de morrer, já tinha se transformado num conservador, valorizando a tradição portuguesa, enaltecendo os seus valores rurais e a Igreja Católica, através de perfis biográficos dos seus santos mais representativos. Merece a atenção dos estudiosos, e alguns historiadores literários já fizeram referências, a possível influência das idéias dos participantes da chamada *Questão Coimbrã* na célebre geração espanhola de 89. Inegável foi a sua larga e profunda projeção no Brasil. Marcas da poesia de Antero de Quental, dos estudos folclóricos de Teófilo Braga, do romance realista, da crítica social de Ramalho e Eça de Queiroz estão presentes na atual cultura brasileira.

Em notáveis ensaios, o sempre lúcido Antônio Sérgio, crítico literário e de idéias, analisa o Socialismo de Antero de Quental. Distingue-o do de Marx, estreita-o ao de Proudhon, no sentido de progresso se identificar com moral. Fala, com muito acêrto, citando cartas e trechos de artigos, das condições concretas de liberdade desejadas por Antero, diferenciadas do pensamento de liberdade *abstrata* dos jacobinos, do seu esforço para dar a Portugal uma democratização real e positiva, elevando o nível intelectual e econômico do povo. Num desses ensaios, Antônio Sérgio lança uma pergunta: "Como é que um espírito como o de 'Santo Antero' poderia conceber a organização socialista"? Êle próprio responde: "Se acaso o percebo, — como um simples instrumento que facilitasse aos homens o voo supremo para a conversão em Deus".

SÔBRE A POESIA LÍRICA E DRAMÁTICA DE GIL VICENTE

CESAR LEAL

Um estudo modernizado da literatura impõe ao pesquisador métodos especiais de investigação, os quais por serem relativamente novos têm de lutar contra a rotina, contra as pressões psicológicas de uma tradição crítica pobre em experiências analíticas particulares. O teatro de Gil Vicente exige, para melhor compreensão de sua importância, de sua transcendência, estudos que não sejam realizados dentro de um critério de pura história literária. Ele quer para sua interpretação métodos filológicos ou históricos, que não devem ser confundidos com os métodos da história da literatura. Julgo que essa distinção deve ser estabelecida inicialmente, em particular quando se trata de estudar e conhecer a obra poética de um autor elaborada dentro de uma visão do mundo bem diferente daquela que se abria aos olhos da humanidade desde o aparecimento da *Divina Comédia*, e cuja perspectiva iria ampliar-se em seus limites mais particulares, a partir do século XV.

Não é, portanto, sem um misto de respeito, curiosidade e admiração que me aproximo de uma individualidade artística tão vigorosa quanto Gil Vicente. Respeito pela posição que ele merecidamente ocupa na literatura ocidental; curiosidade pela enorme riqueza de idéias, sentimentos e figuras que nos oferece o seu universo artístico; admiração pela grandiosidade de seu teatro, um teatro que incorporou à sua época os mais diferentes planos de visão, unificando-os através de uma pluralência de palavra, de uma responsabilidade intelectual e técnica somente comparável, sob muitos aspectos, a de um Shakespeare, de um Tirso de Molina, de um Lope de Vega e, principalmente, Calderón. Gil Vicente é também considerado o fundador do Teatro português, fato a que não se deve atribuir tanta importância, pois ainda que essa condição seja relevante do ponto de vista

biográfico ou histórico, pouco significaria como critério valorativo de sua obra lírica ou dramática.

Permitam-me, pois, generalizar sobre tal questão: Ênio, fundador da épica latina e introdutor do hexâmetro grego em Roma poderia, por essa razão, ser considerado superior ou igual a Virgílio? Creio ser desnecessário responder a tal indagação. Por isso, não se pode discordar de Virgílio quando diz que parte do ouro da *Eneida* foi colhido no estêrco de Ênio. Diga-se o mesmo de Iacomo da Lentino a quem se atribui a invenção do soneto. Por tê-lo inventado poderia ser colocado no mesmo nível de Petrarca, Camões ou Gôngora? Quando se fala ou se escreve sobre autores como Gil Vicente tais generalizações podem ser dispensáveis, especialmente quando o conferencista tem a felicidade de não ser um escritor preocupado com os problemas da crítica. Êste, porém, não é o meu caso. De tôdas as especulações de natureza filosófica em torno da obra de arte literária, a crítica é a única que me preocupa, particularmente quando se trata de conhecer e situar a posição artística de um autor cuja obra se encontra demasiadamente afastada de nossa perspectiva histórica. Isso quer dizer, segundo me parece, que o fato de ser fundador, precursor ou criador de um gênero literário não confere ao poeta o privilégio de ser colocado acima de outros que, embora nada inventando, souberam cultivar com mais arte, mais engenho e intuição certos gêneros que por outros foram apenas esboçados, muitas vezes de forma calculadamente fria, não ultrapassando sequer a barreira dos exercícios teóricos.

Assim, creio que a importância de Gil Vicente deve ser buscada em sua própria poesia, na capacidade que teve de penetrar, compreender e expressar todo um conjunto de valores peculiares ao seu tempo, sem perder contacto com aquela sensibilidade básica do homem de qualquer época, que Ortega e Gasset definiu, em famoso ensaio sobre Azorim, como um estado de simpatia para com as idéias de um autor, uma admiração que transcende o restrito e simples conceito de contemporaneidade. É o que todos nós sentimos quando nos colocamos diante da obra poética de Gil Vicente. Frente a essa obra, o espírito lusitano, cuja força criadora iria confirmar-se no poema dos Descobrimentos, se vê refletido. Essa presença do espírito nacional

português, tão bem capturado por Gil Vicente em sua poesia, é muito intensa no romanceiro popular do Brasil, especialmente no Nordeste. Mas, com relação ao próprio Gil Vicente, acredito que essa influência se restringe a uma poesia mais culta, e seria, ainda assim, menos do seu teatro do que de seus romances, ou é também da parte lírica de seu teatro, que com exceção do de Lorca e Yeats me parece ser o teatro mais lírico da Europa. Cito como exemplo dessa presença no Brasil, as décimas ao Rei D. Manoel, o romance sobre a morte do monarca escrito em quartetos, na forma do romanceiro castelhano, e as "Orações dos grandes de Portugal à Nossa Senhora, depois de enterrado El-Rei". Dessas preces elejo duas que, embora não sejam mais representativas do que as demais, nos dão, pelo conteúdo e a transparência expressiva do sentimento, pela emoção intensa e sábia filosofia que transportam, a verdadeira medida do grande Gil Vicente. A primeira, do Conde de Marialva, diz:

Senhora, senhora nossa
Senhora nossa advogada
sereis dêste Rei lembrada
por aquela santa hora
que fôste encomendada.
Cá vos fica soterrada
Sua Alteza e consumida:
Dai-lhe lá vida mudada
porque a vida aqui lograda
não é vida.

A segunda, do Bispo de Évora, testemunha a expressão religiosa de um pastor de almas:

Cá vos fica êste Senhor
pobremente sepultado
Senhora, seja lembrado
que em vosso santo louvor
o achei sempre ocupado.
Aí fica desamparado
com o pago que o mundo dá,
de terra paramentado
Senhora, tende cuidado
dêle lá.

Não só do ponto de vista temático mas também da construção e dos conceitos, Gil Vicente deixa demasiadamente perceptível a fuga que empreende aos estímulos da "filosofia oficial" do Renascimento. Alguns dos traços mais característicos de suas obras são a obediência aos valores culturais do

medieval, a herança cristã de Jerônimo, Agostinho, Tomaz de Aquino, de outros doutores da Igreja, o cultivo quase fanático de uma teologia moral que dá ao seu teatro um fundamento arquitetônico, paradoxalmente antigeométrico, apoiado num simbolismo religioso que se encontrava de acordo com a concepção mágico-mística predominante na poesia de toda Idade Média. Daí o caráter unitário de sua obra, a união das várias partes se subordinando ao todo, a dependência de uma a que imediatamente a precedeu, assegurando ao conjunto um sentido de vida orgânico. Somente uma concepção impressionista e anti-científica da literatura — posição que vem sendo corrigida pelos modernos processos de investigação e análise da obra poética — vê falta de unidade no teatro gilvicentino. Se algumas de suas obras são menos realizadas do que outras, se não alcançam o elevado nível artístico de uma composição como o *Auto da Barca da Glória*, nem por isso podem deixar de ser consideradas como partes de um todo indissociável: o teatro de Gil Vicente.

Verifica-se, assim, por entre a vibração de sua linguagem dramático-lírica, que há em todas as suas peças um anseio quase místico de ordenar a conduta humana de modo a que procuremos evitar o pecado, em qualquer de suas formas. Por isso, no *Auto da Alma* o Anjo adverte aos homens de que não poderão atingir o Paraíso os que vivem ocupados em coisas vãs:

Não vos ocupem vaidades,
riquezas, nem seus debates,
Olhai por vós;
que pompas, honras, herdades
e vaidades
são embates e combates
para vós.

Enquanto o Diabo contesta:

Oh descansai neste mundo
que todos fazem assim
não são em balde os haveres,
não são em balde os deleites
e fortunas.
Não são em balde os prazeres
e comeres
tudo são puros enfeites
das criaturas
Para os homens se fizeram.

Citei êsses trechos do *Auto da Alma*, certo de que poderia citar qualquer outro, para demonstrar a dissonância gilvicentina em relação aos processos de interiorização crítica inaugurados pelos renascentistas. Segundo creio, podemos dizer, portanto, que vivendo quase metade de sua vida no mesmo século em que viveu Camões, sua obra poética está muito mais próxima da *Divina Comédia* do que dos *Lusíadas*. Não só nos planos meramente religiosos, mas também nos da construção artística. Bastaria, por exemplo, compararmos a semelhança que há entre a concepção da *Comédia*, com os seus três reinos da Morte — *Inferno*, *Purgatório* e *Paraíso* — com a trilogia das barcas: *Barca do Inferno*, *Barca do Purgatório* e *Barca da Glória*. Assim como a *Divina Comédia* era lida e representada nas catedrais italianas nos séculos XIV e XV, também essa trilogia foi escrita para ser representada inicialmente na igreja — na Capela do Paço — o que não ocorreu em razão da enfermidade da rainha Maria que exigiu a encenação em seus próprios aposentos. A *Barca do Purgatório* e a *Barca da Glória* foram respectivamente representadas em 1518 e 1519. Êsses autos influenciaram decisivamente o teatro espanhol do Século de Ouro, especialmente a obra de Lope de Vega: *Viaje del Alma*.

Como teriam chegado essas influências do Medieval a Gil Vicente? Qual ou quais os escritores da Idade Média que mais teriam orientado o crescimento interno de sua arte? Creio que estas não são perguntas ociosas e por mais que se tenha estudado Gil Vicente, duvido que se haja dado a tais questões a adequada solução que merecem. Todos nós sabemos que a fonte inesgotável de seus temas são os livros sagrados, os Evangelhos, o Apocalipse. Mas o interessante seria saber por que vivendo ele na primavera do Renascimento, conhecendo, como estou certo de que conheceu antes de Sá Miranda e Camões, as teorias literárias dos renascentistas italianos, permaneceu fiel à liberdade formal de criação artística, em relação à preceptiva grecolatina, liberdade que é uma das características mais singulares do período que vai do aparecimento da *Vulgata* à *Vida Nova* de Dante.

Acredito, pois, que a arte dramática de Gil Vicente não

é o simples resultado de uma captura feliz de formas poéticas populares e anônimas dos povos ibéricos. Isso naturalmente constitui um dos elementos que obrigatoriamente teriam de figurar na estrutura lírica e dramática de sua poesia. Não creio, porém, que este seja o fator decisivo; tampouco me impressiona a afirmação de alguns críticos de que a obra poética de Gil Vicente, pelo fato de ser circunstancial, “não obedece a nenhum plano, a qualquer sistematização geral dentro de cujos quadros se ajustasse cada auto, em obediência à forma ou ao assunto”. Principalmente, temos de reconhecer — todos nós — que a Idade Média possuía um cânon artístico. E entre os formadores desse cânon, podem ser apontados grandes mestres de teoria literária, sendo um dos mais destacados Jerônimo, fundador da história cronológica da literatura religiosa, tradutor da *Bíblia* e o primeiro exegeta dos livros santos e de suas figuras alegóricas. Os *Comentários bíblicos* de São Jerônimo constituem aquilo a que Ernst Robert Curtius chamou de *humanismo eclesiástico*, pois ele, Jerônimo, se mostra antes de tudo intérprete literário de grande força, crítico e historiador, insuperável na explicação de alegorias, como se pode observar em seu primeiro livro inspirado em lendas relativas ao *Gênesis*. Sua paixão pela filologia, pelo conhecimento dos textos hebreus, gregos e latinos, e o temperamento arrebatado que o conduziu a polêmicas em que se destaca pela grande erudição, impressionaram aos renascentistas que nele viam um semelhante, alguém, como classificou E. K. Rand, que “ama as coisas humanas”.

Outro que deve ter tido grande influência no conteúdo espiritual da obra gilvicentina é Agostinho que opõe ao humanismo cristão de Jerônimo “a sede de conhecimento essencial, que transcende toda a ciência dos fatos” (Curtius), sendo também um dos teóricos da literatura medieval com quem Gil Vicente aprendeu a utilizar a alegoria com força somente comparável a Dante e Calderón.

Não é por intuição que no *Auto da Alma* cabe a São Jerônimo servir ao *caminhante* os alimentos, ou seja, as “insígnias da Paixão” como afirma o próprio Gil Vicente:

Esta iguaria primeira
foi, Senhora,
guisada sem alegria,

em triste dia,
a crueldade cozinheira
e matadora.
Gostá-la-eis em salsa e sal
de choros de muita dor;
porque os costados
do Messias divinal
santo, sem mal,
foram pelo vosso amor
açoitados.

Após servir à Alma todos os alimentos — os açoites, a coroa de espinhos, os cravos — o Auto é concluído com a sobre-mesa anunciada por Santo Agostinho:

A fruta deste jantar
que neste altar vos foi dado
com amor,
iremos todos buscar
ao pomar
aonde está sepultado
o Redentor.

O que disse antes nos leva a supor que Gil Vicente não só conhecia como interpretava, com a segurança de um espírito crítico exigentíssimo, as análises bíblicas de São Jerônimo. Mas onde a presença do Santo está melhor configurada é no *Auto da História de Deus*, em que os personagens alegóricos alcançam uma difícil imobilidade no movimento; naturalmente que essa “imobilidade” não atinge o homem, que surge e desaparece no decorrer da ação, ficando apenas o Mundo, o Tempo, a Morte e os personagens representativos do Bem e do Mal: Deus e o Demônio. O tema cantado por um poeta moderno resultaria na construção de um poema demasiadamente complexo; há certas analogias que se poderiam estabelecer entre Gil Vicente e alguns poetas contemporâneos, não filiados à linha de desumanização do poema, peculiar a vastos setores da lírica moderna. T. S. Eliot — que é o mais moderno e ao mesmo tempo o mais tradicional dos poetas atuais — nos dá nos *Four Quartets* essa idéia do Tempo como algo a ser captado e situado numa única esfera: a unicidade do intemporal. Os *Quartets* têm em comum com o *Auto da História de Deus* o apêgo permanente à alegoria. Há em Eliot uma solidariedade constante entre o tempo passado, o tempo presente e o tempo futuro, como

significando um tempo único. Por isso éle fala do tempo, que juntamente com os sinos, enterrou o dia; do tempo que deixou a núvem tenebrosa raptar o sol; do tempo que se faz passado no instante em que os girassóis fecham suas flores, as dalias e as rosas se curvam, as plantas se enroscam, um tempo em que o pássaro pescador responde à luz com a luz; mas há também um Tempo diferente, e êste é o único que prevalece: aquêle em que a luz persiste "imóvel nêsse ponto imóvel do mundo em movimento". Há, portanto, em Eliot, um retôrno ao alegorismo medieval, algo que o transforma em verdadeiro poeta bíblico. No *Auto da História de Deus*, o homem é recebido pelo Mundo, seu hospedeiro, mas o Mundo já ordenou ao Tempo que despeça o conviva, quando o relógio anunciar que seu prazo acabou.

Quase todo o simbolismo presente nesta peça se encontra no poema eliotiano. T.S. Eliot, ao aludir ao fogo de Pentecostes, o faz com deslumbrante resplendor alegórico:

A Pomba ao baixar divide o ar
com chama de terror incandescente
do qual declaram as línguas que a única
salvação do pecado e do êrro,
a única esperança sem desespero,
jaz na escolha de uma pira ou outra pira
para ser redimido do fogo pelo fogo.

Não permitirei que a tradução apague o estilo, a técnica, a linguagem e a música do grande Eliot. Veja-se, pois, isto em inglês:

The dove descend breaks the air
With flame of incandescent terror
Of which the tongues declare
The onde discharge from sin and error,
The only hope, or else despair
Lies in the choice of pyre or pyre
To be redemed from fire by fire.

No *Auto da História de Deus* as figuras alegóricas são as mesmas dos *Quartets*.

Eliot, ao iniciar a descrição de um dia de novembro, o faz numa forma tradicional, para de súbito interrompê-la com os versos:

Esta era uma maneira de expressá-lo,
não muito satisfatória:
um exercício perifrástico num estilo poético gasto,
que não elimina todavia a intolerável luta com as palavras
[e o sentido]

Gil Vicente, como todo poeta medieval, não despreza os valores sonoros. Por isso, sua expressão alegórica é sempre reforçada pelo sentido místico da música. Passagens como aquela dos *Quartets*, com referência à Pomba, ao Fôgo, são encontradas no *Auto da História de Deus*. Por exemplo, quando fala São João:

... e vós, pomba brava,
que voais isenta, soberba, alterada,
em essas montanhas viveis branda vida,
tomaís por exemplo a pomba escolhida;
a pomba mui mansa, a pomba calçada
do sol é vestida.

E tu, vil raposa que vives de engano
e matas quem amas sem nenhum temor,
aprende do Cristo que só por amor
oferece à morte seu corpo humano.
Tu, águia real,
que vences os raios do sol natural
com tua vista por graça divina,
guarda, não te cegues o sol da rapina,
pois te alumia a luz divinal
com sua doutrina.

Quero deixar bem claro que do ponto de vista formal não há semelhança entre Eliot e Gil Vicente. Afirmá-lo seria um absurdo, e creio que muitas pessoas talvez concordem comigo. Quando disse que Gil Vicente estava mais próximo de Dante do que de Camões, creio que o fiz sob a impressão de recente reencontro com a sua obra poética, especialmente o *Auto da Alma*, a trilogia das *Barcas* e o *Auto da História de Deus*; acredito que sem essa revisão de leitura me seria bastante difícil compreender tal relação entre os dois, cuja proximidade me parece agora mais evidente, não só na concepção orgânica de todo mas também no que se relaciona aos temas, aos conteúdos religiosos, ao emprêgo da alegoria que é o processo mais característico da arte literária do medievo. Creio que já dei uma idéia — ainda que insuficientemente clara — do problema, embora reconhecendo que êste não é tema para ser colo-

cado no plano de uma conferência, onde os grandes autores não são nem podem ser analisados com o rigor e a erudição que suas obras estariam a exigir.

De qualquer modo, creio que se pode afirmar ser Gil Vicente parte inseparável do espírito europeu, e não apenas lusitano ou peninsular. Disso é prova um de seus autos, escrito em cinco idiomas. Para o estudioso da literatura, seu teatro oferece problemas bem mais complexos do que a lírica e a épica de Camões. Camões é um espírito inteiramente voltado para os ideais renascentistas de glória, de fama a ser conquistada pelo próprio braço, possui um temperamento rebelde, traço comum a todos os intelectuais renascentistas. Orgulha-se de sua condição de poeta, e até um valente navegador como Vasco da Gama deve agradecer às deusas da mitologia grega o amor à pátria que motiva os seus feitos. Para Camões, um povo que não tenha poetas do nível de Homero ou Virgílio também não possuirá nunca heróis como Aquiles ou Enéias.

Às Musas agradeça o nosso Gama
O muito amor da pátria, que as obriga
A dar aos seus na lira nome e fama
De tóda a ilustre e bélica fadiga;
Que êle nem quem na estirpe seu se chama
Calíope não tem por tão amiga.
Nem as filhas do Tejo que deixassem
As telas de ouro fino e que contassem.
Porque o amor fraterno e puro gôsto
De dar a todo Lusitano feito
Seu louvor, é sômente o pressuposto
Das Tágides gentis, e seu respeito.

Em qualquer plano em que se analise trechos como êstes — seja em relação ao estilo, ao esquema da estrofe ou da rima, seja no que respeita ao tema, às figuras mitológicas — o que se identifica logo, o que se sente é a integração do poeta a uma perspectiva em cujo centro se encontram agora uma nova linguagem, uma nova forma, uma nova retórica, o que não se observa na Idade Média, quando predominavam na poesia as formas populares e anônimas. Os gêneros que Camões cultivou nos são familiares, ao contrário dos de Gil Vicente, elaborados dentro da concepção histórica do mundo medieval, mundo que continua praticamente inexplorado em sua enorme riqueza.

Creio que para o conhecimento do teatro de Gil Vicente,

para maior compreensão de sua grandeza seria necessário que as universidades dedicassem mais atenção aos estudos de Filosofia e Filologia Latina Medievais. Êsses estudos revelariam que a Idade Média nunca desconheceu as teorias literárias da Grécia e de Roma, como equivocadamente se supõe. Curtius já indicou o caminho, mas até agora poucos — ou mais exatamente apenas doze — segundo o crítico alemão — realizam na Europa estudos dessa natureza.

Entretanto, isso não impede que se estude o teatro gilvicense tal como êle se nos apresenta, isto é, um teatro fortemente influenciado pelos fatores externos de natureza circunstancial, os quais, possivelmente, contribuíram para mantê-lo preso à concepção histórica do medievo. Não se deve esquecer que a maior parte dos dramas, comédias, autos, farsas e tragicomédias foi escrita a pedido dos nobres e dos monarcas portugueses, especialmente a Rainha Leonor, sem cujo apoio não se pode supor qual teria sido o destino artístico de Gil Vicente. Suas primeiras composições apareceram muito tarde, quando o poeta já contava 37 anos, se efetivamente nasceu em 1465, fato posto em dúvida por alguns historiadores literários, que situam a data de seu nascimento em 1440, 1450 e outras datas, o que não importa, pois o que vale é sua obra poética e não saber em que ano êle nasceu. Neste último caso, isto é, se nasceu em 1450, o poeta teria 52 anos quando escreveu o *Monólogo do Vaqueiro*, e alguns meses mais tarde o *Auto Pastoril Castelhana*, ambos muito bem urdidos, marcados intensamente pela presença de Juan del Encina, cujas *Representações* já eram bem conhecidas na Península na última década do século XV, através das frequentes encenações na residência do Duque de Alba.

A partir do *Monólogo do Vaqueiro*, que contém apenas 112 versos, a técnica artística de Gil Vicente vai se tornando cada vez mais complexa, com o aparecimento de personagens que aumentam de representação para cada nova representação, enquanto os diálogos se fazem mais concisos, as análises dos caracteres mais exatas, a comicidade mais embriagadora, eficaz e desconcertante. Quanto à forma musical, o esplendor sonoro e o ritmo são fatores que não se pode dissociar do significado básico das

palavras como se observa através da análise das *annominatios* de alguns trechos do *Auto de Mofina Mendes*:

Oh: Deus te salve, Maria
Cheia de graça graciosa,
dos pecadores abrigo!
Goza-te com alegria
humana e divina rosa.

Aqui o efeito musical do “graça-graciosa” associa-se ao da aliteração, expressão de alegria do Anjo Gabriel que logo se intensifica pela própria afirmação do Mensageiro de que ela deve gozar-se com alegria, seguida pela bela metáfora que transforma a Virgem em rosa divina e humana. O efeito dessa imagem é tão denso que o próprio poeta se vê na obrigação de registrar a surpresa da Virgem:

Prudência, que dizeis vós?
que eu muito turbada sou;
porque tal saudação
não se costuma entre nós.

Novas aliterações se repetem adiante, com as reiteraões internas do verbo querer, processo comum aos poetas medievais, quase todos influenciados pelas técnicas dos fundadores da hínica cristã, que deu origem à rima:

Ó Virgem, se ouvir me queres
mais te quero inda dizer.
Benta és tu em mereceres
mais que tôdas as mulheres
nascidas e por nascer.

A expressão, extremamente simples, transporta, em linguagem simbólica, uma enorme carga de significados, os quais, para melhor compreensão do ouvinte ou do leitor, exigem certa capacidade de reflexão imediata. Isso quer dizer que um poema tanto pode ser difícil por sua complexidade quanto por sua simplicidade extrema. Os críticos, ao analisar a poesia, quase sempre falham, se lhes falta essa faculdade própria do leitor inteligente: captura automática do que há de grandioso em versos aparentemente simples, porém de uma riqueza interior que logo se revela mesmo às análises superficiais e sumárias. O quinteto que acabo de transcrever não deve ser enten-

dido como se apresenta imediatamente ao espírito, isto é, como se fôra pouco mais do que um jôgo de palavras. Se o leitor estiver atento ao significante, logo há de verificar a riqueza do significado, do conteúdo expresso nessas cinco linhas. A mulher a quem o Anjo fala é um ser escolhido por um poder que transcende a todos os poderes humanos. Nenhum antes dela, nem posterior a ela, por tôda a Eternidade, há de merecer o que lhe anuncia o Mensageiro:

Benta és em mereceres
mais que tôdas as mulheres
nascidas e por nascer.

Entretanto, não são apenas Jerônimo e Agostinho as fontes que permitiram o desenvolvimento das artes poéticas na Idade Média. Durante êsse período muitas obras importantes foram escritas, mas como o humanismo renascentista coincidiu com a floração e subsequente desenvolvimento das línguas nacionais, os grandes autores do medievo se tornaram praticamente esquecidos. Acredito, porém, que Gil Vicente teve acesso aos livros de Cassiodoro, Isídoro de Sevilha e outros que ampliaram a poética bíblica de São Jerônimo, para quem eram poetas Moisés, Salomão, Jó, David e o próprio Cristo, cultor de um gênero poético de caráter didático, moral e narrativo: a parábola.

De tôdas as obras de Gil Vicente, até mesmo as de caráter profano e gôsto mais acentuadamente popular, tais como as farsas, em que o elemento nacional se impõe cada vez com maior fôrça, não faltam os tropos e o simbolismo religioso tipicamente medievais. Essa visão do mundo refletida em sua arte só poderia manter-se através da tradição retórica vigorante na Idade Média Latina. Êle resiste com eficácia às incursões do cosmopolitismo das formas italianas, cuja expansão na Europa tivera início desde a segunda metade do século XV. Se nêle a rima é bastante regular, os versos de pé quebrado são frequentes, as aliterações, as *annominatios*, tudo de acôrdo com a concepção mágica das poéticas bíblicas que atribuíam aos valores musicais do poema um alto significado. De certo modo, a poesia moderna, como demonstrei antes, em ensaio sôbre Dante, se encontra sob essa influência da mística. Assim, na *Exortação da Guerra* quando o Clérigo diz:

Zeet zeberet zorregud zebet
ó filui soter
rehe zezegot relinzet
ó filui soter

não creio na opinião de alguns eruditos que pretenderam demonstrar que *zeeregud* era derivado de alemão *sehr gut*, ou do inglês *very good*. Em Dante encontra-se num dos Cantos do Inferno — o VII — uma expressão quase semelhante:

Papè Satan, Papè Satan, aleppe.

Quem conhece a tradição mágico-mística não procura saber o que significam tais palavras. Não se pode dizer que Gil Vicente estaria imitando o modo de falar de alguma personalidade conhecida, pois as expressões surgem exatamente no instante em que o Clérigo tem de conjurar o Demônio, isto é, quando se espera, de acôrdo com aquela tradição, algo que se expresse numa linguagem como a de Pluto, no citado verso de Dante.

Êsses elementos fazem parte da camada sonora do poema: acham-se intimamente associados aos conceitos de magia poética, magia branca, cabala, concentrando o significado no esplendor sonoro, fato comumente observado entre os modernos, especialmente a partir dos românticos e simbolistas. No *estilo novo* do Renascimento os efeitos sonoros, ou melhor puramente sonoros, são marginalizados. O significante visa antes de tudo a expressão do sentido racional da linguagem. É claro que entre êles a música não desaparece do poema; contudo não visa fins em si mesmo. Passagens como estas de Gil Vicente que acabo de citar constituem o substrato das camadas sonoras e de sentido da própria poesia moderna.

Assim, não se pode ladear testemunhos valiosos para aqueles que se dedicam ao estudo das fontes literárias, particularmente no teatro, onde nada se fez entre o Renascimento e o Romantismo que não estivesse ligado a uma tradição, a um campo determinado de figuras, a pré-existência de algo conhecido. O estudo de tais fontes se impõe, pois sem investigação e análises não se pode formular juízos corretos sobre a maneira como o artista teria realizado o aproveitamento do tema, se em sua totalidade, se apenas em parte, se introduzira modificações no mito e quais as significações possíveis de tais procedimentos.

Quando disse que Gil Vicente estava próximo de Dante, procurei apenas demonstrar que o simbolismo religioso que utiliza é tipicamente medieval, e o seu teatro, como o de Calderón, está mais diretamente ligado às representações litúrgicas do medievo do que o de qualquer outro dramaturgo europeu de seu tempo. O que procuro demonstrar não é sua semelhança com Dante, pois Dante vem abrir as portas da Idade Média ao Renascimento, enquanto Gil Vicente deseja que elas permaneçam fechadas. Não quero também demonstrar sua presença como um campo-limite entre as criações lusitanas da Idade Média ou da Pré-Renascença peninsular e o Renascimento propriamente dito, mas provar, se isso me fôr possível, que Gil Vicente foi um homem conscientemente colocado em oposição às idéias renascentistas, tal como o foi em sua arte o grande Calderón. Isso explica, segundo afirmei em ensaio sobre Camões, as razões que limitaram as idéias importadas da Itália na Península Ibérica a três ou quatro grandes artistas: Em Portugal, Sá de Miranda, Camões e seus apêndices; na Espanha, Garcilaso e Boscán. Com a morte de Garcilaso, no mesmo ano em que Gil Vicente escreveu sua última obra dramática, inicia-se o Século de Ouro espanhol, a fase do barroco, que fez a Península permanecer praticamente fora do espírito renascentista, não só em ciência e técnica, mas em artes também e em literatura.

Acredito que as homenagens prestadas a Gil Vicente, na passagem do seu 5.^o centenário, irão constituir uma oportunidade para o estudo amplo de sua obra dramática, fato que adquire maior importância se levarmos em conta que, a partir de fins do século XVIII, a poesia tem se voltado para a corrente místico-cristã predominante na Idade Média. Basta lembrar que o verso livre, cujo emprêgo foi feito pela primeira vez por Klopstock, no século da Ilustração, tem suas origens na descoberta da sequência musical no século VIII. Tal verso é hoje um dos traços mais característicos do poema moderno.

Por outro lado, o anseio de elevação, a busca do transcendente, encontram exemplos, já antes citados, em W. R. Yeats, Rainer Maria Rilke, Frederico Garcia Lorca, Juan Ramón Jimenez, Jorge de Lima, E. Montale, para lembrar apenas alguns dos poetas mais representativos dêste século que têm

resistido ao espírito anti-artístico da era tecnológica, um espírito profundamente marcado pela idolatria aos produtos criados pelo desenvolvimento quase maligno da ciência e da técnica. As obras desses autores estão plenas de medievalismos. Um exemplo é a influência de Dante na lírica moderna, que não se deve identificar apenas com problemas relacionados ao interesse dos modernos pela construção técnico-artística. Na realidade, o que se busca em Dante é mais a essência do humano, capturada por uma visão poética englobante de que o seu poema é a mais completa suma.

Permitam-me, pois, concluir fazendo um apêlo, dirigido especialmente aos jovens estudantes de letras, no sentido de que não subestimem a crítica literária. Claro que me refiro à verdadeira crítica e não ao comentário irresponsável, que pretende rotular seus produtos com o pomposo título de crítica criadora. A crítica literária deverá exigir para si apenas a virtude de ser bem escrita. Ela jamais penetrará o mistério da obra poética, mas tem o poder de despertar em nós o gosto pelos grandes autores do passado. Razão tem Eliot quando diz no seu ensaio sobre Arnold: "De tempos em tempos, cada cem anos aproximadamente, é desejável a aparição de um crítico que empreenda uma revisão da literatura do passado e estabeleça uma nova ordem de poetas e poemas. Não se trata de uma tarefa revolucionária, senão de um reajustamento. O que observamos é a mesma cena, porém de uma perspectiva diferente e mais distante; novos e estranhos objetos que aparecem no primeiro plano serão contrastados cuidadosamente com os mais familiares que agora tocam o horizonte, onde todos, salvo os mais eminentes, se fazem invisíveis a simples vista. O crítico exaustivo, armado de uma lente poderosa, percorre a distância e adquire conhecimento dos menores acidentes da paisagem, com os quais os acidentes menores mais próximos são comparados e cuidadosamente calcula a situação e as proporções dos objetos que nos rodeiam ao largo do vasto panorama. Esta fantasia metafórica não é mais que um ideal, porém Dryden, Johnson e Arnold realizaram a tarefa com toda a perfeição que a falibilidade humana permite. Da maioria dos críticos somente podemos esperar que repitam as opiniões do último Mestre. Entre os tempe-

ramentos mais independentes se produz um período de destruição, de absurda subestimação, de modas sucessivas, até que chega uma nova autoridade crítica a pôr ordem na paisagem".

Assim, creio que se o investigador literário deseja realizar um estudo valorativo da poesia de Gil Vicente não poderá abstrair os métodos que se voltam para análise dos elementos internos da obra de arte, o que compreende, em primeiro lugar, a investigação do crescimento interno da poética gilvicentina, o crescimento de sua arte pela arte mesma, de algo que nêle começou a surgir e crescer como uma planta misteriosa, independentemente de outras forças que não aquelas que o próprio gênio conduzia dentro de si. Em seguida, deverá voltar-se para a investigação dos elementos culturais que teriam externamente influenciado o curso do pensamento artístico de Gil Vicente, não em seus impulsos anímicos puros mas como influência de fatores externos a que se encontrava o poeta sob pressão, e dos quais nenhum gênio até agora conseguiu libertar-se. O problema a que me refiro tem apenas relações analógicas com os métodos recomendados por alguns teóricos da literatura para a análise da obra de arte literária. René Wellek e Austin Warren, por exemplo. Entretanto, eles são demasiadamente complexos a êsse respeito e acredito que sem um guia o estudante ficaria desamparado na busca de compreensão para tais problemas. Claro que me refiro ao estudante brasileiro, pouco acostumado aos modernos processos de análise e interpretação de textos. Vossler, em sua *Filosofia da Linguagem*, reconhece que apenas dois povos na história cultural do Ocidente têm demonstrado capacidade para resolver tais questões: os alemães e os franceses. Creio que no conhecimento da poesia não se deve esquecer os ingleses e, mais recentemente, os norte-americanos e os espanhóis. Os alemães são aqueles a quem Vossler chama "os videntes natos e especuladores natos do autodesenvolvimento do espírito, enquanto os franceses são os descobridores natos e analistas natos dos complexos culturais". Claro que êle não se refere especificamente à literatura, mas a fórmula é bastante elástica para que a literatura possa nela ficar contida. Isso significa, e parece que Vossler tem razão, que os germânicos compreendem melhor do que nós portugueses ou descendentes de

portuguêses, as leis do desenvolvimento interno da personalidade artística, enquanto os franceses são os conhecedores das condições externas capazes de influenciar a criação da obra de arte, tais como ambiente, fontes, influências, nacionalidade e outros fatores menos relevantes. Herder e Hegel são os maiores representantes dessa compreensão alemã da história e da cultura; Montesquieu e Taine representam a visão do espírito francês. Claro que Vossler não esquece Vico, e nesse caso, os italianos aparecem como precursores da Escola Romântica Alemã.

Saber, portanto, que Gil Vicente pertence à Idade Média e não ao Renascimento tem importância para a crítica, se a compreensão do problema possibilita ao estudante, sem outras informações além daquelas de natureza estritamente históricas, respostas a estas perguntas: "Quem é na Idade Média, historicamente o personagem realmente atuante, o personagem absolutamente livre e, em consequência histórico por excelência?" Por que a maior parte das obras de Gil Vicente está marcada pelo predomínio do elemento religioso, o que se revela à análise, até mesmo nas obras de caráter profano?

Para a primeira indagação, Vossler mostra que a resposta está na concepção teocêntrica do mundo medieval. A resposta à segunda pergunta está implícita na primeira. Se no Renascimento o personagem central da História é o homem e não Deus, não será difícil entender por que Calderón no século XVII é um medievalista, enquanto Garcilaso no século XVI é renascentista. Diga-se o mesmo de Gil Vicente, medievalista no século XVI enquanto Boiardo e Ariosto são renascentistas no século XV.

Segundo essas noções de Vossler, que por sua vez parece as haver tomado a Ernst Troeltsch, no Iluminismo o homem é deslocado pela ciência, cabendo ao Romantismo e ao Positivismo restaurá-lo novamente na posição de personagem central. Tal restauração não teria sido possível se todos acreditassem no espírito da Ciência como algo contra quem não adiantaria opor novas forças. Outro ensinamento que nos vem dessa lição é o seguinte: um grande poeta — e até mesmo uma literatura inteira como é o caso da espanhola — pode ignorar ou colocar-se à margem do "espírito da época", sem que deixe de vir a ser con-

siderado posteriormente como um dos maiores escritores ou uma das maiores literaturas. Daí porque Gil Vicente sendo um medievalista em plena Renascença é hoje tido como tão grande quanto o renascentista Camões. Por outro lado, a Espanha não tendo tomado conhecimento da Renascença nem por isso deixou de ser uma das mais vigorosas literaturas do Ocidente.

Não é a adesão do "espírito da época" que faz um grande escritor ou uma grande literatura. Quem o afirma é o próprio Marx, ao reconhecer que a grande literatura pode ter um desenvolvimento inteiramente dissociado do desenvolvimento social e econômico mostrando como exemplo os gregos, e até Shakespeare. É o que êle afirma em determinada passagem da *Crítica da Economia Política*.

Acredito que, presentemente, a máquina, ou mais apropriadamente a ciência e a técnica, estão deslocando o homem de sua posição de personagem central da história, a pretexto de um "novo humanismo" que deslumbra a própria Igreja e toda a humanidade, hipnotizados diante do enorme desenvolvimento de mecanismos e inventos que êles ainda não perceberam estar mais a serviço da morte do que da vida. A corrida espacial é ingenuamente vista como uma corrida para a lua, para Marte ou outro qualquer planeta fora do nosso. Ninguém observou que por trás desses programas desumanos se encontra a emulação da força que possibilite a ruptura do equilíbrio, fazendo com que um dos lados inicie a luta que iria reduzir a Terra a um montão de escombros, a rolar sob os olhos brancos da morte com seus mares e continentes soturnamente vazios.

Em oposição a essa idolatria pelos cérebros eletrônicos estão aqueles escritores que como Rimbaud, T. S. Eliot, Lorca, Baudelaire, Juan Ramón Jiménez e muitos outros sempre viram na civilização técnica "uma crescente decadência da alma e progressivo predomínio da matéria". Esses poetas — e até mesmo as vanguardas diretamente ligadas aos movimentos mais expressivos da arte revolucionária, como o surrealismo — não desconhecem a enorme importância da técnica na solução dos graves problemas da humanidade. Desgraçadamente, os usos da ciência e da tecnologia não são determinados pelos sábios, filósofos e humanistas. Se assim fôsse, não se explicariam as

fabulosas somas destinadas pelos orçamentos de guerra às investigações técnicas e científicas, cujo fim é aperfeiçoar o sistema de destruição em massa de vidas humanas. Enfim, o que os grandes poetas hoje desejam é que as casas sejam feitas para os homens e não para as máquinas. A poesia que reflete tal preocupação é admirada por tôdas as vanguardas, mas não é por elas compreendida. Tal poesia não quer subordinar-se aos poderes da civilização técnico-científica. Por isso se volta aparentemente para o mundo medieval, não como quem quisesse românticamente restaurá-lo, ou fugir aos problemas de nosso tempo, mas para nêle buscar exemplos de intelectuais que souberam superar uma estrutura social retrógrada, abrindo à humanidade novas perspectivas. Para êsses poetas, Gil Vicente — à semelhança de Dante — é uma fonte inesgotável de exemplos de boa atuação da mente criadora, possibilitando aos jovens escritores a compreensão de que o conceito de “vanguarda” deve ser bastante amplo, para nêle também se incluir os processos restauradores de antigas formas métricas e estróficas, o que é de importância numa literatura que já apresente sinais de fadigas.

TEMÁTICA, NOMENCLATURA E SEMÂNTICA DA UNIVERSIDADE

(QUESTÕES DE LÓGICA E ERÍSTICA) (*)

CARLOS FREDERICO MACIEL

Êste artigo pretende ser um glossário. Poderá contribuir para aclarar as confusões e obscuridades semânticas que se acumulam em tôrno das palavras “institutos”, “departamentos” e outras. As lacunas de teorização e deficiências de conhecimento de causa entre oradores, inclusive, por vêzes, os mais enfáticos e amiudados, junto com o fato de que, como é regra geral na forja polêmica e ideológica, as palavras e conceitos vieram sendo usados, ao sabor de acidentes, com suas aderências de conotações históricas e cargas emocionais, tudo contribui para aquêle entulhamento de caminho (isto é, falta de método (caminho)). Falta uma análise lógica ou semiótica, um pouco de “dialética”, no sentido socrático (arte de definir, compor e dividir, classificar), um esforço para fazer cada têrmo corresponder a uma função ou significado preciso.

Insistimos nisso, porque um dos “tópicos” que tem causado males, pelo seu mau uso e entendimento, é aquêle que diz: “de nominibus ne disputamini”. Ao contrário, precisamos muito de análise da linguagem. O aforismo, justamente, só é válido quando se tem consciência do artifício da convenção preci-

(*) O presente artigo tem conexão com um artigo anterior — “Tensões e alternativas da Universidade Atual” —, de caráter teórico, e com um artigo posterior — “Proposta de ré-estrutura da Universidade” —, de caráter aplicado. “Tensões” será publicado em *Tempo Brasileiro*, e também sairá, em alemão, numa publicação da Universidade de Munster. A “Proposta” sairá, talvez, nesta mesma revista.

sa. Sem o estabelecimento do protocolo, na linguagem convencional, não se pode dispensar a "disputatio" sobre os nomes, que se tornam equívocos, ou pior, vagos. Porque uma das características da linguagem humana é que os termos podem destacar-se dos conceitos e tornarem-se coisas em si mesmas; perdem uma significação precisa e adquirem uma significação qualquer. E, justamente, um dos mecanismos do "pensar" ideológico consiste na repetição do estribilho, ou do termo, sem que se procure "o que" eles dizem. E, assim, intitulamos este artigo não só questões de lógica, mas questões de erística ("tecné, ciência, arte e análise da discussão, ou teoria da argumentação"). E decidimo-nos a inserir uns escólios polêmicos, além do glossário, que é o conteúdo próprio do artigo.

Como é questão de nomenclatura, naturalmente há uma larga parte de convencional, e, portanto, há uma parte de decisão, de arbitramento do sentido preferencial das palavras. Procura-se disciplinar, com base na origem histórica, na etimologia, na lógica e semântica, às vezes no simples bom senso, o uso, afinal sujeito à deturpação e ao capricho, dêesses termos que se tornam armas. Quer-se descobrir ou restaurar os conceitos que correspondem aos termos. Mas infelizmente o binômio conceito-termos escapa às leis. Ensaïemos os verbetes (1):

UNIVERSIDADE

Para situar o problema geral, talvez seja útil começar pelo próprio termo universidade, para hierarquizar estes sentidos: *Universidade* 1 — sentido mais próximo da gênese histórica. "Universitas" era o próprio "studium generale", de caráter não profissional. Algo mais próximo da nossa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (isto é, de tudo).

Ainda hoje, na Europa, persiste certo modo de falar dicotômico "universidade e faculdades" que exprime a antiga conotação. Nos Estados Unidos ainda existe o uso equivalente de "University" e "college" ("liberal arts"). Também no Reino

(1) Não adotaremos a ordem alfabética, inclusive porque não pretendemos um dicionário exaustivo, mas um léxico selecionado. Por isso adotaremos uma ordem que chamaríamos "sistemática" na colocação dos termos.

Unido, às vezes, fala-se, por exemplo, na criação de uma "new university", sem incluir escolas profissionais (É como que a criação só da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). As faculdades técnicas, nos ramos ocupacionais das engenharias (em sentido largo) e comércio, administração, vida econômica, não entravam na Universidade. Ainda hoje há quem reaja à inclusão das escolas técnicas (engenharia), na Universidade.

Tradicionalmente esta universidade é do tipo residencial, e o "colégio", inicialmente, não correspondia a um curso ou departamento, mas era uma casa de estudantes (uma "casa" mesmo, isto é, para um pequeno número). Nessa universidade havia integração. Ela distilava o "espírito universitário" e, seu objetivo, em teoria, e com o passar do tempo cada vez mais quase só em teoria, era tanto "formar" ou "educar" quanto "ensinar" (2). A Universidade era venerada como uma "alma mater". É o modelo medieval e saxão.

Esse modelo, arcaico, no sentido etimológico restaurado pela filosofia contemporânea, tem a nostalgia das origens e continua a influenciar. Mas está morto. Proporíamos que, quando se tivesse em mente esse sentido se usasse sempre "Universitas", em latim, e não "universidade" (pois enquanto ele esteve vivo se falou latim).

Universidade 2 — "Federação de faculdades profissionais". É o chamado modelo francês napoleônico. (Mas a Alemanha é também uma federação de faculdades). Tem sido o nosso.

Na França são as seguintes 5 faculdades: duas gerais, ou de formação de sábios (transpostas da antiga "Universitas", quando da reforma), que são as de Letras e de Ciências; e três profissionais, que são as de Direito, Medicina e Farmácia. As faculdades técnicas, "por muito tempo chamadas Escolas, foram ligadas à Universidade... nós somos o único país que construiu fora da Universidade os instrumentos" de formação profissional,

(2) Usamos a palavra "educar" aqui, no sentido em que ela se opõe (oposição no sentido da lógica formal) a "ensinar". Nesse sentido é preciso deixar de rebuços e reconhecer que uma Universidade, hoje, não tem mais a função de educar. Note-se, porém, que os americanos têm um outro uso para a palavra "education" que eles opõem a "training", "vocation", "socializing" e "custodial functions", etc. Por isso eles dizem que "education" é o que as escolas devem fazer e só as escolas podem fazer.

isto é, as Grandes Escolas. "A Universidade é apenas um dos componentes do ensino superior que a transcende por todos os lados" (R. Grégoire, in *Esprit*, número especial, pág. 763). A separação das Grandes Escolas (Politécnica, Comércio...) refrata a doutrina arcaica de que a Universidade não formava profissionais. Isso em tese. Pois havia a incoerência, explicada pela antiguidade respeitável e caráter clerical dessas profissões, das Faculdades de Direito e Medicina.

Nos demais países, a federação das faculdades também envolve as novas faculdades dos ramos técnicos, econômicos e de serviços. Assim o sentido Universidade 2, tem duas gradações, conforme algumas escolas ficam fora da Universidade, por força de resíduos históricos (sentido 2.1), ou tôdas as faculdades e instituições são federadas igualmente (sentido 2.2.).

Deve-se notar que êsse sentido 2, tem, por outro lado, duas dimensões. O mais comum, que chamaremos 2. A, é a federação de escolas numa cidade, num lugar ou "campus". Última-mente porém, Universidade (sentido 2. B) também designa uma *organização* que inclui tôdas as instituições de ensino superior e certas escolas e instituições, de um Estado, província, ou região tôda. Por exemplo: as Universidades de New York, ou da Califórnia, espalham-se por tôda a área, dos respectivos Estados, piramidando e articulando "junior colleges", "colleges" e "schools" (3).

A Universidade americana é, aliás, a mais difícil de definir: é dominada ainda basicamente pelo sentido "Universitas" (dai os departamentos). Mas federaliza faculdades e escolas e cursos vocacionais e profissionais (sentido 2.2.). E cada vez mais tende a ser... vd. sentido 3.

É claro, que, nêsse âmbito de extensão, perde um pouco do sentido pensar em unidades integrativas, cadinhos onde se fundiriam todos os alunos da Universidade. É meio contraditório querer que a Universidade federalize escolas em várias cida-

(3) O recente decreto do MEC designando cada universidade brasileira, como Universidade Federal de (cada Estado), só tem sentido, se se está pensando em que haverá uma em cada Estado, e uma só em cada Estado, federalizando tôdas as unidades distribuídas por seu território.

des (tenha vários "campuses") e querer enfatizar "unidades integrativas".

Universidade 3 — "Multiversitas", na denominação de Clar Kerr: conjunto de faculdades, institutos, editoras, museus, centros, observatórios, bibliotecas, programas, campanhas, espalhados por várias cidades, pelo país, (e até pelo mundo todo, no caso, por exemplo, da Universidade de Califórnia). Enfim uma organização altamente complexa, onde, entre outras coisas, que se explicarão adiante melhor:

a — tende-se para o super-mercado de cursos profissionais, dos mais vários tipos e níveis;

b — o ensino propriamente dito passa a ser uma parte da Universidade, ao lado da pesquisa, do editorialismo, da "informação", etc. Na Califórnia, a maioria dos "professôres" ... não ensinam, são pesquisadores. E há, hoje, nos Estados Unidos, uma porção de "professôres", sem função docente, pagos para pensar);

c — O "campus" se desintegra e se espalha.

Nossa proposta é no sentido de usar "Universidade" cada vez mais no sentido 3 ("multiversitas"), ou no sentido 2.2B abandonando o sentido 1.

Universidade seria, assim, no Brasil, a *organização* (uma grande "unidade escolar", no sentido que esta expressão tem, entre nós, em Administração Escolar), de um conjunto de escolas, cursos, institutos, centros, etc., cobrindo todos os setores da cultura, em alto nível, da investigação, do ensino e da formação de profissionais de nível universitário (a tautologia sendo inevitável aqui). Eventualmente haverá mais de uma universidade, em cada Estado, quando, por exemplo, pertencerem a diversas entidades mantenedoras (União, Estado e particular), ou, quando (pois lá chegaremos, quando o ensino superior fôr tão comum quanto já o é o secundário) o número de escolas de igual denominação (muitas de Direito, de Medicina), justifique a existência de várias federações, que poderão, então, ser confederadas.

(Abrindo o parêntese, encaixemos, em anexo ao verbete-chave Universidade, dois comentários:

autonomia da universidade — a palavra "autonomia" é

uma dessas que possui carga emotiva. A reivindicação de autonomia encontra sempre bom auditório... e pouca concretização.

Três epigramas:

1 — hoje lutamos contra a anacrônica autonomia das cátedras e das faculdades. Como não pensar que há certa incorrespondência na luta a favor da autonomia das Universidades? Hoje, queremos planejamento a nível nacional. Querer isso, é querer autonomia local?

2 — A autonomia é tida como fator de flexibilidade e renovação. Ora, toda corporação é conservadora. Nenhuma reforma corre ligeiro, nem corta fundo, se é feita de baixo para cima, “esperando” o consenso. Os autores têm sublinhado que os impulsos modernizadores têm partido do Estado, encontrando resistência (ao menos o ganha-tempo das indefinições conciliatórias) nas Universidades.

3 — Conforme uma lei da erística, luta-se muitas vezes sob uma bandeira tradicional, mas por outro objetivo, inconsciente. Talvez, o que se está querendo, no caso, não seja autonomia, no sentido de espontaneísmo, decisão de baixo para cima, a nível local, independência ou soberania, mas sim capacidade de operar, condições de poder fazer, ganhando a Universidade um estilo empresarial de administração, rapidez e eficácia das decisões, produtividade, etc. O que se quer, parece, é menos auto-nomia, no sentido de dar-se uma nomia a si, mas uma participação efetiva, a nível intermediário, na máquina decisória, no poder de fazer aquilo que deve ser feito, segundo um plano e uma diretriz.

Em resumo, autonomia universitária é uma expressão ambígua, mas, no fundo, o que parece tender a significar é o desejo de dispor de meios de ação e de tomar decisões, sem mais consultas, na execução dos programas (e não uma desconcentração dos focos de manutenção ou um pluralismo de modelação do sistema).

Campus e cidade universitária — campus é uma idéia sobretudo americana. Na Europa, as universidades nasceram em pequenas cidades (Oxford, Heidelberg), que se tornaram cidades universitárias, no sentido de que, nelas, a presença da

universidade e dos universitários (“Coimbra é uma canção...”)
era uma coisa ponderável. Paris, que é uma exceção, por isso mesmo, não é cidade universitária, mas *tem* um “quartier”. Os americanos, ao fundarem suas universidades, dispondo de recursos financeiros, tiveram o problema de instalar bem essas unidades: puderam pensar (sobretudo, com a importância que davam aos esportes, o que se liga ao nome “campo”) em bons edifícios e bons terrenos, fora da cidade. (O mesmo ocorreu com outros países ao fundarem novas universidades nas grandes cidades).

O campus tornou-se um mito. Nem é necessário, nem fundamental. E tem até alguns inconvenientes: responde a um ideal de segregação e torre de marfim dos tempos de Humboldt. Ora, como disse Sartre, aludindo a Leibniz, o importante não é que as mônadas tivessem janelas, mas “la personne est dans la rue”. A universidade atual também, ganha em estar na cidade. Por outro lado há uma tendência para as universidades cobrirem vários campos, o que dilui esse conceito.

No caso da UFPe., continuo crendo que a Boa Vista, que o foi antes da Universidade, continuou sendo-o 20 anos depois da Universidade (1946-1966), poderia ter sido o nosso “Quartier Latin”. Mas não sou contra o Engenho do Meio, uma vez feito, tanto mais que nada tenho contra os edifícios altos e a arquitetura moderna. Apenas observo duas coisas:

a — do ponto de vista da integração, no Engenho do Meio, as escolas estão muito mais afastadas e isoladas uma das outras, que no bairro natural da Boa Vista. Ali, como em Brasília, os prédios esculturais se espalham, como ilhas, no vazio que aumenta as distâncias.

b — a vantagem em Cidade Universitária está no fato, em si, de boas instalações. Lá para 1980, o Engenho do Meio, que já comeu 20 anos para começar a funcionar, estará completo. Nessa ocasião (com 35 anos de idade), será um bairro no meio da cidade, por ela envolvido no tempo do automóvel comum, não mais um bairro afastado, como o seria, como “cidade universitária”, no sub-desenvolvido 1946.

(Até lá, enquanto a Fafipe vai para lá, após 15 anos, nós cuidamos de criar, no prédio velho, a Faculdade de Edu-

cação, com esperança de ficarmos, alguns, na Boa Vista, por mais 10 anos).

No caso da Universidade Estadual de Pernambuco, é claro que há necessidade de construir, e, portanto, arranjar terrenos. Contudo creio que se afastássemos, o mais possível e mais um pouquinho, a ideologia do "campus" integrativo, ganharíamos em combater ou diminuir a tendência incoercível, entre nós, de iniciar mais um "programa imobiliário". Acho que a UEP não devia se preocupar com cidade universitária. Tanto mais quanto deve tender para federalizar tôdas as instituições de nível universitário que se espalharem, mantidas direta ou indiretamente pelo Estado, no território pernambucano (sentido 2.2B).

Fecha o parêntese).

REFORMA DA UNIVERSIDADE

Necessidade real ou suposta de modificar a Universidade. Mas, de ordinário, confundem-se:

reforma do ensino ou didática — respondendo à questão "como melhorar o ensino". É um tema didático; reforma no sentido de melhoria (ou restauração do nível, pois é comum presumir-se uma decadência) do ensino. Esta reforma, nas circunstâncias atuais, está, de fato, relativamente em oposição à reforma da política universitária. Na situação concreta, esse problema (da melhoria) é forçoso renunciar a êle, a não ser (e aqui êle se recupera), na perspectiva de pensá-lo já depois e na base da reforma política. Em novo contexto e com outra bússola.

reforma da política universitária — aqui o que está em jogo é a chamada democratização, abertura ou massificação da Universidade (4). Seria interessante que se fizesse com

(4) Vieira Pinto, em *A Questão da Universidade*, diz muito bem que esse não é um problema didático, mas político, e, com alguma demagogia, acrescenta que o problema da universidade é constituído "pelos universitários que não estão nela". Propõe o termo "re-conteúdo" para designar esse objetivo de repovoamento da Universidade, por novo número e novo tipo de aluno, distinto do problema da reforma estrutural.

Esse problema — o político — é absolutamente básico e primordial. A reforma da estrutura é apenas um problema instrumental.

mais frequência esta distinção, que sublinha, por exemplo, *Tréanton* (in *Esprit*, número especial), entre a reforma institucional e a política. Pois, mantendo-se ou não, a mesma estrutura, é possível adotar ou não uma política, quer maltusiana, quer de abertura da Universidade. Não existe a vinculação ordinariamente suposta, entre uma coisa e outra.

reforma da estrutura — é o que mais comumente se tem em mira, quando se usa a expressão "reforma da universidade". É a reforma institucional acima aludida. Trata-se de modificar a estrutura da Universidade, geralmente na suposição de que isso é necessário para a melhoria do ensino e para a mudança de política. Contudo é necessário advertir sobre a distinção entre as coisas, porque o bloqueamento delas em um só slogan, em um só reflexo condicionado, atrapalha a clareza e cria a-priorismos e simplismos, verdadeiros golpes de força psicológicos. Não basta, pois, dizer "instituto, instituto", ou "departamento, departamento", para entrar tudo no paraíso, como parece pensar muita gente que se preza.

ENSINO UNIVERSITÁRIO

Dizer: "a Universidade é o lugar onde se ministra o ensino de nível universitário", seria, sem dúvida, uma tautologia. É a única maneira, contudo, de exprimir, o ensino que tem lugar, hoje, na Universidade, dada a complexidade que ambos os termos ganharam. Os verbetes que se seguem tentam arrumar um pouco a questão.

Antes de chegarmos à conceituação de ensino superior, comecemos por descartar o halo em torno de certa significação de "superior". Com a democratização do ensino e o caráter funcional, e não mais sacral, da ciência, extinguir-se-á o resto de pretensão aristocrática do professorado superior, e esse ensino será superior só no nível, na profundidade e extensão dos conhecimentos, mas não um ensino superior aos outros ensinos. Mas não é isso o que interessa.

Outro aspecto dessa conotação de "superior" refere-se ao estilo do ensino. Conforme foi tantas e tantas vezes enfatizado, "o que diferencia a Universidade da escola é a repulsa dos planos fixos, a responsabilidade para o estudante de eleger

livremente suas tarefas; o estudante é tratado como homem maduro", como um pesquisador associado (Jaspers). Hoje, porém com protestos de uns e louvações de outros, há um processo de "secundarização", (5) como dizem os franceses, da escola superior. Mesmo na Alemanha, procura-se, agora, introduzir controle de frequência, provas mensais, programas de matérias, sequenciamento de matérias por séries, livros-texto, etc. Isso significa que a Universidade reconheceu que era mitológico que ela era uma casa de meia dúzia de espíritos de elites, futuros cientistas e, que, ao contrário, ela é uma ampla estação de formação de profissionais que necessitam uma competência precisa e bem medida, um programa pragmático (ou teleológico) de estudos. Reconheceu também que, no estado atual das coisas, é cedo para caber logo nos degraus iniciais da Universidade aquele estilo. Mas ainda não é isso o que interessa.

ensino superior — Cursos superiores eram aqueles do "studium generale" ou de certas profissões liberais (profissões distinguindo-se de ofícios). Para estudar Medicina ou Direito ou a atual Engenharia — que não as "artes mecânicas" de antanho —, é necessário um conhecimento prévio, preparatório, propedêutico, de certas matérias: supõe-se que é preciso saber um tanto de biologia ou de latim, ou de matemática, etc. (e por isso essas matérias eram exigidas — eram pré-requisitos, nos vestibulares, enquanto os vestibulares se distinguem dos exames de maturidade ou bacharelado). Por outro lado, supõe-se também que, dado o nível em que se dão esses estudos, é preciso ter adquirido maturidade intelectual, cultura geral, portanto, ter feito o curso secundário (na conceituação clássica de ensino secundário, não ensino médio).

Além dessas profissões vimos que, na Universitas, e na Universidade posteriormente, existem as Faculdades de Ciências e de Letras, onde se prolongam os estudos "liberais" ou puros, não-profissionais, mas em nível "superior": isto é, na

(5) Os que são contra, chamam a isso "secundarização". Os que são a favor dizem que se trata de superar o "laissez aller" da universidade liberal. Esse processo de mudança de *estilo* se complica com o problema do real ou suposto abaixamento do *nível* e com o problema a que eu quero me referir e que é outro (embora "enchêvetré com êle"): o da diferença de *tipos* de cursos universitários.

escola se tinha adquirido uma visão de conjunto do estado da ciência, ou da ciência até então constituída. Sabia-se a ciência já feita. No nível superior, tratar-se-ia de fazer ciência, ou de estudar a ciência "in fieri", aprender a ser "scholar", (no sentido de fazer aprendizagem, isto é, praticar por convívio e imitação) (6).

Assim definia-se um tipo ou grau de ensino. Nesse conceito, por exemplo, é curso superior um curso de astronomia, ou de topologia, ou de exegese de Homero, mas não o é, um curso de "complementos de matemática", ou de grêgo, no sentido em que se diz "aprender grêgo" (isto é, aprender as declinações, fazer tradução "justa linear", etc.). Muitos professores, por isso, se revoltam contra a "igualdade" de status e remuneração entre professores de coisas de profundidade e dificuldade tão diversas. Já dissemos, anteriormente, que essa definição de um tipo ou grau se emaranha com o problema do "estilo de ensinar e aprender" (problema da antiga contra a nova didática) e com o problema do nível ou da qualidade. Mas é, no âmbito das sutis (e não por todos alcançadas) distinções lógicas, distinto (7).

Ensino terciário — Últimamente, ao lado daqueles clássi-

(6) Dois textos merecem ser citados, aqui, por ilustração: "L'enseignement (secundário) doit être résolument rétrograde, tout au contraire. C'est pour marcher dans le sens direct qu'il prend du recul; car, si l'on ne se place point dans le moment dépassé comment le dépasser? Ce serait une folle entreprise de prendre les connaissances en leur état dernier; il n'aurait point d'espérance raisonnable. Ne voyant que l'insuffisance partout, il se trouverait dans l'immobilité pyrrhonnienne. (Allain-Propos sur l'éducation). "si... la culture générale... domine l'enseignement secondaire, où elle est parfaitement à sa place... elle a envahi l'enseignement supérieur, où elle ne l'est pas du tout... Il doit arriver un moment où l'enseignement l'a mis à même de continuer seul à se cultiver... le rôle propre de l'enseignement supérieur étant d'enseigner des techniques spéciales... L'art de découvrir d'autres faits et de les interpréter" (Gilson, cit. por Aron).

Gilson se aproxima, assim, da conceituação da função da universidade como sendo a de pesquisa. Acrescentemos que houve um tempo em que a ciência feita cabia no curso secundário e a "in fieri" na faculdade do "studium generale". Mas, agora, existe uma fatia larguíssima de ciência a assimilar, depois do secundário, antes de chegar àquele nível, daquela conotação de "superior".

(7) Por aqui vê-se a complexidade erística-semântica do assunto: o que eu chamo, neste artigo, tipo-grau, outros chamam nível. Além disso também a mudança do "estilo" pode ser vista, e o é, normalmente, como queda de "nível", e assim esta palavra acopla vários sentidos. De qualquer modo há distinções.

camente considerados como ensino superior (verbete anterior), veio aparecendo toda uma gama de profissões e cursos, cuja transcendência a uma base completa de estudos secundários não é tão clara. São casos como biblioteconomia, museologia, jornalismo, publicidade, dança, arte cênica, administração, etc. Aí dentro já se mistura uma porção de coisas:

1 — Em primeiro lugar há os casos de técnicas simples como biblioteconomia. Na verdade, o que há de específico ou técnico nesses cursos, não pré-exige curso colegial, nem superior nem nada. Não há implicação. Suponhamos alguém que vai ser bibliotecário de uma faculdade de medicina. O bom seria que fôsse um médico, que tirasse os créditos dessas pequenas técnicas de catalogação, classificação, etc. Suponhamos alguém que vai ser bibliotecário de uma biblioteca popular: bastaria ter o curso ginásial e tirar os tais cursos. Como se vê, fazer da biblioteconomia um curso, um ramo do ensino superior, é meio sem lógica. Daí a superfetação, a insegurança e o sincretismo na composição desses currículos. É uma lei geral desses cursos: seus usufruidores querem mais, “cultura geral” como dizem. Tomemos este exemplo, para caracterizar uma série de casos que me parecem característicos do ensino terciário: um ensino que se faz na universidade, de fato em nível pós-colegial, mas não é superior, naquele sentido tradicional. Geralmente são “técnicas” ou “processualísticas”, de caráter adjetivo. São técnicas especiais, especialidades, mas não “especializações” no sentido que tradicionalmente se tem em mente na expressão “especialização científica”.

Esse caso parece ser também o da administração: administração hospitalar, p. exemplo cabendo a um médico; administração de empresas a um economista, etc.; administração escolar a um educador.

2 — Em segundo lugar, há os casos como jornalismo. São os casos em que, segundo Hutchins, não há “conteúdo intelectual

Por exemplo: pode haver uma queda de nível-qualidade sem haver queda de tipo-grau. Assim quando entre nós se procura imitar estudos do “tipo” superior clássico europeu. Fazemos então estudos “superiores” num sentido, mas de baixo nível (sem qualidade). Outro caso é fazer com bom nível “qualidade”, como nas Universidades americanas, cursos, cujo tipo é considerado, na Europa, de curso secundário. E assim, por diante.

próprio”. O que se quer de um jornalista é, afinal, educação liberal, no mais alto nível que ele possa ter, e conforme o gênero jornalístico que ele faz. Suponhamos um jornalista político: o que é bom é que ele tenha um curso de ciência política ou seja bacharel em Direito... e saiba escrever. O resto é “croché” profissional. Quer dizer que, também, nesses casos, seria preciso distinguir certos créditos em técnicas específicas, o mais das vezes secundárias, que são a parte material, mecânica do jornalismo, e a parte relativa ao conteúdo (literário, artístico, político, militar), que esse depende dos estudos “superiores”, que o jornalista tenha feito nos respectivos setores (letras, ciências sociais, etc.).

3 — Em terceiro lugar, há os casos como instrumento musical. Aqui não há correlação entre isso e a “escada comum da educação liberal ou geral” ou intelectual: Digamos um violinista no nono ano de violino: sem dúvida, ele está em nível superior de violino (supõe oito anos de primário e médio *de violino*). Mas ele pode ser até analfabeto. Excelentes maestros mal têm instrução primária. (O que não os diminui em nada, pois maestros, eles, por hipótese, são bons). São duas estradas paralelas da educação: na estrada da arte, há aí um curso realmente superior. Na da cultura geral... não há relação.

4 — Já o caso da arte cênica ou pintura parece diferente. E há outros casos.

Em muitos desses casos, ainda que difícil na prática, seria preciso instaurar o *princípio da disjunção*: os créditos nessas técnicas poderiam ser tirados desde o colégio até o pós-graduação, sem vinculações fixas com o grau dos estudos (ciclo propedêutico, primeiro ou segundo ciclo universitário).

O que parece ter tornado esses cursos universitários é um conjunto de fatores, por exemplo:

a — um fator de prestígio ou labéu, igualá-los aos cursos superiores, chamá-los assim;

b — o fato de que, cada vez mais, as nações tendem a dar a todos os seus filhos, não só a educação primária, mas a secundária, como educação comum, para todos. E só depois dos 18 anos, as nações querem que seus filhos se encaminhem para o trabalho. Portanto o curso colegial, secundário profissional ou

técnico (apesar da campanha que se faz, em sentido contrário) tenderá a desaparecer, (como já está desaparecendo no ginásio) e o curso secundário será um curso geral, ante-profissional (8).

Então, há uma marcha, inconsciente, talvez, mas boa, para que as preparações para os trabalhos, os ofícios, as profissões, se façam dentro da universidade, depois de concluído o colégio. É por isso que todos êsses cursos acabarão por serem universitários.

c — (ver adiante o verbete “ciclo”).

Finalmente, os casos são numerosos e as situações variam tanto, que é impossível estabelecer onde acabaria a linha do “terciário” e começaria a linha do “superior”. Os graus por onde se passa de um a outro formam um contínuo.

Educação de adultos — Ao lado dêles, acontece que a Universidade americana se comporta ainda como simples casa de educação de adultos, e inclui desde os cursos de extensão universitária, ou divulgação, até cursos de culinária, corte e costura, pintura livre, violão, etc., para o adulto (seja operário, senador ou dona de casa), que quer se instruir nisso, (sem esquecer o famoso curso de Ph. D. em motorista de caminhão).

(Acrescente-se ainda os “remedial courses”, isto é, os cursos para universitários que não conseguiram, na escola secundária, aprender direito, por exemplo, uma língua viva, e, então, estudam isso, agora, na universidade. O que é um sadio realismo dos americanos).

E passemos a outro aspecto, dentro dêsse capítulo do “ensino universitário”. Trata-se do molde ou *norma dos cursos*.

Ciclo — Por analogia com o ensino secundário, está-se transpondo para o ensino universitário a idéia de ciclo. Os franceses estão usando;

primeiro ciclo — classe de propedêutica (que alguns querem juntar com a série terminal do Liceu, criando um ciclo próprio, o propedêutico — ou colégio universitário, num sentido que a LDB não lhe deu, porque não lhe deu nenhum).

(8) Uso “ante-profissional” porque “pré-profissional” quer dizer exatamente o contrário...

segundo ciclo — o curso superior propriamente dito (dois a três anos);

terceiro ciclo — às vezes é o pós-graduado, às vezes uma parte final dos cursos profissionais longos... a situação não está clara.

Há uma tendência, entre nós, para estabelecer o *ciclo básico* e o outro ciclo (que não tem nome ainda), por analogia com o ginásio e o colégio.

Ensino curto, ensino longo — Distinção que os franceses estão, igualmente, transpondo do secundário curto e do secundário longo. Mas a situação não está clara: às vezes parece que a distinção começaria, dentro do segundo ciclo, após a propedêutica. Às vezes parece querer-se estabelecer dois tempos de permanência na universidade. (Parece que nesse caso a propedêutica faria parte só do ensino longo).

O problema do ensino profissional curto relaciona-se com o ensino terciário. A coisa começa quando, por exemplo, admitimos que o curso de medicina é um curso superior e o de farmácia também, mas um tem 6 e outro 4 anos de duração (9). E há outros casos.

É que, entre as transformações por que está passando a Universidade, há esta: as diplomações e sub-diplomações escalonam-se e multiplicam-se. Antigamente, ao fim de alguns (poucos) corredores estanques, a Universidade dava aos alunos o diploma. Quem não chegasse até lá, nada tinha feito. Sair no meio, era sair nulo. Agora temos em mira estabelecer, em diferentes patamares dos estudos, a possibilidade do aluno sair com algum diploma. De modo que não somente está em jogo a existência tradicional de cursos curtos e longos (como o exemplo citado), mas a organização dos cursos de modo a que, quem sair no meio de um curso de engenharia, por exemplo, saia “engenheiro”, de algum título, “verbi gratia”, “engenheiro de operações”. Isso implica, entenda-se, não apenas a existência de

(9) Na França, aliás, o curso de Odontologia, por exemplo, que é chamado de “Estomatologia”, dura os mesmos 6 anos de medicina (é como entre nós o médico oto-rino; é um médico estomatologista). Entre nós, Odontologia é um curso profissional curto (“superior”, no sentido do verbete acima). E produz, segundo ouço unanimemente dizer, melhores resultados que a longa solução francesa. Isso dá o que pensar em relação a outros ramos de medicina.

curso longos e curtos “paralelos”, mas uma re-organização para que uns sejam *etapas* dos outros (o que, naturalmente, põe muitos problemas e exige imaginação criadora).

(Dentro dêsse novo enfoque torna-se difícil distinguir quais ou como os ensinos profissionais curtos, se diferenciam dos cursos que acima chamamos terciários, e dizer por que, no caso de muitos que já existem ou podem ser re-moldados, não são ou deixariam de ser “superiores”).

Ciclo básico — Entre nós um tema importantíssimo, mas de fato pouco explicitado. A palavra, sem um conceito para ela, está valendo como moeda corrente.

Desde logo, digamos que no caso das Faculdades de Filosofia (com sua morte decretada), teria sido relativamente fácil fazer o *ano básico*, em duas ou três modalidades, para os diversos cursos. De fato pouquíssimas Faculdades o tentaram e com quanta resistência.

A questão do ciclo básico tropeça em vários pontos; está relacionada fundamentalmente com a organização da Universidade (ver adiante, institutos, departamentos, etc.); está relacionada com a conceituação e definição do *colégio universitário* e *ciclo propedêutico*; está relacionada com a definição de “disciplinas básicas”.

Tautologicamente o ciclo básico é aquele em que se ministra o ensino das disciplinas básicas. Mas, básicas a que? Disciplinas básicas para a profissão? Então certa cadeira altamente específica de um curso profissional será básica. Básica, como ciência fundamental? Nesse caso, que parece ser o entendimento mais correto, trata-se de definir e agrupar os estudos em ciência fundamental (as grandes disciplinas formais), que devem ser pressupostos pelos estudos posteriores de vários cursos profissionais afins.

Uma das dificuldades — entre outras — do ciclo básico, será saber se ele antecederá à bifurcação ou, melhor dito, qual será sua posição em relação à bifurcação entre o ensino profissional longo e o curto. Toda a problemática que houve, no curso médio, entre o técnico (curto) e secundário (longo), pode renascer daí.

Terceiro grau, quarto grau — Com a complicação da “mul-

tiversitas”, a que estamos o tempo todo aludindo neste glossário, o antigo ensino superior, está-se dividindo em dois níveis ou graus. O uso dos termos ainda está ambíguo.

Nos Estados Unidos, vem-se usando, às vezes, distinguir ensino do terceiro grau, por exemplo, as Universidades que dão o ensino do “junior college”, equivalente à idéia de “propedêutique”, mais ou menos, ou que dão todo o “college” completo, contrapondo-se a elas, como instituições do quarto grau, as universidades completas, que mantêm cursos profissionais longos e, sobretudo, as que enfatizam o “pós-graduado”, no sentido americano, em que isto é quase uma parte normal de certos ramos de estudos. Seria interessante chamar ensino de terceiro grau, aquele que abrange o propedêutico (“junior”, “propedêutique”, “ciclo básico”) e o segundo ciclo francês, ou seja, o ensino longo e o ensino curto. E chamar de quarto grau, a pós-graduação e os institutos de pesquisas (nesse nível) (10). (Nível da “Graduate” americano e certamente do 3.º ciclo francês onde se situa o início da atividade de pesquisa pelos Cursos).

É de notar que, também se vem usando usar *Terciário* com o sentido meramente crono-escolar: ensino primário (até 11-12 anos), ensino secundário (até 18-19 anos), ensino terciário (até 24 anos). Nesse caso “terciário” envolve o “superior” daquela dicotomia acima feita entre “terciário” e “superior”. Esse critério etário de organização escolar, aliás, tende a prevalecer. (11)

ENSINO E PESQUISA

Fugindo um pouco ao glossário, enveredamos aqui por um tema altamente emocional. Fugimos ao glossário, é certo, mas nos julgamos compelidos a inserir esse trecho, porque o uso de verbetes, neste artigo, é um meio de disciplinar a matéria.

(10) De qualquer modo convém insistir, junto ao MEC e à SUDENE, que em vez da dispersão de esforços, conviria que a Universidade do Recife (UFPe), junto com a da Bahia, e, depois, do Ceará, fossem destacadas como Universidade “completas” e do quarto grau, no Nordeste.

(11) Aliás, curiosamente, a mesma razão que levou a usar o termo ensino médio, em vez de ensino secundário, é a que está levando a usar esse sentido de terciário, em vez de ensino superior. São as contradições da semântica.

Mas a finalidade mesmo que nos inspira é a da "análise" e, portanto, devemos tentar fazer algumas aclarações aqui.

Integração do ensino e pesquisa tornou-se um slogan, entre nós. Como todo slogan seria inútil enfrentá-lo. Uma opinião divergente mal pode ser ensaiada, sem ser in-escutada. O único a fazer é repeti-lo também para poder ser aceito no banquete (simpósio) e, então, dar-lhe um entendimento e uma aceitação mesurada (12).

Se começarmos por ouvir os teóricos da Universidade nem sempre encontraremos apoio para a tese. Ouçamos Gasset (que cito com base em notas antigas, sem o texto à mão):

"Além disso a universidade será um centro de pesquisa e ciência, porque a ciência é sua alma, inclusive porque sem o contacto com a ciência o ensino profissional depressa se esclerosa. Mas, para que não se prejudiquem reciprocamente, devem ser bem distintos: o ensino profissional para todos, e a pesquisa que é *anexa* à universidade" (grifo meu).

Newman, Maritain, iriam no mesmo sentido. Quem enfatizou a pesquisa (aliás, para ser exato, a Ciência, com "C" maiúsculo), como fim da Universidade, foi a Universidade alemã do século XIX. Ben David e Zloczower (in *Archives Européennes de Sociologie*, número especial) explicam que os estadistas que a impulsionaram se voltavam para o modelo napoleônico, mas razões políticas e culturais, inclinaram para a *Universitas*, com sua autonomia. Um compromisso em que eles olhavam-na como um meio para o treino de profissionais, mas, como "esclarecidos", deixavam-na fazer isso a seu modo, sob o

(12) Isso é como, por exemplo, o que ocorreu durante uma década ou duas com a crítica do ensino secundário. Dizia-se, repetia-se que o problema era fazer escolas que preparassem para o trabalho manual (...e para o trabalho agrícola, em particular). Contra isso, na época, qualquer reação era inútil: era sinal de academismo do arguidor, que ainda não tinha percebido a nova pedagogia (a qual sepultara a escola intelectualista que "desprepara" para a vida). Depois veio-se compreendendo que a causa do sub-desenvolvimento, e, em especial, a causa do sub-desenvolvimento escolar, não estava na escola "de letras", mas na economia. Havendo o arranco econômico, há novo surto de escolarização, exatamente porque há possibilidade de tornar a escola uma alternativa contra a perspectiva do trabalho do tipo servil. Hoje, nos Estados Unidos, a permanência na escola é uma alternativa contra a vadiagem, pois os trabalhos brutos e os empregos para menores simplesmente desaparecem. De modo que os ginásios nunca podem, ainda que o queiram, ser "orientados para o trabalho" ...seriam, antes, anti-orientados para o trabalho. Hoje, pode-se dizer isso. Há dez anos...

ideal da pura "sholarship". Uma das principais bases do sistema foi, então, a unidade do ensino e da pesquisa. Só que, observam os já citados e outros autores, a Universidade pensa manter, unidas, hoje, ainda, tôdas as coisas que manteve unidas no passado, quando a pesquisa e o ensino ganharam tal dimensão e complexidade que isso já não é possível.

"De passagem, faz-se referência ao fato de que o ensino de alta qualidade não anda necessariamente junto com a pesquisa de similar qualidade: há um excelente estudo que mostra que algumas das mais eficientes instituições no promover talentos científicos na América, têm sido pequenos colégios de artes liberais que não fazem muita pesquisa", dizem ainda David e Zloczower, referindo-se a uma pesquisa de Knapp e Goodrich. Há observações no mesmo sentido, no relatório "General Education in a free society".

Há contradição, às vezes, — insistamos ainda em nosso afã de desfazer nós ideológicos —, no modo de querer vários objetivos, que são legítimos e bons, mas que precisam ser compatibilizados, já que, de si mesmos, são um tanto antagônicos, e, no entanto, nisso está a contradição, são "wishfull thinked" como solidários. Por isso é que é bom ouvir um Grégoire, em côro com outros, dizer com a clareza francesa:

"Há uma contradição evidente em querer ensino de massa e dar como missão principal ao ensino o desenvolvimento da pesquisa... Um ensino de massa deve ter um objetivo profissional: "students want jobs"; (in *Esprit*).

E Crozier: "absolutamente necessário renunciar à ficção dum ensino de licença dedicado à pesquisa. É absurdo que um professor seja solicitado a dar um curso original. Os estudantes precisam de uma boa formação e não..."

Aliás a didática nova insiste numa direção que, mesmo quando já não é mais "pupil centered", põe o acento no aluno, na motivação, nos interesses do aluno, e não na organização lógica, nos interesses internos do desenvolvimento do conteúdo. Numa didática "teacher centered" é, de certo modo, possível o ensino ser a comunicação da pesquisa (da meditação) do mestre. Isso é o que fazia a força do chamado curso magistral: as leituras do lente representavam suas pesquisas (num tempo em

que pesquisa e monografia se quase-identificavam). O professor enquanto mestre era o pesquisador (13). Hoje, porém, queremos o ensino como direção de estudos, o professor como um professor (didata), agindo em função dos alunos e dos fins programáticos do currículo. Como se vê, há uma certa tensão entre o labor de pesquisa e o labor de ensino. Nem os dons, nem a preparação, nem os processos se identificam.

O que faz a força do lema que estamos criticando, contudo, são outras razões. E com isso eu passo, por assim dizer, a ser a favor do slogan, a justificá-lo no que ele representa um desiderato, uma aspiração social a que é preciso atender. E é que o país precisa ingressar decisivamente na era da pesquisa. A ciência de hoje avança dia a dia vertiginosamente. E quem não participa, ao menos da retaguarda, das pesquisas, naufraga. Por outra parte, como vimos, a Universidade por toda parte se alonga na multiversitas, isso é, além de um super-mercado de cursos, uma grande empresa de investimentos no saber fundamental.

Além disso, com a multiplicação mesma do número de professores, há uma queda de status e do nível de remuneração da classe. Uma das maneiras de recuperação do professor é galgar um novo nível: o de alto pesquisador. Acresce que a multiplicação dos postos docentes não é suficiente como mercado para absorver o grande número de intelectuais. Nem as

(13) "Um defeito fundamental desse ensino é ser organizado, pensado e mesmo reformado a partir do professor, não do aluno. A Universidade é primeiramente este conjunto de criaturas raras e prestigiosas: os professores. Esta concepção explica muito: a realidade do curso magistral... A formação do estudante é apenas um sub-produto... quando se falava do nível do ensino é do nível dos professores que se trata". Remy Prud'homme, in *Esprit*.

Enfatizar a pesquisa não seria, talvez, re(in)-staurar aquele mestre com sua "freiheit" sem subordinação didática? Talvez não, mas é bom fazer perceber as tensões do processo de secundarização, acima aludido.

Uma nova síntese é possível, a investigação, hoje, afasta-se cada vez mais daquele tipo de erudição para a agregação ou para concurso, em que o indivíduo se esforça por dominar o programa e ser capaz de escrever uma dissertação sobre qualquer dos pontos. Esta é uma das razões porque os concursos de catedráticos devem se acabar: eles estimulam às vezes um tipo de preparação mnemônica e pirotécnica. "Nada é mais contrário ao despertar de uma vocação de pesquisador que a preparação de um concurso" diz Frenkel. O novo tipo de pesquisador, afastando-se do percurso do programa e da redação do curso magistral, pode encontrar nova conciliação, pela *distinção* (!) entre sua atividade didática, dirigindo os estudos dos alunos e a sua função de pesquisas livres. A necessidade da pesquisa aumenta como contrabalance à "secundarização" da função docente.

necessidades do desenvolvimento econômico são satisfeitas senão com um despejo cada vez maior de um grande número de intelectuais. Daí a necessidade de criar o mercado de emprego de pesquisador.

E, finalmente: o professor, como mal remunerado, é, entre nós, um "horista", ou no máximo um homem de "meio tempo". Se ele não se dedica, principalmente, a outras atividades, ele ficará inferiorizado economicamente, em relação às pessoas do mesmo estrato social. Se ele quer — e muitas vezes ele quer —, dedicar-se ao seu saber, ele precisa de uma nova situação funcional (quanto à remuneração, quanto ao engajamento de seu tempo, e quanto à valorização do que ele faz). Esta nova situação funcional, é a situação de pesquisador, que tende a ser uma condição a combinar, em regra geral, com a de professor, criando a figura de professor-pesquisador, homem de tempo integral (14), e que tem um lugar onde trabalhar (porque as faculdades não são um lugar em que possa trabalhar, mas apenas um lugar por onde passa para dar umas aulas). É para responder a tudo isso, em grande parte, que nasceram e estão se multiplicando os institutos. (Ver adiante).

A pesquisa é, portanto:

uma necessidade do país (o que não quer dizer — penso ao contrário — que esta se satisfaça só ou principalmente com a pesquisa feita dentro da universidade);

(14) Saindo da trilha, mas a propósito:

Seria preciso distinguir:
O professor *horista*, pago por aula. É uma solução que se deve adotar — como foi necessário adotar no ensino secundário —, em face da multiplicação do professorado e para permitir a continuação da presença no ensino de pessoas dedicadas às profissões.

O professor de *tempo pleno*: 15 (até 18) horas por semana, de segunda a sexta-feira. (Os atuais professores das 18 horas previstas no Estatuto do Magistério). Esses teriam que ganhar melhor que os horistas.

O pesquisador de Instituto: 20 (até 25) horas semanais, com níveis equivalentes ao da carreira de professor (tal como já está no Estatuto do Magistério). Quando o pesquisador acumulasse cargo de professor: os dois tempos de trabalho se "someriam" na semana plena de 32 1/2 horas.

O pesquisador-professor de *tempo integral* e *dedicação exclusiva* o qual teria os dois cargos e a gratificação de dedicação exclusiva em um deles (somando assim 3 ordenados) e uma semana de 40 horas de serviço.

Nessas condições creio que seria possível disciplinar a situação atual, e encontrar quem quizesse escolher a situação de tempo pleno e a situação de tempo integral e dedicação exclusiva.

uma necessidade da universidade (traduz o avanço do saber além do nível do 3.º grau, antigo ensino "superior");

uma necessidade do pessoal docente ou antes do pessoal "scholar". Tanto mais quanto nós queremos sentir nossa capacidade mobilizada e utilizada em trabalhos e projetos que tenham uma repercussão e mesmo uma aplicação.

Voltaremos ao assunto quando chegar o verbete "Instituto". A observação aqui feita é de caráter preliminar: mostra como há uma aspiração *obscura*, legítima, a qual, no momento, se está dando uma solução *confusa*, enquanto não se encontra uma adequada.

ORGANIZAÇÃO (15) DA UNIVERSIDADE

Entramos agora nos verbetes mais pesados, digamos assim. Por si só dariam matéria suficiente para este artigo; e, de fato, esta era a intenção inicial do autor; depois é que deixei-me levar intemperantemente e fiz uma coisa maior. Começamos pelo mais fácil:

Faculdades — primeiramente descartemos o significado anglo-americano, em que "Faculty" significa o corpo docente, o conjunto de professores que regem um curso determinado (Ver. p. ex. — Dictionary of education, N. Y. — 1954). Em Brasília as chamadas "congregações de carreiras" representam a importação do termo "faculty".

Faculdades ou escolas — são as unidades básicas do ensino

(15) Se fôsse possível — mas reconheço que é demasiado o querer disciplinar toda uma linguagem —, esta seria a disciplina que proporíamos para estes vocábulos afins:

estrutura ou norma estrutural: a composição vertical do ensino: duração e fixação dos ciclos (1.º, 2.º e 3.º), articulação com o secundário (vestibular e propedêutico), articulação graduação-pósgraduação, etc. Enfim disposição, agenciamento.

Organização — composição horizontal da universidade, seus órgãos ou organismos: institutos, faculdades, centros, departamentos, sei lá.

Sistema: o conjunto das duas coisas: o relacionamento dos órgãos com suas funções.

Reconhecemos que nós próprios costumamos usar "estrutura", no lugar onde caberia "organização". E aproveitamos para dar uma explicação ao leitor que esteja estranhando o constante uso de aspas: trata-se de uma regra da lógica moderna, visando distinguir linguagens de primeira e segunda ordem ou "menção" e "uso". Quando eu digo: o tigre é um animal, e "animal" tem três sílabas, há dois usos diversos do mesmo termo "animal" (e de novo, aqui tem que ser aspeado).

no, cuja agregação, quando elas pré-existem, constitui a Universidade, e que emanam da nebulosa inicial da Universitas, no caso em que é esta que pré-existe.

Faculdades profissionais são aquelas que preparam profissionais, p. ex., médicos, advogados (16). No mundo saxão há uma tendência para só chamar "schools" (ou faculdades), as unidades de ensino profissional, nas quais o aluno ingressa depois do "college". (Bem entendido: essa é a teoria; na prática as escolas de Medicina, p. ex., trataram de englobar na própria school o ciclo do college, de modo que o aluno entra nela, antes de graduação em "liberal arts"). Mas na França, na Alemanha, as faculdades não são apenas profissionais; na França, além das Faculdades de Medicina e Direito, e das Grandes Escolas, que são as outras faculdades profissionais, há as Faculdades de Ciências e de Letras, como metamorfose do "Colegium artium". Na Alemanha prevaleceu o nome Faculdade de Filosofia, para a herdeira do "studium generale", que tem a hegemonia na Federação de Faculdades que é a Universidade Alemã.

Em resumo: as faculdades de filosofia, de ciências e letras (deixemos com letra minúscula) são faculdades não profissionais, num modelo de Universidade; O "college" representa sua contra-partida no modelo "universitas". Com a diferença que as faculdades são iguais, ao passo que entre o "college" e as "schools" há uma certa patamarização (e é isso que explica o uso de "university" por "college" nesse modelo). (Em Brasília —, ver adiante sobre institutos —, houve a assimilação dêsse componente: por isso é que, no modelo Brasília, o aluno vai para as escolas depois de passar pelos "institutos" básicos).

Cátedras — As faculdades se organizam em cátedras, que correspondem a um ramo do saber:

"a regra é que uma disciplina tem somente uma cadeira... de modo que o crescimento do número de postos em uma disciplina é severamente restrito ao número de universidades ou instituições equivalentes. Inclusive a progressiva especialização

(16) Últimamente também se admite como profissional o preparo de professores. Daí a tendência a aparecer uma "faculdade de educação", causando certo problema de ajustamento com a Faculdade de Filosofia (isso virá adiante).

da ciência não encontrou plena expressão na fissão das disciplinas existentes, e as novas especializações são representadas, crescentemente, por pessoal acadêmico subordinado” e, por isso, “a maior parte dos anos criadores dos cientistas universitários passa-se hoje nestes postos transitórios” ou interinos, observam Ben David e Zloczower.

A princípio as cátedras correspondiam às grandes disciplinas formais (Biologia, História). Para que uma cátedra nova aparecesse era preciso que a disciplina sofresse uma mitose e assim surgiram as especialidades (Anatomia, Egiptologia). Mas agora, são muitas as especialidades e sub-especialidades, e por isso as cátedras foram sofrendo desmembramentos.

Na federação de faculdades pode ocorrer, e ocorre, haver várias cátedras do mesmo nome, ou mesma especialidade, uma em cada Faculdade, pois uma mesma disciplina formal entra na composição de diversos cursos profissionais (Os cursos profissionais — voltaremos a isso — não correspondem a uma disciplina ou ramo do saber, mas “inter-disciplinarmente”, utilizam disciplinas variadas).

Vitaliciedade da cátedra — Encaixemos aqui uma observação erística:

O combate à vitaliciedade da cátedra, de que se fez cavalo de batalha, em certo período, resultava de um equívoco, ou antes de fundir num bloco (lógica dos sentimentos) aspectos diversos:

A conquista da estabilidade é uma conquista de direito social que se vai extendendo a qualquer funcionário ou trabalhador (não se vai restringindo). O monopólio ou unicidade da cátedra é um mal de malthusianismo. Mas é possível a uma faculdade possuir vários catedráticos de uma mesma disciplina (Direito tem quatro de Direito Civil). O problema aqui é de ampliar o número de oportunidades.

O combate era justo também por um outro aspecto. É que era preciso distinguir entre o cargo e a função de catedrático, como pôsto terminal da carreira docente, e a função de *chefia*, no caso em que a cátedra já não designa mais um catedrático, mas um conjunto de pessoal docente, uma seção, uma parte integrante de uma faculdade. A função de *chefia* deve estar

desvinculada de um catedrático, ou dos catedráticos. (Mas, do mesmo modo, no departamento, a *chefia* do departamento também não deve *pertencer* a ninguém).

Portanto, despojada de seu aspecto de solenidade e privilégios antigos, a cátedra, entendida, como cargo mais alto da carreira de magistério, pode subsistir (17).

DEPARTAMENTO

Chegamos, agora, ao mais complexo e difícil verbete. O professor Steger, da Universidade de Munster, contava-me em conversa que, numa das conferências do Reitorado alemão, com participação de colegas americanos, se indagou súbitamente — porque na Alemanha não existem departamentos e alguns — querem introduzi-lo —, o que seria um departamento. “É muito fácil” exclamou um reitor americano, e começou a definir. Mas logo um objetou, e outro e mais outro. E, ao fim, resolveu-se que alguns alemães iriam aos Estados Unidos para saber o que era um Departamento. O episódio, além de glosar o uso mágico com que se pronuncia o termo —, justifica o espaço que eu vou ter que gastar para circunscrevê-lo.

Digamos que o “Colégio das artes”, evoluindo e crescendo, departamentou-se segundo as disciplinas formais. (No caso em que êle se metamorfoseou nas Faculdades, êsses departamentos são as cátedras) (18).

Tal como as cátedras, os departamentos viriam se desmembrando através dos tempos, conforme novas disciplinas foram brotando do seio de disciplinas maiores. De modo que a tendência não é englobar ou globalizar disciplinas; é, ao contrário, especificar, dividir. Há qualquer coisa de utópico ou contra-

(17) O problema do concurso de catedrático não precisa entrar aqui. Por lealdade à curiosidade do leitor, adianto que sou pela supressão dos concursos.

(18) É isso o que está entrevisto pelo Cons. Rocha e Silva, quando diz: “o departamento constituído de uma cátedra com o seu conjunto de professores associados, assistentes, instrutores, tem a seu favor a experiência da quase totalidade das universidades americanas em que o Departamento é dirigido por um “chairman”, o qual, mutatis mutandis, é o equivalente de nosso catedrático”. (Doc. 29, p. 17).

cursivo na idéia de reagrupar disciplinas formais, e reconstituir grandes áreas (19).

O aglomerado de departamentos afins é o que os americanos chamam uma *divisão*. O professor Gordon S. Watkins, no livro *New Universities in the modern World*, a propósito da Universidade de Califórnia, em Riverside refere-se à discussão entre a organização departamental e divisional. Curiosamente, entre os argumentos alinhados na defesa da divisão está este: a divisão é mais econômica que a multiplicidade de departamentos. Segundo este professor a causa da divisão é, hoje, uma causa perdida, tendo prevalecido a forma dos "subject-matter departments", ou seja autônomos e especialistas. Não estamos tomando partido pela solução que ocorreu. O que nos importa é que os argumentos alinhados lá em favor da Divisão, contra os departamentos, são muito semelhantes aos que aqui são alinhados em favor dos departamentos contra as cátedras. É que, entre nós:

Departamentos: "em geral entende-se por departamentos uma unidade estrutural concentrando as atividades didáticas e de pesquisa concernentes a um setor específico do saber" (Sucupira, par. 84-64, in *Documenta*. Anotamos, sem comentar, a inclusão "de pesquisas").

Divisão: "Para não estabelecer confusão com os departamentos de ensino, convém adotar o nome de divisão para os órgãos dos institutos de pesquisas" (Clovis Salgado, Doc. 14, p. 15).

Infelizmente essas convenções não têm vingado. Proporíamos para nosso uso:

Departamento — uma unidade intermediária de curso assim como de escola ou faculdade, englobando disciplinas (e cadeiras) afins ou conexas.

(19) De fato não só novas disciplinas se desprendem da nebulosa da disciplina mãe. As mesmas disciplinas tendem a se desdobrar, quando figuram em cursos profissionais distintos, tendo em vista o campo a que se aplicam. P. ex., o que vemos é que a mesma estatística tende a constituir cátedras ou departamentos distintos, quando se lê "estatística educacional" ou quando se lê "estatística biométrica", etc. (Nós vamos encontrar de novo esse problema mais adiante, a propósito de outro aspecto da querela departamentos (ou divisões) versus cátedras (ou departamentos)).

Divisão — parte integrante dos institutos de pesquisas imediatamente subordinadas à direção geral (e sub-divididas em *seções*).

Mas, com isso, apenas entramos nos problemas, que vamos tentar sistematizar e condensar em dois:

1. a posição do departamento no organismo;
2. a questão do critério "formal" ou "temático" de definir o departamento.

Vejamos o primeiro:

Se o departamento é constituído dentro de uma Escola, então ele deveria ser uma unidade *intermediária*, *interna* à escola. Por exemplo, as 4 cadeiras de Direito Civil, e mais as disciplinas chamadas de cursos ou de cadeiras, e ainda as cadeiras de Processo Civil e (ainda as de Comercial...) constituiriam um departamento de direito civil (ou direito privado...). Um dentre os catedráticos e professores adjuntos, seria eleito chefe, periodicamente. O departamento resolveria questões de programas, rodízio de professores, trabalhos escolares, etc., etc. Isso é claro, até simples. Nas faculdades ou cursos profissionais é relativamente fácil distinguir êsses "departamentos", agrupando disciplinas afins ou conexas, em torno de um núcleo ideal. No caso dos cursos de faculdades de filosofia, parece que, na maioria dos casos, cada curso (História, Letras, Filosofia, Matemática) corresponderia a um departamento.

O que acontece, porém, e perturba, é que, dada a confusão semântica, e utilizando-se um termo como gazúia para introduzir coisas, os "departamentos" assumem outras funções e dimensões. No caso do RGU da UFPe., por exemplo, os departamentos ora tendem a ser aquelas unidades intermediárias, ora, porém, tendem a extravassar dos limites de uma escola, agrupando gente dos institutos (e de outras escolas?), e assumindo ligações e articulação, ao lado da Direção das Escolas, com os Institutos, e por cima delas com o Conselho Universitário. Os departamentos se estrapalam, entrecruzam as escolas e institutos, tornando-se "intro-metidos" nas escolas e institutos.

Ainda por cima a expressão "conselho departamental" não significa conselho do departamento, mas conselho... inter-departamento.

tamental. E vem constituir-se em paralelo e duplicação com as "congregações".

A raiz dessa confusão — que resultou de vitórias e derrotas das facções renovadoras e conservadoras dentro da Universidade —, é fácil de determinar. Na LDB, o ensino universitário é organizado em escolas (de ensino), com a cooperação de institutos (de pesquisas). Agora, a LDB introduz uma bomba de alto teor simplesmente "en passant", num artigo que trata de outra coisa. No artigo 78, a propósito da representação estudantil, diz que este terá direito a voto "nos conselhos departamentais". É o único lugar e é tudo o que a LDB diz sobre departamentos (20). Partir daí para dar ao departamento o status de critério básico de estruturação ou organização da Universidade, alargando-o do âmbito de unidade intermediária entre a disciplina e o curso, produz um hibridismo, um polimorfismo desnorteante, com institutos, faculdades, departamentos, tudo compondo uma estrutura pesada, difícil de andar.

Passemos ao segundo problema:

Já dissemos que os "departamentos" representam, basicamente, os departamentos do saber, isto é, as divisões do saber segundo o objeto *formal*, como dizia a velha lógica. Dessa forma, em princípio, num departamento de matemática, o aluno entra "puramente" para estudar matemática, segundo as exigências da matemática, e só matemática. Essa é uma das diferenças de matriz entre os departamentos e as cátedras, pois estas — exceto no caso das faculdades de filosofia, ciências e letras, sucedâneo do "colegium artium" — são integrantes de cursos profissionais. As cátedras são associadas ao modelo "federação de faculdades profissionais"; os departamentos à Universidade e ao "college". Ora, um curso profissional tem uma orien-

(20) Não sou dos que aplaudem a LDB pelo que ela tem de vago, omisso e ambíguo, e que é elogiado sob o nome de "flexibilidade" e "virtualidades". Uma Lei deve saber, e saber dizer o que quer. Acho-a uma Lei sem diretrizes nem bases (Ver meu artigo "Inconsistências e vacuidades da Lei de Diretrizes e Bases", para a revista "Journal of Inter-american Studies"). Por isso também não aplaudo a Lei do Estatuto do Magistério, uma Lei "em branco", que não faz nada, não diz nada. E também tenho dúvidas sobre o acerto do projeto da Lei de remodelação das Universidades, ora em curso no Congresso, o qual não quer dar modelos para a reforma, o que talvez acabe sendo não querer o que quer. Daí resulta que o projeto é a um tempo vago, e no fundo consagra certas linhas.

tação diferente: em medicina não se estuda só biologia, mas também disciplinas de outros ramos do saber (Química, p. ex.), e ciências aplicadas e técnicas. Por isso que um médico não é um biólogo, nem um engenheiro um matemático, é que mesmo no "ciclo básico", o tratamento dos assuntos é diferente (21).

Bem. O que quero salientar, agora, é que, com o correr dos tempos, o tipo de organização dos estudos baseado na norma da especialização formal do saber, não vem mais satisfazendo. O currículo uni-disciplinar, ou homogêneo dentro de um ramo, significando o aprofundamento e a especialização dentro do funil de uma disciplina formal, vem sendo pôsto em crítica. O fenômeno é sensível principalmente na área das ciências humanas, onde há agora cursos profissionais, isto é, onde agora existem profissões como "técnico de desenvolvimento econômico", "técnico de educação", e outras. Em consequência está ocorrendo a emulação entre dois tipos de padrão curricular: o tradicional (cursos de História, de Letras Clássicas, de Geografia) segundo as disciplinas formais, e o novo, que alguns estão chamando (na Alemanha, p. ex.) de "temático", e outros de "interdisciplinar".

Aqui entra em cena o critério do objeto *material*, da velha Lógica, ou do "tema" ou centro de interesse. P. ex.: trata-se de preparar-se para ser um profissional de assistência técnica na América Latina. Então estuda-se História (mas da América Latina), Geografia (mas da América Latina), Literatura (da América Latina), e Espanhol. Ou então trata-se de ser "programador educacional". Nesse caso estuda-se Sociologia (Educação), História (da Educação), etc. O "educacionista" a ser produzido nesse curso terá pouco que ver com o "pedagogo" formado no curso de Pedagogia. (Só que, entre nós, o chamado curso de Pedagogia já tomou essa forma temática, embora o nome provenha do critério formal-disciplinar!).

Na Europa, porém, dadas as grandes forças das tradições

(21) É sintomático que entre alguns intérpretes do idioma dos institutos e departamentos haja uma expectativa de que essa reforma opere certa desprofissionalização dos cursos e incentive algum retorno aos estudos desinteressados e voltados para ciência em si mesma. Não cremos nisso. Os fatos parecem antes revelar uma tendência a separar os programas, as aulas de uma mesma matéria, quando se trata de ensiná-la a tal ou a qual curso.

é muito difícil fazer um aluno circular entre curso ou departamentos estanques: se um aluno entra no curso ou departamento de História é porque ele vai ser historiador, quer estudar muita história, e só história. Tanto nas faculdades alemãs, como nos departamentos ingleses continua sendo difícil mudar isso: os professores são especialistas e comportam-se como tais no ensino. Na Alemanha o Wissenschaftsrat recomendou em 1962 a divisão do ensino superior em *seções* e não mais em faculdades. Mas enquanto as Faculdades resistem, eles estão introduzindo os cursos temáticos através das divisões de pesquisas dos Institutos (a rede Max Plank), e assim, também lá, os institutos estão invadindo o ensino. Na Inglaterra, citemos o exemplo da nova Universidade de Sussex onde “foi tomada a decisão de afastar-se do padrão usual de organização departamental em favor de cursos associados com escolas. Por trás destas decisões jazia uma desconfiança acumulada e crescente contra a manutenção quase exclusiva dos cursos em disciplinas únicas nas Universidades britânicas” (John Fulton — “The University of Sussex”, in *New Universitas*... já citado).

Mesmo nos Estados Unidos, apesar da flexibilidade e modernidade de suas universidades, às vezes se faz sentir esta separação estanque dos departamentos. Por isso é que, como no exemplo acima citado da Universidade de Califórnia em Riverside o termo “divisão” é, em parte, utilizado como meio de introduzir o inter-relacionismo.

No Brasil, este aspecto do problema também existe e se imiscui nos usos dos termos departamentos, institutos, versus faculdades, embora não fôsse necessário misturar as coisas e, antes, convenha destrinchar cada aspecto, cada ponto a analisar. Muitos dos nossos “cursos” das Faculdades de Filosofia (os de História, de Geografia, de Letras, de Filosofia...) são o que há de mais parecido com os departamentos dos “liberal college” americanos ou das “faculty of arts” inglesas. Alguns deles já escapam ao exclusivismo dos departamentos porque estão abertos, com o nosso vêzo para o pluri — e até o “omni-disciplinar”, à presença de disciplinas de outros ramos do saber (presença de Ética no curso de ciências sociais, p. ex.). Finalmente, outros,

como o já citado exemplo de Pedagogia, já são bastante interdisciplinares e temáticos (22).

CURSOS

A forte conexão entre departamentos e cursos, impõe uma referência a estes aqui.

Esta é, aliás, a oportunidade para uma observação sobre a maneira como se vem tratando o problema da reforma. Os cursos (e as pesquisas) são os fins; os departamentos, ou escolas ou institutos, como órgãos, são os meios para esses fins. Há um erro de método no debate da reforma universitária que é este: não se podendo, ou não se tendo oportunidade ou coragem, não causando emoção, mexer nos cursos, fica-se a mexer nos órgãos que são apenas instrumentos para os cursos. O importante seria mexer nos cursos, para:

1 — rever os princípios de organização dos currículos, para estabelecer as equivalências, as alternativas, as flexibilidades na sequenciação o sistema de créditos transferíveis ou compensáveis, os patamares super-poníveis, etc.;

2 — chegar a definir o que é ciclo básico, ou o que são disciplinas básicas, e, então, tentar fundir o que se revelar comum numa comparação de currículos;

3 — simplificá-los, ramificá-los (especializar) e reduzir-lhe a duração (poder-se-ia chegar a “cursos médicos” de 4 anos, em vez do “curso (único) de medicina” de 6 anos, por exemplo).

Teoricamente, portanto, há uma certa independência entre os fins (os cursos) e os meios para executá-los. A ofensiva dos departamentos e institutos, uma das coisas que quer — e nisso há um acerto, creio —, é que muitos cursos possam ser ministrados em um mesmo órgão, por um mesmo pessoal. Quase que

(22) Na elaboração do projeto do regimento da Faculdade de Filosofia, para adaptá-la ao RGU, o mais difícil — e mesmo impasse não-superado — foi chegar a uma fixação satisfatória entre cursos e departamentos. Tirando o “curso de didática” (que entra em composição com os demais), quase que cada curso (filosofia, p. ex.) correspondia a um departamento. Por outro lado, havia este tipo de casos: o professor de ética do curso de ciências sociais pertenceria ao departamento de Filosofia? E o Professor de filosofia da educação ao departamento de educação? E, afinal, na base da organização, prevaleceria o critério do curso ou o do departamento?

introduzindo, digamos, o conceito anglo-americano de "faculty" teríamos muitas possibilidades de arranjos e combinações, entre órgãos e cursos, aqueles "fornecendo" "faculties" para êsses, num jôgo flexível. Na prática, porém, temos visto uma tendência para identificar cada curso com uma faculdade. É assim que outrora tínhamos numa só faculdade os cursos de Medicina, Odontologia e Farmácia. Mas os professôres dêsses últimos cursos parece que sentiam que êles ficavam inferiorizados dentro da escola de medicina, o que parece certo e é um argumento ponderável. Agora mesmo ouço dizer, não sei, que a Faculdade de Filosofia da chamada Universidade do Brasil vai desdobrar-se em cinco entidades. Logo chegaremos a uma faculdade para cada curso e à identificação perfeita entre escola, departamento e curso, cada um com seu diretor, vice-diretor e prédio (!) naturalmente. É assim que no Brasil se faz "economia e simplificação".

Deixemos a parte polêmica e passemos aos verbêtes:

Cursos — Nos Estados Unidos "courses" representam o que aqui chamamos "o estudo de uma disciplina". Vários "courses" compõem um "graduate studies", isto é, um curso, no nosso sentido: uma sequência de disciplinas. Como as coisas têm uma lógica interna, a introdução do uso do termo "departamento" tem levado, às vêzes, a um uso de "curso" no sentido de "course", o que aumenta a confusão. (A influência americana, com financiamento da USAID, qualquer dia dêsses nos fará falar de "principal", em vez de "diretor").

Relação entre curso e departamento: já dissemos acima que um curso, em geral, de nossas faculdades de filosofia, representa o mesmo que um departamento de um "liberal college". Por exemplo: o curso de História, é o estudo de uma grande disciplina (História), dividido em várias disciplinas menores. Um departamento é o conjunto dessas disciplinas, como, em tese, o curso seria o conjunto dessas "cadeiras". No caso dos cursos profissionais intervêm duas complicações: a distinção entre a parte básica e a parte profissional (que dá novos departamentos, novos conjuntos de disciplinas) e, por outro lado, o fato de que, nos cursos profissionais, existe o inter-disciplinarismo de

que já falei, isto é, a presença eventual de matérias curriculares pertencentes a outros "departamentos" do saber.

Créditos — Nos Estados Unidos representam, em geral, o número de pontos que um aluno obtem por ter estudado uma matéria num semestre a tantas aulas por semana. Num exemplo simples: 3 aulas por semana num semestre dá 3 créditos. No Brasil a palavra "crédito" tende a tornar-se oficial para designar o estudo de um disciplina em uma série. Um crédito em Cálculo I, quer dizer que o aluno estudou Cálculo I (programa de uma série), isso lhe deve valer um crédito para qualquer cursos onde esta matéria entre no currículo.

Currículo — Conjunto de matérias que devem ser estudadas num curso (23). O Conselho Federal de Educação, em boa hora e muito acertadamente, desvinculou o currículo da organização em cátedras, etc.

Currículo mínimo — "O núcleo mínimo necessário de matérias, abaixo do qual ficará comprometida uma adequada formação profissional" (Sucupira, par. 28-62, Doc. 2). As escolas podem desdobrar, mas não fundir matérias do currículo mínimo, e devem manter as designações usadas pelo CFE, assim determinou êste.

Currículo pleno — O conjunto formado pelo currículo mínimo mais a corôa de matérias que cada escola lhe acrescenta.

A distinção dos currículos mínimo e pleno não foi bem explicitada na LDB e disso não resultou que a distinção tivesse um significado em função do aluno. Do jeito como estão as coisas cada escola tem seu currículo e ao aluno pouco ou nada se manifesta o que é currículo mínimo o que é currículo pleno. O interessante seria a distinção tivesse sido um instrumento para permitir às pequenas escolas fazer um curso descarregado e talvez de menor duração, e para permitir aos alunos, sobretudo em casos de reconversão (mudança de curso), transferência, etc., valer-se de dispensas, exigências compensatórias, etc., po-

(23) No curso superior essa definição de currículo ainda é tranquila, não havendo sido introduzida ainda a querela existente no ensino primário e médio, onde currículo, segundo a tese americana, é tudo o que ocorre na escola e até fora dela em relação com o aluno, e não mais o conjunto de matérias.

dendo optar entre um currículo enriquecido e um curso pleno (e um diploma qualificativo) e um curso mínimo, reduzido ao essencial.

Do modo como estão as coisas os currículos plenos estão cada vez mais sobrecarregados e cheios de novas matérias, o que já vem inquietando e preocupando as autoridades.

Disciplinas — (ver no final umas observações marginais).

INSTITUTOS

Chegamos assim ao último grande verbete que — se “Departamento” é o mais embaraçoso — é o mais poderoso, no momento. Daí ressaltarmos como preliminar:

O termo instituto é tão arbitrário como qualquer outro e, por isso, vemos até escolas primárias se chamarem institutos. Se, portanto, fôr necessário como preço de uma reforma — porque sou dos que querem uma reforma —, uma mutação no sentido de uma palavra-fôrça, poderemos pagar êsse preço. De fato, sabemos que uma nova palavra, uma nova fórmula é, às vezes, um condicionador de uma reforma. O termo instituto parece que está tomando entre nós, no momento, êsse valor funcional de simbolizar e catalisar o ímpeto reformista. Se é assim, talvez acabemos por consentir num novo uso do termo (24). Agora, contudo, convém tentar descobrir os sentidos velados do uso efetivo — até agora feito — do vocábulo.

Institutos de Altos Estudos — É um sentido francês. Trata-se de alguns institutos especiais, criados para fazer face à manutenção de novos cursos não previstos nas cinco Faculdades, nem nas Grandes Escolas. Destinados a “estudos práticos” ou aplicados, com uma organização fugindo um pouco ao padrão das faculdades: na direção, digamos, do que chamamos cursos temáticos ou inter-disciplinares e sem cátedras. A posição desses institutos não é muito clara no sistema francês.

Institutos de Pesquisas — Êsse parece ser o sentido básico

(24) Num próximo artigo apresentarei minha “proposta”. Neste, quero apenas anotar, destrinchar, clarificar, mostrar as antinomias, as contradições. Depois de um trabalho assim, quaisquer que fôsem as definições terminológicas usadas, elas seriam conscientes e pós-críticas. O que acontece agora, à falta dessa análise (digo a nível coletivo, de consciência de grupo), é que a confusão das palavras exprime a confusão das idéias, e esta a confusão das coisas.

da palavra, aqui, na França, ou mesmo nos Estados Unidos. O instituto é um órgão de pesquisa, seja “pura” ou “fundamental” ou então “aplicada” ou “tecnológica”. É uma instituição de alto nível e que ocupa pessoal não apenas graduado mas sim especializado.

Tais institutos apareceram, via de regra, *fora* das Universidades e em ligação estreita com a indústria e o governo (e, em particular, com os programas de defesa). É o caso, na França, do Centro Nacional da Pesquisa Científica (CNRS), na Alemanha, da Fundação Max Plank (uma série de institutos), nos Estados Unidos, inúmeros, e, entre nós, assim começaram a brotar a Fundação Getúlio Vargas, o IBGE, o Instituto Joaquim Nabuco, o IPEANE, os Centros de Pesquisas Educacionais, etc., sem falar de outros, inclusive alguns mais antigos como o Manguinhos e Butantã.

Êsses institutos não são, originalmente, instituições de ensino, antes sua gênese testemunha do conflito — que existe como um fato, maugrado os argumentos — entre o ensino e a pesquisa.

As universidades, até recentemente, basicamente ensinavam, dedicavam-se às Ciências, menosprezando a tecnocologia e as aplicações do saber, e, de resto, aspecto extrínseco à questão, mas real, eram fossilizadas e imobilistas. Logo, porém, começaram a reagir. E aqui no Recife, por exemplo, apareceram os chamados *institutos especializados* ou isolados *institutos de cadeira* (25). Os primeiros eram institutos de pesquisa (apenas com a peculiaridade de pertencerem à Universidade). Os segundos eram um prolongamento ou apêndice da cátedra, para efeito de desenvolver pesquisa, sobretudo a “pura”, em nível *pós-graduado*.

Os institutos respondem a uma necessidade de primeira importância. A pesquisa torna-se na sociedade atual já um dos seus mais importantes setores ocupacionais. Por sua vez, a Universidade vem se abrindo para a pesquisa. Outrora,

(25) Os “institutos de cadeira” foram, entre nós, a pretexto de combater o “latifúndio das cátedras”, um alto negócio de latifúndio e empreguismo. Alguns institutos, inclusive dos especializados, foram também casos de afirmação do poderio e agressividade.

inovação da Universidade alemã do século XIX, havia a unidade do ensino e da pesquisa, num tempo em que o nível e o ritmo dos conhecimentos, e a estrutura da universidade o permitiam. A universidade mantinha, em uma unidade indiferenciada, toda uma série de funções. É natural que a primeira reação seja manter esta indiferenciação, incorporando a pesquisa às escolas. Mas o crescimento da pesquisa leva-a a não caber mais dentro do âmbito das escolas (e seus respectivos cursos). A nova tentativa é, inversamente, levar os cursos (e as escolas) para os institutos. É possível que a nova tentativa também não vá satisfazer. A pesquisa deve crescer e chegar a dimensões próprias e tais, que precisa soltar-se. Eu indago se a melhor maneira de estimular o crescimento da pesquisa é tentar amarrá-la ao ensino (o que já não é muito aceito), ou o ensino a ela (o que se vem querendo).

O que é certo é que a pesquisa amplia-se. E a Universidade, se não quizer ficar para trás, em status e poder, deve englobar e multiplicar os institutos junto com, ao lado das escolas. Caso contrário, a Universidade ficará como um pavimento, no prédio da cultura, abaixo do pavimento superior, novo, da pesquisa (26). A presença dos institutos na Universidade, ao lado de outros *fora* dela, é útil sobre vários aspectos, inclusive, e importantemente, do ponto de vista dos docentes, acumulando cargos de pesquisador e professor, com toda vantagem indiretamente para o ensino. Mas isso não quer dizer que os institutos devem necessariamente fazer ensino, nem sei se é vantajoso isso para a pesquisa e os pesquisadores. Temos visto, inclusive, os institutos invadirem a função das escolas (o ensino), a pretexto de dar cursos pós-graduados, e não fazê-lo. Muitos cursos chamados pós-graduados de institutos têm sido uns cursinhos de extensão frequentados até por primeiranistas, sem nenhuma garantia de qualidade. E, enquanto se ocupam com o ensino, em uma parcela do tempo não se ocupam com a pesquisa.

Institutos Centrais ou Básicos — Enquanto nas Universidades, em geral, os institutos surgiram como órgãos “comple-

(26) Esses institutos não nasceram federados, mas sim à semelhança de escolas isoladas. Não há mesmo nenhuma necessidade de que exista uma entidade para federar os institutos, como a universidade é uma federação de faculdades.

mentares e de cooperação” (LDB), na Universidade de Brasília, eles surgiram como... “departamentos” (27), o que foi, de saída, um erro de nomenclatura, abafado pela retumbância da charanga com que foi lançada aquela nóvel Universidade (o que não impede, aliás, que o lançamento daquela Universidade tenha sido uma muito boa coisa).

Os institutos centrais ou básicos — São órgãos destinados a ministrar o *ciclo básico*, ou seja, a ministrar o ensino fundamental (ou das ciências básicas ou fundamentais) de todos os cursos. Depois de passar pelos Institutos básicos, os alunos entram nas Faculdades, que serão órgãos do ensino do segundo ciclo, ou do ciclo profissional dos cursos superiores (ou ainda: do ensino aplicado ou de matérias aplicadas). A Universidade, ou antes o ensino das escolas, se desdobra em dois andares: no primeiro andar fica a federação dos institutos, no segundo, a federação das faculdades. A “coleção” dos institutos é, pois, nada mais nada menos que um “college” americano dividido, fragmentado em 7 ou 8 unidades (departamentos) estanques... um “college” desintegrado (28).

(27) A Universidade da Bahia, com uma nomenclatura mais correta, marcha para os “departamentos gerais”, isto é, super-departamentos ou “divisões”, no sentido americano. Fêz-se assim, um longo “sem roteiro e triste périplo” para transformar a Universidade brasileira na Universidade americana.

(28) Note-se que as nossas faculdades de filosofia, a raiz de cujo depauperamento foi a ambiguidade e a hesitação, também poderiam ter sido esse “college”. Dix expressamente o professor Gilberto Osório, principal teórico da UFP: “Releiamos, todos nós, este enunciado: todo o ensino básico da Universidade deveria ser ministrado pela Faculdade de Filosofia” (In *Propósitos de Universidade*, UR, 1965, p. 152); o autor esclarece, contudo, que a opção final foi pelo “conjunto de institutos centrais”, o que confirma que a coleção de institutos centrais é o sucedâneo de uma explosão de uma faculdade de filosofia, transformando os seus departamentos em unidades autônomas. Daí o professor Gilberto Osório dizer que a Faculdade de Filosofia deve dissolver-se (“transsubstanciar-se nos institutos”, aliás, expressão imprópria). Também Valnir Chagas lembra que a Lei de 1931 insinuou (mas “de maneira indireta e hesitante”) a reunião dos estudos “comuns” na Faculdade de Filosofia. Por isso, a Universidade do Ceará encaminhou-se para restabelecer “a solução Faculdade de Filosofia”. (Valnir Chagas, parecer sobre o projeto de reforma da Universidade, in *Documenta*, n.º 55, 1966). (Para sermos precisos e completo, embora enfadonho, acrescentemos isto: atualmente, numa Faculdade de Filosofia, cada departamento é mais ou menos um curso, como já mostramos. Na solução “departamentos gerais” ou “institutos centrais”, deixa de haver essa vinculação bi-unívoca entre curso e órgão. E este é um dos pontos fortes e corretos dos propósitos reformistas: os cursos devem ser fornecidos “a la carte” pelos órgãos).

Por causa da ambiguidade, da incongruência do processo genético que estamos analisando, da multiplicidade de funções a que quer responder, etc. (voltaremos daqui a pouco a falar disso tudo), é discutível ou objetável se os “institutos” corresponderão ao desiderato de ministrar o ciclo básico. O professor Atkon, por exemplo, perito internacional em reforma de Universidade, reconhecendo a inconveniência da introdução de novos termos e conceitos, propõe que devemos marchar para o *centro básico*.

Centro Básico ou *Faculdade de Estudos Básicos* — Seria também uma instituição voltada para o ciclo básico. A tendência na América Latina (Colômbia, Peru, Equador, Chile) e na América Central (Costa Rica, Honduras, Guatemala e Nicarágua) é para esta Faculdade de Estudos Básicos (ou Estudos Gerais) (29).

Há uma certa diferença quanto ao “ciclo básico” dos institutos centrais e o do Centro Básico ou Faculdade de Estudos Gerais. Esta tende para uma espécie de “junior college” ou “community college” americano, ou das propostas de “instituto propedêutico” na França e no Canadá, isto é, unificando o último ano do ensino secundário (classe terminal) com o *ano básico* ou *série propedêutica* do ensino superior (30). O ciclo básico da outra fórmula tende a constituir-se dos dois primeiros anos dos atuais cursos superiores (deixando de lado a série correspondente ao colégio universitário). É uma escolha delicada, aquela a fazer entre as duas alternativas, salvo se encontrarmos uma fórmula envolvendo as duas.

A Faculdade de Estudos Gerais é uma instituição destinada unicamente a fornecer o ciclo básico a todos os alunos das Universidades. Não tem função de pesquisa nem visa ao pós-graduado, como os institutos. Em vez de uma coleção de unidades seria uma só unidade integrativa.

As duas propostas também divergem quanto à gênese. A

(29) Janet Lugo — “Los estudios generales y la reforma universitaria en América Latina”, in *La Educación*, n.º 35-36, 1964. A autora salienta que a exceção do Brasil se deve ao impacto da Universidade de Brasília.

(30) Nesse sentido, aliás, nós apresentamos uma sugestão (“O ciclo propedêutico”, in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n.º 90).

do ciclo propedêutico nasceu na ambiência da discussão de “vestibular”, e do colégio Universitário. A outra na ambiência da discussão da reforma da universidade. São duas origens, duas temáticas, dois horizontes, que se interpenetram, mas não coincidem.

As vantagens e desvantagens recíprocas da “coleção de institutos centrais” e do “centro básico” parecem-me repousar em que:

Nos Institutos, os alunos circulariam de loja em loja à procura dos artigos de que precisam, enquanto no Centro, os professores vão onde os alunos estão, como de rotina.

No Centro, a especialização da instituição a uma só finalidade permitiria melhor atendimento aos interesses do ensino básico, enquanto nos Institutos haveria maior concentração de pessoal e de equipamentos segundo cada especialidade, e afinal a “integração do ensino e pesquisa”.

A solução do Centro pode representar uma contribuição ao disciplinamento geográfico da expansão da Universidade. Tal como os “junior colleges” americanos e os “collèges universitaires scientifiques” franceses, instituições desse tipo seriam espalhadas, em ligação com uma Universidade, em regiões-satélites. Se tivesse havido uma fórmula como essa nós teríamos tido autênticos “centros propedêuticos” em cidades médias, em vez das “pseudo-Faculdades de Filosofia” que se multiplicam... A solução dos institutos assegura mais o status de curso superior, em vez de intermediário entre o superior e o médio.

Voltemos agora ao contraponto que é a parte erística deste artigo, para examinarmos a raiz da ambiguidade e da força temática dos “institutos”. O pensador belga, Dupréel fez uma vez excelente observação sobre o pensamento obscuro mostrando que, do ponto de vista da ação, existe uma força nos termos do que, do ponto de vista da ação, existe uma força nos termos equívocos, os quais, somando significações, somam adesões (o ponto de vista lógico, portanto, é um tanto oposto ao prático). Notemos:

Primeiro. Por força do nome (os nomes têm sua força), os institutos básicos pretendem, ao mesmo tempo que ser “departamentos gerais”, ser “institutos de pesquisas”. Canalisam

e recebem duas pressões: aquela em favor de mais pesquisa e de dar condição, criar postos de pesquisadores para os professores; e aquela em favor de juntar os equipamentos, professores, alunos, créditos relacionados com um mesmo departamento do saber.

Segundo. Além do ciclo básico, dos cursos profissionais, e da pesquisa, os institutos pretendem ministrar o que os franceses chamam, por vezes, de terceiro ciclo, ou seja, segunda parte do curso em ciências fundamentais. Entra em cena aqui outro problema relacionado com a evolução das Faculdades de Filosofia, a saber: a princípio o curso de bacharelado (3 anos) era antes do curso didático (1 ano). Depois surgiu a fórmula, oriunda em S. Paulo, da bifurcação, na altura do 3.º ano, entre o curso de *bacharelado* e o de *licenciado*, ambos com a duração de 4 séries. Isso significa que há um ciclo básico e um ciclo complementar mesmo nos cursos “puros” em ciências ou letras. Daí ter surgido a:

Faculdade de Educação — Unidade destinada a ministrar (além do curso de Pedagogia e outros) o curso de Didática a todos os alunos que quizerem ser professores secundários, os quais, parece, fariam só o ciclo básico do antigo *curso de conteúdo*, ou talvez os dois: o da Faculdade de Educação (didática) e o resto do curso de conteúdo, ficando, pois, matriculado em duas unidades.

Terceiro. Os “institutos” começaram a invadir a área do ensino, chamando a si os cursos pós-graduados, embora esteja havendo uma certa reação por parte das escolas.

Quarto. Há uma certa expectativa ou desejo de que os institutos re-fortalecerão os estudos “puros” e orientados, desinteressadamente, pela ciência em si mesma. Eles operariam uma desprofissionalização das atitudes dos estudantes. (Não o creio. Acredito, ao contrário, que os cursos em ciências se fortificam, hoje, quando eles adquirem um matiz profissional. Ser “físico” hoje tem um sentido profissional) (31).

(31) Valnir Chagas, no parecer há pouco citado, alude a esse problema. Ele crê que os professores de ciências básicas, que hoje são uma espécie de segunda classe nos estabelecimentos de cursos profissionais, mais se afirmarão em escolas ou institutos de ensino básico.

Receíamos que seja o contrário: num centro básico, ou numa faculdade de

De qualquer modo, digamos para concluir esse capítulo, há agora um projeto no parlamento, ao qual já aludimos, que manda claramente “concentrar o ensino e a pesquisa básica” em umas unidades e “o ensino diferenciado” (?) e a pesquisa aplicada em outras unidades (32).

Muito bem. Critica-se a fórmula “faculdades de ensino e institutos de pesquisa” porque separa a pesquisa do ensino. Mas na fórmula agora legal separa-se, duplamente, o ensino básico do ensino “diferenciado” e a pesquisa básica da pesquisa aplicada. Enquanto na primeira fórmula teríamos no primeiro andar o ensino e no segundo a pesquisa (o que é uma coisa pós-graduada, pertencendo ao 4.º grau educacional), agora temos num andar um tipo de ensino e um tipo de pesquisa e noutro um tipo de ensino e um tipo de pesquisa.

Com a agravante de que é muito difícil separar a pesquisa básica da aplicada. Pois toda pesquisa — a pesquisa ocorre no cume, na ponta das ciências, não na base — se situa, fatalmente, dentro de um capítulo ou setor de capítulo especializado de uma disciplina formal. E toda pesquisa tende a ser aplicada ou tecnológica. E toda pesquisa tende a ser interdisciplinar. Com efeito, no setor de pesquisa, mais do que no do ensino, a tendência é para a organização temática, em função de um centro de interesse de natureza prática, a serviço do desenvolvimento econômico-social e do governo. Um projeto de pesquisa, portanto, será necessariamente interdisciplinar focalizando um “problema” como por exemplo, a seca, as endemias rurais, as

filosofia restaurada como “college” (Ceará) ou em institutos de ciclo básico, talvez ocorra o contrário. E talvez seja entreendo isso, que os partidários dos “institutos básicos ou centrais”, os querem ao mesmo tempo destinados ao ciclo básico e, ao mesmo tempo, ao pós-graduado e a pesquisa. De qualquer modo, para esse fim, o que se faz necessário é que haja institutos de pesquisa, e haja a generalizada condição de pesquisador para os que quizerem ser docentes-pesquisadores ou só pesquisadores (ao lado dos que quizerem ficar só docentes).

(32) Note-se que, sendo vago e impreciso, como acima assinalai, o projeto não deixa de, no fundo, consagrar certa direção. Pois fica claramente excluída, por exemplo a possibilidade da fórmula “Faculdades de Estudos Básicos, mais Faculdades Profissionais”, uma vez que as faculdades não são, até agora, institutos de pesquisa. Isso tudo nos prova que não é certo que o melhor caminho seja o das leis vagas. E que dentro da Lei de Diretrizes e Bases não é possível fazer muita coisa. O melhor seria decisivamente marchar para uma nova Lei, total, orgânica, completa, precisa e clara.

enchentes, a reforma agrária, a pesca, etc. Os institutos de pesquisa, portanto, deveriam ser, em vez de organizados segundo disciplinas ou ramos de disciplinas, organizados em função de problemas e temas, com caráter inter-disciplinar, sempre envolvendo tanto gente de humanidades como gente de ciências. Em vez de, como se tem feito, tender a confundir-se com “departamento”, ao contrário, o instituto deve nitidamente diferenciar-se da organização formal ou departamental clássica. Se organizarmos os institutos segundo as espécies de disciplinas, cada pesquisa envolverá vários institutos (que já estarão envolvidos em várias faculdades e departamentos e cursos), de modo que acabará por ser maior a confusão.

A falecida FACULDADE DE FILOSOFIA:

O mesmo texto legal, a que aludimos, no § único do artigo 4.º decreta a morte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que poderá, contudo sobreviver, reduzida a Filosofia e Letras. (Isso porque, por enquanto, não se prevê pesquisa — nem, pois, institutos — para os ramos pobres de letras e filosofias). A Faculdade de Filosofia, porém, já vinha realmente caminhando para uma falência e uma extinção, dadas as contradições internas e instabilidades que nunca foi capaz de superar nos seus 30 anos de existência. Vale a pena contudo, creio, neste glossário, recapitular, reagrupando o que foi dito aqui e ali, tudo o que concerne à Faculdade de Filosofia, para uma questão de completude da análise e do glossário.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — ... e *École Normale Supérieure* — Ocorre ouvirmos em debates, da parte de pessoas que se supõem entendidas, a comparação entre as nossas Faculdades de Filosofia e esta Grande Escola Francêsa. A comparação não tem a menor procedência. A Escola Normal Superior é “uma instituição única no mundo”, de um nível excepcional, diz *Hans*, em sua *Educação Comparada*, acrescentando: quando lá estêve, em 1947, encontrou um único livro sobre assuntos de educação, êsse mesmo em inglês e sobre educação inglesa. Não é pois, uma escola de natureza pedagógica, embora (ou talvez por isso mesmo) se destinasse a formar os “agregés”, e pertencesse (caso único entre as Grandes Escolas) ao Ministério da Educação.

... e “Teachers College” — A comparação é válida. De fato, o modelo do “teachers college” influenciou na criação da nossa F.F. e foi o que a levou a manter o “curso de didática”. A propósito: também o “teachers college” sofre sua ambiguidade. É tido geralmente como instituição de nível inferior aos “liberal colleges”, assim como também, geralmente, o nível de nossas Faculdades de Filosofia é inferior ao das escolas tradicionais. Conant, porém, encontrou muita exceção à regra. Por outro lado, o princípio oficial é que no “Teachers” há muita formação pedagógica e pouca educação em conteúdo, de modo que, na atual contra-ofensiva americana em favor de mais “conteúdo” (e menos didática), advogou-se a transformação dos “Teachers Colleges” em “Liberal Colleges”. Mas, novamente, Conant, em seu festejado livro *The Education of the american Teacher* mostrou que em muitos “teachers” se dá tanto ou mais conteúdo quanto em certos “liberal”.

A “École Normale Supérieure” e o “Teachers College” ilustram a oposição de duas concepções. Uma, a de formar especialistas em conteúdo, os quais seriam depois professores secundários, quase que pelo fato de não haver outra alternativa para o seu ideal de vida, a vocação de dedicação a uma disciplina (“Scholars” e “agregés”). Outra, a de que trata-se de formar professores de escolas secundárias, e, desde logo, o que importa é a formação pedagógica e a marca de educador. (“Teachers Colleges”). A tensão entre ênfase na didática ou no conteúdo é um aspecto do choque de concepções. O que nós vivemos em nossas F.F. é a consimilação dos dois modelos.

... e “colégio das artes” — Mostramos acima que uma das virtualidades da Faculdade de Filosofia era a de ter sido um “college” ou “Faculdade de Estudos Gerais”, com a renúncia de todas as outras faculdades a manter cursos básicos em ciências fundamentais. No Ceará essa virtualidade procura ser revitalizada. Regra geral, ela nunca ocorreu.

... e “pesquisa” — Uma das finalidades com que foi criada a Faculdade de Filosofia foi a de proporcionar a alta indagação e a pesquisa, em contrapartida às escolas profissionais, o que a tornaria a “alma da universidade”. Confesso que nunca me convenci de que a alta indagação e a pesquisa pudes-

sem ser apanágio de uma Faculdade. A supor a existência da alta indagação e da pesquisa (seja ou não em institutos autônomos), todo e qualquer curso, toda e qualquer faculdade, deverá alimentá-las (mesmo porque existe alta indagação e pesquisa nas matérias que não cabem dentro das nossas Faculdades de Filosofia). O mesmo equívoco existe noutros países. Na França também supõe-se — por princípio — que as Faculdades de Ciências receberiam a nata dos futuros cientistas e pesquisadores, enquanto os demais iriam fazer estudos menos profundos, nas escolas profissionais. Ocorre, porém, exatamente, o contrário (como aqui, entre nós), pois os melhores alunos competem desesperadamente pelas vagas, nos concursos das escolas profissionais (na maioria dos casos são as Grandes Escolas); e as Faculdades de Ciências e, sobretudo, a de Letras, estão recebendo estudantes (na maioria moças) que não sabem muito bem o que querem e não são os mais aplicados (33).

... e “Faculdade de Educação” — A Faculdade de Filosofia desdobrando-se em Institutos ou Departamentos ou Centro Básico, funcionando para a Universidade inteira, a “faculdade de educação” aparecerá para dar o curso de didática, a todos, os que quizerem ser professores secundários, o antigo curso de pedagogia, e os cursos de “educacionistas” (34). Advertimos que o “modo” da formação — conteúdo e didática — do professor é um problema anterior e primacial. A criação do “órgão” Faculdade de Educação, por si, não resolve o problema-fim da estrutura do curso (ou da formação) (35).

(33) Isso nos prova que andamos por cá numa ilusão quando esperamos, via Institutos Básicos, essa re-orientação “des-profissionalizada” dos bons estudantes. Creio que os bons estudantes continuarão, em geral, procurando cursos profissionais. Porque a maioria (dos bons e dos outros) procura cursos profissionais, hoje. É, aliás, curioso, que, enquanto há ou houve, até ainda agora, uma campanha para “profissionalizar”, ou “orientar para o trabalho”, o curso secundário (acusado de ser arcaico na sua função de “cultura geral”), haja, ao mesmo tempo, reclamos, por desprofissionalizar o ensino superior...

(34) A propósito: o projeto de Lei fala de “especialistas da educação”. Será o curso eclético que conhecemos em São Paulo, em má hora promovido pela UNESCO? ou serão cursos especializados de educacionistas; pesquisadores educacionais, programadores, orientadores...? Falta ainda uma formulação das funções e cursos da Faculdade de Educação.

(35) No nosso próximo artigo, abordaremos esse problema, e antecipamos que distinguindo entre professores de primeiro e de segundo ciclo, em função da

Recapitulando, esta é a problemática das Faculdades de Filosofia:

1 — No modelo federação de faculdades: se havia uma escola de advogados, outra de médicos... devia haver uma escola de educadores (professores), uma Faculdade de Educação.

2 — No modelo universitas — se se tratava de superar a federação de escolas para voltar às origens e criar uma universitas, a “alma mater” do espírito universitário, um núcleo integrador, nêsse caso a Faculdade de Filosofia seria um “colégio das artes”.

3 — Finalmente era pressuposto — e ainda o é, por ficção — que as faculdades profissionais dão ensino de menor nível, embora isso não corresponda à verdade histórica. Nêsse caso a alta pesquisa, os estudos mais sérios, a elite dos alunos, estariam na Faculdade de Filosofia.

Uma instituição, assim, com três conceitos subjetivos não poderia ter muito êxito e já não poderá subsistir por muito tempo (35 - a).

PARALIPÔMENOS:

Para concluir vamos inventariar aqui, o mais brevemente possível, alguns vocábulos que, talvez, sejam secundários, mas que deixariam êste glossário demasiado incompleto se não fiquassem.

demanda e da verdadeira causa, porque as F.F. não formam os professores que precisamos, que é de natureza ecológica e sócio-econômica e não função do modelo faculdade de filosofia versus institutos básicos. Aliás o caso da Faculdade de Educação é diferente do de outros ciclos profissionais, porque, ao contrário destes, naquela não se vão estudar matérias aplicadas relacionadas com as matérias básicas estudadas nos institutos básicos. Mas vai-se fazer uma iniciação “fundamental” em pedagogia... Logo, por lógica haveria um Instituto Central de Pedagogia. É o que observa, Natanson com argúcia francesa. A formação do professor resultaria de soma (em qualquer ordem) de dois cursos “básicos” ou “fundamentais”. Contudo nenhum de nós aceitaria “Instituto de Pedagogia”, embora falemos de curso de Pedagogia dentro da “Faculdade de Educação”, como entidade profissionalizante: ou seja queremos acentuar sua finalidade imediata de formar professores e educacionistas.

(35 - a) Insistiríamos em que a Faculdade de Educação precisa de um repensar. A meu ver, por exemplo, ela deve inclusive fugir da “formação de professores do 1.º ciclo”, no figurino adotado da licenciatura em 3 anos, em tudo igual à de 4 anos... apenas “mini-saia” ou seja mais curta. A meu ver a licenciatura do 1.º ciclo deveria ser uma sub-diplomação após 2 anos universitários...

Vestibular — tomemos o nome por sinédoque, e distingamos dentro do tema:

Exame de maturidade ou bacharelado secundário — tipo de exame de conclusão de ensino secundário, que é “um símbolo de educação liberal” (Hutchins) e atesta isso e não uma autorização para ingresso em faculdades.

Não vamos entrar aqui na genética, nem na problemática do vestibular, que já analisamos em outro artigo (36). Lembremos apenas que, não havendo exame de maturidade ou bacharelado, a Universidade não está segura de que os alunos egressos do colégio estejam no nível. Daí nasceram o vestibular e a habilitação.

Exame vestibular — O “entrance examination” significa uma triagem entre os egressos do secundário para discriminar quem passa (aprovação) e quem leva pau (reprovação). Os que passam devem ser matriculados, (não havendo “*numerus clausus*”), caso contrário são “excedentes” e têm direito a reclamar uma vaga. (O exame pode ser feito para cada faculdade ou curso, para um grupo de cursos, ou para o ingresso na Universidade em geral: *vestibular unificado*).

Um aspecto, interessante a examinar, seria este:

Nos ramos de ciências (Medicina, Engenharia), é mais fácil, dada a integração cumulativa e progressiva do saber científico, definir e medir quais são os pré-requisitos, os conhecimentos prévio que um aluno deve ter, para estar em condições de poder fazer os novos estudos. Daí a maior estabilidade e eficácia dos vestibulares nesses ramos.

Nos ramos humanísticos (Direito, Ciências Sociais) é mais difícil fazer isso. Daí a instabilidade desses vestibulares: para que o Latim era exigido — ainda é — em Direito? Há uma certa tendência embutida, nesses casos, para, com o nome de vestibular, exigir um certo parcial “exame de maturidade”.

Concurso de habilitação — Já o “*concours d'admission aux grands écoles*” significa que há um número limitado de vagas a ser disputado em competição, por vários “concorrentes”.

(36) Tentamos fazer isso em “O problema do vestibular: conjuntura e estrutura”, conferência pronunciada no simpósio promovido pela Reitoria da UFPe, em 22-11-1965.

Então não deve tratar-se de aprovar e reprovar, mas de classificar. E devem ingressar na Faculdade os “classificados” até o limite das vagas, segundo a expressão que se tornou usual. (Tal como o vestibular, o concurso pode ser unificado; a expressão “vestibular unificado” vem sendo usada, aliás, com o sentido classificatório no limite das vagas).

Nem a prática, nem a LDB disciplinaram o uso anárquico dessas expressões. No momento parece que precisamos forjar um novo termo ou retomar um dos dois existentes, fixando-lhe nova significação:

O exame-concurso de ingresso ou de admissão tende a ser unificado (um só para o ingresso na Universidade, embora com modalidades e opções), e a exercer duas funções: *medir as habilitações* (os conhecimentos e deficiências) dos alunos sem aprovar nem reprovar propriamente; (apenas, se fôr o caso, enviando alguns para recuperações — “*remedial courses*” — dentro da Universidade) e *distribuir* os candidatos pelos diversos cursos (mas, nêsse caso, havendo menos vagas que candidatos, entra em cena a classificação competitiva).

(Há quem defenda a abolição pura e simples de toda verificação, e o ingresso livre de todo concluinte de secundário na Universidade. Lembremos só que a França não tem número clauso, mas exige o “bac” e tria na propedêutica. Mesmo os Estados Unidos não recebem na Universidade, todo e qualquer concluinte do secundário (37). Mesmo lá não há vaga bastante, e mesmo lá se pensa que alguma verificação ou medição (não necessariamente filtração) é conveniente e útil.

Colégio Universitário — Unidade que pode ser mantida por Universidades (e não por escolas isoladas) destinada a dar “o ensino da terceira série colegial” (art. 46 § 2: da LDB).

Criado em função do problema da falha dos colégios em preparar os alunos para o vestibular, contudo o colégio universitário foi mal caracterizado e permanece uma coisa indecisa, hesitante e flutuante, até agora sem vigor e talvez mesmo

(37) A nova Universidade de Flórida, p. ex., só recebe os 40% superiores dos concluintes do secundário, tomando posição assim ao lado do ponto de vista tradicional contra o novo costume, o de receber todos os concluintes, das Universidades públicas.

sendo uma excrecência, maugrado a excelente receptividade inicial (38).

Colégio Técnico Universitário — Unidade que ministra o curso colegial técnico (não só a 3.^a série), pertencente a uma Universidade. Criada de raspão na LDB, entre duas vírgulas do artigo 79, § 3.^o, não tem nenhum sentido próprio. E não existe nenhum.

* * *

Por outro lado, no texto, anunciamos umas observações em tórno de:

Disciplina ou matéria — Uma especialidade ou parte formal do saber (puro ou aplicado) que pode ser estudada em um ou mais cursos; e em uma ou mais séries, e em uma ou mais cadeiras ou cátedras. Direito Civil (4 séries — 4 cadeiras); Mecânica Racional (figura em cursos de engenharia e de matemática). Estética, Literatura Inglesa (pura), Estruturas (aplicada), etc.

Entre nós, por motivos de ordem prática, resultante de não haver correspondência exata (nem devia haver) entre o número de cátedras e o número de disciplinas que integram um currículo, e ocorrendo, em consequência, casos de catedráticos acumulando matérias, e casos de matérias sendo ministradas por assistentes e até instrutores, tal como se fôssem “titulares”, surgiu uma distinção de emergência, entre:

disciplina de cadeira — as que são ministradas a título introdutório, de divisão de trabalho, como aplicação prática de cadeira, ou como parte de cadeira cuja epígrafe abranja mais de uma matéria de ensino, ou seja ministrada em mais de um curso (RGU, art. 21);

disciplina de cursos — as que não se enquadram nos casos anteriores (como se vê os casos de disciplinas de cadeiras são compendiados compositivamente em quatro “letras” que eu fundi, e as de “de curso” definidas por “escape” às hipóteses);

(38) Em “Problemática da terceira série colegial secundária” (apresentado em Belo Horizonte na II Reunião dos Conselhos de Educação), fiz a crítica da LDB, sobre este ponto.

Lêda Jesuino da Universidade da Bahia tem se dedicado ao assunto e anotado em seus trabalhos todas as fases da discussão ao assunto.

cátedra ou *cadeira* — as matérias de ensino vinculadas a catedráticos nomeados pelo presidente da República (Como se vê, interfere um fator administrativo de “vinculação”. Isso, todos sabemos, por motivos legais, que influíram na redação, mas, do ponto de vista sistemático, confunde tudo).

Como solução de conveniência e “ad-hoc”, vale. Em todo caso acharíamos mais conveniente re-examinar a questão. Provisoriamente sugerimos isto:

Disciplinas de curso ou simplesmente *disciplinas* são aquelas partes do saber que integram um currículo. Entre essas, uma qualquer é *ocupada* pelo catedrático. Uma cátedra agrupa, assim, disciplinas, e numa delas *está*, provisoriamente, podendo haver deslocamento, o catedrático, sem que isso altere o status da disciplina e a transforme em “cadeira”.

Sub-disciplinas ou disciplinas integrantes, ou setores de disciplinas: uma parte, um conjunto de tópicos, uma “metade” de uma disciplina, destacada para seu ensino. Uma disciplina de curso compõe-se de sub-disciplinas, de igual status, numa das quais *estará* o professor adjunto, e noutra, um assistente, numa hipótese.

Às vezes, nas áreas de ciências, parece que há casos de “técnicas ancilares” ou partes subordinadas a uma disciplina, havendo uma hierarquia epistemológica entre uma e outra. (Por exemplo, a cartografia parece, não sei, ser uma “técnica ancilar” em geografia). No caso dessas disciplinas subordinadas ou instrumentais, se as há, elas seriam o que atualmente se está chamando “disciplina de cadeira”, representa uma situação diferente da disciplina de curso (e das sub-disciplinas integrantes, iguais entre si) (39).

(39) Tomemos um exemplo, no curso de Filosofia: Teríamos como disciplinas ou disciplinas de curso (expressões equivalentes): História da Filosofia, Lógica, Ética, Estética, Filosofia Geral (ou Metafísica). Essas disciplinas, algumas delas se subdividem: assim Ética, em Ética Geral e Filosofia Social e Política; assim História da Filosofia em Filosofia Antiga, Filosofia Medieval, etc. Pois bem os catedráticos estarão cada um em uma das disciplinas porventura agrupadas nas cátedras existentes. No caso de História da Filosofia há uma só disciplina na cadeira, aliás. Os outros docentes (professores de ensino superior, assistentes, instrutores), estarão ocupando as demais disciplinas. Se houver, ou antes, havendo necessidade de hierarquizar gratificações de atividades acrescidas, a coisa ficaria assim: O catedrático ocupa como titular da cátedra uma disciplina e, nesta, uma sub-disciplina. A outra sub-disciplina de sua disciplina é

ocupada por um assistente ou instrutor, com a gratificação correspondente àquela que, atualmente, se chama "disciplina de cadeira".

Um professor de ensino superior (ou assistente) ocupa como titular de uma disciplina, uma sub-disciplina, com a gratificação que atualmente se chama "*disciplina de curso*": e uma assistente (ou instrutor) ocupa a outra sub-disciplina, e recebe a gratificação que atualmente se chama "disciplina de cadeira". (No caso das técnicas auxiliares, ou disciplinas subordinadas acima aventadas, elas corresponderiam sempre ao que atualmente se chama "disciplina de cadeira").

Parece-me, data venia, que isto é algo mais lógico do que o agora vigente.

CÍRCULO CÓSMICO

ALBERTO CUNHA MELO

1. *Publicação do Corpo*

Para distanciar-me das altas
nuvens, onde sempre habitei,
devo levar algumas nuvens,
para que saibam minha pátria.

Após soltar de espaço a espaço
as cascas vivas da memória,
devo levar para a cidade
o corpo, esta palavra forte.

Só meu corpo vai realmente
pisar nos jardins e nos pátios
e com mãos novas sacudir
as grandes árvores por perto.

Vou conduzi-lo com o cuidado
de livro muito alvo na tarde:
É minha única esperança
de estar bem vivo entre vocês.

Só meu corpo sabe virar
tôdas as páginas do tempo
e só êle foi publicado
completo, para ser seguido.

2. *O Síndico*

Ao amar o edifício, amamos
caixa de fósforo ao luar
do Trópico, onde são cremados
os amorosos, um a um.

Perdidos nos altos problemas,
aterrissamos aterrados
de altos andares, no ascensor
que tarde nos economiza.

Ameaçados, não salvamos
os escapulários, que a infância
corre nas salas à procura
de escadas e botões de alarma.

Pelo edifício refratário
à solidão e, pura caixa,
de onde riscados sairemos
cada um com seu próprio incêndio.

3. *Notas de um expatriado*

Permanentemente de malas
empunhadas e com um adeus
implícito, como se fôsse
um alísio, um vento para sempre.

Os planos podem desabar
tal um eucalipto de noite
sobre as casas, e é preciso
voar aos primeiros estalos.

Nenhum estrato, nenhum nimbo
se vangloria pelos ares
cidadinos, sentimentais,
de o ter coberto longas épocas.

E segue como os sós, armado
de mêdo ou de revólver azul,
mas não atira para o céu.
de só nuvens para destruir.

Apenas uma sombra extensa
de volumoso cobertor
cobre o areal, para que êle
seja benvindo no deserto.

4. *Asteriscos*

Como um suicida que deixa
uma carta em cima da mesa
para descansar a polícia,
deixo o meu poema no mundo.

Minha dôr lógica jamais
necessitou de testemunho
outro, que não fôsse o meu corpo,
sob os ataúdes do Céu.

Pisei nas calçadas da vida
(de cabeça baixa) e gritaram;
desci sem nenhuma palavra
e êles morreram de vergonha.

O telefone negro toca
na sala interminavelmente
deserta. Que nova esperança
dirá um telefone negro?

Os meus amigos têm os olhos
horríveis, diante de mim.
Já não pergunto o que lhes fiz;
deixo o meu poema na mesa.

5. *Palestra sangue*

A moça que está ao meu lado
está ensanguentada. A gola,
os bordados da blusa, cobre-os
uma pasta de sangue vivo.

Folheia impacientemente
um figurino, a machucar
o alto das páginas, se move
constantemente do lugar.

Só em raros momentos ergue
a cabeça para a paisagem
mediocre, por sinal, três
ou quatro mórbidas colinas.

E desce novamente o olhar
aos manequins de luto, às linhas
sóbrias e tristes, mas sem sangue
respingado por toda parte.

Pergunto-lhe pela extensão
do seu provável ferimento,
como é tão óbvio perguntar-se.
Ela ri: — Do meu ferimento?

6. *O irmão poeta*

O Irmão Poeta tem a vaga
impressão que tenho do mar
e mora na primeira concha
se fôr aberta com amor.

Por outro lado não aceita
dividir o espaço comigo
e logo procura abater-me
ainda no ar, em pleno vôo.

Vive a catar (real detento)
uma brecha no meu poema
para escapar-se, na alegria
que inculpa todo fugitivo.

Se há poucas horas me reteve
com a mão recheada de espanto,
começa a mexer-se na cama
e pode arrancar os cabelos.

O Irmão Poeta gosta mesmo
é de devorar seu irmão,
é de ler o verso que escreve
e o dos estranhos e o dos mortos

7. *O levantar das venezianas*

Há muito tempo não sentia
uma brisa tão confortante
como esta, que parece feita
por mim mesmo, para o meu corpo.

Vem-me novamente a impressão
de que o sol foi vencido e tudo
recuperou o desfôgo
dos objetos libertados.

Chega-me também o alvoroço
humano, das folhas em festa,
e a alegria colegial
dos livros novos, das piscinas.

Tudo muito fácil e tão fresco
como um suave lençol de água
que cobrisse minha cidade
tão desumana, mas tão quente.

Por isso mesmo desconfio
de um Anjo a cavar suas fontes
aqui por perto — certamente
deves andar nas redondezas.

8. *Convite no verão*

O que me chama está feliz
com o estado de sombra das almas
e não é conduzido nunca
dentro de latas, como nós.

Possui anjos para abaná-lo
por todo lado, tem as águas
puras e altas, e só precisa
baixar os cântaros às nuvens.

Está tão próximo e tão dentro
dos ventos, que pode escolher
a brisa imaculada, aquela
que não saiu a passear.

Atravessa tôdas as tardes
os amplos terraços, convida
para o clima suave as aves
que sempre voltam por ali.

Possui as árvores, os livros,
unicamente para o sono
nas horas necessárias: tôdas.
Tem tudo nas mãos, e me chama.

9. *Breviário da pantomima*

Nesta época de economia
e de aflição, melhor fingir
de morto para os transeuntes,
porque no morto tudo sobra.

Deixá-los bater de repente
no meu corpo, como abalroam
casualmente na palmeira
em ruínas, e na verdade.

Autorizá-los a jogar
o dominó noturno, mesmo
sobre a memória do que foi
tão vivo no tablado negro.

E se porventura algum deles
desconfiar de minha morte,
tão somente a êle poderei
pedir que não me considere.

Que só o morto-falso pode
fazer o sobrenatural:
a porta leve, a dobradiça
suave para os inocentes.

10. *Salvar de longe*

A solidão solta na noite
os seus pássaros mais audazes,
que infelizmente não trarão
nenhum sinal de vida além.

Vamos esperar uma volta
que não apontará ao longe,
vamos esperar que a manhã
diga que todos estão mortos.

E não corramos ao jardim
pará a salvação de ninguém:
fiquemos nesta sala própria
para morrer-se tão somente.

Assim abandonar o tempo
dispendido em nos transportar
a nós mesmos, pelos corredores
de gases cobrindo a garganta.

Vamos discar no telefone
um número qualquer do mundo
e desejar felicidade:
mas bem de longe, bem de longe.

11. *Bilhete a Ascenso Ferreira*

Não foi o rio
que nasceu,
foi o teu gado
que enlouqueceu.

Derrubou cêrcas
pelos baldios,
que guarneciam
poços vazios.

Com tanto casco
e tanto dente
que água espirrou
do chão doente.

Como atraídos
por teu mistério,
bois invadiram
o cemitério.

12. *Nênia a Raphael Peixoto com a lira
de João Cabral*

Aprendi com um poeta sêco
e puro a cantar tua morte,
entre o canavial e o mar.

Jogo minha lança no escuro
e ela cairá certamente
na tua cova, como um alvo.

Eras além disso copista
único da "USINA BULHÕES",
também seu único poeta.

Seguias paralelo ao rio
e a pé, como êle, mas a pedra
não te feria o expediente.

Isso também eu aprendi
com o poeta de que te falei
e está conosco no poema.

13. *Para Manuel Bandeira*

O que morre jovem
faz o bosque chorar.
Nada faz.

O pássaro velho
poderá morrer,
porque já ensinou
o povo a cantar.

14. *Ociosidade da criação*

Não me cabe planificar
as novas cidades, por certo,
cabe-me apenas contemplar
e já é um grande trabalho.

Principalmente para mim,
que para isso fui apontado
lá do alto da infância, uma flauta,
uma flauta, como testamento.

Inúteis todos os translados
de cartas que não voltam nunca,
porque em si nada conduzem,
além do tempo vão perdidas.

Vocês me obrigam a fazê-las
quando o sol morre sem cantiga,
e digo sem que ninguém me ouça:
— minhas rosas, estou morrendo.

Bato na máquina emperrada,
(com rasura) o óbito da tarde;
a minha obrigação na Terra
é só ler e olhar a cidade.

15. *O televisor*

Pelos competentes canais,
garanhas a alma, a ofertar
o preço falso e a propaganda
de petróleo e felicidade.

Dentifrícios resolverão
todos os problemas do Mundo:
os dentes alvos e o sorriso
ensaiado até o soluço.

Atrás dos bonequinhos: Deus
e a fala desproporcional.
O Senhor de Marionetes
move o perdão atrás das câmaras.

16. *Geral de pouso*

Não caço o poema que fiz,
vivo do poema que faço,
que desce perpendicular
tal um helicóptero, na estrada.

Qualquer jardim, qualquer telhado
será um campo de repouso
ou de pouso para a palavra:
rosa valente sôbre a Terra.

A grande hélice lhe concede
o ar de pássaro, o vento próprio
que deve afugentar o leve
alheio, que não presta mais.

Triste helicóptero aterrissa
sôbre a ojeriza geométrica
de mãos contadas, que o recebe
com réguas moles e com trenas.

Dele salta um homem cansado
de voar e de ser tão vão
pelo ar, o Poeta que agora
aponta a alma novamente.

17. *Hora de voar*

O poema depois de pronto
ainda luta com o poeta
e vai crescendo na gaveta,
onde não cabe uma esperança.

Cresce em seguida no meu bôlso,
muito menor para contê-lo.
O poema depois de pronto
quer-se mostrar, como as crianças.

Fica assustado no casaco
e parece que tem meus olhos.
(Eu lhe acendí o último fósforo
às duas horas da manhã).

Dentro de mim se move alguém
sempre a julgar-se muito alto,
mas fica na ponta dos pés
quando procura ser notado.

Salva-me na Terra êste grande
pudor de mostrar o poema,
como se fôsse uma das partes
mais vergonhosas do meu corpo.

18. *O preço das conchas*

Só há tempo para rasgar
nossas roupas, sôbre um rochedo:
as de baixo, as roupas do céu
descoladas pelo verão.

Estamos em cima da hora
mais alta, pedra debruçada
nas alturas, que não suporta
além de nós uma lembrança.

O amor à fuga tem o pêso
das âncoras, levanta as mãos
para o rosto, sem tatear
nas ramagens de madrugada.

Caso desponte uma criança
de alguma parte, as grandes águas
são paisagem suficiente
para o menino, fique certa.

Êle passará lá por baixo
sem saber da nossa nudez.
Êle buscará as primeiras
e últimas conchas da manhã.

19. *Performance*

Quando iniciei o caminho
o mundo já estava escrito
e tudo era inocência: livros,
navegações, lápis e flauta.

As letras possuíam pêso
de bola, de soldado e infância,
que eu segurava e reunia
no assoalho, cubos e cubos.

Mas se grudaram nos vocábulos
sopesados, de muitos quilos,
depois no poema pirâmide
bloco a bloco, sôbre o meu corpo.

Que me enterra. Agora me afundo
carregado de ouro, no pântano;
mais tarde restará a mão
nos ares, separando um grito.

E meu sossêgo de menino
voará sábado, com os pombos,
quando a morte arrancar do corpo
amado os brilhantes cabelos.

20. *Círculo cósmico*

Livro-me tarde. Um deus facínora
rasga a cabeleira da treva
e emerge todo satisfeito
como uma rocha de entre as ondas.

Estou no patamar do mar
e suplico gesticulando
com duas bandeiras na mão:
uma rosada e outra vermelha.

Tudo realizado e pronto
e público e definitivo,
tal um diário oficial
grifado para a Eternidade.

Agora o deus mencionado
particularmente dirige
a mão de lâmina, o perdão
ridente como todo escárneo.

E levantado num rochedo
(no mais alto naturalmente)
dá grande salto pirotécnico,
antes de afastar-se dali.

ESTUDOS

POBREZA, PROLIFERAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO

PESSOA DE MORAIS

Condições sócio-econômicas e proliferação. A questão do alto coeficiente de fertilidade das áreas de pobreza, inclusive dos países subdesenvolvidos, e do baixo índice de procriação das áreas economicamente mais favorecidas. Os fatores biológicos e a fertilidade: a insuficiência e precariedade do raciocínio biológico na explicação do problema. As considerações precipitadas e falsas sobre níveis de resistência orgânica, proveniente da inspeção superficial do fenômeno: uma tentativa de teorização científica. Outros decisivos fundamentos socio-culturais da explicação da fertilidade e esterilidade das áreas já aludidas. Discussão geral:

É de fato notório que em inúmeros países, a proliferação tem sido sem dúvida maior nas classes pobres do que nas classes ricas. Estudos objetivos concernentes a países adiantados como os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Noruega, etc., constatarem esse fenômeno da maior proliferação das áreas pobres em contraste com as áreas mais ricas, que exibem em geral um menor coeficiente de fertilidade.

Por outro lado, os países pobres e subdesenvolvidos apresentam, também, como já foi visto, um grande crescimento populacional. Para a América Central, por exemplo, estima-se que o aumento de população em apenas 23 anos — de 1957 a 1980 — é calculado em 89%, e para a América do Sul em igual período, se prevê o acréscimo de cerca de 77%.

Êsses aumentos serão tão importantes, que alterarão, sem dúvida sensivelmente, o quadro populacional da América, esperando-se até que a população latino-americana, seja superior mesmo em 80 milhões em relação ao total da população dos Estados Unidos e do Canadá, em 1980 (1).

Ou seja, os povos latino-americanos, com mais de 2/3 de sua população em estado de reconhecida pobreza e carência alimentar, crescem enormemente a sua população, o mesmo acontecendo com outras áreas pobres, sobretudo da África e da Ásia, cujo crescimento populacional é muito alto.

A China por exemplo, foi nos últimos dois mil anos, assolada por 1829 grandes epidemias de fome, informa Josué de Castro citando um estudo histórico da Universidade de Nanquim, referido no livro de W. Mallory, *China, Land of Famine*, publicado sob os auspícios da Sociedade Americana de Geografia. Mostra o mencionado autor, desta feita apoiado em Elysée Réclus, no trabalho *Nouvelle Géographie Universelle*, como no último século, cerca de 100 milhões de pessoas morreram de fome ainda na China. A Índia tem sido sujeita também através da História, a epidemias de fome, e nos últimos trinta anos do século passado, diz a mesma fonte bibliográfica, que 20 milhões de vidas humanas foram ceifadas pela tragédia dessas epidemias (2).

O curioso, é que justamente essas áreas, incluindo os países subdesenvolvidos, e as classes pobres dos países ricos, são as que apresentaram, em geral, um índice mais alto de proliferação. O fato surpreende o observador, o que leva muitas vezes a pensar que a natureza dotaria a espécie ameaçada pela subnutrição e pelo depauperamento, de uma maior capacidade reprodutiva, como mecanismo típico de reparação e de sobrevivência.

Todavia, os estudos biológicos sobre o assunto, não resolvem de modo nenhum o problema. Aliás, trata-se de um fenômeno de tal maneira entrelaçado com fatores de ordem socio-cultural de toda espécie, como veremos, que a explicação biológica exclusivista nunca poderia abarcar a complexidade da questão.

Discute-se por exemplo, se determinados ingredientes da alimentação, incorporariam ao organismo substâncias que favoreceriam ou não a maior fertilidade. Entretanto, os estudos em geral sobre este aspecto, terminam em si mesmos por nada ou quase nada esclarecer, como veremos, se não se levar em consideração importantes fatores da vida sócio-cultural, cada um elucidando ângulos importantes do assunto.

A tese de que a dieta pobre em proteínas animais condu-

ziria a um maior índice de proliferação, enquanto a alimentação rica em tais proteínas levaria inversamente a uma baixa fertilidade, é contrabalançada por outra de caráter antagônico: a de que o próprio funcionamento da vida sexual, incluindo a reprodução, estaria na dependência de uma adequada dieta de proteínas, que favoreceria assim a maior procriação. Ao contrário, uma dieta pobre da aludida substância, favoreceria teoricamente uma baixa do índice de fertilidade.

Sabe-se aliás, que os hormônios hipofisários, inclusive as gonadotropinas hipofisárias, responsáveis pela reprodução e que estimulam as gônadas, são de origem proteica, isto é, se originam de proteínas. O próprio protoplasma das glândulas sexuais nam de proteínas. Nessas condições, a carência de proteína traz alterações fisiológicas e anatômicas das células, que são na realidade, mudanças de estrutura (3).

As carências proteicas graves, podem provocar até esclerose das glândulas endócrinas, inclusive das gônadas, ligadas como se conhece à reprodução. Já nas carências proteicas menos acentuadas, o que se verifica é que as proteínas, por um mecanismo de adaptação, são distribuídas para as funções mais solicitadas, quais sejam: a formação de anticorpos para a imunização, de enzimas para o metabolismo e de hormônios para a reprodução. Quando tal carência se acentua, verifica-se então uma queda da imunização, de certos enzimas e da própria reprodução (4). É provável, dada a variação das várias proteínas em aminoácidos, que nem todas possuam idêntico efeito sobre a função reprodutiva.

Como se vê, esses estudos tendem a mostrar que a subnutrição aumenta a fertilidade, ao contrário da supernutrição, sobretudo de proteínas, que diminuiria a capacidade de procriação. Quer dizer, essas conclusões de ordem biológica como mostra o prof. Nelson Chaves, nada explicam sobre o fenômeno do alto índice populacional das áreas pobres e subnutridas dos países subdesenvolvidos. Tais fundamentos biológicos ou fisiológicos levariam até a resultados inversos dos que se passam nesses países, se fatores de natureza marcadamente sócio-cultural, como conclui acertadamente o estudioso aludido, não inter-

ferissem de modo decisivo no problema, alterando inteiramente a sua configuração.

O fato é que a tese biológica da correlação entre maior consumo de proteína animal e fertilidade, é contrabalançada pela tese inversa a que nos referimos. O que significa que do ponto de vista da Biologia ou da Fisiologia, as conclusões não nos autorizam de modo nenhum, a pensar num condicionamento do fenômeno aludido, por fatores dessa ordem. Principalmente, quando levamos em conta a visível interrelação do problema com uma multiplicidade de elementos sociais ou sócio-culturais.

Por outro lado, as mulheres hiperestênicas ou brevilineas por exemplo, seriam mais férteis do que as mulheres astênicas ou longilíneas, provavelmente pela questão da localização do ovário, e por razões de ordem anatômica e fisiológica pretendidamente comprovadas mesmo, por pesquisas objetivas, como disseram Pende, Gualco e Sarperi, informa o prof. Poggi de Figueiredo (5). Quer dizer, os tipos de mulheres mais baixas e gordas, tenderiam a apresentar maior índice de procriação.

Isso significa que estamos diante de um suposto fator fisiológico ou melhor biotipológico, influenciando teoricamente o problema da maior ou menor fertilidade. Todavia, o assunto considerado em termos meramente individuais pela Biotipologia, pode sofrer na prática importantes alterações, se as condições sócio-culturais, por exemplo, levarem a efeitos diversos. Em outras palavras, pode acontecer que determinada população constituída em sua maioria pelo referido tipo astênico ou longilíneo de mulher, restrinja mesmo em graus os mais variáveis a procriação. Razões sócio-culturais por exemplo, podem com efeito levar ditas mulheres a restringir o número de filhos, digamos, por processos anticoncepcionais, largamente difundidos; através do recurso tão comum em certas áreas, dos abortos provocados; por questão de tensões emocionais, às vezes muito intensas ligadas por exemplo, ao tipo de família ou de sociedade concretamente considerada, e que pode quebrar consideravelmente o nível de resistência orgânica, diminuindo nas mulheres a capacidade procriadora; ainda por motivos psicológicos, correlacionados com a concentração da atenção num mundo de atividades e preocupações, muitas vezes absorventes

de tal forma, que desviam de modo enérgico o pensamento e a concentração psíquica, dos problemas ou assuntos sexuais etc., etc.

Tudo isso significa que, mesmo admitindo-se por hipótese, a correlação entre tipo brevilineo de mulher e maior fertilidade, tal correlação só poderá se expressar nos termos aludidos, em determinadas condições. Estas, implicam em haver obviamente uma coincidência entre a existência majoritária de tal tipo na população considerada, e as características sócio-culturais, tendendo igualmente para estimular a procriação. Se o conjunto dessas características favorecerem o aparecimento da maior fertilidade, a mesma terá evidentemente de se apresentar visível. Porém, antes por razões sociais e culturais, do que por base tipicamente biológica.

O que foi dito, mostra como uma suposta tendência fisiológica ou biotipológica, por si só nada significa, se não fôr favorecida pelo conjunto das condições sociais ou sócio-culturais. Estas últimas, como se vê, acabam exercendo o completo controle do fenômeno, que fica assim na sua inteira dependência e condicionamento.

Mesmo a classificação de W. H. Sheldon e seus colaboradores (6) por exemplo, a respeito dos tipos humanos, levando em conta inclusive os elementos múltiplos do corpo, numa configuração mais completa e ampla, não escapa, contudo, à conclusão anterior, como mostraremos mais adiante. O prof. da Universidade de Harvard levou em consideração a estrutura geral do indivíduo, partindo da classificação do tecido embrionário em endodermo, mesodermo e ectodermo, e dos diferentes tipos de tecidos que se desenvolvem, segundo se trate da composição da pele, dos ossos, do sistema nervoso e das vísceras. Conferiu a cada sistema de tecido uma escala de 1 a 7 pontos. Assim, um homem com valores médios, obteria 4-4-4. Já uma escala de 7-1-1, significa desenvolvimento extremo de um dos tipos de tecido.

Partindo de uma investigação de 4.000 casos de rapazes estudantes, Sheldon e seus colaboradores concluíram por exemplo, que o tipo ectomorfo, relativamente esbelto, linear, anguloso, que possui a maior área sensorial de exposição ao mundo

exterior, e de sistema nervoso central e cérebro proporcionalmente maior em relação ao corpo, com economia corporal derivada da camada embrionária ectodérmica, apresentaria sexualmente o traço seguinte: seria um tipo, conforme tais estudos, intermitentemente dominado por um impulso sexual avassalador, exibindo através da experiência o êxtase sexual mais intenso (7).

Por outro lado, a respeito da maturidade sexual fisiológica das mulheres, tais estudos constataram que o tipo ectomorfo, ao menos o mesomórfico-ectomorfo, apresentaria tal maturidade tardiamente. Trata-se de môças altas, fortes nos dois primeiros componentes e com menor ou pouca influência do terceiro. As môças altamente endomórficas, com pequena mesomorfia, tenderiam a apresentar tardiamente o período de menstruação (8). Convém salientar, que na referida classificação biotipológica, o tipo endomórfico significa predominância relativa de um arredondamento de consistência, a qual se apresenta pouco compacta e mole. Em tal tipo, as vísceras digestivas são volumosas e tendem a dominar relativamente a economia do corpo. Já o tipo mesomórfico, caracteriza-se por uma predominância relativa de músculos, ossos, bem como do tecido conjuntivo apresentando um corpo retangular de aparência pesada e dura.

Pois bem, se tais tendências fôsem suficientes em qualquer população, independentemente de mais nada, para configurar o caráter da vida sexual, incluindo o período tardio ou precoce da maturidade sexual, o problema da maior procriação dos países pobres ou subdesenvolvidos receberia aqui um subsídio inestimável. Todavia, a questão se complica enormemente como sempre, através dos elementos concretos da cultura, que conferem a dadas populações ou grupos, uma série de características que nem sempre se ajustam obviamente a essas possíveis tendências biotipológicas.

O tipo alto e esbelto de rapaz, pode inibir seus impulsos — admitida a veracidade da tese de Sheldon — através do estilo de educação que recebeu objetivamente desde a infância; ou por motivo de caráter religioso, numa sociedade ou época que cultive a religiosidade por exemplo, intensa e profundamente. Do mesmo modo, sabe-se hoje que determinadas con-

dições mesológicas alteram sem dúvida como os estudos de Fransblau têm mostrado, a idade da puberdade feminina, e por consequência da maturidade dos óvulos.

Por outro lado, mesmo que a tendência sexual expressa nos traços biotipológicos seja estimulada socioculturalmente, pode acontecer também sem dúvida, que mesmo assim, outras tantas solicitações da vida social ou cultural, concorram evidentemente para fazer com que as relações sexuais largamente cultivadas, não redundem em procriação. Isso por vários fatores, inclusive pelo uso de práticas ou métodos anticoncepcionais, que sejam altamente disseminados; pela prática difundida dos abortos provocados; por problemas ligados à tensão psíquica e nervosa, que sabe-se hoje provocar em certas condições, stress, e por consequência, quebra do nível de resistência orgânica, dificultando na mulher a maturidade dos óvulos. Do mesmo modo, a falta por qualquer motivo de proteínas, ou o seu consumo reduzido por razões, digamos religiosas, ligadas à vida sócio-cultural, altera como foi mostrado, a fisiologia e até a estrutura da vida sexual, afetando sensivelmente nas cárcenas proteicas mais intensas, toda a função reprodutiva.

Como estamos vendo, o assunto é muito mais complexo do que se pensa, e exige, para o raciocínio científico, toda uma gama intrincada de interrelações. Estas devem levar em conta, decisivamente, o papel dessa interação múltipla que se processa entre a vida biológica, fisiológica ou biotipológica de um lado, e o mundo intrincado das condições sócio-culturais, do outro. No final, como sempre, ou melhor depois de completado o estudo biotipológico com o sociológico, o que se verifica é o condicionamento da vida sócio-cultural que acaba muitas vezes imprimindo às tendências sexuais e de procriação de base meramente biotipológicas, marcas profundamente discordantes, quando não antagônicas.

Por isso, o sociólogo alemão da nova geração, Helmut Schelsky (9) discute especificamente problemas sociológicos da vida sexual em seu livro *Soziologie der Sexualität*, sem se deixar empolgar, como era o caso no passado, por tendências supostamente biológicas, independentemente de condicionamentos sociais ou sócio-culturais.

Por outro lado, há ainda outro raciocínio de caráter biológico, mais precisamente fisiológico, que deve ser considerado aqui. Contudo, o mesmo não tem melhor sorte do que os demais na explicação da alta fertilidade das áreas subdesenvolvidas, ou do baixo índice de procriação das áreas ricas ou prósperas.

Trata-se mesmo como veremos, de um argumento elementar da Fisiologia, que corrobora apenas a tese já discutida de que a superalimentação favoreceria a fertilidade, ao contrário da subalimentação, que faria diminuir o índice aludido. Como se vê, portanto, será apenas um argumento de caráter fisiológico a mais, que ao invés de tender para explicar biologicamente o fenômeno aqui abordado, reforça apenas ainda mais a tese de que o assunto nada tem a ver pelo menos em traços básicos, com questões ligadas sem mais nada a condicionamentos biológicos.

O caso é o seguinte: do ponto de vista fisiológico da mulher, a questão da fertilidade se caracteriza como é evidente, por um amadurecimento de óvulos, que conduz justamente às condições mais favoráveis de fecundação. É óbvio portanto, que sem esse conveniente amadurecimento, não se pode falar sequer em fecundação, fenômeno que pressupõe assim, serem os óvulos femininos preliminarmente amadurecidos.

Nessas condições, é a alimentação um elemento de reparação das perdas orgânicas, que concorre obviamente para levantar o estado geral da mulher, provocando assim sua normalização funcional. Torna-se evidente que o amadurecimento dos óvulos, dependente ao menos teoricamente dessa normalização, teria numa boa dieta alimentar um fator de favorecimento. Ao contrário, uma alimentação pobre e deficiente, provocaria teoricamente pela quebra da resistência orgânica que acarreta, condições fisiológicas desfavoráveis ao amadurecimento dos óvulos, e por consequência tendentes a diminuir ou mesmo obstar a fertilidade, o que estaria de modo evidente na dependência do grau de intensidade em que fôssem afetadas as mencionadas condições orgânicas. Isso sem falar no problema do menor consumo de proteínas e sua possível interferência na reprodução.

Quer dizer, o ponto de vista fisiológico elementar, corrobora a tese já discutida da correlação de um lado, entre boa

alimentação sobretudo de proteínas, e fertilidade, e do outro, entre carência alimentar, incluindo o elemento aludido, e diminuição da procriação e até esterilidade. E apoia tal tese, pela circunstância decisiva de partir da questão do levantamento das condições orgânicas, como ponto fundamental. Ora, é evidente que qualquer tipo de alimentação, como a de base proteica, por exemplo, da tese já vista, concorre sem dúvida para a reparação de perdas orgânicas, indispensável como vimos, ao amadurecimento dos óvulos.

Por outro lado, o raciocínio fisiológico de que tratamos, conduz à conclusão sem dúvida de que a carência de alimentação leva a uma baixa procriação, já que se inclina pela existência de uma correlação que existiria entre boa dieta alimentar e fertilidade.

Devemos lembrar-nos que uma corrente de pensamento biológico, interpreta como foi visto, o problema de modo inteiramente contrário, defendendo o ponto de vista da correlação entre subnutrição, sobretudo de proteínas animais, e fertilidade. Dêste modo, se levarmos em conta tudo que foi visto, inclusive a série de considerações de caráter antagônico que fizemos sobre a profunda correlação que existiria entre o baixo consumo de proteínas e perturbação de toda vida sexual, incluindo a reprodução, compreenderemos ainda melhor a dubiedade e insuficiência do raciocínio biológico na explicação do problema. É que precisamente como se sabe, são as áreas pobres e subdesenvolvidas as que mais procriam. Dêste modo, a dubiedade das teses biológicas de um lado, e a sua insuficiência para explicar um fenômeno interrelacionado com toda uma teia complexa de condições socioculturais do outro, acabam por deixar a questão no ar, sem solução plausível.

Além do mais, como foi dito, a procura pura e simples de uma fundamentação biológica, dificilmente explicaria um assunto de si mesmo envolvido numa trama múltipla de condições sociais ou sócio-culturais.

— o —

Afinal de contas, feitas as considerações até agora esboçadas, em que se baseia então o problema do alto índice de

fertilidade das áreas pobres e subdesenvolvidas, em contraste com o baixo coeficiente de procriação dos países ou áreas de prosperidade? Que sugestões ou raciocínios nos levam a explicar êsse fenômeno curioso, que contraria investigações fisiológicas ciosas de sua validade? Onde residem, afinal, os elementos esclarecedores do assunto ou que ao menos lancem alguma luz na compreensão do problema?

A resposta às perguntas acima implica numa série de considerações, já que a matéria pela sua complexidade essencial, não pode ser resolvida numa fórmula qualquer.

Inicialmente, o que mais chama a atenção para o assunto, é o fato de que são precisamente os povos pobres e subnutridos, os que apresentam como temos visto, os índices mais altos de fertilidade. Além disso, temos de levar em conta as enfermidades de toda ordem que assolam êsses países por exemplo, atingindo o organismo dessas populações em graus os mais diversos e intensivos, sem prejudicar o seu alto índice de procriação.

Não podemos deixar de considerar, assim, essas inúmeras enfermidades que infestam em massa tais áreas, incidindo em larga escala sobre as populações. Estas escaparam, por assim dizer, milagrosamente à mortalidade infantil extremamente alta e às doenças da infância, que atacam como se sabe também em índices extremamente elevados, ainda em tenra idade, as pessoas dessas regiões.

Por outro lado, é preciso se considerar que as enfermidades dos países subdesenvolvidos provocam justamente uma mortalidade precoce, a ponto de diminuir muito o coeficiente de longevidade de tais países. Pois bem, essa disseminação em massa de enfermidades típicas de que já falamos, incide por isso mesmo, inclusive nas idades jovens, e por consequência nas épocas mais favoráveis à reprodução.

Que forças misteriosas e estranhas então são essas, que preservam o organismo das populações pobres dos efeitos fisiológicos do enfraquecimento e da debilitação orgânica em sua interferência sobre a fertilidade? Será que tal suposto enfraquecimento nada tem a ver com o declínio das condições de fertilidade, sendo antes uma mera conjectura sem maior alcance, ou há aqui a interferência de outras condições ou fatores?

O fato merece uma reflexão especial. Em primeiro lugar, o que nos chama imediatamente a atenção, é o modo sumário como em geral se raciocina sobre o assunto. É que o quadro de precariedade existente nos países pobres ou subdesenvolvidos, em contraste com o quadro de conforto e fartura dos países ricos ou desenvolvidos, leva quase sempre a uma conclusão independentemente de mais nada: a de que os povos ricos por isso mesmo tenderiam a apresentar em todas as circunstâncias de um modo geral, um índice de resistência orgânica muito mais alto do que o dos povos subdesenvolvidos ou pobres.

Para a conclusão acima parte-se em geral da circunstância de que a alimentação deficiente ou mesmo a carência alimentar, aliada às doenças típicas das áreas de pobreza, tudo isso concorreria para uma pronunciada diminuição da resistência dessas populações.

De um modo geral, o raciocínio é por si mesmo evidente, e nada se pode obstar contra tais conclusões. Todavia, o problema em nosso entender, não se cinge a essa consideração isolada e simplista do fenômeno em relação às áreas pobres. A questão fundamental provavelmente será antes a da comparação entre os presumíveis níveis de resistência a fatores desfavoráveis por parte das mulheres pobres, com referência ao das mulheres das áreas ricas ou abastadas. A inspeção cuidadosa por exemplo, do estilo de vida dos dois grupos, será pois, elemento da melhor valia na tentativa de elucidação do fenômeno aqui abordado.

Considerando o problema cientificamente proposto, compreendemos de logo divergências fundamentais nos modos de viver de áreas ricas ou abastadas de um lado, e de áreas pobres do outro. Como um elemento de tal natureza não pode ser desprezado no raciocínio teórico, sob pena de se estabelecer uma lacuna imperdoável sobre um assunto reconhecidamente da maior importância, temos de fazer as seguintes ponderações: que pontos ou aspectos básicos assinalam essa diferença de estilos de vida dos dois grupos considerados? Terá essa diferença, importância real para se aquilatar a possível maior ou menor resistência de cada um desses grupos a situações desfavoráveis? Haverá, mesmo teoricamente, a possibilidade de se suspeitar de uma diferença de resposta orgânica derivada de características diver-

sas, ligadas ao mundo das condições sociais ou sócio-culturais dos dois grupos?

As perguntas acima levam-nos a refletir melhor a respeito de como as mulheres de áreas pobres por exemplo, se habituariam desde a mais tenra infância a enfrentar, de modo direto, um mundo de situações completamente desfavoráveis e precárias. Com efeito, as situações concretas da existência obrigam-nos mesmo a levar uma vida muito mais ao contacto imediato das condições exógenas, lidando frontalmente desde muito cedo com as inclemências de um mundo impiedoso e áspero.

Além disso, a vida que levam na maioria dos casos, sem os artifícios ou requintes de conforto de qualquer espécie, obrigam-nas a uma movimentação constante e quase ininterrupta do corpo e dos músculos, numa liberdade de movimentos e de exercícios físicos, que é uma contingência normal do seu estilo de viver.

Também, é ponto básico na compreensão mais detida do modo de vida das populações ou áreas de pobreza, a circunstância elementar de que para essas populações ou áreas, o mundo exterior é em geral enfrentado sem o mecanismo dos artifícios intermediários, criados pelos estágios mais altos da evolução cultural. Aqui pelo contrário, não há artificialismo, conforto, aparatos engenhosos e múltiplos de proteção de toda espécie, que a natureza mesma da vida rústica e áspera da gente pobre de modo nenhum comporta. O que há em torno é apenas o mundo largo com as suas ameaças, as suas doenças, as suas dificuldades sem conta, com o dilema inexorável e rígido do perecimento ou da sobrevivência.

Afeita a êsse embate cruento desde a infância, a mulher das áreas subdesenvolvidas tem por assim dizer na doença e na fome que assolam as áreas de pobreza, uma dificuldade a mais na luta contínua que acostumou a travar com a vida, e que se tornou por isso mesmo, aspecto corriqueiro e até normal de sua existência.

É evidente que num viver dêsse tipo, aguilhado por solicitações constantes de alerta e de luta, o corpo aparentemente apenas combalido e enfêrmo acaba por adquirir reservas prodigiosas de energia para resistir às adversidades do meio.

Por outro lado, uma reflexão fundamental ainda se impõe: é que as dificuldades, as fomes e as doenças por exemplo, talvez

exercem na verdade um alto e relevante papel de seleção: é que nêsses embates cruentos, os organismos menos resistentes são ceifados de pronto pela morte, de modo que os que resistem à áspera refrega, acabam por isso mesmo sendo os organismos mais fortes e eugênicos, aprimorados na capacidade adquirida da luta pela sobrevivência.

É fenômeno sabido por exemplo, o fato de que a civilização, com os cuidados médicos e o aprimoramento das condições de higiene, ao mesmo tempo que tem ampliado os índices de vida, tem possibilitado por isso mesmo o prolongamento da existência de pessoas muitas vezes potencialmente fracas ou enfermiças. Aliás, fala-se até muito dêsse fenômeno, mas em geral não se reflete melhor na consideração de suas implicações no problema dos índices de resistência orgânica das áreas pobres ou subdesenvolvidas. Há aqui sem dúvida, outro elemento essencial do raciocínio teórico, que não pode ser desprezado na análise do problema. Se levarmos em conta ainda por exemplo, que uma série de enfermidades, distúrbios ou anomalias congênitais são transmitidas como se sabe, de pai a filho por via hereditária, compreenderemos ainda melhor as consequências da debilidade orgânica, que muitas vezes a civilização com a sua higiene, a sua medicina e o seu conforto, sutilmente agasalha.

Por outro lado, se refletirmos acêrca do estilo de vida das classes ricas, e da peculiaridade de suas características biológicas, veremos que a sua pretendida maior resistência aos fatores desfavoráveis, é pelo menos como regra geral e tranquila, um mito que não resiste às ponderações do raciocínio teórico.

Com efeito, a mulher das áreas ricas ou abastadas por exemplo, cercada de confortos de toda ordem, de mil e um apetrechos engenhosos para lhe facilitar a existência de si mesma já fácil, não lida senão acidentalmente com as solicitações exógenas. Entre elas e o mundo exterior, a civilização acabou por antepor toda uma série engenhosa de separação em que em última análise se resume o conforto. A realidade externa do mundo para as áreas ricas ou prósperas, é sentida cada vez mais por assim dizer, de longe, artificialmente, como algo dis-

tante, afastado e estranho, que se procura superar através de todos os artifícios. Há como que o prazer sádico de se fugir dessa realidade, de dominá-la pela técnica e de se voltar as costas à natureza, através de todos os requintes da cultura.

Pergunta-se porém: que preço paga a nossa civilização por êsse repúdio à natureza, e além disso por êsse cerceamento inevitável em grande parte do exercício físico e dos movimentos corporais, que tal estilo de vida artificial provoca? Se considerarmos ainda a maior simplicidade de vida da pobreza, e o mundo maior de solicitações psicológicas que os refinamentos da cultura cada vez mais amplia, compreendemos cada vez mais de um lado, a relativa inadaptação das áreas ricas ou abastadas aos fatores adversos; do outro a atmosfera psíquica construída que se reflete inevitavelmente nas próprias condições corporais. Esta última circunstância explica, provavelmente, a razão pela qual o período lácteo da mulher banto se alonga entre dois a três anos, do mesmo modo que a mulher de algumas áreas da América Central, exibe também um longo período de amamentação. Entre nós no Brasil, por exemplo, é comum entre gente pobre, períodos lácteos de um ano completo.

Já nas áreas ricas ou abastadas, êsse período diminui sensivelmente, apresentando-se algumas mulheres quase sem leite, com períodos de amamentação curtíssimos, de um a três meses por exemplo. O fenômeno se explica por stress emocional, que acarreta inibição hipotalâmica da excreção de leite e excitação do simpático, dificultando o influxo de substância nutritiva à mama para secreção do leite (10).

Ora, essas mesmas condições psíquicas que afetam a secreção láctea, influem também evidentemente sobre o corpo em geral, provocando outros tipos de stress, que trazem em todos os casos, como se sabe, quebra de resistência orgânica. Como a mulher das áreas ricas, numa vida às mais das vezes artificial e sem movimentação física como foi dito, não está acostumada assim pela natureza de sua existência, a sentir impactos desfavoráveis, torna-se claro que muitos desses impactos assumem por isso para elas, proporções violentas e até dramáticas.

É muito provável diante de tudo isso, que a repercussão desses impactos muitas vezes comuns nas áreas ricas, tragam como resultado uma queda muito maior dos níveis de resistên-

cia orgânica, do que aparentemente se pensa. Sabe-se que essa resistência é, como vimos, elemento fisiológico da maior importância no amadurecimento dos óvulos. Como êsses próprios impactos experimentados com frequência pelas mulheres ricas e abastadas possuem para as condições peculiares de sua existência, uma amplitude talvez não suspeitada, e por outro lado, como o nível de resistência das mulheres pobres talvez não seja tão baixo como se pensa, segue-se que há aí talvez importante explicação do mecanismo do fenômeno neste capítulo abordado.

De qualquer forma, o assunto aqui exposto, exige reflexão, já que é teoricamente viável e elucidaria ângulos importantes do problema. O que parece fora de dúvida, é que a consideração sumária e simplista da questão da precária resistência das áreas pobres em confronto sem mais nada, com a noção de uma líquida superioridade de resistência das áreas mais abastadas, precisa ser melhor considerada, fora evidentemente desses exageros de simplificação.

Além do mais, não podemos deixar de considerar da maior relevância, isto sim, a simplicidade das solicitações psicológicas da pobreza, que numa atmosfera sócio-cultural muito menos complexa do que a das áreas ricas, tem muito melhores condições de concentrar a atenção sobre as questões ligadas à reprodução e à vida sexual. Inversamente, as áreas mais abastadas, com um mundo de atividades e de problemas de toda ordem, não só possuem mais condições de desviar a focalização dos seus interesses da vida sexual, como também estão mais aptas a criar evidentemente toda uma atmosfera de sutilezas e requintes sexuais, incluindo as perversões, que tanto mais se coadunam à imaginação mais caprichosa dessas áreas, como muitas vezes desviam a atividade sexual normal, da procriação.

É aliás essa maior intelectualização e êsse mundo mais intenso de solicitações psicológicas, que levam as classes abastadas a refletir mais sobre os efeitos da atividade sexual, reduzindo por conveniência, artificialmente o número de filhos. Tor-na-se até óbvio que numa vida por excelência de artifícios, para se antepor ao mundo e à natureza, acabam essas áreas elaborando mais um processo artificial como fazem de modo pre-

ponderante, para dominar a própria atividade natural do organismo.

Quer dizer, além de amolecida pelo conforto excessivo, pelas facilidades de toda ordem que impregnam em geral a existência material e espiritual das classes ou áreas abastadas, há por outro lado, aqui uma atmosfera psíquica mais intensa e complexa, que inclusive pode interferir em várias circunstâncias, negativamente sobre a procriação. O viver aqui exige toda uma gama de atenções simultâneas, enquanto por outro lado, a própria maior intelectualização dessas áreas ou classes, o seu refinamento apurado, fazem a imaginação campear intensamente em relação aos problemas sexuais. Estabelecem-se aproximações sem ligações diretas com a procriação, e por cima ainda, quando este último não é o caso, evita-se voluntariamente em larga escala por processos anti-concepcionais de toda espécie, a concepção.

É precisamente a maior intelectualização dessas áreas, que contribui aliás para o êxito dos vários processos anti-concepcionais, os quais incluem muitas vezes métodos complexos, que exigem por exemplo, todo um processo de controle minucioso dos dias de fertilidade da mulher. Também a própria noção de higiene mais alta dessas classes ou áreas, concorre sem dúvida ainda para reforçar a eficiência de alguns desses métodos, enquanto por outro lado, sua disciplina mais treinada no exercício dos inúmeros deveres e obrigações sociais, colabora sem dúvida na aplicação mais regular dos mesmos.

Além disso, a noção maior entre essas áreas, da responsabilidade da família, dos encargos inúmeros que a mesma representa, e sobretudo do tempo subtraído aos prazeres do mundanismo, das viagens, da intensa sociabilidade tão ao gosto dessas áreas, que os cuidados com os filhos inevitavelmente exigem, atua aqui como um poderoso processo psicológico de controle das atividades sexuais que levam à fertilidade. Por cima ainda, o esnobismo dessas classes ou áreas, os refinamentos da estética, os ideais socioculturalmente cultivados de um tipo específico de beleza feminina que às vezes como na atualidade, se compactua com a esbelteza das linhas e formas leves e delgadas do corpo, constitui também outro importante mecanismo psíquico de controle da concepção. Evita muitas vezes

a vaidade dessas damas elegantes, as deformações comuns do corpo, que a gravidez inevitavelmente provoca.

Tudo isso explica ainda o recurso tão difundido nas áreas abastadas ou ricas ao aborto voluntariamente provocado. Convém salientar, que sobretudo em vários setores da classe média, que seguem inclusive de perto as aspirações das classes mais altas, esses mesmos ideais se desenvolvem com frequência, fazendo parte assim da mentalidade das áreas mais favorecidas da sociedade.

Tudo isso é profundamente diferente do que acontece nas classes pobres, principalmente nas áreas de pobreza dos países subdesenvolvidos. É que nesses setores da sociedade, a cultura ainda não imprimiu às pessoas, a sutileza complexa das representações mentais de toda ordem, de modo que a vida sexual do povo não passou ainda por assim dizer, pelo caminho múltiplo dessas representações. Aqui, pelo contrário, domina um mundo menos complicado pelo pensamento, numa sociedade evidentemente muito mais simples e de muito menos solicitações.

As contingências fundamentais dessa vida primária e simples, afeita apenas ao contacto mais direto da natureza e da realidade externa, acaba por tornar a atividade sexual uma contingência absolutamente comum da vida fisiológica, sobre a qual não se reflete tanto, nem se pensa como nas áreas ricas ou abastadas. É que nas áreas pobres, as condições de cultura evidentemente muito mais simples, não imprimem à existência das pessoas, o mundo de representações mentais ligadas ao sexo, que levam as áreas abastadas ou ricas como em tudo, a estabelecer os seus artifícios complicados.

Numa palavra, a diferença de características sócio-culturais, condiciona nas duas áreas — ricas e pobres — o mundo de suas representações mentais, com a respectiva influência, inclusive biológica como vimos, sobre a procriação.

E porque o assunto é assim de natureza como foi mostrado, eminentemente sócio-cultural, condicionando até importantes processos biológicos ligados à interferência da vida psíquica sobre as condições de resistência orgânica da mulher, por stress emocional por exemplo, como vimos, é que se verifica o seguinte: importantes investigações históricas têm mostrado que a menor

fecundidade das classes mais altas em relação às classes pobres, apesar de fenômeno comum em muitas épocas e sociedades, de modo algum é fenômeno que se tenha apresentado constante ou permanente através do tempo.

Ao contrário, tais pesquisas revelaram por exemplo, que em períodos relativamente curtos da História da Inglaterra e da Alemanha, o fenômeno aludido variou ou flutuou consideravelmente (11).

Tanto é assim, que no período de 1851 a 1861, os estudos de T.H.C. Stevenson, constatarem que a fertilidade total das classes médias e altas, era na Inglaterra, apenas de 11% abaixo do comum, e a da classe dos trabalhadores desqualificados, de somente 3% acima do referido índice. Já no período de 1891 a 1896, a fertilidade das classes superior e média, era de 26% abaixo do normal, enquanto a da classe dos trabalhadores desqualificados, subiu para 13% acima do comum (12).

Também para a Alemanha, os estudos de Kemmerich revelaram significativas flutuações no índice de fertilidade das famílias reais. O número de filhos por famílias reais, variou muito em alguns períodos. Basta dizer, que enquanto do tempo de Carlos o Grande até 1300, o índice médio do aludido número de filhos para cada família, era somente de 2,2 em algumas épocas por exemplo, esse índice se elevou muito, pois mais do que duplicou no período que vai de Frederico III até 1600, quando atingiu o coeficiente relativamente alto de 5,5 filhos por cada família real (13).

Ora, isso quer dizer que o coeficiente de fertilidade de uma mesma área sócio-econômica, tem apresentado significativas variações em épocas diversas. Isso constitui uma demonstração inequívoca de que o fenômeno não se associa como geralmente se pensa, apenas estritamente à questão do nível de vida. Tanto é assim, que um mesmíssimo grupo nos exemplos referidos, tem exibido, a esse respeito, resultados inteiramente diferentes.

Resumindo tudo o que foi dito, podemos concluir que o fenômeno da maior proliferação das áreas de pobreza, inclusive dos países subdesenvolvidos, e da baixa fertilidade das áreas ricas ou abastadas, corre por conta de uma complexa interrelação de fenômenos sócio-culturais, como foi visto. Outras expli-

cações aparentemente engenhosas, que apelam para supostos condicionamentos biológicos, são contraditadas não somente por outros tantos argumentos e investigações da alçada da própria Biologia, como também não levam em conta a teia múltipla e complexa das aludidas condições sociais e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) *A Saúde na América e a Organização Pan-Americana de Saúde*, publicação da Organização Mundial de Saúde, Washington, 1960, p. 2.
- (2) JOSUÉ DE CASTRO, *Geopolítica da Fome*, 1.º Volume, São Paulo, 1957.
- (3) NELSON CHAVES, "Nutrição e População", Recife, 1961.
- (4) NELSON CHAVES, "Nutrição e População", Recife, 1961; Nelson Chaves e Margarida Rego Barros, "Método de Estudo das Proteínas", na "Revista Brasileira de Medicina", 1962.
- (5) POGGI DE FIGUEIREDO, *Círculo de Sensação de Weber*, Recife, 1935, p. 70.
- (6) W. H. Sheldon com a colaboração de S. S. Stevens e de W. B. Tucher, *The Varieties of Human Physique*, Nova York, 1940, Passim.
- (7) SHELDON, o. c. p. 253.
- (8) SHELDON, o. c. p. 233.
- (9) HELMUT SCHELSKY, *Soziologie der Sexualität*, München, 1960, Passim.
- (10) NELSON CHAVES, "Correlação Hipotalamo e Hipófise", na "Revista Brasileira de Endocrinologia e Metabolismo", Rio, 1961.
- (11) PITIRIM A. SOROKIN, *Social Mobility*, Nova York, 1927, pp. 354-355.
- (12) PITIRIM A. SOROKIN, o. c. p. 355.
- (13) PITIRIM A. SOROKIN, o. c. p. 355.

RESENHAS

MÁRIO DA SILVA BRITO — *Poemário* (Civilização Brasileira, Rio, 1966)

A publicação dos poemas de Mário da Silva Brito foi muito oportuna, porque possibilita aos analistas literários uma série de reflexões sobre o conteúdo ou essência da poesia moderna. A expressão "poesia moderna" é hoje muito mal compreendida entre os melhores leitores de poesia. E quando digo os melhores não me refiro apenas ao leitor comum, mas também aos críticos, poetas e professores de Literatura. Acredito que o melhor seria, quando se escreve sobre determinado autor, situá-lo de início nessa ou naquela corrente do *moderno*, numa tentativa de anular as pressões negativas que incidem sobre a valorização, determinadas pela crescente ambiguidade do termo. Pois o grande equívoco da maior parte dos leitores é justamente este: eleger determinado movimento ou escola como o único verdadeiramente representativo das legítimas tendências da arte na era técnica. Contudo, desde que Baudelaire estabeleceu os princípios teóricos da poesia contemporânea, não se contam, desde então, os movimentos que vêm surgindo em diferentes países do Ocidente, todos proclamando a posse do genuíno espírito da modernidade. O teorismo intenso, predominante no seio dessas correntes, não tem impedido que elas se conduzam dentro de um clima de acentuado irracionalismo. Assim, poetas que se dizem operantes no âmbito do *moderno*, não apresentam muita conformação com o espírito da *modernidade*, tal como a conceituou o criador do termo, que outro não foi senão o próprio Baudelaire. Mas não é meu propósito demonstrar aqui por que Baudelaire foi um artista muito consciente em sua antecipada luta contra a sensibilibilíssima "alma" dos computadores eletrônicos... Quando ouço alguém dizer: "Sou baudelaireno. Estou a favor das máquinas e da sagrada função dos mísseis!" tenho a impressão de que esse alguém está muito fora da perspectiva contemplada por Baudelaire. Modernidade é para Baudelaire o que é hoje para um economista ou sociólogo: civilização técnica, época do progresso. Todavia, diferentemente dos economistas, Baudelaire define o "progresso" como "crescente decadência da alma e progressivo predomínio da matéria". O próprio título de sua obra *Les Fleurs du Mal* — já transporta uma imagem pela qual se pode intuir o sentido mais oculto de suas intenções.

Admito que o tema comportaria uma dissertação bastante ampla. Mas o que procuro agora é verificar até que ponto Mário da Silva Brito se acha comprometido com a poesia moderna. Isso é possível, pelo confronto de alguns traços estilísticos típicos de sua poesia com as características da poesia contemporânea no Brasil e no mundo. Não fôra a confusão sobre o conceito de modernidade existente atualmente em nossa crítica e eu me teria dispensado dessa longa introdução. Contudo, como podia defender o ponto de vista de que Mário da Silva Brito é um dos mais modernos poetas de nossa lírica, se um crescente irracionalismo teórico procura apresentar, como característica essencial do *moderno*, certo neoparnasianismo que vai dando fama de grandes poetas a autores de poemas despidos de toda a carga de sentimentos, como se a poesia fôsse o subproduto de bem montada oficina do intelecto?

Esse agudo intelectualismo é um dos signos representativos do *moderno*. Mas está longe de ser seu traço básico ou decisivo. Por isso, quando alguém me indaga sobre as características da poesia moderna, jamais cometo a imprudência de tentar enumerá-las ou definí-las. Respondo-lhe geralmente, com a mais absoluta convicção de haver dado a melhor resposta: "Leiam os poemas de Baudelaire."

laire, Rimbaud, Mallarmé, Pound, Corbière, Eliot, Apollinaire, Rilke, Lorca, Montale, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade, Evtuchenko, Dylan Thomas. Esses poemas respondem melhor do que qualquer professor ou teórico da Literatura o que é a poesia moderna e quais as suas características".

A poesia de Mário da Silva Brito revela um poeta centralmente situado no âmbito do *moderno*. A uma leitura sumária, os seus poemas da primeira fase não escondem certo parentesco com a poesia dos líderes da revolução modernista de 22. Mas estaria equivocado — segundo creio — quem pretendesse identificar a gênese de seus versos em nossos próprios poetas. Sua expressão é antes de tudo cosmopolita. Tendo se apropriado do cânon da poesia moderna, ele revela uma agudeza de sentimento e compreensão intelectual da modernidade, somente observada em autores conscientemente situados no espírito da era tecnológica.

No poema *Retrato*, já se observam alguns traços típicos. Uma preocupação com a "palavra", mas sem as intenções pedagógicas comumente verificáveis em outros autores, que confundem *didatismo* poético com *teorização*. Nesse poema, ele fala da palavra como fonte da solidão e da poesia, chegando a dizer que "o verbo é punhal traiçoeiro e rosa sangrenta", pois se uma sílaba contém o amor a outra contém o exílio. Mas adiante escreve:

Calcinada flôr, desfaz em pó a retórica,
Que olhos abismados soletram a gramática?
Dançam os vocábulos a dança dos equívocos,
em tórno do homem atônito, filho da treva.

Essa "dança dos vocábulos" pode ser encontrada em muitos outros poetas. Em tais casos seria ocioso falar de "influência". A correspondência de temas entre poetas modernos de diferentes países resulta de uma visão comum, proporcionada pelo legado teórico dos simbolistas franceses. Por essa razão, Hugo Friedrich, em seu livro *a Estrutura da Lírica Moderna*, demonstra com uma cerrada série de exemplos estar toda a grande poesia do século XX fundamentada em Baudelaire, Mallarmé e Rimbaud. Eis porque o "baile das palavras" resulta dessa tomada de posição do poeta moderno, que transfere à palavra a "tarefa poética" considerada como "uma aventura do espírito operante" (Hugo Friedrich). T. S. Eliot nos dá também, nos *Four Quartets*, alguns exemplos dessa reflexão teórica em tórno da palavra:

As palavras se estiram (words strain)
cruzam-se e algumas vêzes se quebram sob o pêso
e a tensão, resvalam, deslizam, perecem,
a imprecisão as rói, mudam de lugar,
não ficam tranquilas.

Às vêzes, ainda operando com a "palavra", Mário da Silva Brito utiliza a repetição aliterante, para intensificar a claridade solar sobre o vocábulo emergente da treva:

No meu reino de luz e sombra
a palavra, vinda do caos,
fulge em brilho solitário,
— solitário sol sem solo.

Outro traço característico observado em todos os poetas contemporâneos é o interesse pelos temas relacionados com as invenções, os produtos da ciência e da técnica. O principal teórico desses aspectos do "nôvo" é Apollinaire, cuja zona lírica não transcende os limites do especificamente urbano. Hugo Friederich, comentando as teorias de Apollinaire, diz: "O absurdo e o ridículo têm tanta importância quanto o mundo dos heróis. Porém também as novas realidades da ci-

vilização técnica: o telefone, o telégrafo, os aviões e as "máquinas, as filhas sem mãe do homem". No poema *O morto*, Mário da Silva Brito faz uma inteligente aplicação desses postulados teóricos. Vejamos este fragmento:

A noite. O cão.
O silêncio. O môcho.

E o pranto, e o medo, e o desconforto.
E o morto.

O telefone e o morto.

O telégrafo, o rádio,

as campainhas em disparada.
E o morto.

A gota de água que pinga na pia.

O guarda-chuva pendendo do porta-chapéu
E o morto.
O jornal
o automóvel
o avião.

E o morto
O mundo tomou conta do morto.

Quando Mário da Silva Brito escreveu *Universo* há seis anos atrás, acredito que fui o único no Recife a escrever sobre esse livro. Eu via no seu "concretismo" a única porta de saída para esse movimento. Antecipou-se, de certo modo, ao Cassiano Ricardo, de *Jeremias*. O sentimento formal da modernidade, também se caracteriza por um certo respeito pelo passado. Não há um só, entre os maiores poetas deste século, que procure romper com a tradição, naquilo que ela conserva como valor permanente do espírito, entendido o termo no sentido da ação humana e sua historicidade. Essa ligação com o tradicional ele estabelece até mesmo quando escreve um poema de vanguarda dentro do texto. aparecem versos de autores antigos colocados poundeanamente dentro do texto. É o caso, por exemplo, no poema citado, daqueles versos de gênese medievais: camente popular de D. Dinis: "Ai flôres do verde pino"... "e u é?" São cons- truções e artifícios em que a modernidade se afirma através de processos que lhe são próprios. Em *Poemário* as associações caracterizadoras de um verdadeiro poeta surgem em cada poema. Só um poeta muito consciente de seu ofício em relação aos problemas contemporâneos da arte, poderia escrever um poema *Consumação da mulher*. Aqui, as palavras definem o clima lírico do poema moderno, seu caos enumerativo, suas dissonâncias básicas. Cada palavra é uma imagem, um universo onde tudo se mistura: ondas, sátiros, túmulos, estrêlas, punhais, cabeleiras, crepúsculos, cavalos, aves, cães, vales, tempestades, sarcófagos, museus, alma, mulher.

Meu propósito, neste comentário, não foi analisar os valores estéticos da poesia de Mário da Silva Brito. Minha preocupação foi antes situar o autor no âmbito da modernidade, já que ser *moderno* é condição capaz de influenciar positivamente o juízo crítico. Todo poeta em nosso tempo tem o direito de reclamar para si uma posição dentro de um movimento literário, não sendo justo nem ético que se lhe negue esse direito. Mário da Silva Brito é conscientemente moderno até na escolha do título de seu livro "Poemário". Tanto pode significar o conjunto de poemas de um autor, quanto uma série de conceitos de grande força sugestiva: Poe & Mário é uma associação que não deve passar desperce-

bida ao analista literário. Poe foi um dos influentes teóricos das intenções atuais da lírica. Por outro lado, "Mário" se forma de uma união de *rio* e *mar*. Já na literatura grega, como se pode observar na comédia de Aristófanes — *As rãs* — *mar* e *rio* são considerados temas eternos da poesia. Servem até como critério para valoração das obras de arte literária. Por isso, quando Baco que desce ao Inferno à procura de um poeta, resolve pesar os versos de Eurípedes e de Ésquilo para verificar qual dos dois merece ocupar o trono da Tragédia, concede a vitória a Ésquilo por haver verificado que o peso de suas palavras é maior do que o peso das palavras de Eurípedes. Vejamos o valor dado por Aristófanes a um rio. Primeiro Eurípedes lança o famoso verso:

Oh! se o Argos jamais voando houvera...
enquanto no outro prato Ésquilo deposita o seu:

Oh rio Esperquiu, oh pastor de touros!...

Eis como Aristófanes transfere a Baco o seu critério de valoração:

Baco — Soltai! Soltai a balança. Oh! o verso de Ésquilo pesa muito mais.
Eurípedes — Por que?

Baco — Porque, a exemplo dos vendedores de lã, molhou o seu verso, pondo nele um rio, e tu aligeiraste o teu, pondo-lhe asas.

Poemário é um livro amadurecido, produto de uma intenção teórica que encontrou suas correspondências numa sensibilidade equipada com bons instrumentos para a captura do sentimento da existência e sua expressão em escala quase metafísica. — CÉSAR LEAL.

AUDÁLIO ALVES — *Romanceiro do canto soberano* — Editôra Leitura, Rio de Janeiro, 1966.

"A poesia lírica se desenvolve também nas "narrativas descritivas". Como forma primitiva e mais simples, me limitarei a citar neste grupo o "Romance".

HEGEL

Uma das principais características da personalidade poética de Audálio Alves é sua inclinação para o fenômeno lírico. É assim que venho acompanhando o desenvolvimento de sua poesia, a partir de 1961, quando publicou *Alicerces da solidão*. Em grande parte desses poemas predomina o decassílabo, que é o metro mais empregado pelos poetas ibéricos, desde que Sá Miranda e Garcilaso o trouxeram da Itália, no princípio do século XVI. Não importa que na Espanha o nosso verso heróico seja classificado como endecassílabo, ou verso de arte maior. Isso se deve ao fato de ser diferente a contagem das recorrências rítmicas entre portugueses e espanhóis. O certo é que, pelo sistema do verso, os poetas antigos revelavam logo o gênero sobre o qual exercitavam o seu magistério poético. Pela uniformidade da narrativa os gregos escolhiam para a épica o *hexamêtro*. O *jambo*, por ser extremamente movimentado, era o verso preferido na expressão da comédia ou da tragédia. E assim, cada gênero tinha o seu verso próprio.

Contudo, nas línguas romances esses preceitos nunca foram observados com rigidez. Se temos o verso heróico na epopéia de Camões, temos-lo com o mesmo tipo de estrofe — a oitava real — na Fábula do Polifemo, de Góngora, que é o mais lírico entre os grandes poemas líricos universais. Também nas éclogas de Garcilaso e de tantos outros poetas portugueses, castelhanos e brasileiros.

A diferença fundamental entre o poema épico e o lírico é ser o último um canto de natureza subjetiva, fixado sobre uma situação particular determinada, enquanto o primeiro é uma narrativa, que se caracteriza pela ação individual de um ou mais personagens, desenvolvendo-se num plano descritivo-objetivo, em que o herói ou os heróis, conduzidos por uma força fática, são levados à execução de uma empresa heróica ligada ao destino nacional de todo um povo. "Não

há poema épico sem heróis coléricos" — diz com razão Ernst Robert Curtius. Há, portanto, uma diferença básica entre poema épico e poema lírico expresso em tom épico. Um poema sobre feito épico é lírico, se é essencialmente lírica sua concepção. É o que ocorre no livro de Audálio Alves — *Romanceiro do canto soberano* — em que o autor não abdica de sua personalidade, condição necessária à realização do poema lírico, mas oposta a qualquer intenção verdadeiramente épica.

Desde o início do século XIX, os estudos literários feitos por homens que possuíam da literatura e da filosofia da arte um enorme conhecimento, definem como poemas líricos de tom épico as *víser* ou sagas escandinavas e noruego-irlandesas, as *ballads* inglesas e escocesas, os *volkslieder* da Alemanha, os *romances* espanhóis, portugueses e catalães, as *chansons* francesas. Há ainda outros grupos mais antigos, como o poema heróico germânico do início da Idade Média, de interesse apenas dos especialistas. Do *Romance* espanhol, diz Hegel em suas *Lições de Estética*: "Esta concepção clara e firme do aspecto característico da situação, unida ao talento de fazê-la ressaltar vivamente, apesar da parte profunda que nisso toma a sensibilidade, aparece especialmente nos espanhóis, de uma maneira plena de nobreza; e é isso que dá aos seus romances, em forma de relatos, um grande efeito. Nestes quadros se revela uma certa claridade íntima que procede da precisão do golpe de vista mais do que da profundidade do sentimento concentrado".

Em Audálio Alves, o lirismo das situações é evidente em todas as passagens. Logo no primeiro poema, em que se relata a morte de Pedro de Albuquerque, os relâmpagos afetivos iluminam, com forte resplendor simbólico, a paisagem onde se desenrola a cena:

Um vazio itinerante
de semi-círculos noturnos
resiste aos galgos da lua:
apenas rende-se a aurora
Em torno do Forte, pedras
em posição de recuo
até a linha do solo
os disfarça lodo azul.

A posição romântica do poeta não se revela apenas no interesse típico dos românticos pelos fatos ou personagens quase lendários de nossa história social e política. A própria confissão de Pedro de Albuquerque, no final do romance, mostra a razão simbólica que o levou a sacrificar-se no interior da fortaleza:

digo-te:
eu defendi este Forte
pela brancura da cal.

No poema seguinte, não temos propriamente um romance. Tanto pelo metro como pelo tratamento acentuadamente lírico, o que se apresenta aqui é a *ode*. Não devemos esquecer de que, na expressão lírica, o poema adquire determinado tom, conforme o tipo de sentimento que se apossa do autor. No caso, o que Audálio expressa é sua admiração por um grupo de mulheres valentes; daí o caráter quase elegíaco da composição. A atmosfera lírica domina do primeiro ao último verso. Nenhuma ação caracteriza as heróicas. Apenas aparece o poeta concentrado sobre seu tema. O mais são vultos que ora se movem, como se presos a quadros impressionistas. O lirismo autêntico do poeta flui sobre todas as letras, todas as palavras, todos os versos. É o próprio Audálio Alves se sobrepondo ao tema, como convém ao verdadeiro poeta lírico: oferecer vida a quem vida já não possui.

Esse clima lírico, que tenho procurado caracterizar aqui, se observa também nos

demais poemas, especialmente no *Itinerário rústico de Pau Amarelo*, que é um dos poemas mais centralmente situados no âmbito do romance, ainda que falte a ação dos personagens. Contudo, o redondilho maior e o tema o aproximam do romance popular espanhol, do qual se distingue pela ausência da assonância, da estrofação em quartetos, dos "laconismos e alusões".

O *Caminho de Gangazuma, Evocação de Abreu e Lima e Saudação a Inácio Catingueira* são odes. Há grandeza nesta passagem de Gangazuma, em que domina o decassílabo sáfico, com acentuação na 4a. e na 8a. e estrutura bimembre:

Viver como viveste:

A pele escura, mas a carne em chamas,
Aos ombros pedra, mas no peito um pássaro,
De um lado plumas, mas do outro escamas,
À língua sangue, mas nos lábios canto.
À esquerda sonho, à direita lei.
As mãos atadas, mas o sonho livre.
De um lado escravo, mas de outro rei.

Creio que merecem estudo, do ponto de vista técnico-expressivo, essas oposições bipolares:

Tigre sem garras, mas na fúria tigre,
Faca sem gume, mas no golpe faca,
Águia sem asas, mas no voo águia,

Na *Evocação de Abreu e Lima* fica bem caracterizado o clima afetivo da ode. Observe-se como na lírica de Fernando de Herrera se exalta a vitória de Lepanto:

Cantemos al Señor que en la llanura
venció del ancho mar al trace fiero;
tú, Dios de las batallas, tú eres diestra,
salud y gloria nuestra.
Tu rompiste las fuerzas y la dura
frente de faraón, feroz guerrero;
sus escogidos príncipes cubrieron
los abismos del mar, y descendieron,
cual piedra, en profundo, y tu ira luego
los tragó, como arista seca el fuego.

O verso heróico é o preferido em tôdas as línguas romances para a expressão lírica dos sentimentos de admiração e exaltação. É o que se vê também na Ode ao Sol de Espronceda:

Para y óyeme, oh sol! yo te saludo
Y extático ante ti me atrevo a hablarte:
Árdente como tú mi fantasía,
Arrebatada en ansia de admirarte,
Intrépidas a ti sus alas guía.

Em sua admiração por Abreu e Lima o sentimento poético de Audálio Alves coincide com o de Espronceda. É uma visão comum caracterizando formas líricas de uma mesma espécie:

Venho falar-te. Vim. Trago-te agora
silêncio puro para que ouças:
Nega-se chão ao chão que se devota:
Recife é teu quartel e teu exílio

— prisão de vôo em centenária rota. Venho
venho dizer ao sol que te admiro,
— ao sol, ao chão, às heras em silêncio,
ao tempo em tórno e aos girassóis em giro.

O que pretendo demonstrar é o seguinte: os poemas de Audálio Alves são mais importantes por serem líricos do que se fôssem efetivamente épicos. O poeta lírico pode ser demasiadamente grande escrevendo apenas alguns poemas de circunstância. Píndaro é colocado por muitos críticos bem informados no mesmo nível de Homero por ter sido tão grande na lírica quanto Homero o foi na épica. Todavia, o poema épico que não alcance o nível das grandes epopéias passa a ser apenas um produto derivado de épicas menores. Assim é que a *Canção de Rolando*, poema épico-lírico medieval, deu lugar a muitos pequenos poemas dela derivados. Nenhum desses poemas pode ser comparado com uma composição lírica como a que citei acima de Herrera, ou de Espronceda. É que esses poemas encerram em si mesmo uma grandeza total, que não possui a épica menor. Creio que razão teve Tomás Antônio Gonzaga quando deu o nome de Lira — a mais lírica das formas poéticas — a um de seus poemas que críticos ligeiros não vacilariam em chamar de épico:

Eu vejo pelas histórias
Rendido Pernambuco aos Holandeses,
Eu vejo saqueada
Esta ilustre cidade dos franceses;
Lá se derrama o sangue brasileiro;
aqui não basta, supre
Das roubadas famílias o dinheiro.

Antes apelara para algo mais violento:

Qual é o povo, dize,
Que comigo concorre no atentado?
Americano Povo!
O povo mais fiel e mais honrado!
Tira as praças das mãos do injusto dono,
êle mesmo submete
De nôvo à sujeição do luso trono.

Como se vê: os poemas do *Romanceiro do Canto Soberano* são todos líricos, divididos em espécies que vão da elegia ao romance propriamente dito. E, para concluir, voltemos ao início deste comentário:

Ali se diz que foi Pedro
de Albuquerque um capitão
e digo que êle dispunha
de mão, de mão e de mão
— como se a sombra de um cacto
alimentasse canhão:
tal era o fogo de Forte
à linha do paredão — CÉSAR LEAL.

DÉBORAH BRENANND — *O punhal tingido* (Edições "Nordeste", Recife, 1965)

Muitas são as razões pelas quais se deve valorar uma obra literária. Uma delas é mostrar sua legitimidade como objeto artístico, podendo-se também levar em conta a originalidade do autor e a condição de artista representativo de seu tempo. Outros elementos devem suscitar também o interesse da crítica: o estilo, o tratamento formal, a posição ideológica do poeta. Tudo isso nos mostra como é difícil

cil abarcar numa visão de conjunto, todo o sentido extrínseco e intrínseco de uma obra, tôdas as suas categorias de valor, mesmo porque tais valores se encontram dialéticamente interrelacionados, e sempre que se faz o estudo isolado de um deles, a obra não deixa de sofrer arranhões em sua estrutura.

Daí minha dificuldade em escrever sobre um poeta complexo como Déborah Brennand, sem que essa abordagem não se faça num plano de verdadeira estratégia poética. Tratando-se, porém, de poeta nôvo, posso prescindir do assalto ao seu estilo; também não creio que seja necessário analisar a ideologia do autor; tampouco o tratamento formal dado aos temas. Fico, portanto, na periferia da análise: digo apenas que Déborah Brennand é grande artista e seus poemas vieram revelar uma personalidade criadora. Eles estão impregnados de uma luminosidade poética altamente comunicativa, de um poder de expressar imagens cujos contornos, cores e formas — nem sempre simétricos em sua configuração plástica — são a marca da originalidade do autor, da espontaneidade quase mágica de seu temperamento artístico, um dos mais legítimos da poesia brasileira, hoje considerada uma das mais importantes do mundo.

Poucos poetas tiveram a felicidade de ser modernos desde os seus primeiros livros; Déborah Brennand encontrou essa felicidade. Não se exercitou antes no "soneto cretino" — como diria Fausto Cunha. Eu não afirmaria isso do soneto, pois além de cultivá-lo com cuidado, sempre estive atento ao sentido de advertência de Wordsworth: *Scorn not the sonnet*. De qualquer modo foi muita sorte que Déborah começasse assim, pois se aparecesse antes com um livro de sonetos não seria considerada "primitiva" naquela acepção usada pelo dramaturgo Ariano Suassuna, pois todo artista culto, que seja ao mesmo tempo bom, tem algo de primitivo; primitivo em sentido oposto ao "primitivo" de quem, sem arte e sem saber, procurasse reproduzir artisticamente o *natural*, prescindindo de altos valores formais. Como o soneto é uma forma fixa de alto valor, certos críticos exigentes deviam considerar culto o xavante alfabeticado a quem ensinásemos a escrever sonetos...

Surge, pois, Déborah Brennand com uma visão intuitiva do moderno, muito rara entre os poetas brasileiros de nossos dias. Refiro-me aos elementos característicos que podem ser encontrados em qualquer dos grandes poetas contemporâneos: "traços arcaicos associados a elementos ocultistas, atitude mística em contraste com um agudo intelectualismo, formas simples de expressão associadas à complexidade do expressado, clareza de linguagem com a obscuridade do conteúdo, precisão com o absurdo, futilidade de motivos com o mais arrebatado movimento estilístico". Esses elementos que recentemente foram apresentados como "universais" da estrutura poemática pelo prof. Hugo Friedrich, de Ulm, constituem o dinamismo estrutural da poesia de Déborah Brennand. Poucos poetas se encontram situados, assim, no clima dessa dissonância; poucos possuem uma consciência tão nítida das próprias limitações humanas, do mistério que reveste as coisas; e até o mistério que envolve os nossos atos, as nossas próprias idéias: "Pobre inventor! E ninguém o remove de ter pétalas sensíveis, de ser frágil como a rosa morta que o vento rasga com seus brutos dedos".

Muitos de seus poemas merecem uma análise estilística; uma análise que viesse revelar o emprêgo nôvo da metáfora, a nova função das imagens cinéticas, sinestésicas, das metonímias, dos símbolos. Algumas imagens encontram exemplos na tradição. Poderíamos encontrar semelhantes em Ovídio, Gray, Calderón-Fray Luiz de León e outros representantes da mística espanhola. Noutras, ela rompe a tradição, utilizando processos tão sutis que a pressão revolucionária não seria percebida senão por leitores atentos; e que não fôssem apenas atentos, mas também inteligentes. Por exemplo, quando ela procura dar dimensões cósmicas a pequenas coisas: bichos, plantas, flores, aves. Assim, ao invés de ser o rio que se assemelha à serpente, a metáfora se inverte: e a serpente parece um rio a colear entre o verde vale. Muitas de suas metáforas, são místicas. Mas o que é uma metáfora mística? Todos sabem que é uma imagem em que Deus é revelado através de algo pertencente à natureza — por todos conhecido. O exemplo lembrado por René Wellek é bastante ilustrativo: em certo

poema de William Blake, Deus é representado por um Tigre. O tigre não seria senão um das formas através de cujas indagações sobre sua origem, o poeta acaba de alcançar certo conhecimento de Deus.

Em Deborah Brennand encontrei um poema que funciona como metáfora mística. Um aspecto de Deus é representado por um Leão:

Rasgando a escuridão, entre nuvens, selvagem,
A fera surge, faiscando o luminoso pêlo,
E, com patas de fogo acêsas, fere a sombra,
Desafiando as flechas dos ventos caçadores.

Por mais que doidas aves levem a vida
Em noturnos vôos de prata, inalcançáveis,
O lampear de seus olhos rubros e verdes,
Audaciosos, nunca assustarão o rei.

Estendido, preguiçoso no espaço,
Nem da armadilha de sonhos será cativo
Este animal que vence as águas e o sol,
Saciado de comer o coração do tempo.

Observe-se que a metáfora aqui é o poema inteiro. Um leitor pouco acostumado à poesia moderna e doutrinado pelas teorias da "participação" não vacilaria em considerá-lo um "poema alienado". Tal leitor não procuraria observar os valores formais do poema, ou interpretar-lhe o sentido metafórico. Exigiria em nome da vida — e aqui estaria o seu equívoco grosseiro — que o poeta cantasse as fábricas, os operários da construção civil, os camponeses sem terra, as lavadeiras ainda não sindicalizadas. Cantar um leão, visto talvez na infância em algum circo ou jardim zoológico, seria ocupação apenas para poetas ricos, sem angústias, que habitassem casas senhoriais, cercadas de "jardins coruscantes" — como diria Coleridge no *Kubla Khan* — numa fuga completa à vida e aos seus problemas. Tal raciocínio é idiota, ainda que frequentemente pensem assim pessoas que não são idiotas. Na realidade, o que é a vida? Que representa a poesia como expressão de vida? Para um artista, vida não é apenas o complexo de relações e instituições sociais no qual o homem se encontra inserido. Vida é tudo o que existe na natureza. O sol é vida para o artista; a chuva, as estações, a terra, os mares. Tudo isso é vida. O poeta representativo de seu tempo é aquele que possui nítida consciência de que somente as instituições sociais se transformam. Só elas evoluem. Contudo, o homem não é influenciado apenas pelo social. Os bois cantados por Virgílio — escreveu alguém cujo nome não recordo — mugem ainda na mesma forma como o Duque de Edimburgo cria cavalos de Alexandre Magno são iguais aos que o Duque de Edimburgo cria hoje na Inglaterra. O sol é o mesmo em todos os tempos, os movimentos da lua, o ritmo das marés. Ninguém poderá obrigá-los a fazer mudanças, assim como fazem os homens em relação às instituições sociais. Há ainda o problema da morte. Será alienado o artista que se preocupa com ele? Tudo isso é material para arte, e quem não coloca a morte, o sol, o tempo e as constelações em seus poemas não é um poeta representativo de seu tempo. E mais: não é representativo de seu tempo nem de tempo algum.

Pois bem: o poema de Déborah que transcrevi acima é uma metáfora mística — a Constelação do Leão, como diz Thomaz Mann num de seus romances, é uma constelação que assombra por sua beleza, voando com sua carga de luz misteriosa, à semelhança do Sol, em Fernando Pessoa:

O mito é o nada que é tudo,
o mesmo sol que abre os céus
é um mito brilhante e mudo:
O corpo morto de Deus
vivo e desnudo.

Até agora, entre os numerosos artigos publicados sobre Déborah Brenand, um dos mais inteligentes foi o do escritor Gilberto Freyre. Não há dúvida de que G. F. apontou um das qualidades típicas da poesia de Déborah Brenand: aristocrática e difícil. Uma poesia para poetas cultos. Não me parece, entretanto, que ela seja o poeta técnico e demasiado sutil que foi Baudelaire; ou para ficarmos no Brasil, o nosso João Cabral. Ela possui uma organização intelectual demasiadamente consciente, para ser considerada primitiva; e é demasiadamente intuitiva e espontânea para ser sofisticada. — CÉSAR LEAL.

CASSIANO NUNES, DORA VASCONCELLOS, ERNESTO GUERRA DA CAL
— *Três poetas em autoleitura* — Brazilian Institute, Universidade de Nova Iorque, 1964.

"A unidade lírica dos Três Poetas é de surto íntimo, não resulta do ato deliberado de vontade, não procura o êxito mundano como objetivo, não se propõe a aventura do inédito formal a todo preço, não quer ser um exemplário de pericia técnica da arte de poetar".

Preferi iniciar esta crônica com a transcrição de trecho da Nota Prévia de Antônio Houaiss, porque ela me parece terrivelmente inteligente, necessária e até mesmo indispensável à compreensão desses autores quase desconhecidos no Brasil: Dora Vasconcellos, Cassiano Nunes e Ernesto Guerra da Cal. A nota de Houaiss é uma espécie de prefácio ao livro que o "Brazilian Institute" da Universidade de Nova York acaba de lançar: *Três poetas em autoleitura*. Abre o volume o poema de Cassiano Nunes *Ensinando um pássaro a cantar*, em que a influência do Romancero hispânico se faz presente; mas, como em João Cabral de Melo Neto, apenas na esfera formal. De qualquer modo, a substância da poesia de Cassiano Nunes é muito variada e boa e é também a marca de uma individualidade artística, voltada para os problemas do homem, como se pode observar nestes versos:

O que cantas, pássaro,
é prata e cristal:
sonora matemática
retinindo em metal.

Rumorejo de arroio
em demanda de tom:
desprovido de senso
os arabescos de som.

Capricho bachiano
em pequeno instrumento
de penas e de nácar
a responder ao vento...

Mas embora aprecie
essa música fria,
acho que o canto humano
possui maior valia.

Os êxtases gratuitos
num vórtice se somem...
Só é nobre o papel
alvo que se sujou
com as digitais do homem.

Simpatizo com a poesia de Cassiano Nunes, seu humanismo limpo e transparente, ao mesmo tempo abstrato e racional, isento de paixões, o que lhe permite afirmar:

Na linguagem da prosa
é que eu faço a minha poesia.
O ofício de viver
é o arroio límpido
que me inspira,
enquanto pelo asfalto flui
o tumulto da vida.

O caráter sumário dessa nota não me permite análise mais completa da poesia de Cassiano Nunes. Por isso, preferi citar alguns versos mais expressivos para que o leitor tome conhecimento imediato de sua arte. É o que irei fazer agora em relação aos poemas de Dora Vasconcellos, essa maravilhosa antena receptora do cotidiano.

Uma antena que não apenas registra aquilo que sua sensibilidade recebe em código, pois também traduz o próprio código, e retransmite a mensagem, que não lhe pertence apenas, mas a todos nós. Quem não viu, em qualquer momento de sua vida, quadros como estes (?):

Um dia para qualquer lado,
Em um momento dado
Uma girafa de pano
Perdida no telhado
Uma abelha em luta
Com o indefinido da flôr
A mancha de tinta
No portão da entrada
Um punhadó de junquinhos
Sofrendo dentro da água
O varal partido
A borboleta inspecionando
A gruta
O cão farejando o silêncio
O nenúfar dormitando
Entre zumbidos
O chapéu esquecido
Na grama
A tarde ao largo
Sem alma humana
A rôla em atraso
Biplano aterrissando
Ao acaso
Tudo tão paciente
Tão recente
Tudo tão de tarde
Morosamente em cardo
Contra a brisa

Observe-se a pesada carga de melancolia que os últimos cinco versos transportam: "Tudo tão paciente/ tão recente/ tudo tão de tarde /morosamente um cardo/ contra a brisa".

Razão tem Antônio Houaiss quando escreve que essa poesia não tem como objetivo o "bom êxito mundano". Não direi que poetas como estes me res-

tituam a fé na poesia de língua portuguesa, porque de fato ela nunca esteve perdida. Continuo a ver na poesia brasileira atual, algo que se assemelha ao início do século de ouro espanhol. Nossos poetas são geralmente melhores do que supõem os mais otimistas juizes da crítica contemporânea. Crítica que frequentemente se desvia de seu objeto, forçada, à vezes, por imposições estranhas à própria literatura. E agora, que dizer de Guerra da Cal?

Ezra Pound foi chamado certa vez de bolchevista literário por haver dito que a poesia deve ser tão bem escrita quanto a prosa. Acredito que numa afirmação como essa de Pound, cuja intenção irônica não se pode pôr em dúvida, há razões capazes de conduzir o crítico a uma série de generalizações relacionadas com um dos temas mais frequentes no estudo da poesia moderna: o da presença do passado na obra dos autores contemporâneos, como fator indispensável a que a poesia se possa tornar tão bem escrita quanto poderia desejar Pound e seus discípulos; e não apenas bem escrita mas também integrante de uma ordem universal, apta a atender ao preceito eliotiano de que o "progresso de um artista é um contínuo auto-sacrifício, uma contínua extinção da personalidade" em favor daqueles que lhe antecederam e formam a *ordem única*, o conjunto dos valores culturais a que se dá o nome de tradição. Pois só os que sabem honrar a tradição, através de um permanente sacrifício do Eu, serão honrados pelas futuras gerações, já que, dentro dessa ordem a continuidade é uma lei inflexível que prescinde da sanção dos críticos, ao fazer cumprir integralmente os seus postulados.

Ernesto Guerra da Cal é um desses poetas de visão histórica, cuja importância não deve ser subestimada por várias razões. Uma delas a fidelidade ao passado; outra: o conhecimento acima do comum que ele tem dos grandes autores que lhe antecederam. A experiência poética vasta, o conhecimento dos mestres da canção amorosa da Idade Média e da pré-Renascença, além daqueles que se encontram mais próximos de nós como Garcilaso e Camões, fizeram com que Ernesto Guerra da Cal escreva poesia tão bem como escreveram em prosa Cervantes e Dostoiévski, Tolstoi ou Proust, Balzac e Joyce.

Antônio Houaiss, na nota introdutória à Antologia editada pelo Instituto Brasileiro da Universidade de Nova York, sentiu bem esse problema quando afirma que a coletânea servirá para dizer aos que a lerem muitas coisas importantes, entre as quais lembraria as seguintes:

— a de que aquela original co-identidade linguística galaico portuguesa perdura, ao cabo de um milênio de formação e de oito séculos pelo menos de documentação, no essencial de suas formas e recursos expressivos, a tal ponto que o conceito de "galego, codialeto romântico do português" é tão bom quanto "português, codialeto de galego", ficando toda hierarquia entre as duas línguas reduzida a uma contingente conveniência política; —

a de que no conceito cultural contemporâneo, não deve ser objeto de maravilha (ainda que o seja), o fato de que em Nova York aparece uma antologia que revive um como cancionero galego-português, não medieval ou renascentista, mas moderno, que entretanto, guarda impressionante fidelidade entre certa posição básica do homem passado em face da Poesia e certa posição básica do homem presente em face da Poesia — o seu substrato lírico;

— a de que essa unidade do substrato lírico que lhes informa a poesia dos Três Poetas, é expressão de uma continuidade no tempo e é expressão de uma atualidade no tempo: de um lado, a poesia é um componente da cosmovisão com que a espécie se insere na vida, de outro lado, a poesia é a inserção personalística e diferencial."

Antônio Houaiss é um crítico tão completo, de uma compreensão tão superlativa do fenômeno poético e dos valores de um poema, que me constrange ter que discordar d'ele, ainda que num ponto talvez pouco significativo. Refiro-me a uma das afirmativas do prefácio. Aquela em que ele diz: "a unidade lírica dos três poetas" (...) "não quer ser um exemplário de perícia técnica da arte de poetar". Concordo não que se refere a Cassiano Nunes e Dora Vasconcellos. Mas acredito que não representa uma limitação para a poesia de Guerra da Cal di-

zer-se que os seus poemas — além de belos e ricos de substância intelectual e humana — são também um exemplário de perícia técnica. Já o afirmei em relação a Arnaut Daniel e ao Marquês de Santillana; por que iria negá-lo a um filho espiritual desses dois poetas medievais? Sinto que para Ernesto Guerra da Cal o poema constitui um desafio; algo que exige para sua realização um plano prévio, uma estratégia especial a ser seguida para que possa colher o resultado artístico a que se propôs alcançar.

E isso ele o consegue através de várias formas, inclusive de recursos técnicos nos quais se mostra um perito tão hábil quanto o Marquês de Santillana. As soluções técnico-expressivas são semelhantes em ambos: Aboiando-me no esprito/ impossível de afundar/ tenho os teus mastos na i-alma/ e nos olhos a embalar/ sonhos de infância perdidos/ pelas esquinas do ar.

Vejamos agora o Marquês de Santillana: Deseo non desear,/ e querria non querer;/ de mi pesar he prazer,/ y de mi gozo pezar.

Transcrevo esses trechos apenas para dar ao leitor uma idéia da proximidade em que se encontram os dois poetas, embora separados por quase sete séculos de história cultural. Não seria esse um exemplo do passado cooperando no presente?

Também vejo em Guerra da Cal um técnico do poema à semelhança de Camões e Garcilaso; inclusive ele se encontra unido a ambos pelo temperamento melancólico, a sensualidade peninsular, o amor aos temas mais relacionados com a infância, com a Pátria, da qual se exilou no final de uma tragédia em que a tirania Franco-fascista triunfou e a poesia perdeu dois de seus melhores representantes mundiais neste século: Federico Garcia Lorca e Miguel Hernández.

Escrevendo sobre Walt Whitman, afirmou certa vez Randall Jarrell que dêle tudo o que se dissesse seria pouco. O melhor, portanto, seria citá-lo. Farei o mesmo, concluindo esta crônica, em relação a Ernesto Guerra da Cal. Neste *Saudade líquida* pode o leitor sentir melhor o seu temperamento de ibérico; o poema ora lembra as canções camonianas, ora as éclogas de Garcilaso:

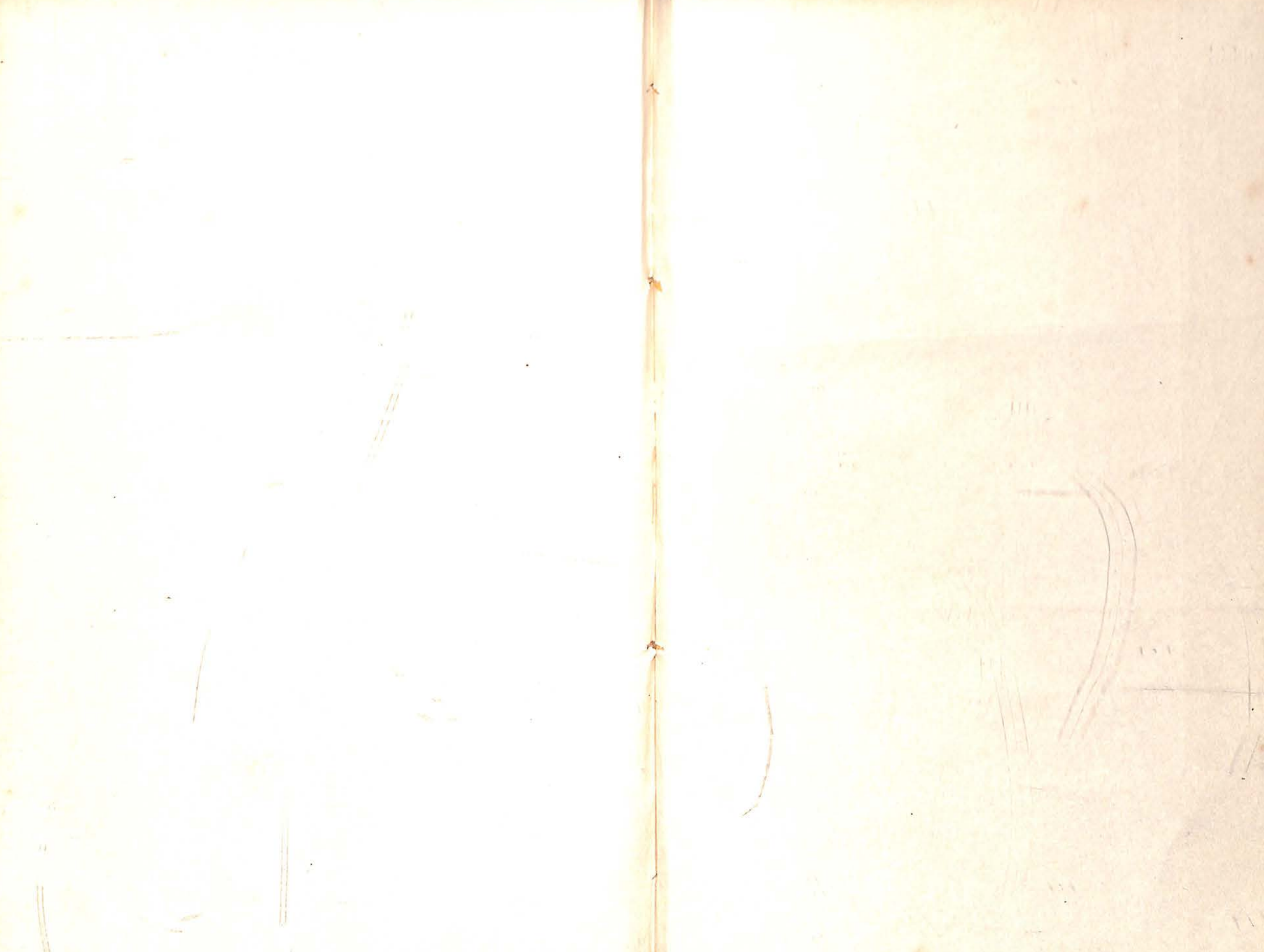
Montanhas do Caurel
que eu
dende o val
verde-mol
pastoril
de lonxe
e pequeninho
contemplaba
no esmorecente sol
da tarde azul e mel
que no leito do Sil
se adormentaba

De líquida saudade tornasol
vossa imaxe ideal, fidel, souril
da lembrança o frouxel
i-o milheiral da i-alma
me asolaga!

Aquela macieira
do meu pomar da infância
cecais xá non é mais

Talvez
secou
caiu
sumiu
..na natureza
Mas non morreu
i-ano após ano
inunda em branca
frol
a intimidade verde

do meu horto interior
e me brinda maçãs arrecedentes
dun vermelho cheiror
a campo
a vida
a sol
que con amor eu vou entesourando
non profundos armários da memória
pra aromarem no inverno
os lenços do meu leito
frio
eterno. — CÉSAR LEAL.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Serviço de Documentação

378
A